UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

O TERCEIRO LADO DA FRONTEIRA. PROCESSOS E TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS NO PANTANAL: ESTUDOS DE CASO EM COMUNIDADES DA BOLÍVIA E BRASIL

José Luis Gutiérrez Angulo

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

O TERCEIRO LADO DA FRONTEIRA. PROCESSOS E TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS NO PANTANAL: ESTUDOS DE CASO EM COMUNIDADES DA BOLÍVIA E BRASIL

JOSÉ LUIS GUTIÉRREZ ANGULO

Sob a Orientação do Professor
Héctor Alimonda

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências,** no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Estudos Internacionais Comparados.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2006

307.1412
A594t
T

Angulo, José Luis Gutiérrez
O terceiro lado da fronteira. Processos e transformações dos espaços agrários no Pantanal : estudos de caso em comunidades da Bolívia e Brasil / José Luis Gutiérrez Angulo. – 2006.
172 f.

Orientador: Hector Alimonda.
Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 161-169.

1. Comunidades rurais - Pantanal - Teses. 2. Comunidades indígenas – Pantanal – Teses. 3. Desenvolvimento rural – Pantanal – Teses. 4. Política públicas – Pantanal - Teses. I. Alimonda, Hector. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE E AGRICULTURA

JOSÉ LUIS GUTIÉRREZ ANGULO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura, área de Concentração em **Estudos Internacionais Comparados.**

TESE APROVADA EM 28/09/2006

_____
Hector Alimonda Dr. -UFRRJ
(Orientador)

_____
Carlos Valter Dr. -UFF

_____
Canrobert Costa Neto .Dr.- UFRRJ

_____
Maria Verônica Secreto Dra.- UFRRJ

_____
Osmar Chevez Pozo Dr.- UNIFENAS

Dedico este trabalho a meus pais, José Luis e Hilda,
por serem grandes exemplos de trabalho e dedicação.
A meus irmãos Fabio, Patrícia e Luis,
pelo apoio constante.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por me oferecer as condições de estudo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro.

Ao professor Hector Alberto Alimonda pela amizade, pela orientação e sobretudo, pela compreensão. Aos professores membros da banca, Carlos Valter Porto, Canrobert Costa Neto, Maria Verónica Secreto e Osmar Chevez Pozo.

A todos os professores e funcionários do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

A todos os amigos, pelo companheirismo, solidariedade, que ajudaram a fazer da nossa estada no Rio de Janeiro um grande prazer.

A todas as famílias camponesas e indígenas, em especial aquelas que nos dedicaram momentos de seu tempo, para a efetivação deste trabalho.

RESUMO

ANGULO, José Luis Gutiérrez. **O terceiro lado da fronteira. Processos e transformações dos espaços agrários no pantanal: dois estudos de caso em comunidades da Bolívia e Brasil**. 2006. 171 p tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Estudos Internacionais Comparados). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

Esta pesquisa foi realizada no Pantanal, na região fronteiriça que abrange os territórios da Bolívia (SCZ) e Brasil (MS), focando duas comunidades: camponesa e indígena respectivamente. Partindo da abordagem de que o Pantanal é um sistema ou "*organismo vivo*", ponderou-se necessário distinguir o maior numero de unidades que compreendem esse sistema, o que influenciou na seleção de duas unidades (comunidades) que se mostrassem contrastantes entre si. O intuito principal foi conhecer a capacidade de aceitação dos processos agrários implantados à população local, mas, também distinguir os intrincados processos comunitários que fazem que uma política ou projeto seja aceito ou rejeitado e o quê os atores locais internalizam no momento em que acontece esta interação. Os resultados obtidos mostraram que os fatores que influenciaram a aplicação dos programas foram as contradições ou ambigüidades dos próprios programas que não concebem o desenvolvimento como uma maneira definitiva de resolver o problema da apropriação do território. Soma-se ainda incompreensão dos "*projetistas*" do desenvolvimento que consideraram a região como uma fronteira fácil de vencer, da mesma maneira que se faz, por exemplo, nos planaltos ou no cerrado. Em conseqüência, deve ser ponderado que esta região ainda que fortemente humanizada (pela escolha do gado, das culturas e pela introdução do processo tecnológico de criação e cultivo) tem seu peso maior nas relações físicas, biológicas e culturais, o que a torna uma "*entidade*" que deve ser preservada.

Palavras-chave: Comunidade. Pantanal. Sustentabilidade.

ABSTRACT

ANGULO, José Luis Gutiérrez. **The third side of the border. Processes and transformations of the agrarian spaces in the Pantanal: two case studies in communities from Bolivia and Brazil**. 2006. 171 p tese (Doctorate in Development Agriculture and Society – Selected Area: International Compared Estudies). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

This investigation was carried into effect in an area bordering Bolívia (SCZ) and Brasil (MS), centering in two comunities: rural and native respectivly. Being the Pantanal a *"living organism"*, it was imperative to discern the greater number of units belonging to that system, and this constributed to selecting two contrasting comunities. The ability to accept the introducttion of agrarian processes was the main reason of the selection. Furthermore, it was necessary also to see clearly all the intrincate processes in the comunity having the effect in the sucess or failure of the project, and how the natives or rural members of the comunity accept and apply processes. The outocme established that the most important element for using the programs were as well its contradictions as the ambiguities contained, since these programs do not understand development processes as the solve the problem of possesion territory. There is another additional obstacle related to the lack of uderstanding from the part of development *"projectists"* who esteem the region as an easy to win frontier similar to the highplateaus and cerrado. This region, although higly influenced for the humam being (cattle and cultivation selection, use of breeding and planting techniques), has a crucial importance pertainig to the physical, biological and cultural environment, representing an entity to be preserved.

Key words: Community, Pantanal. Sustainability

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANMI Otuquis:	Área Natural de Manejo Integrado de Otuquis (Bolívia)
ANMI San Matias:	Área Natural de Manejo Integrado de San Matias (Bolivia)
AP	Área Protegida (Bolívia)
ASL	Agrupación Social del Lugar (Bolívia)
BID	Banco Interamericano de Desarrollo (Bolívia)
CANOB	Central Ayorea Nativa Oriente Boliviano (Bolívia)
CCIM	Central de Cabildos Indígenas Mojeños (Bolívia)
CDIB	Central de Pueblos Indígenas del Beni (Bolívia)
CICH-GB	Central Indígena Chiquitana de la Provincia Germán Busch (Bolívia)
CIDEPAN	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal
CIDOB	Central De Indígenas Del Oriente Boliviano (Bolívia)
COB	Central Obrera Boliviana (Bolívia)
COMIBOL	Corporación Minera de Bolivia (Bolívia)
CPAP	Centro de Pesquisa Agropecuária Pantanal
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CORDECRUZ	Corporação de Desenvolvimento de Santa Cruz
CUT	Central Única de Trabalhadores
CNRA	Consejo Nacional de Reforma Agrária (Bolívia)
CSUTCB	Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (Bolívia)
DNCB	Dirección Nacional de Conservación de la Biodiversidad (Bolívia)
EDIBAP	Estudos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCBC	Fundación para la Conservación del Bosque Seco Chiquitano (Bolívia)
FETAGRI	Federação de Trabalhadores Agrícolas
FOBOMADE	Foro Boliviano de Medio Ambiente y Desarrollo (Bolívia)
ha	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDATERRA	Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INC	Instituto Nacional de Colonización (Bolívia)
INE	Instituto Nacional de Estadística (Bolívia)
INRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária (Bolívia)
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Coordenação
km^2	quilômetros quadrados
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDSP	Ministério de Desarrollo Sostenible y Planificación (Bolívia)
MST	Movimento semTerra
MST	Movimiento sin tierra (Bolívia)
MIRAD	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MNKM	Museo Noel Kemp Mercado
OTB	Organización Territorial de Base (Bolívia)
OICH	Organização Indígena Chiquitana
PDPI	Programa de Desarrollo de los Pueblos Indígenas (Bolívia)
PIN	Programa de Intergração Nacional
PN-ANMI	Parque Nacional y Área Natural de Manejo Integrado (Bolívia)
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNP-Otuquis:	Parque Nacional Pantanal de Otuquis (Bolívia)
RPPN	Reservas Privadas do Patrimônio Natural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Credito Especial da Reforma Agrária
PRODEPAN	Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
RIN	Reserva de Inmovilización
SERNAP	Servicio de Áreas Protegidas (Bolívia)
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Bolívia)

SINSIP	Sistema Nacional de Areas Silvestres Protegidas del Paragauay
STRC	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Corumbá
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCO	Tierra Comunitaria de Origen (Bolívia)
UC	Unidade de Conservação
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UOB-SIF	Unidad Operativa de Bosque de la Superintendencia Forestal (Bolívia)
USAID	Agencia de Cooperación Técnica de los Estados Unidos (Bolívia)
VAIPO	Viceministério de assuntos indígenas
WWF	World Wildlife Fundation
ZEA	Zona Externa de Amortiguamiento

SUMÁRIO

Dedicatória ..... *v*
Agradecimentos ..... *vi*
Resumo ..... *vii*
Abstract ..... *viii*
Siglas e abreviaturas ..... *ix*
Lista de tabelas, figuras e quadros ..... *xiii*

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO E METODOLOGIA 1

1.1 Elementos importantes que constituem a tese 1
1.2 A estrutura da tese 4
1.3 As sociedades tradicionais rurais no cenário do desenvolvimento 4
1.4 O Discurso do Desenvolvimento 5
1.5 Seleção do estudo e da região 7
1.5.1 Evidenciando o problema da pesquisa 10
1.5.2 Objetivos 13
1.5.3 Hipótese 14
1.6 Metodologia 16
1.6.1 A pesquisa de campo 17
(i) Jacadigo 19
(ii) El Salão 22
(iii) Balanço do trabalho de campo 24
1.7 Informações para compreender as populações envolvidas nas pesquisa 25
1.7.1 Campesinato 25
1.7.2 Práticas e racionalidade 27
1.7.3 Revisão dos processos agrários 31
(i) Bolívia 31
(ii) Brasil 35

Capítulo II – OS ELEMENTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS 38

2.1 Região Fronteiriça 38
2.2 Geografia e Pantanal 40
2.3 O processo histórico 41
2.3.1 Os Chiquitanos 43
2.3.2 Formação dos Latifúndios e expansão da pecuária 41
(i) Bolívia 45
(ii) Brasil 48
2.4 Sinopse 50

Capítulo III – OS INDÍGENAS E O PANTANAL DE OTUQUIS 51

3.1 Terras baixas 51
3.2 Aspectos sociais e geográficos da região 53
3.2.1 A nova fronteira 53
3.2.2 Uma floresta e varias promessas de terra 56
3.2.3 A região do estudo: populações, assentamentos e tipos de produtores 58
3.2.4 Pose da terra 60
3.3 El Salao 63
3.3.1 Panorama geral e particularidades 63
(i) As origens 65
(ii) Narrativas da sua realidade atual 66
3.3.2 **Caracterizando o indígena** 69
(iii) As tradições 71
(iv) A indumentária 77
(v) O idioma 77

3.3.3 Estranhos no território 78
3.3.4 O Programa de Regularização e Titulação de Terras 80
(i) O abandono sistemático do pobre 86

Capítulo IV – PANTANAL DE BARRO PRETO 90

4.1 O contexto da região 90
4.2 Impactos Socioeconômicos, Políticos e Ambientais 93
4.2.1 Políticas e Programas 93
4.2.2 A luta pela terra 96
(i) A estrutura fundiária-A história recente 99
(ii) Entendendo o ciclo atual das águas 101
(iii) A pequena produção-caraterização 104
4.3 O Pantanal do Jacadigo 105
4.3.1 Os camponeses 107
4.3.2 A associação dos pequenos produtores do Jacadigo 111
4.3.3 A difícil vida no campo 113
4.3.4 Ajustando com o estado 119
4.3.5. Relações entre cultura, natureza e meio ambiente 126
4.4 Balanço dos resultados 129

Capítulo V – QUEM SÃO OS LOCAIS ? 134

5.1 Análise dos casos 134
5.1.2 As estratégias das roças 136
5.2. Diferenciações 143
5.2.1 Comunidade com diferentes setores organizativos-politicos 143
5.2.2 Comunidade fracionada por duas aspirações de vida incompatíveis entre si 146
5.3 Fazendo generalizações 152
5.4 Conclusões 157

Bibliografia 161

Anexo 1 170

Glossário 172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em Corumbá 101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região fronteiriça Bolívia-Brasil e localização das comunidades 8
Figura 2: Relação Trabalho consumo 28
Figura 3: Espaço vital dos grupos indígenas da Chiquitania e Pantanal..... 42
Figura 4: As missões Jesuíticas na chiquitania 43
Figura 5: Principais ecorregiões no território boliviano 52
Figura 6: Os parques Nacionais do Pantanal Boliviano..... 55
Figura 7: Mapa político do Departamento de Santa Cruz e da Província Germán Busch..... 60
Figura 8: Comunidades indígenas próximas a Puerto Suárez 63
Figura 9: Mato Grosso do Sul – Corumbá 91
Figura 10: Mapa da sub-região da Necolhandia em 1947..... 93
Figura 11: Os Pantanais da Bolívia, Brasil e Paraguai 100
Figura 12: Bacia do Rio Taquari 102
Figura 13: Localização da comunidade Jacadigo 107
Figura 14. Esquema do sistema produtivo utilizado pelos camponeses..... 116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estimações da população de seis ou mais anos por idioma mais falado 77
Quadro 2: Sistema productivo tradicional de El Salao e Jacadigo..... 139

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Estrada de acesso ao Jacadigo 20
Foto 2: Casa Chiquitana 23
Foto 3: Vista do Canal Tamengo em Corumbá 40
Foto 4: Alqueive de quatro anos 73
Foto 5: Animais vítimas do fogo em El Salão 74
Foto 6: Indígena mostra o fogo devastador 74
Foto 7: Paseata dos camponeses-indígenas exigindo a aplicação da lei INRA..... 84
Foto 8: "Um lar", ao fundo a morraria do Jacadigo 106
Foto 9. Pantanal de Barro Preto 126

O nome, desta tese esteve inspirado na obra de Guimarães Rosa, "A Terceira Margem do Rio" pela tentativa de realizar um estudo que seja um tanto diferente, mas também pela intenção de realizar um trabalho de campo abolindo qualquer modelo preconcebido (o que é muito difícil). Por outro, lado a intenção de apreender das comunidades estudadas, das suas atitudes que chocam o senso comum, das figuras quase sobrenaturais representadas no seu meio. Finalmente, para encontrar um rio ou um narrador que nos compreenda e que faça fluir nosso entendimento, diante dos tantos nós que se apresentaram numa pesquisa deste tipo.

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

1.1 Elementos importantes que constituem a tese

A problemática ambiental atual tornou-se um importante espaço de discussão acerca de novos valores éticos, políticos e existenciais reguladores da vida individual dos seres humanos. Contudo, as novas percepções do que representa o meio ambiente aparentemente manifestam-se com a devastação ou com a contaminação de áreas antes preservadas. Não obstante, apesar de parecer inédita esta problemática é antiga[1], periódica, e suas motivações estão intimamente relacionadas à história da humanidade, quando originada da ação racional de tipo instrumental na apropriação dos recursos naturais. Tais motivações obedecem principalmente à urgente necessidade das culturas dominantes por apropriar-se de um maior número de recursos naturais para transformá-los em mercadorias, provocando, desta maneira, os problemas ambientais em conseqüência do controle, posse e produção, sem limite, da natureza. Soma-se ainda a este quadro, a sobrevivência das populações tradicionais das regiões marginalizadas pertencentes, na sua maioria, aos países do Terceiro mundo.

A partir desta ótica, a problemática ambiental é uma questão sócio-cultural que se apresenta segundo o objetivo do sistema capitalista de apropriação do território e do trabalho das famílias camponesas, conjugado com a devastação dos hábitats. Quer dizer, enquanto poucos grupos hegemonizam os territórios com fins lucrativos, um outro grupo maior de indivíduos luta para sobreviver. Portanto, a crise ambiental é o resultado de uma progressiva crise moral das culturas ocidentais (ou que adotaram um modelo de desenvolvimento ocidental) e uma crise socioeconômica principalmente das famílias camponesas. Por exemplo, um dos aspectos que mais chamam a atenção pela crise da modernização é o desmatamento indiscriminado das florestas para fins agropecuários, originados da aplicação de um pacote tecnológico-agrícola, sem exigir um mínimo de responsabilidade em seus impactos. Em outros casos, verifica-se a insuficiência de recursos vitais, como é o caso da água em zonas rurais, centros urbanos e industriais devido à elevada concentração demográfica e ao seu uso ineficiente. Por tal razão, tornam-se cada vez mais visíveis estes e outros fenômenos ecológicos motivando cientistas, acadêmicos e políticos à busca de soluções para esta crise. Ainda assim, alguns deles continuam a analisar esta problemática tomando como eixo principal da sua análise a racionalidade econômico-mercantil (Leff, 1998) o que tem como seqüência a estratégia desenvolvimentista através do próprio discurso capitalista (Escobar, 1995; Sachs, 1999). Este *"disfarce ecológico"* está dando lugar à fixação do "*manifesto"* desenvolvimento sustentável elaborado pelo Relatório Bruntland (WCED, 1987), abordagem que parece manter o *"controle"* de tipo colonial e que, hoje, se difunde nos países latino-

[1] Roberts (1998) levanta a suposição que por volta de 2000 a.C., o fim da civilização da Índia pode ter sido causado por um dos primeiros desastres ambientais causados pelo homem, em conseqüência da excessiva derrubada de árvores para alimentar os fornos de tijolos, que, somada à derrubada para cultivo e pastagem pode ter causado erosão, dessecamento e um colapso da produtividade destruindo o equilíbrio delicado da agricultura, nas margens do Indo.

americanos pela adoção de programas que legitimizam o poder hegemônico do capitalismo rural sobre a pobreza. Os casos mais comuns ocorrem com a apropriação dos recursos genéticos em lugares onde as populações nativas − que habitaram e preservaram ao longo do tempo áreas de alta biodiversidade − hoje não têm mais oportunidades de sobrevivência, a não ser como simples guias turísticos dos seus territórios.

Cabe destacar, que, como resposta a esta racionalidade capitalista promovida principalmente por agências internacionais e algumas organizações não-governamentais, outras concepções e alternativas têm prosperado, principalmente em países do hemisfério sul. Elas, suportadas em parte por teóricos, intelectuais, técnicos ou líderes que trabalham com as comunidades, propõem a reorientação da configuração dominante, pois apóiam e vivenciam os novos movimentos sociais surgidos em prol de demandas em termos de defesa do território, desenvolvimento alternativo, autonomia, autogestão e auto-suficiência. (Diegues, 2001 apud Bookchin, 1980, p. 19) denomina este ideário como "*ecologia social"* ou "*ecologia dos movimentos sociais"* ou, quando vista a partir dos embates entre classes sociais e suas conseqüências no ambiente, é denominada *"ecologismo dos pobres"* (Alier, 1995, p.147). Comumente, tais propostas estão desenhadas a partir do ponto de vista local, onde pessoas que habitam ecossistemas pouco agredidos, próximos a reservas biológicas ou a áreas de proteção ambiental são protagonistas da recuperação e preservação dos seus recursos naturais, ou seja, são processos não planejados intimamente relacionados às realidades local e regional.

Portanto, esta tese procurou concepções alternativas a partir das comunidades e culturas locais que, em sua diversidade, são as que devem definir as normativas para ter uma visão da sustentabilidade conforme seu entorno social, cultural e ambiental, além dos fins puramente econômicos. Também se tentou contrapor suas versões contra a versão dominante da sustentabilidade, que é enxergada pelas instituições governamentais como um instrumento para harmonizar os fins econômicos do desenvolvimento com a natureza.

Conseqüentemente, escolheram-se como universo de pesquisa, as comunidades pantaneiras, e a interação com seu espaço (Pantanal) como a essência deste estudo, pois, constata-se que na região a problemática da terra tem proporcionado, efetivamente o desencadeamento de novos processos de reestruturação das relações homem meio-ambiente. No entanto, no estudo pode-se perceber que este fenômeno possui um caráter paradoxal. Isto porque há, neste caso, a imposição de uma série de novas normas legais, padrões produtivos e valores morais antes inexistentes e que agora têm que ser incorporados pelas populações locais.

Neste contexto, a pesquisa desenvolveu um trabalho comparativo e descritivo sobre a realidade local de duas comunidades rurais que se encontram na região fronteiriça do Brasil e da Bolívia e pertencem a cada um dos países respectivamente. Foram escolhidos os municípios fronteiriços vizinhos de Corumbá no Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil) e o Município de Puerto Suárez, que pertence ao departamento de Santa Cruz (Bolívia). Na fronteira entre os dois países, encontra-se *"O Complexo do Pantanal"*, um bioma que perpassa os limites fronteiriços formando um território de contigüidade física internacional e que está protegido por legislações ambientalistas. Na região, também existem Unidades de Conservação (Brasil) e ainda Áreas Protegidas do Pantanal (Bolívia), mas, apesar desta vizinhança, nestas regiões não existe a presença de um parque transnacional.

Os fatos que chamam a atenção na região da pesquisa são:

⊙ De um lado, uma porção do Pantanal mais conservada (Bolívia) com uma população camponesa de ascendência indígena que enfrenta mudanças do seu hábitat, principalmente pelo reordenamento territorial promovido pelas agências do Estado (Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Planificação - MDSP e Instituto Nacional de Reforma Agrária - INRA) através do Programa de Titulação e Regularização da Posse de Terras que no país é referido comumente como *o "saneamiento de tierras"*.

⊙ A implantação de novos projetos produtivos que continuam a responder à estrutura dominante, como é o caso da exploração irracional dos recursos florestais, sobretudo como fonte de energia para a indústria da mineração. Isto, apesar de a vegetação do Pantanal já ter sofrido devastações há muito tempo e o ecossistema frágil estar em perigo de desaparecer;

⊙ A "*apropriação"* pelos fazendeiros-empresários de grandes extensões territoriais em áreas ancestralmente indígenas não lhes permitindo o acesso à terra.

⊙ Do outro lado da fronteira (Brasil), um ecossistema que nas últimas quatro décadas vem sofrendo um ritmo de agressão que poderia provocar seu completo desaparecimento. Nesta parte do Pantanal camponeses de diversas origens tentam manter seus modos de vida, pois durante muito tempo permaneceram ignorados pela sociedade. No caso estudado através do "*Projeto de Assentamento Rural",* eles enfrentam a difícil tarefa de adaptar-se e "*negociar"* com os diferentes grupos acordos e subsídios para poderem reproduzir-se socialmente.

⊙ A região vem enfrentando modificações importantes no ambiente que estão relacionadas aos efeitos climáticos extremos (intensa seca e intensa inundação), ao aumento do desmatamento e ao assoreamento dos rios derivado da implantação da monocultura da soja em áreas circundantes ao Pantanal.

Outro fenômeno interessante, em ambos os casos, é a chegada dos *"novos imigrantes"*. No caso boliviano, ele se manifesta com a chegada de pessoas da região andina; no caso brasileiro, principalmente por pessoas do norte e nordeste incentivadas pelo programa de assentamentos rurais, que é regulado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em conseqüência, na tese, mostra-se como, no caso do Pantanal, os diferentes grupos pesquisados atuam de diferentes maneiras, quando estão "*comprometidos"* com as florestas os rios e as lagoas. Da mesma maneira, os diferentes níveis abstratos que as pessoas atribuem a uma área tão especial e frágil como o Pantanal, revelam a necessidade de tratar este bioma como mais do que uma entidade física, pois a floresta e seu hábitat sendo um fenômeno social-cultural reflete-se na maneira de pensar das pessoas e isto é expresso no seu estilo de vida, da maneira em que Tilley (1994) afirma:

> *"Um espaço central e significante envolve diferentes tipos de conjuntos específicos de acoplamentos entre o espaço físico de um mundo criado não-humano, os estados somáticos do corpo, o espaço mental de cognição, e representação e o espaço do movimento, encontro e interação entre pessoas e entre pessoas e o ambiente humano e não-humano" (Tilley, id. p.10) (Tradução própria).*

1.2 A estrutura da tese

De maneira sintética a estrutura dos cinco capítulos configura-se da seguinte maneira: no Capítulo I, objetiva-se introduzir os elementos determinantes que influenciaram a seleção da área de pesquisa e escolha das comunidades. Também se apresentam os elementos teóricos que ajudaram na formulação do objetivo e da hipótese. Continua-se apresentando a abordagem metodológica e em seqüência dois elementos importantes para compreender as intervenções dos governos através de programas: quem é o camponês destes países e como foi implementada a reforma agrária.

Na seguinte, seção que consiste no Capítulo II, faz-se uma síntese das características regionais e dos componentes históricos que influenciaram na formação e evolução do espaço agrário no Pantanal. Os capítulos III e IV formam parte dos estudos de caso das comunidades. Neles, se descrevem suas diversas práticas e a influência dos processos desenvolvimentistas implementados na região; também se discute como os atores principais são influenciados pelos diferentes valores introduzidos a seu meio.

Por final, no capítulo V, em função da discussão nos anteriores capítulos estabelecem-se algumas comparações, e se propõe um possível modelo de sustentabilidade que poderia ser aplicado nos futuros programas regionais.

1.3 As sociedades tradicionais rurais no cenário do desenvolvimento

Faz três décadas que os modelos nacionais de desenvolvimento entraram em crise profunda. O conceito de desenvolvimento relativizou-se ao extremo tanto que as soberanias nacionais dos países pobres têm sido limitadas a meras formalidades. A mudança das relações de produção e de poder, nas formas de vida e cultura é de tal profundidade que custa imaginar o futuro. A consolidação de uma economia global − de natureza neoliberal − ameaça a toda a humanidade com um aumento da exclusão social sem precedentes na história (Souza, 1999). Nesse contexto, as distintas visões do desenvolvimento rural, tradicionais ou não, têm ficado à margem da marginalidade e têm sido relegadas das prioridades, das políticas públicas. Assim, adiaram-se as possibilidades de diminuição da exclusão e a pobreza de dezenas de milhões de indígenas e camponeses.

Precisamente porque a extrema pobreza na maior parte de América Latina é rural e em países como Bolívia com um componente indígena forte, é preciso insistir com ênfase na criação de uma renovada institucionalidade que fortaleça o poder sócio-econômico-político dos pobres rurais. Não se trata de retornar às *"utopias"* dos anos 1960 numa tentativa de construir as sociedades nacionais a partir de uma visão romântica, exclusiva e excludente do camponês, do indígena, nem de copiar modelos institucionais alheios às heterogêneas realidades sociais e culturais. Um pré-requisito para a nova institucionalidade é o reconhecimento da complexidade das mudanças das últimas décadas. Elas se referem a: formas de organização para o trabalho rural-urbano das famílias camponesas; aos permanentes e acelerados fluxos migratórios do campo para a cidade; à estreita articulação das formas de vida e de trabalho entre as comunidades camponesas, as cidades e seus mercados; à competição em nossos próprios mercados internos desprotegidos pela livre importação de produtos agropecuários e alimentícios dos países ricos; à crescente diferenciação interna das famílias camponesas dentro de suas comunidades e sua inserção nitidamente desigual nos mercados de produtos, de serviços e de recursos naturais.

1.4 O discurso do desenvolvimento

A complexidade da situação exposta anteriormente e a persistência da extrema pobreza obriga-nos a buscar novos caminhos para impedir que se continue excluindo do crescimento a população da área rural, camponesa e indígena. Nos últimos anos vislumbra-se cada vez mais a necessidade do respeito à relação desenvolvimento humano/sustentabilidade ambiental, como a única forma de assegurar o futuro do planeta, principalmente após a deterioração, contaminação e danos que têm causado o processo de desenvolvimento intensivo aplicado até hoje; em conseqüência, surge a necessidade de olhar o conceito de desenvolvimento a partir da concepção comunitária para propor alternativas de futuro.

A noção de desenvolvimento sustentável[2] tem sido discutida, debatida e utilizada sob diferentes perspectivas pelos mais variados agentes sociais, seja no espaço acadêmico ou no interior de instituições ligadas ao aparato estatal ou organizações sociais. Tais debates têm suscitado uma imensa gama de entendimentos e posições que variam entre dois extremos: de um lado, aqueles que postulam o desenvolvimento sustentável como um caminho possível para a instauração de uma nova racionalidade econômica capaz de oferecer respostas adequadas às contradições e "*doenças"* sócio-ambientais geradas pelo capitalismo; de outro, aqueles que acreditam que esta abordagem é um artifício ou uma ideologia que busca mascarar o caráter essencialmente depredador do capitalismo.

No entanto, independente da posição adotada a realidade é que a idéia de desenvolvimento implementada na América latina é inerente à racionalidade ocidental moderna que constituem os elementos de uma "*formação discursiva"* no sentido proposto por Foucault[3] (2003a). O conjunto de sentidos construídos em torno da idéia de desenvolvimento − grande parte − assentados em uma inabalável crença na capacidade dos recursos da ciência para gerar aparatos tecnológicos, produzir sistemas de organização mais eficientes e alimentar um progresso constante na qualidade de vida das sociedades, tornou-se um elemento central no funcionamento da lógica de operação do capitalismo industrial, passando do *"cerne"* deste processo expansivo a colonizar o mundo.

Esse discurso está hoje presente no fundamento ideológico das entidades promotoras dos planos de desenvolvimento internacionais, que sempre mostraram sua desconfiança em relação à habilidade das sociedades tradicionais do Hemisfério Sul, principalmente quando as comparam com o conhecimento tecnológico ocidental e, depois, as caracterizam como "*ineficientes e em retrocesso*". Com efeito, nesta região a estratégia de introduzir tecnologias ocidentais significou no passado assumir essa velha convicção errônea para mudar o que estava *"pouco desenvolvido*", dando início através dos *"expertos"* do velho continente ao debate teórico e político em torno da definição dos limites do crescimento (Meadows, 1972).

---

[2] Surgido na década de 1980 foi enunciado pela primeira vez pela União Internacional para a Conservação da Natureza -IUCN. Seu conceito esteve demarcado no contexto da *"estratégia mundial da conservação"*, que definia a sustentabilidade sob dois conceitos chave: *1- O conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que deveriam receber a máxima prioridade; 2- A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.(Viola e Leis, 1995 .p. 78).*

[3] A compreensão dos mecanismos de funcionamento de uma "*formação discursiva"* passa pela análise das interrelações entre os três eixos que a definem: as formas de conhecimento através das quais são elaborados seus objetos, conceitos e teorias; o sistema de poder que regula suas práticas; e as formas de subjetividade que buscam moldar a partir desses saberes e dessas práticas determinantes (ibid.).

Entretanto, a partir da enunciação do modelo de desenvolvimento sustentável delineado pela comissão Bruntland (WCED, op. cit.), seu discurso apresentou-se como uma justificativa para defender interesses e acalmar os movimentos *desencadeados pela emergência da questão ambiental*. Desta forma, a emergência da noção de desenvolvimento sustentável não foi considerada como resultado do progresso ao longo de um *conjunto contínuo de princípios* sobre a consciência social acerca dos limites do desgaste ambiental. Mostrou-se, inicialmente como preservador da natureza. Porém, sem considerar nem questionar a verdadeira causa da crise ambiental: os modelos econômicos importados restritos ao setor empresarial, determinante da apropriação e desperdício dos recursos naturais por grupos de poder empresariais ou como no caso do Brasil com a crise gerada "*pela industrialização desordenada"* (Neder, 1995.p.42.). Tratava-se de discursos para promover a gestão dos recursos naturais, considerando a terra como o "*objeto"* em perigo, mas que, ao mesmo tempo deveria ter crescimento econômico adequado. Com esta retórica, a responsabilidade de administrar os recursos naturais somente poderia ser feita por normas estabelecidas pelos financiadores e planejadores do Hemisfério Norte quem teriam conhecimento suficiente para induzir o mundo à mudança nos valores culturais, à preservação dos recursos naturais e a consolidação do desenvolvimento baseado na sustentabilidade.

Escobar (1995) reconhece que a desconfiança por parte de grupos conservacionistas, financiadores e agências de desenvolvimento que atuam em países do terceiro mundo representa um grande problema quando se toca em assuntos relacionados às comunidades. O autor destaca que uma maneira de encarar este problema é identificar "*por trás"* daquele discurso as *"falsidades"* expressas em práticas e teorias comprometidas com o suposto desenvolvimento. Este reconhecimento torna-se uma das principais condições para tomar um novo rumo que leve à solução dos problemas dos países do terceiro mundo. Portanto, a busca do empoderamento da comunidade, debater sobre o discurso do desenvolvimento, conhecimento local e decisões da comunidade são fundamentais para dar o primeiro passo.

Por exemplo, os discursos sobre a biodiversidade sempre tendem a ressaltar a linha divisória que separa a cultura euro-norte-americana de outras culturas. Segundo estes, os povos indígenas e os agricultores somente podem materializar a riqueza dos seus recursos através da biotecnologia, mercado ou propriedade intelectual. Entretanto, para muitas sociedades indígenas e camponesas, os genes e os direitos de propriedade intelectual são categorias ou conceitos que não têm nenhum sentido.

> "*As categorias localmente significativas, incluindo o parentesco, a reciprocidade, os bens em comum e formas não mercantilizadas de compensação não se traduzem com facilidade a conceitos ocidentais de genes, pessoas e propriedade individual" (id.,1999. p. 19). (Tradução própria).*

Conseqüentemente, esse discurso sugere a aplicação de práticas racionais e objetivas para aplicá-las à natureza. Adotá-lo significaria penalizar sem nenhum motivo válido as comunidades camponesas e indígenas, afastando-os definitivamente do seu convívio diário com seu entorno; logo, não se pode dissociar a humanidade da natureza, não se pode menosprezar a capacidade científica de saberes de outra natureza, de outra racionalidade, lógica e cultural destas sociedades. Esta separação é a principal causa da deterioração ambiental do planeta, que, em prol do desenvolvimento econômico não define uma proposta de redistribuição da riqueza.

Diferentemente do objetivo que busca a versão de sustentabilidade do Norte, no Hemisfério Sul tem-se recriado esse termo para estruturar as lutas contra a pobreza que estão intimamente ligadas à defesa do território regional. O caso do Equador − a título de exemplo − mostra como as sociedades indígenas enfrentaram-se com os governos e as empresas em oposição à exploração e a instalação de companhias petroleiras em territórios indígenas na selva. Por outro lado, na Bolívia, camponeses da região dos vales lutaram nas ruas dos centros urbanos contra o autoritarismo governamental enfrentando forças militares, numa guerra que se denominou *"a guerra da água",* evitando, desta maneira, a privatização dos recursos hídricos. Quer dizer, o discurso de remédio da natureza do primeiro mundo tornou-se em um discurso de defesa do território para as populações rurais do terceiro mundo (Alier, op. cit.); essas populações rurais ao precaver-se do grande interesse de empresários pela riqueza natural dos seus territórios, iniciaram um processo de conscientização sobre a importância da "*reação"* para as pessoas do resto do país. Não se limitaram somente à defesa do espaço que lhes havia sido definido pelos governos, mas lutaram por um interesse coletivo regional.

Apesar disso, para as populações rurais que ainda não têm visualizado essa maneira de agir como uma oportunidade para ganhar espaços políticos dentro da sociedade dominante, a nova colonização cultural e ecológica pode ter efeitos negativos. De um lado, são limitadas a permanecer num determinado território. Do outro, incentiva-se à apropriação da terra pelos latifundiários e ainda os afastam de determinadas áreas, pois são considerados "*depredadores"* dos parques nacionais ou das áreas protegidas e não lhes permitem participar do desenho dos programas de desenvolvimento por ser este objeto da sua recuperação e preservação.

A importância de estruturar programas que integrem a diversidade cultural e social fundamenta-se em evitar a perda de hábitats através de instrumentos que promovam a introdução de investimentos sociais para o campo. Portanto, é preciso a procurar *"reciclagem"* da sustentabilidade, separando a rigidez característicos dos desenhos feitos a base de manuais de uma compreensão cabal do uso dos recursos naturais, que é a via do processo de reconciliação com o que foi depredado no passado pela exploração irracional da natureza. Dita reconciliação deveria estar sempre no processo de reconstrução dos hábitos das comunidades, das realidades esquecidas das culturas do meio rural, e claro, sem colocar como um fato pré-estabelecido que indígenas ou camponeses são atores que agem de maneira sustentável com seu entorno. Assim, evita-se culpar de maneira enfática a vítima do seu próprio mal como se faz no relatório Bruntland. Contrariamente, deve ser enfatizado que a fortaleza destas sociedades fundamenta-se no conhecimento não sistematizado. Ele é empírico e renovado no quotidiano, principalmente porque é *"coletado"* através da socialização constante com a natureza.

1.5 Seleção do estudo e da região

A principal motivação para realizar este estudo foi conhecer algumas causas da crise ambiental em comunidades camponesas, o que pode permitir vislumbrar o discurso da *"sustentabilidade"* em um nível mais amplo; além disso, uma proposta ainda em processo de consolidação.

Prévia à descrição e à identificação da problemática local é importante mencionar primeiramente a maneira em que foi selecionada a região da pesquisa. Neste sentido, esta escolha foi influenciada pelo fato de o autor desta tese ter participado, em 1998 e 1999, de um projeto governamental de avaliação do impacto ambiental para a construção e melhoramento do denominado Corredor Rodoviário Santa Cruz – Puerto Suárez, que

representa uma antiga aspiração do Governo Boliviano. Esta região localizada a uma distância de seiscentos quilômetros entre a cidade de Santa Cruz e a região fronteiriça com o Brasil (junto à cidade de Corumbá) (fig. 1), está interligada por um trem e uma estrada de terra que se torna quase intransitável durante a época de chuvas.

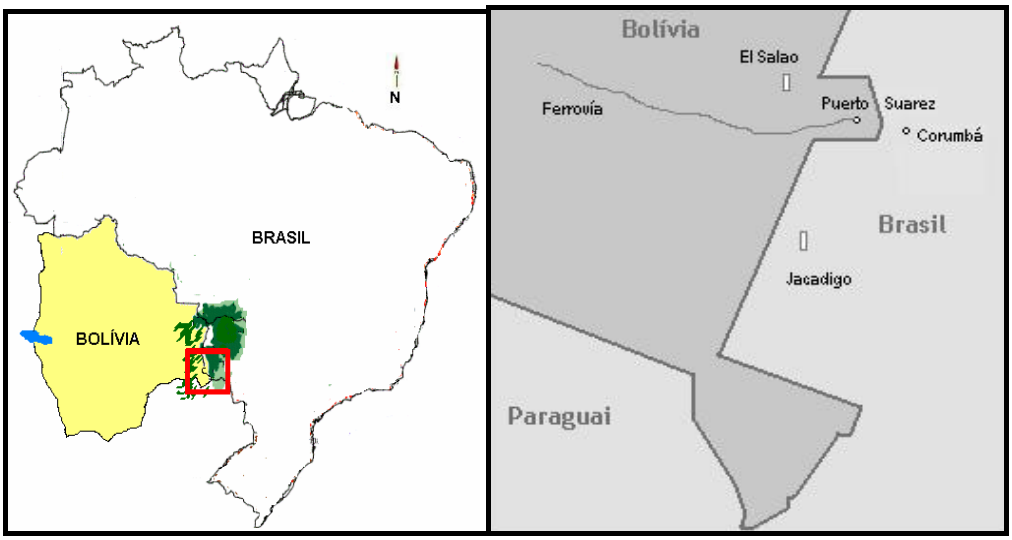

Figura 1. Região fronteiriça Bolívia-Brasil e localização das comunidades

Fonte: Elaboração própria

Nesse projeto, o objetivo governamental era promover o desenvolvimento econômico e social da extensa região do extremo oriental do país, até hoje limitada pelas dificuldades de acesso. Assim, com a melhora da eficiência do corredor de exportação entre as zonas de produção agrícola de soja, de carne, de madeira e de outros produtos agroindustriais promover-se-ia uma maior integração econômica com os países do Mercosul[4]; quer dizer, haveria a vinculação das diversas zonas do departamento de Santa Cruz com porto Hidroviário de Puerto Aguirre (que permite a interconexão com a Hidrovia dos rios Paraguai-Paraná e dali com navios oceânicos). Naquela época divulgava-se, como modelo, a seguir, o sucesso da construção do gasoduto Bolívia-Brasil que atravessa pela região.

O papel do autor como engenheiro agrônomo foi participar no denominado Plano Operativo de Ação do Governo como parte de uma equipe multidisciplinar no Subprograma de Desenvolvimento Comunitário, com o intuito de elaborar um diagnóstico de tipo agrário na área. Deveria elaborar um estudo sobre as condições dos sistemas de produção agrícola de algumas comunidades rurais da província Germán Busch, incluindo o Município de Puerto Suárez, já que muitas delas estariam ameaçadas de sofrer desapropriação de suas terras ou seriam prejudicadas pelos impactos ao meio ambiente com a construção da estrada. Naquela época, falava-se de uma dívida social acumulada do passado, na qual a falta de participação e acordo com as comunidades tinha sido um fator quase constante.

Uma das razões que facilitou a chegada e a estada na região, foi o fato do autor conhecer muito bem o Município de Puerto Suárez, Corumbá e a região fronteiriça desde inícios da década de 1990, pelas constantes viagens que realizava na ida e volta ao Brasil,

[4] No Mercado de Livre Comercio do Sul, a Bolívia constitui-se um membro associado.

época em que era estudante de agronomia em Lavras (MG); isso, lhe permitiu observar e refletir sobre as mudanças regionais no setor agrário com o decorrer dos anos. Entretanto, as percepções que teve na época do projeto, colocaram-no diante de problemas ainda pouco conhecidos, mas com forte peso na dinâmica das relações socioambientais daquele local. Assim, pode perceber como eram recentes e intensas as modificações trazidas pela problemática ambiental principalmente a racionalidade imposta pela modernização para aquela região, concebida pelas agências governamentais como um processo de mudança econômico-socio-política, pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais de base rural, para criar novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento. Portanto, devido à introdução de novas formas de agressão ao meio ambiente, tornava-se evidente um mal-estar relacionado aos processos de mudança nos modos de vida e dos agentes sociais, sobretudo dos pequenos agricultores indígenas; como por exemplo, a preocupação com a reorganização do espaço territorial local e reprodução-distribuição de espécies animais e vegetais.

Outro ponto importante a ressaltar, é que durante seu mestrado em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal de Lavras teve o autor a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos na questão agrária brasileira, o que reforçou seu interesse em incluir uma comunidade pantaneira do Brasil na pesquisa. Por outro lado, o interesse em conhecer as problemáticas regionais agrárias de ambos os países fronteiriços e como os vizinhos, definindo uma oposição, um limite territorial, mas sendo incapazes de viver sem a influência e a interferência do outro. Assim, se o que faz a rigidez de uma fronteira nacional diluir-se é o seu aspecto regional, a posição do autor como pesquisador também seria a de observar como pessoas, comunidades e instituições ligadas a estas fronteiras pensam, posicionam-se e se relacionam através deste espaço. As fronteiras, de fato, ou dinâmicas (Becker 1994; Little, 1997) são fronteiras nacionais caracterizadas pela permeabilidade (Marcano 1996), ou seja, fronteiras que não impedem a passagem de indivíduos humanos e da fauna ou flora local.

Não obstante, o que mais lhe chamou a atenção, na região do Pantanal brasileiro, foram: as imposições ambientais, instaladas pelos sistemas pecuários modernos, em contraposição dos manejos praticados pelos colonos imigrantes, caboclos, indígenas; a mudança do tipo de estrutura fundiária e de organização das unidades produtivas dos agricultores-pescadores; os diversos grupos de agricultores e as complexas redes de relações (de parentesco, em especial) que se criaram entre eles; a manutenção muito presente de vínculos socioculturais ligados a um ainda recente passado em que predominava uma agricultura do tipo *"colonial"*; a permanência de populações remanescentes de quilombos e de grupos indígenas; a existência de uma variedade de formas de agricultura que se situam dentro de um amplo espectro em que coexistem práticas *"ecológicas"*, *"tradicionais"* e *"produtivistas"*. Todas estas peculiaridades conferem à problemática ambiental um importante papel de transformação naquela realidade.

Em virtude dessas considerações, foram selecionadas as comunidades dentro de um espaço com alguma homogeneidade ou identidade natural e cultural, adotando como suporte o trabalho de Schneider e Schimitt (1998, p. 34), que ajudou a estabelecer uma sistematização. No entanto, sem estabelecer nesse processo "*fronteiras rígidas"* entre as diferentes operações teórico-metodológicas inerentes à atividade de investigação e considerando, portanto, a existência de um certo grau de simultaneidade entre os distintos procedimentos:

a) *A seleção de duas ou mais séries de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis.*

A seleção de fenômenos com recortes claramente delineados, no tempo e no espaço; identificação de instâncias empíricas capazes de "*reproduzir os aspectos essenciais dos fatos ou fenômenos investigados, selecionadas e coligidas em totalidades coerentes".*

b) A definição dos elementos a serem comparados

Alguns autores, partem de modelos explicativos previamente construídos[5], nos quais as variáveis a serem comparadas já se encontram claramente especificadas; exigem do pesquisador uma série de opções que são decisivas do ponto de vista do resultado final do trabalho de investigação, uma vez que conceitos e construções teóricas nem sempre estabelecem relações claras com grandezas observáveis. No entanto, as variáveis que deverão servir com o objeto de comparação são construídas a partir da análise dos próprios casos selecionados, o que é feito, por vezes, com o auxílio de outros procedimentos que podem ser associados ao método comparativo, como, por exemplo, a abordagem histórico-estrutural.

c) *A generalização*

O autor identifica dois momentos inerentes na comparação: um momento analógico, relacionado à identificação das similitudes entre os fenômenos e um momento contrastivo, no qual são trabalhadas as diferenças entre os casos estudados. No entanto, o que se espera, é que o método comparativo possa servir como uma bússola para que o cientista social consiga realizar sua viagem, explorando os caminhos que se abrem no decorrer do processo de investigação, sem se afastar demasiadamente, no entanto, de um trabalho sistemático sobre as interrogações que o motivaram no início de seu trabalho. Isso implica descobrir os elementos comuns aos diferentes casos, típicos para as diferentes classes de casos, ou singulares, que não podem se repetir.

1.5.1. Evidenciando o problema da pesquisa

Quando se pensa na temática das populações tradicionais[6] e, como principal foco de análise, sua relação com o meio ambiente, pode-se dizer que nos últimos quinze anos (principalmente depois da ECO 92) esta chamou a atenção do poder público, de organizações civis e de pessoas interessadas em promover a preservação dos vários ecossistemas, entre eles o Pantanal. Com isso, uma série de novos agentes sociais (fiscais, ONG's, novos *"moradores rurais"*, turistas, pesquisadores, educadores ambientais e outros profissionais da área)

[5] Moran (1984) assegura que as técnicas usadas numa análise comparativa para analise do ecossistema são raramente padronizadas, e o pesquisador deve proceder na suposição que as diferenças significativas não se devem a diferenças no campo técnico. As análises comparativas podem produzir generalizações sobre processos causais ou de desenvolvimento, mas é mais revelador quando as correlações podem ser detectadas entre variáveis em sistemas que diferem em um ou mais aspectos. Por causa dos controles rigorosos, não é comum aplicar estatística "*fina"* é quase impossível. Confiança na literatura para os diversos casos inevitavelmente inclina a amostra em favor de vieses da literatura disponível.

[6]

apareceram na região. Todos com visões distintas (pelo menos inicialmente) daquelas dos habitantes locais sobre a preservação do meio ambiente.

No entanto, pode-se pensar que a abordagem de novos modelos e valores sobre o que representa natureza e meio ambiente, não aconteceu sem que se gerem situações de conflito. Em conseqüência, inserindo-se, transversalmente, nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, o meio ambiente *"torna-se moda"*, adquire um novo sentido, gera novas demandas e debates. Por efeito desta extrema variedade e complexidade, os atores sociais são habitualmente chamados a se posicionar sobre as *"inovações"* que a problemática ambiental lhes apresenta. No caso em questão os motivos são: a escolha e permanência das populações locais e o uso dos seus sistemas de produção local como o ponto central de análise. No caso do Pantanal, os fatores importantes, como principal sustento das lutas geradas em torno da problemática ambiental, baseiam-se nas características peculiares da região: um bioma extraordinário, porém fragilizado pela atividade humana (desmatamento, assoreamento, contaminação pelas atividades de mineração, eliminação de áreas com muita biodiversidade para atividades pecuárias). Além do mais, somam-se às características mais propriamente vinculadas as relações que se instalam entre as suas populações humanas e o meio físico-biológico circundante. Exemplo disso são os sistemas pecuários únicos no mundo e praticados na região.

No caso boliviano a evidência de um mal-estar social torna-se evidente no início da década de 1990, quando, nas terras baixas bolivianas do oriente do país, grupos nativos reivindicaram a posse legal dos seus territórios. Estes, impulsionados pelos novos movimentos, sociais indígenas e de camponeses provocaram a revisão e reestruturação por parte do Estado dos programas de reforma agrária e de colonização. Estes conflitos apressaram a formulação de uma nova lei de terras, denominada Lei INRA, em 1996, que estabeleceu a imediata revisão dos títulos agrários e de posse da terra. Na região específica da pesquisa, verificou-se que a realidade atual do indígena é a de um personagem "*campesinizado"* e colonizado há décadas por um discurso elaborado pelo estado que se orienta em direção à integração do mundo moderno, mesmo, sabendo que experiências similares do passado "*nunca"* resultaram em "*nada"*; porque a identidade e o reconhecimento da própria cultura estão sendo perdidos.

A principal preocupação dos "*comuneiros indígenas"* (membro da comunidade) é a perda do seu patrimônio natural; esta expressa, na apropriação da terra pelos "*estancieros"* (latifundiários), os *"brancos"* que não sofreram nenhum tipo de expropriação no passado. Isto acarretou a perda do hábitat natural pela exploração irracional dos recursos nestas áreas. Todavia, este problema não consegue ser resolvido simplesmente limitando os empresários do "agro" ou a "*loteadores"* (grileiros), mas à atuação efetiva do Estado é fraca e não consegue aplicar a nova lei de terras através do Programa de Titulação e Regularização da Posse de Terras e, portanto, não consegue delimitar e definir os verdadeiros proprietários. Ainda, soma-se a este cenário o anuncio da construção da Estrada Santa Cruz-Puerto Suárez, que segundo Heredia (2005) cria uma luta de "*enlouquecidos"* pela apropriação das terras no novo pólo de desenvolvimento.

Esta conjuntura determinou que quase todos os envolvidos, direta ou indiretamente com a questão da terra, não tenham nenhuma garantia jurídica em relação a sua posse. Enquanto isso, não existindo um proprietário legal (apesar os *estancieros* asseverarem ser os donos verdadeiros), as queimadas para abrir novas áreas agrícolas e a extração de recursos florestais e minerais nas áreas próximas, dificultam muito a enfraquecida vida comunitária que se vê impossibilitada de ter sua "*selva"*, sua terra e de ter seus recursos para sustentar-se.

Somam-se a estes problemas as ameaças de expropriação do restante do seu território para a implantação do projeto rodoviário o que implicaria a desagregação da comunidade.

No caso brasileiro, na comunidade pesquisada, o que chama atenção em relação ao camponês é sua imensa dificuldade para reproduzir-se socialmente neste ambiente. Após serem expulsos das suas propriedades pelas enchentes, que neste caso foram agravadas pelo assoreamento, eles tiveram de se adaptar e viver dentro do esquema delineado pelo "*Projeto de Assentamento Rural"* e nesse processo de negociação correm o risco de perder sua dimensão histórica e social que é essencial para continuar sua reprodução social. O assoreamento dos rios do Pantanal foi um desequilíbrio causado pelo homem em função de políticas agrícolas de incentivo à monocultura em regiões circundantes ao Bioma, provocando o enchimento das calhas dos rios pela terra e, portanto o bloqueio da passagem da água, esse fenômeno somado ao desmatamento origina na atualidade tanto inundações como secas cada vez mais extremas.

Por outro lado, este camponês, ao permanecer oculto durante muito tempo para os olhos da sociedade local não foi valorizado, e até hoje, é visto como uma personagem de pouco aporte econômico no Pantanal, pois, na região sempre foi um costume aplaudir o grande pecuarista. No passado, este camponês lutou muito por ter um "*lar"* próprio e os que conseguiram obtê-lo e se mantiveram na "*resistência"* produziram um espaço com características (econômicas-culturais) especiais.

A conjugação dos elementos resultantes das transformações econômico-sociais dos últimos dez anos configurou um tipo de relação destes camponeses com o centro urbano de Corumbá, que se tornou cada vez mais dependente e determinante, o que indica a necessidade de tentar estabelecer "*um novo vínculo"* campo-cidade que ajude a preservar e subsidiar estas populações. Sua organização ainda se apresenta como essencial para obter uma visão alternativa de relação com a natureza oposta à visão desenvolvimentista de valoração do capital.

A partir desse complexo contexto das relações que envolvem ambiente, culturas tradicionais, seus mediadores sociais, sistemas agropecuários de produção local, e planejadores dos órgãos públicos, pode ser assinalada uma problemática: essa realidade provoca um processo de desestabilização no ecossistema e esta interferência apresenta-se de forma difundida e contraditória, pois, atua nestes espaços transversalmente sobre as relações sociais, econômicas, políticas e ecológicas. Portanto, se considerarmos que os agentes e grupos sociais que lá residem possuem trajetórias de vida e formas de perceber e agir substancialmente distintas sobre a realidade e do meio ambiente, uma série de interrogações pertinentes podem ser levantadas:

- *De que maneira são apresentados os juízos de valor, quer dizer que valores e discursos são oferecidos pelos diversos atores, com a intenção de validar seu entendimento sobre o que representa ambiente?*

- *De que modo as especificidades destes espaços, em termos ecológicos e sociológicos, interferem na produção destas diferentes concepções?*

- *Quais são os fatores responsáveis deste tipo de manejo da terra?*

- *Diante do modelo econômico capitalista, as culturas tradicionais ou populares adquirem novos significados ou geram resistências?*

1.5.2 Objetivos

Com as situações descritas, as sociedades camponesas não, necessariamente, aceitarão de maneira integral, as políticas ou propostas de desenvolvimento pensadas pelos responsáveis pelo planejamento dos órgãos públicos, das instituições de pesquisa ou ainda, das organizações não governamentais.Assim, poderia existir nestas comunidades reações imprevistas que oferecem alternativas diferentes às planejadas.

Conseqüentemente, o *objetivo* desta tese foi conhecer os elementos sócio-ambientais expressos na forma de práticas de manejo local que os camponeses pantaneiros constroem, vivenciam ou utilizam para lidar com as transformações que chegam na forma de novos processos agrários, ou tecnologias produtivas a seu espaço social e geográfico. Isto visando dar um sentido prático ao discurso teórico da sustentabilidade. Na pesquisa *"conhecer"* não significou *"medir"* a capacidade de aceitação dos processos produtivos impostos à população local, mas distinguir os intrincados processos comunitários que fazem com que uma política ou projeto seja aceito ou rejeitado e o quê os atores internalizam no momento em que acontece esta interação.

Desta maneira, escolheu-se um território contíguo representado pelo bioma Pantanal onde existem diversificados sistemas de produção. Para este intuito, a pesquisa foi dividida em dois casos: um, envolvendo uma comunidade rural indígena da Bolívia e outra camponesa do Brasil, em uma área de fronteiras nacionais regidas por cosmografias ambientais que sofreram uma forte influência das políticas desenvolvimentistas. O olhar interno ou local foi obtido a partir de entrevistas com os habitantes da comunidade e representantes das suas organizações em nível comunitário e sindical, mas também com observações e pesquisas em arquivos e jornais, tanto do lado brasileiro quanto do boliviano. O olhar externo foi obtido através das agências de desenvolvimento que atuam na região. Como será descrito adiante, a escolha por enfocar a comunidade, deve-se ao fato de esta ser o local de manifestação das variáveis convergentes e a principal testemunha ao longo das décadas das políticas e transformações regionais e ambientais, na fronteira e no Pantanal.

Quando se fala de focar também as práticas de manejo local, a pesquisa sustentou-se na afirmação de que, ao estudar o trabalho destas pessoas no seu dia-a-dia, podem ser reveladas visões e percepções sobre a natureza do conhecimento tácito que é usado como recurso e manejo do ecossistema (Berkes e Folke 1998).

A partir dessa idéia central, foram estabelecidos alguns objetivos específicos:

a) apresentar os fundamentos sobre o provável processo de transformação dos sistemas produtivos tradicionais e o impacto que este tem na vida social e cultural. Ou seja, conhecer como, quando, onde e por quê as comunidades rejeitam ou aceitam uma proposta produtiva diferente das que elas tem como cotidianas em sua vida. De tal maneira que se possa teorizar sobre o processo de *"transformação"*, conhecer quê tradições ou costumes inventam, reinventam, mantêm a abandonam.

b) a face das situações de dominação que podem ocorrer nos ecossistemas, perceber como as diversas formas do *"pensar"* e do *"agir*" dos atores ou dos mediadores sociais sobre o meio ambiente estão sendo colocadas com vistas a consolidar um tipo de visão considerada como *"adequada"* em termos de política ambiental;

c) estabelecer algumas das conexões entre as condições objetivas e entre o passado e o presente daquele ecossistema, ou melhor, entre os vínculos espaciais e temporais que permanecem vivos na maneira como os agentes percebem e agem sobre o meio ambiente;

d) observar como na região são introduzidos novos elementos de identidade e que são construídos e vivenciadas no caso específico deste território contíguo.

A diferenciação nos dois estudos de caso: um bioma em duas conjunturas diferentes é importante; principalmente se considerarmos que o sistema terrestre apresenta um padrão de ordem, manifestado por uma estrutura, da qual fazem parte as várias subunidades, que se constroem e se relacionam criando campos de interação. Portanto, a noção importante a ser construída para se compreender suas microestruturas de análise, vistas como totalidades multidimensionais é a de "combinação de complexo" (Le Bourelgart, 1984). Por outro lado, Moran (1984, apud Brookfield 1970) comenta que os estudos em nível "*micro*" que usam os ecossistemas como "unidade de análise" têm provido valiosas abordagens no que se refere ao fluxo de energia, saúde e nível nutricional das populações, taxa de eficiência relativa de varias formas de organização de trabalho e práticas de cultivo, dentro de aspectos ou estratégias de subsistência. Portanto, a tentativa de conhecer, resgatar algumas subunidades desse complexo nos dois casos, em estudo constitui, sem dúvida, um pequeno aporte à compreensão desse "*organismo vivo"*.

A combinação deste complexo constitui a manifestação da combinação do conjunto da totalidade de elementos convergentes da realidade, em uma porção precisa da superfície terrestre, passível de ser identificada como unidade. Expressa-se por fenômenos de convergência em campos interativos distintos, manifestando-se como ordem de complexidade, nas múltiplas "*dimensões e escalas de organização do planeta"* (Le Bourelgart, op. cit., p. 95) Em conseqüência, essas duas realidades, cada uma com características próprias dessa complexidade podem mais bem compreendidas, nas modalidades impostas por sua ação combinada. Assim, a forma de um relevo emerge da ação convergente de variáveis geológicas, hidrológicas e climáticas, como também sofre interferências de fatores biológicos e sociais. Da mesma forma, para se interpretar o fenômeno econômico, não se pode abordá-lo como simples abstração, sob pena de se transformá-lo em falsa individualidade, por estar fora de uma combinação localizada. O fenômeno econômico, como os outros (sociais, biológicos e físicos) é sempre expressão da coerência estabelecida nessa combinação de variáveis sociais, políticas, biológicas e mesmo físicas. O local de manifestação das variáveis convergentes apresenta existência objetiva. Portanto, é constituído de estrutura e corporalidade. Retrata a ordem da maneira como tais variáveis se ligam e se relacionam. Logo, o local é a edificação formal das interações que incidem naquele plano de contato e constitui sua unidade estrutural, ou seja, a forma física da combinação, podendo ser delimitado, mapeado e observado.

1.5.3 Hipótese

As questões formuladas anteriormente permitem estabelecer a seguinte hipótese: a transformação da estrutura produtiva da comunidade rural estaria definida pelas distintas maneiras em que se estabelecem os programas de desenvolvimento para as regiões rurais. Estes programas de maneira geral tendem a desarticular a estrutura sociocultural da comunidade; quando a comunidade não se desagrega, ela se adapta. No entanto, esta adaptação pode comprometer a preservação da sua cultura. Aconteceria o oposto, se houvesse

o fortalecimento da auto-suficiência comunitária e a implantação de sistemas produtivos que diversifiquem a base produtiva para o melhora do nível de vida da comunidade.

Comumente, os benefícios desses programas têm tido a tendência de gerar bem-estar a poucos, principalmente aos *"mediadores-empresários"* que se dizem articuladores entre a comunidade e os grupos externos. Tais mediadores são os que tiram maior proveito dos programas, o que lhes traz, como conseqüência a segurança de relações mais adequadas com o resto da sociedade, deixando os menos capacitados com possibilidades limitadas, talvez com *"sobras"* que se traduzem na entrega de recursos não-adequados e fora de época.

As duas primeiras frases da hipótese afirmam que as comunidades rurais sofrem desarticulação em sua estrutura sócio-cultural devido à *"prescrição"* de programas produtivos *"modernos"* de tipo governamental, que não consideram apropriado levar em conta as formas de vida dos indivíduos que serão *"resgatados"*. Em conseqüência, esta omissão ocasiona a perda de valores comunitários, intrinsecamente ligados ao conhecimento sobre a região, pois neles não estão incluídas as formas tradicionais de conviver nem a maneira de relacionar-se com os ecossistemas. Isto leva a afirmar que a decomposição de suas estruturas socioculturais traz a perda de valores ecológicos reconhecidos por eles, pois, a recriação dos valores sócio-culturais, modificados segundo seus tempos e necessidades têm "*imersos"* valores de respeito a tudo aquilo que lhes permite construir, cotidianamente, seu projeto de vida familiar e, em conseqüência, o projeto comunitário.

É importante notar que os programas de desenvolvimento clássicos definem as comunidades tradicionais ou indígenas a partir das concepções do capitalismo, inserindo-as dentro da muito reconhecida etiqueta de atrasadas, que agem equivocadamente e, portanto, impedidas para participarem ativamente dentro destes programas. Em geral, tais programas estão baseados, em metodologias sem profundidade, *"fotográficas"*, onde as variadas formas sociais, econômicas e políticas que fazem parte do que é comunitário são deixados de fora.

Assim, a análise do que é comunitário não é vista de uma maneira integral. Porém é importante para tais analistas juntar, números, definições e diagnósticos particulares que deixam essas sociedades em posições, espaços e conceitos pouco favoráveis dentro do mundo capitalista, dentro do que se define como moderno e onde os camponeses não estão incluídos. O anterior é o reflexo do que Delgado (2000, p. 71) define como a crise econômica, política e ambiental do "*modelo fordista de extensão rural"* associada à crítica contundente que começou a ser feita ao conceito de modernização, que, com o desaparecimento das *"certezas técnicas"* e da identidade do extensionista foi profundamente abalada, ao mesmo tempo em que, durante a década de 90, no Brasil, ocorria o desmonte e o sucateamento do aparato institucional montado pelo governo federal para a extensão rural. Na verdade, a situação atual do extensionismo tornou-se complexa enormemente e o extensionista passou a conviver com uma circunstância na qual as certezas não existem, mas a reconstrução de sua identidade enfrenta inúmeras dificuldades, muitas das quais parecem quase insolúveis. Seu prestígio social está desgastado diante dos atores relevantes, tanto na sociedade civil quanto na política, e as agências governamentais, por intermédio das quais os serviços de extensão rural são oferecidos, estão debilitadas, bem como constantemente ameaçadas de extinção.

Na Bolívia a difusão desta idéia ainda é muito forte, ficando o camponês relegado e fora do debate. Minha própria experiência do autor como extensionista na região andina no departamento de La Paz me mostrou o quanto *"estávam errados"* ao seguir aquele modelo agronômico ensinado nas universidades, que coloca o camponês, o indígena, o pequeno agricultor sempre como o que não sabe, o que está fazendo mal, o que não entende, sem

perceber que foram eles os que nasceram, conviveram e semearam na terra. Então, a questão é: se isso acontece com o extensionista o que acontece com o camponês que se encontra no meio de todo este desgaste? Uma das respostas pode ser: com tais programas eles são reduzidos a algo anacrônico. São caracterizados de uma maneira formal antes de analisar e questionar o sentido dos atributos concretos, deixando fora de lugar toda questão de sua historicidade (compartida entre unidades camponesas e, estas, com o resto da sociedade capitalista). Este tipo de aproximação não permite a participação ativa dos membros de una comunidade porque tem como base o pensamento de resgate e de destruição de tudo o que é anacrônico e que poderia impedir as comunidades de se inserir dentro de a vida moderna do país.

Aconteceria o contrario se as comunidades estivessem incluídas, desde o começo da definição dos processos, pois, desta maneira, se levaria em conta a percepção que eles têm dos seus territórios e as formas que utilizam para interagir com seus ecossistemas. Com a participação das comunidades, conseguiríamos entender as concepções que a sociedade rural tem sobre seu meio; isto é a essência para redesenhar os programas de sistemas produtivos sustentáveis de modo pertinente. Desse jeito é provável que se obtenha o desenho de um programa de desenvolvimento a escala humana (Max-Neef, 1993)[7]. Além do mais, acarretará que cada protagonista assuma, com responsabilidade, as atividades que lhes correspondam dentro do processo, não por obrigação, mas porque as conhece. Envolver de maneira ativa o camponês ou o indígena, oferece a possibilidade de aproximar-se da visão que eles têm sobre seu entorno ecológico e as diferentes formas de recriação do mesmos dentro de seus padrões socioculturais. Somente desta maneira, se poderão desenhar programas socioculturais ecologicamente corretos com o meio, pois, as formas produtivas e sociais de inter-relação com estes atores dependerão da maneira pela qual se perceba os ecossistemas.

1.6 Metodologia

A tentativa de análise de uma sociedade do meio rural para conhecer como ela responde às mudanças, é um processo complexo e fazê-lo através de ferramentas quantitativas refletiria uma imagem de um momento específico. Assim, para conhecer a resposta de duas comunidades rurais, de origens diferentes, no entanto, de um mesmo bioma às mudanças socioeconômicas e produtivas originadas por agentes externos, procurou-se por instrumentos que nos levassem a entender e a estudar o grupo a partir de uma experiência de pesquisa. De tal modo, considerou-se apropriado utilizar um método que permitisse reconhecer os espaços socioculturais, econômicos e regionais. Para isso, as informações foram reunidas através da metodologia qualitativa: dois estudos de caso, com ênfase no método da observação participante.

---

[7] Em seus postulados básicos, se presta especial atenção à necessidade de estabelecer relações adequadas entre os processos globais que acontecem na sociedade com os processos que ocorrem em nível dos comportamentos locais. Enfatiza-se, também a necessária articulação do pessoal com o social, da planificação com a autonomia e da sociedade civil com o Estado. *"Necessidades humanas, autodependência e articulações orgânicas, são os pilares fundamentais que sustentam o Desenvolvimento a Escala Humana. Porém, para ajudar a seu propósito sustentador devem por sua vez, apoiar-se sobre una base sólida. Essa base se constrói a partir do rol como protagonista real das pessoas como conseqüência de privilegiar tanto a diversidade como a autonomia de espaços em que sua participação seja realmente possível. Lograr a transformação da pessoa-objeto, em pessoa sujeito do desenvolvimento é −entre outras coisas− um problema de escala; porque não existe um papel protagonista possível em sistemas "gigantísticos" organizados hierarquicamente de cima para baixo" (ibid. p. 14 -15) (tradução própria).*

O método da observação participante tem a característica de ser um método flexível, que envolve a interação social entre o *observador* e o *observado,* numa relação onde eles se encontram face a face, no próprio ambiente natural dos observados, *que passam a serem vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos* (Serva e Júnior, 1995, p.69). Este método difere dos outros métodos nos quais normalmente se estabelece uma hipótese e os procedimentos da pesquisa estão determinados com anterioridade; enquanto na observação participante, o desenho e o processo permanecem flexíveis. Neste sentido, os "observadores participantes" possuem uma metodologia e, talvez, alguns interesses de pesquisa gerais. Porém, as características específicas do enfoque evoluem a medida em que eles se vão concretizando. *"Ao resgate da subjetividade, pela inserção do pesquisador numa relação direta e pessoal com o observado, corresponde à abertura para a emoção, o sentimento e o inesperado".* (ibid. p. 69).

A metodologia qualitativa implica aprofundar-se nos eventos dos processos sociais, ou seja, os concebe como uma configuração constante e dependente na sociedade, com os indivíduos e suas circunstâncias, e, não, como externo ou previamente dado aos sujeitos. Segundo Godoy (1995), a importância da metodologia qualitativa na realização de trabalhos onde se deseja conhecer o impacto das modificações produtivas a setores definidos da sociedade está baseada "*na melhor compreensão de um fenômeno no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada" (ibid., p. 21).* Isto permite uma análise dos significados, das ações e da maneira em que estes indivíduos se vinculam com outras condutas, mediatas ou imediatas, e também as formas em que estas são geradas ou modificadas. *Igualmente, o pesquisador vai a campo, "buscando captar" o fenômeno em estudo, a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos relevantes (ibid.).* O método não somente consegue explicar os fenômenos sociais, mas ambiciona compreendê-los em termos de fatores sociais, percepções e diferentes formas e níveis de informação; seus métodos não delimitam "a *priori"* as possíveis descobertas e suas taxas de variação, mas descrevem, analisam e exploram realidades existentes e até mesmo aquelas que não haviam sido levadas em conta ou não se conheciam, segundo os determinantes específicos de cada caso, o que aumenta a agudeza analítica do fenômeno a estudar.

A observação participante no trabalho de campo facilitou planejar as estratégias metodológicas que permitiriam conhecer a resposta dos grupos às diversas intervenções nas comunidades. As ferramentas que ajudaram tal objetivo foram: a) entrevistas semi-estruturadas nos seguintes grupos: fundadores, homens e mulheres b) entrevistas de profundidade a informantes externos, conhecidos da região (técnicos, professores, padres) e, c) história de vida dos representantes da comunidade, pessoas mais velhas, no caso do Jacadigo, os primeiros colonos. Os resultados destas técnicas mostraram o perfil da abordagem etnográfica (capítulos III e IV).

1.6.1 A pesquisa de campo

Uma pesquisa de campo etnográfica envolve a observação e estudo do quotidiano do grupo que pode consistir no estudo e na descrição do *kosmos-corpus-praxis* (cosmovisão; o corpo de conhecimentos sobre o grupo e seu entorno, e as praticas produtivas e rituais) (Toledo, 1996). Esta atividade envolve dois aspectos diferentes: numa primeira etapa, o etnógrafo adentra-se no ambiente social, com a intenção de interpretar as atividades da gente que se encontra imersa nele; apesar disso, o ambiente nunca chega a ser conhecido em sua totalidade de uma maneira íntima como desejado.

Uma das principais características da pesquisa etnográfica são as relações de amizade entre o pesquisador e o pesquisado. O primeiro insere-se no sistema ecológico que pretende estudar e vive com os informantes-colaboradores, experimentando, a seu lado, o fruto de suas atividades. A melhor maneira de compreender o significado dos comportamentos que se produzem num determinado contexto é a de participar naquele entorno, desempenhando papéis semelhantes para conhecer, de perto a cultura das que participam os sujeitos do estudo. Esta conotação de envolvimento faz com que a etnografia se diferencie de outros tipos de pesquisa, porque se enquadra em modelos de pesquisa qualitativa que denotam processos indutivos, construtivos e subjetivos, diferentemente dos modelos de pesquisa quantitativos cujos estudos são dedutivos, verificativos, enumerativos e objetivos. Em conseqüência, os passos, relativos ao processo de pesquisa, foram:

a) escolha do estudo

b) seleção de fontes de dados que possibilitem a análise do estudo, e a interpretação daqueles dados;

c) desenvolvimento de procedimentos coleta de dados daquelas fontes;

d) análise dos dados obtidos segundo sua relevância para o estudo. Neste sentido juntar documentação, para esta pesquisa, tornou-se necessária a revisão de diferentes fontes de dados, tanto qualitativos como quantitativos.

No caso do autor o que se percebeu como um fator a ser apurado em detalhe e que pode significar uma desvantagem na utilização da metodologia qualitativa é o direcionamento que o pesquisador irá imprimir a um relato neutro por causa da posição (empatia, ou não) entre o pesquisador e as pessoas; isto pode gerar informação num relato imaginário, no qual se misture com facilidade a informação fictícia ou, pelo contrario, uma comunicação entrecortada, sem interesse, por parte do informante, ocultando dados e aspectos que " a *posteriori"* podem ser valiosos.

O trabalho de campo foi realizado em duas etapas. No início, fizemos uma viagem de reconhecimento, visitando as comunidades e recolhendo informações nas agências locais e nos sindicatos, dialogou-se também com pequenos produtores em circunstâncias informais. A partir daí, montamos um esquema temporário do que perguntar nas seguintes etapas, e, segundo as circunstâncias algumas questões foram-se modificando, principalmente, em entrevistas longas. O momento exploratório para estabelecer conexões, que é descrito a seguir, ajudou a definir o questionário construído, que se refere a vários aspectos da vida do grupo. Depois aquelas abordagens iniciais, a amostra selecionada para as entrevistas foi intencional, pois determinadas personagens eram interessantes por sua representatividade. No entanto, também entrevistou-se a aqueles que em determinado momento estavam "*afastados"* da participação. Assim, no final selecionaram-se vinte famílias, em cada uma das comunidades, ou seja, um total de quarenta. No entanto, além das entrevistas nas comunidades, outros atores também foram entrevistados: representantes dos pecuaristas, dos sindicatos de trabalhadores rurais, outros técnicos e representantes de organizações, resultando em um total de sessenta e três entrevistas.

O processo de reunião de informações iniciou-se em julho de 2003. A entrada em campo foi realizada em diversas temporadas, a partir de julho de 2004 até setembro de 2005.

(i) Jacadigo

A chegada do autor à sub-região pantaneira do Jacadigo (Brasil) deveu-se a uma série de fatores que lhe chamaram a atenção. Em primeiro lugar procurava-se uma comunidade tradicional; o fato de existir na região fronteiriça com a Bolívia, uma pequena comunidade onde os habitantes eram *"antigos pantaneiros",* conhecedores de histórias, famílias camponesas tradicionais, contribuiu para a escolha. Aliás, estas pessoas foram testemunhas das mudanças acontecidas nos últimos trinta anos: a formação dos assentamentos rurais; mudanças nas relações com as comunidades da fronteira; a implantação dos diferentes programas e políticas agropecuários; além do mais, vivenciaram o momento de expulsão pelas águas dos camponeses das suas propriedades. A escolha também foi influenciada pelas referências fornecidas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA) que, através dos seus técnicos ministraram informações sobre as diversas comunidades. Coincidentemente eles comentaram sobre esta sub-região e sobre o presidente da Associação dos Pequenos Produtores, com quem se poderia entrar em contato, o que facilitou a escolha. Outro fator importante foi a facilidade de acesso, no caso do Jacadigo, apesar localizar-se a cinqüenta quilômetros de Corumbá o acesso à sub-região não é tão complicado em comparação com outras comunidades, cuja entrada acontece somente através de barco (por exemplo, a sub-região pantaneira do Paiaguás), (fig.11).

Segundo as pessoas da própria comunidade, na área, antes denominada *"Grande Jacadigo"*, hoje se encontram os assentamentos rurais que abrigam em torno de 1150 famílias, a porção restante continua com o mesmo nome e hoje habitam nela, camponeses, pequenos produtores pecuaristas e grandes pecuaristas.

O primeiro contacto com pessoas da região aconteceu na cidade de Corumbá, com o Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Jacadigo. Ele, com muita amabilidade indicou quem eram os "*conhecedores da região"* que poderiam ser pessoas que poderiam ser informantes e "*possíveis"* pessoas que poderiam ser entrevistados. Também aconselhou o autor sobre os meios para chegar até lá e comunicou à associação sobre a futura visita para conhecer os lugares e agendar as entrevistas. Na primeira visita, o autor teve a sorte de encontrar pessoas muito atenciosas; um dos informantes-chave J.C., uma pessoa nativa que conhecia perfeitamente a região foi o guia para percorrer "*essas fronteiras"* e, em todas as visitas, colaborando e desempenhando, ao mesmo tempo o bom papel de motorista, já que para não se ficar atolado na *"lama dos caminhos do pantanal"* (fato que aconteceu em várias oportunidades) requer muita habilidade e experiência. Em muitas ocasiões foi necessário ficar dias sem sair da região por causa das enchentes que impediam a mobilização na estrada, em motocicleta ou carro. Também quando se tentou voltar para Corumbá, as vezes, "*perdia-se o rumo"* ao querer "*encurtar"* o caminho atravessando os assentamentos divididos em forma de tabuleiro, o que causava muita confusão, felizmente com ajuda dos assentados e dos informantes conseguiu-se localizar o caminho correto.

A principal estrada que dá acesso à região nos seus dez primeiros quilômetros é, praticamente, a linha divisória entre o Brasil e a Bolívia, sendo um fato muito interessante porque os pequenos vilarejos de cada país praticamente encontram-se diluídos, não existindo nenhum tipo de separação ou limitação na entrada ou saída de pessoas (Foto 1).

Foto 1. Estrada de acesso ao Jacadigo, esta via ao mesmo tempo é o limite fronteiriço entre Brasil (esquerda) e Bolívia (direita).

Aos poucos, quando a gente se distancia mais da cidade de Corumbá, a estrada desvia-se da linha divisória e, então, os limites fronteiriços são claramente estabelecidos pelas "*cordilheiras*" (termo muito utilizado para as cadeias montanhosas no âmbito regional), também se observa antes de chegar ao Jacadigo, a presença da uma empresa que administra o Gasoduto Bolívia-Brasil, que se instalou a partir de 1994. Mais à frente, a estrada de terra percorre as bordas de alguns assentamentos rurais, estabelecidos a partir de 1996, e, depois de atravessá-los, na medida em que se aproximava a Lagoa do Jacadigo, a quantidade de terra, a seca a diminuía consideravelmente. Ao chegar à comunidade podia-se ver no meio da estrada os rebanhos, os vaqueiros e espécimes; em várias ocasiões o autor se defrontou com cobras, gatos do mato e, perto das bordas da lagoa, com jacarés. Notou-se que, apesar das mudanças ocasionadas, pelo efeito antrópico, a natureza selvagem manifesta-se com muita força a toda hora e a cada lado da estrada.

Os meios de transporte públicos funcionam a cada duas horas e são administrados por uma empresa local que oferece o serviço desde o começo do dia. É o elevado número de pessoas dos assentamentos e do próprio Jacadigo que os utilizam para deslocar-se para seus empregos na cidade, nas fazendas ou em outras atividades fora.

Trabalho de campo

Com o intuito de conhecer a história e a maneira pela qual a comunidade foi-se transformando no tempo, as primeiras pessoas entrevistadas foram os denominados *"fundadores"*. Eles foram a chave que abriu a possibilidade de entrevistar outros integrantes da comunidade. Nos seus relatos, fizeram alusão aos problemas e a sua percepção sobre o processo de ocupação do território pelos diversos grupos em anos precedentes à década de

1980 e nos dias atuais. Também deram ênfase na definição de quem na comunidade era "*externo"*, quem, nas vizinhanças, eram os maiores detentores de terra, e como estes últimos orientavam as oportunidades a seu favor. Esta definição levou a procurar maiores informações para ter uma noção ampla sobre a influência política, econômica e social que é mantida nas mãos dos fazendeiros em maior ou menor grau, dos pastores espirituais das diferentes religiões e dos coordenadores das agências governamentais e não governamentais. Dentro da comunidade os homens de maior idade têm uma autoridade moral que, na sua maioria, e reconhecida pelos habitantes. Estes homens, apesar de não influírem nas decisões, contribuem e contribuíram imensamente para a preservação dos costumes e do uso tradicional de recursos.

Depois de um determinado tempo e de participar em suas festas religiosas (por exemplo, na festa de Santa Cecília) e nos debates que aconteciam nas reuniões conseguiu-se constituir um certo vínculo social que facilitou o estabelecimento de laços de amizade. No entanto, nesta fase começou-se a refletir sobre alguns aspectos: embora o autor saiba falar muito bem o português, às vezes, é difícil para um estrangeiro falar sem "*sotaque"* e ele estava consciente do possível problema para expressar com ênfase seus objetivos para a pesquisa. Além do mais, ele era uma pessoa que vinha "*do outro lado da fronteira"*. Inicialmente, uma das preocupações do autor era não ser aceito como parte do grupo durante as reuniões participativas; mas, na prática isto se mostrou oposto e ele sentiu-se confortável. As pessoas começaram a perguntar quem ele era e para quem a pesquisa estava sendo realizada. O autor identificou-se como um pesquisador universitário declaradamente interessado na problemática local, e como não pertencia às agências locais (por exemplo, IDATERA, INCRA), acredita-se que seu "*olhar"* mudou, e o trataram de maneira diferente sendo suas respostas mais abertas. Apesar disso, quando eles contaram suas histórias, percebeu-se aos poucos que alguns o achavam como um intermediário entre suas preocupações-demandas e os órgãos do estado ou município. No entanto, o autor tinha muito pouco a dizer, principalmente quando tocavam em assuntos referentes à busca de recursos.

Mais tarde, começou a circular pelas várias propriedades e daí surgiram outras coisas, outras conversas e o processo social de pesquisa lhe permitiu refletir sobre certas categorias de percepção, relativizar essas categorias, relativizar esse mundo. A partir daquele momento, começou entrar nesse universo, escapando do universo teórico, entrando em um universo que estava vivo. Existiam histórias pequenas porque não eram grandes "*histórias nacionais"*, mas do ponto de vista daquelas pessoas, aquilo não era nada de pequeno. Era a história que eles vivem e o que importa realmente para eles: a história das relações entre as famílias, a política do município, quem eles enxergam como amigo e como se faz difícil hoje viver no Pantanal. Acredita o autor que esse mundo pequeno não pode ser visto como um elemento autônomo de costas para o mundo, para as instituições. Não é um universo das famílias em oposição ao Estado, pois o tempo todo as famílias camponesas reclamam mais atenção ou têm divergências com outros atores (pecuaristas) e, mesmo sem saber eles fazem política. Por exemplo, sempre visitam o sindicato rural querendo saber as novidades, outras vezes adotam uma postura ativa em relação ao mercado ou a igreja, ou seja, não é um mundo autônomo ou escondido em relação as instituições, é um mundo "*moral"* usado para manter sua reprodução social.

Para completar a pesquisa, outras observações foram realizadas em diversos contextos locais. Por exemplo, no escritório de extensão rural da IDATERRA e na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Corumbá que congregavam assentados e ocupantes. Neste último, o discurso era mais político. Seu D., o presidente deste Sindicato, foi muito receptivo e atencioso e convidou-nos a irmos a sua residência, pois lá, fora do "*circuito do sindicato"* ele

se sentiria "*mais à vontade",* para falar sobre os vários aspectos do trabalhador rural na região. Outra fonte de informação foram as feiras semanais em Corumbá e Ladário; nelas tivemos a oportunidade de acompanhar alguns dos camponeses do Jacadigo no dia de comercializar os produtos das suas hortas. Em cada um desses contextos locais obtivemos informações valiosas sobre as práticas que ainda se preservam no mundo desses pantaneiros.

(ii) El Salao

Antes de dar início a minha pesquisa de campo na comunidade de El Salão (Bolívia), o autor visitou na cidade de Santa Cruz as oficinas do Serviço Nacional de Áreas Protegidas (SERNAP), órgão encarregado de administrar todas as áreas de proteção ambiental na Bolívia. Nessa instituição conhecia algumas pessoas por causa de um trabalho de consultoria anterior do qual havia participado. Ao comentar com eles sobre seus propósitos, esses "*contatos"* recomendaram procurar os técnicos do escritório do SERNAP recentemente inaugurado em Puerto Suárez dos quais poderia conseguir informações.

Assim, fez uma viagem de trem até o "*fim da Bolívia"*. No trajeto Santa Cruz-Puerto Suárez-Corumbá, construída nos anos 1940, treze vagões carregados com quase mil pessoas atravessam seiscentos quilômetros de planícies férteis e de selva em 20 horas viagem. Nos arredores da linha férrea existem muitos vilarejos e pequenas comunidades onde se concentra 90% da população chiquitana. Ao observá-los não se pode deixar de pensar sobre a persistência da "*mentalidade feudal"* nestas áreas, evidenciada pela exclusão dos indígenas que em cada parada do trem, se aproximam para vender frutos e alimentos. Após, quase um dia de viagem, a ultima estação pertence a Puerto Quijarro, um Município vizinho de Puerto Suárez (fig. 1) que se encontra a menos de cinco quilômetros da divisa fronteiriça com o Brasil. Naquele dia, o que mais chamou a atenção foi a intensa emissão de fumaça originada dos "*chaqueos" (queimadas)*.

Um fator para destacar na região foi a presença considerável de famílias migrantes da região andina, que se estabeleceram nas últimas décadas, principalmente na parte urbana de Puerto Suárez, Puerto Quijarro e o El Carmen, sendo sua atividade básica o comércio. No entanto, soubemos mais tarde pelo próprio depoimento dos mesmos que muitos começaram a arrendar terra ou até trabalhar nas fazendas como peões. Em Puerto Quijarro e em Corumbá estes migrantes são notados facilmente, principalmente as mulheres que continuam usando a vestimenta característica da região andina. No lado brasileiro, em Corumbá e Ladário observa-se também a presença importante de *"feirantes andinos"* nos pontos de venda das feiras diárias, além disso, sua presença é notória em outros tipos de comercio informal.

Nos dias seguintes, agendou-se uma reunião com o diretor do SERNAP, H.S., graças às recomendações. Ele se ofereceu para participar de algumas viagens para o campo e conhecer tanto a organização como a problemática atual das comunidades. Não obstante, o autor sem limitar somente a obter informações desta entidade; da mesma maneira, solicitei informações à Central Indígena Chiquitana Germán Busch (CICH-GB) do Município, uma entidade que agrupa as organizações indígenas da região. Seu principal representante, H.H. interessou-se pela pesquisa e relatou os vários aspectos sociais das comunidades que poderiam ser visitadas. Assim, passados alguns dias, e seguindo o objetivo da pesquisa selecionei a comunidade de "El Salao".

A escolha da comunidade foi influenciada por algumas diferenças particulares desta em relação às outras: Os habitantes vêm sofrendo, há vários anos, um processo de exclusão muito forte em virtude das limitações territoriais influenciadas pelos latifundiários e pelo

Estado. O constante avanço das terras para pecuária tem causado alterações em seu hábitat que está ocasionando a perda da fauna e flora local. O acesso é relativamente fácil. Encontra-se próxima à divisa da fronteira e conhecem muito bem as mudanças na região nos últimos cinqüenta anos. Nos anos de 1998 a 2000 a comunidade participou do Programa de Desenvolvimento dos Povos Indígenas (PDPI). Evidencia-se problemas com o uso dos recursos principalmente a água pois a comunidade circunda o Parque Nacional Otuquis; tem uma relação especial com a Lagoa Cáceres pela sua proximidade.

Trabalho de campo

O informante-chave foi um indígena membro da comunidade, S.S., que havia retornado recentemente da colheita de cana na região norte do departamento de Santa Cruz. Ele se ofereceu para orientar e indicar como chegar à comunidade, além de apresentar o autor às lideranças locais. O deslocamento até lá foi mais fácil em comparação ao Jacadigo devido à sua proximidade com a cidade de Puerto Suárez e também por existir uma estrada terra fácil de reconhecer, o que impediu de perder-se o rumo. Porém, outro problema surgiu quando ficou atolado várias vezes na lama e no meio do caminho. Um certo dia o autor teve que ficar na casa de uma família indígena e passar a noite nesse lugar por causa da chuva que surgiu de uma maneira inesperada e intensa, impedindo a saída. Ficou em uma pequena casa feita de palha (Foto 2) e a família que a habitava o acolheu como "*hospedes"*. Esta, também foi uma oportunidade para conversar sobre a história da região.

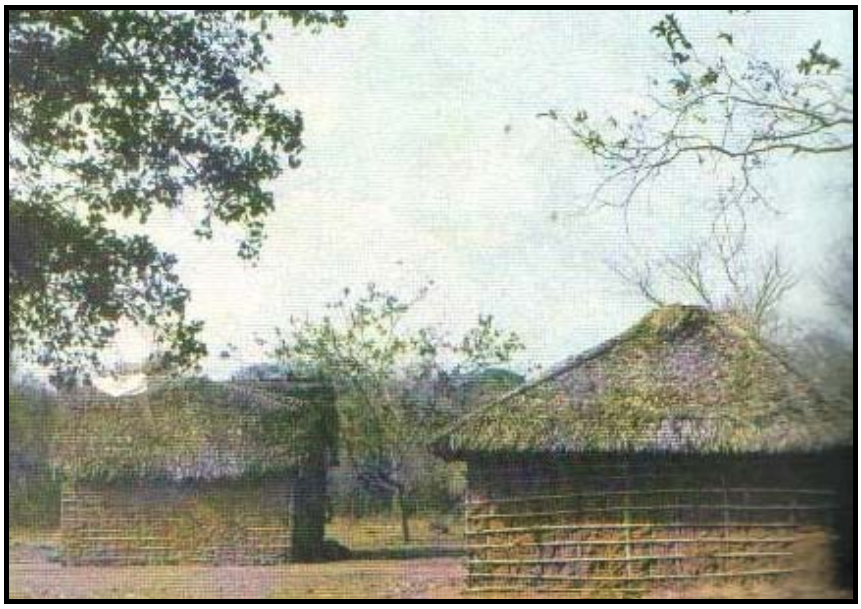

Foto 2. Casa Chiquitana

Nessas viagens percebe-se que a intervenção humana ainda não é tão "*agressiva"* se comparada com o lado brasileiro. Embora se esteja dando início a um novo processo de degradação do hábitat e maior empobrecimento das populações que ali residem. Numa região onde os originários não deveriam passar fome, havia crianças indígenas no meio da estrada pedindo esmola. Em outros lugares, observou-se sobre contaminação originada das empresas de extração de minério e de prospecção de jazidas que não tem o mínimo de respeito com a fauna e a flora local. Verificou-se também sobre a presença *"ilegal"* de caminhões carregando madeira.

Nas primeiras visitas à comunidade, percebeu-se que existia uma certa desconfiança em relação à pesquisa. Eles tinham conhecimento sobre a visita do autor devido à recomendação que obteve do representante da CICH-GB de Puerto Suárez. Entretanto, percebeu-se sua desconfiança inicial porque acharam que era parte da equipe do SERNAP. Dias depois, ficou sabendo que, em meses anteriores, teve um funcionário do SERNAP de nacionalidade chilena que não era bem visto, pois suas decisões sobre os trabalhos nas áreas protegidas não representaram um grande aporte, somado a isso estava o fato de que outros estrangeiros apareceram na comunidade como compradores de imensas propriedades na fronteira e eram vistos como "*invasores"*. Contudo, uma vez esclarecido o objetivo do autor em conhecer a realidade local e de dizer que não pertencia a essa agência estatal, se mostraram amistosos e até acharam que poderia aportar em algo com sua cultura. Por sorte, a pesquisa avançou sem problemas.

Para obter uma visão mais ampla possível, algumas mulheres contribuíram como informantes-chave apesar de, no inicio, ter tido certo receio de entrevistá-las, em decorrência de questões culturais que evitam o mínimo de contato de pessoas de fora com elas. Observou-se que elas de maneira *"subliminar"* elas sugeriam a seus filhos e maridos em suas reuniões para manter-se "*perto"* ou *"longe"* de uma ou outra proposta. Por outro lado, participavam de maneira ativa nos trabalhos comunitários e na produção de artesanato.

A experiência demonstrou que, para cada informante, o inicio da conversa deveria ser diferente e de preferência dentro de seu próprio ambiente para que as respostas ocorreram maneira mais natural. Ao final das entrevistas foi interessante perceber que o resultado das mesmas tinha-se entrelaçado com a história de vida de um dos fundadores da comunidade. Por exemplo, como eles escolheram seus representantes, como reagem diante das propostas e como convivem com a natureza.

(iii) Balanço do trabalho do campo

Tentar *"avaliar"* a percepção sobre a aceitação, ou não, das propostas externas às comunidades em dois países, mesmo que as unidades de análise se encontrem a uma distância geográfica relativamente pequena não foi uma tarefa fácil. Os principais empecilhos no caso desta pesquisa, foram principalmente fatores de ordem cultural regional, "*conhecer a vida do camponês de outra região"*, apesar de ter tido experiências anteriores no local. No início, talvez houvesse alguma certa dificuldade em ilustrar o sentido da nossa pesquisa aos diferentes atores. No entanto, estes somente foram superados pela convivência e à leitura das realidades locais.

Portanto, para obter algum resultado, foi necessário utilizar um método menos *"fotográfico"* sobre as questões materiais, com um significado importante para o resto da sociedade, mas que permitiria captar o sentir dos camponeses. Entretanto, corre-se o risco de que a elucidação desses aspectos subjetivos se entrelacem em algum momento, com a *"cosmovisão"* pessoal do pesquisador, no momento de aplicar as ferramentas qualitativas. Quer dizer, leva entre seus conhecimentos teóricos e pragmáticos um paradigma estruturado, que usará como filtro para definir o que trata de conhecer ou *"medir"* sobre o *"objeto"* de estudo. Ouviu-se dos próprios camponeses que as propostas nos programas às vezes, parecem estranhas. São *"objetos"* socialmente estranhos dentro das sociedades rurais. Do mesmo jeito que o é o pesquisador, que, em determinado momento torna-se o instrumento principal da indagação, porque à medida que observa, participa, faz perguntas, entrevista e interatua com os habitantes. Conhece, em primeira mão, os sentimentos e pensamentos dos habitantes locais.

Por outro lado, aparentemente, poder-se-ia dizer que foi menos complicado pesquisar na Bolívia, pois, sendo este país de origem do autor desta tese supunha-se que o acesso às informações ou à colaboração poderia ser facilitada. Mas, isto não foi sempre assim. Por exemplo, em nível institucional tive o autor muita dificuldade para marcar reuniões ou obter informações na Bolívia. Acredita-se que existe lá uma fraca "*cultura organizacional"* das instituições locais, pois, nas primeiras conversas com técnicos, diretores, guardas florestais, muitas vezes eles não sabiam como explicar algum fato, não explicavam "*quem era responsável do quê",* ou, às vezes tinham problemas em definir cronogramas. Nas instituições, a figura do "*chefe"* era a única que podia responder por qualquer pergunta ou fato mesmo este sendo simples. No lado brasileiro, principalmente as agências de pesquisa, possuem uma melhor organização neste sentido, o que facilitou a obtenção de dados.

Em termos de deslocamento o acesso à comunidade de El Salao foi fácil como também os entrevistados se expressaram sem nenhum medo quando se referiam a organizações externas ou a questões relativas com o Estado. Isto deriva do fato de que nos últimos anos suas organizações se fortaleceram, o que lhes permite expressar-se com menor temor. No entanto, ao fazer referência principalmente aos fazendeiros, a situação mudava e evidenciava-se um certo receio para conversar. No caso do Jacadigo, no início das entrevistas, os camponeses evitaram referir-se a instituições ou programas estatais. Contudo, nos dias que se seguiram, ao estabelecer um melhor relacionamento esses "*medos"* desapareceram, o que facilitou as conversas.

1.7. Informações essenciais para compreender as populações envolvidas na pesquisa

1.7.1 Campesinato

É muito importante, nesta parte conhecer alguns elementos que constituem o campesinato dos países envolvidos nesta pesquisa, sem pretender compará-los, mas caracterizá-los em função da própria historicidade da formação desta classe social, pois existem imensas diferenças geográficas, demográficas, territoriais e étnicas complexas. No Brasil, dadas suas características continentais, poderia ser mais simples referir-se ao campesinato regional de um estado brasileiro (por exemplo, o Mato Grosso do Sul), e mesmo assim, se encontrariam uma grande multiplicidade de casos.

Não obstante, para procurar elementos básicos do significado do termo campesinato nos países, Wolf (1977) assinala que é fundamental quando se emprega o termo *camponês* fazer uma referência ou estabelecer uma relação de tipo estrutural, e não a um conteúdo cultural particular, quer dizer uma tipologia do campesinato. Deve estabelecer-se na aparição de relações estruturais regulares, mais do que na base de regularidades na aparição de elementos culturais similares.

Neste sentido, poder-se-ia dizer que na Bolívia existem, em termos percentuais[8] mais camponeses do que no resto dos países da América Latina. Na sua grande maioria de ascendência indígena, eles lograram sobreviver em suas comunidades como em nenhum outro pais do continente, "*a história desta sobrevivência é o eixo maior da trajetória boliviana, no período que se inicia na colônia e conclui com a reforma agrária resultando na revolução de 1952"* (Cardozo e Brignoli, 1984. p. 180). Contudo, na Bolívia quando se emprega o termo "*campesino",* ele ainda é carregado de juízos negativos por parte de segmentos sociais que o

[8] O Instituto Nacional de Estadística (INE, 2005) estima que para 2005 aproximadamente 33,7% da população economicamente ativa vive no meio rural.

utilizam, visto que se relacionam com eles de forma conflituosa ou por viverem nas cidades, rejeitam os que vivem fora dos centros urbanos, têm outra cultura, outros valores, outros estilos de vida e talvez assemelhem-se ao termo brasileiro caipira, caboclo ou bugre, mas com uma forte conotação racista.

O retrato dessa discriminação, no passado pode ser observado no relato de Quispe (2001) quem descreve que, no ano 1945, no Congresso Indígena em La Paz, a proposta camponesa de liberação da servidão ou *pongueaje (serventia forçada)* e do *mitanaje (dízimo)* era enxergada como perigosa pelas elites daquele período:

> *"(...) en esa época había un discurso político 'tierra del indio' porque sabíamos muy bien que nos vendían como bestias, en los periódicos salía que se vende un indio con taquia más de yapa, yapaban con taquia." (ibid, p.25).*

O relato sintetiza o passado e talvez o presente do indígena como sinônimo de camponês, que, neste país, era uma pessoa que, as vezes, tinha um valor monetário e, em outras, era simplesmente dado de "*graça"* junto com as parcelas de terra. No entanto, o sentido do termo *campesino* tomou maior força quando foi reconhecido o sindicalismo deste setor a partir da reforma agrária, pois, até então, este havia sido reprimido pela oligarquia mineira. Desde então, as massas indígenas articularam-se em unidades maiores que deram origem à "*Confederación Sindical Campesina"* (Urquidi, 1968). Esta parte da história foi determinante para estes setores excluídos, porque somente a partir do surgimento desta Confederação evidencia-se para o restante da sociedade a presença de um camponês que pensa, organiza-se, e, por ter sobretudo força de mudança. Portanto, na Bolívia a relação estrutural chave a que Wolf (op. cit.) se refere é fundamental na sua dinâmica histórica podendo ser encontrada em duas épocas: a primeira a partir da formação da república, analisando, principalmente, as articulações entre fazendas, comunidades e camponeses com a produção de minério, da prata ao estanho, nas características da mineração de exportação. A segunda, a partir da Reforma Agrária Boliviana.

Outro fator importante para identificar o camponês boliviano é mostrar que ele não é somente descendente das etnias dos Andes. Existem outras etnias nos vales e nas terras baixas principalmente a os guaranis, chiquitanos, chiriguanos e ayoreos, que formam o conjunto de comunidades rurais indígenas da região oriental do país. Salienta-se que as terras baixas e tropicais onde o deslocamento desde a sede de governo (La Paz) era mais difícil pela inexistência de estradas eram habitadas por uma ampla diversidade étnica, que vinha sofrendo um processo de desarticulação a partir da época colonial. Portanto, afastadas da sociedade e praticamente submetidas à escravidão evitando, assim, suas organizações de resistência.

O caso brasileiro tem suas próprias particularidades, devido à imensa diversidade sociocultural, acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária que inclui também as chamadas "*terras de preto"*, *"terras de santo"* e as *"terras de índio"* (Almeida, 1989). Entretanto, a imagem que se formou do campesinato brasileiro pode ser encontrada no período da colônia. De um lado temos populações empobrecidas e excluídas seja pelo morgadio do outro, populações indígenas, escravos e descendentes de escravos de origem africana e mestiços filhos de brancos ou ainda os brancos que não pertenciam às famílias reconhecidas como poderosas e que foram sendo afastados do circulo do poder. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formaram um dos núcleos mais importantes dessa diversidade. As centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por

todo o território nacional, formaram o outro lado. Junto com eles, originaram-se distintas formas fundiárias que se adaptaram ao ambiente e mantiveram seus costumes nas comunidades: eles são: açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos e varjeiros, pescadores, seringueiros, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos, e pantaneiros (Diegues e Arruda, 2001).

Portanto, neste país, o termo camponês está relacionado a muitas outras denominações que, ora indicam sua atividade econômica mais visível, ora indicam sua origem étnica. Outras vezes referem-se aos espaços que habitam ou ainda a aspectos de sua cultura e seu modo de vida. O termo também pode ser relacionado como uma marca da resistência dos movimentos provenientes do meio rural, principalmente de ligas camponesas e de ligas de sindicatos a partir dos anos 1950 (Formam, 1979).

Por outro lado, Martins (1986a) comenta que o significado do termo camponês tem dois sentidos. Um denotando ao campo distante e afastado dos centros urbanos e o outro, errôneo designando-o como atrasado ou ingênuo. Esses julgamentos relacionam o camponês como em permanente subsistência, atraso e tradição, não levam em conta o "*lar"* como unidade de análise bem como sua sujeição às relações de subordinação estrutural a forças externas e a coexistência e a participação nos diferentes tipos de sistemas sócio-político-econômicos. Haquim (2000, apud Frank, 1987) destaca a constância da família camponesa quando do fim ou crise dessas sociedades demonstrando que essa firmeza precisa ser considerada como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social.

> *"os camponeses são lares agrícolas que, tendo acesso à terra como um meio de existência, utilizam na sua produção, mão-de-obra familiar, sempre se encontram dentro de um sistema econômico maior e caracterizam-se por sua participação parcial nos mercados que tem a tendência de funcionar como alto grau de perfeição (...) os camponeses nunca foram semeadores de subsistência ou tradicionais aprisionados num vazio temporal. Ao contrário, estão sujeitos a contínuos processos de mudança e adaptação ao mundo em constante mudança que os rodeia" (id. p. 95) (Tradução Própria).*

1.7.2 Práticas e racionalidade

Ao considerar-se o "*lar"* como ponto essencial da família camponesa, inevitavelmente deve-se focar o grupo familiar, no qual existe uma constante avaliação dos objetivos, possibilidades e limitações em conseqüência de circunstâncias externas internas que mudam com o contexto. Embora durante muito tempo tenha-se acusado os camponeses de manifestarem condutas irracionais, eles buscam atingir uma grande variedade de objetivos em ambientes dominados pela escassez de recursos. Desta maneira, a abordagem que descreve o camponês como um sujeito "*economicamente racional"*, quer dizer que leva em conta os custos e benefícios de produção e consumo dentro de uma economia familiar, foi descrita por Chayanov (1974).

Segundo o autor, a economia clássica incluindo o próprio Marx, tratou de explicar o campesinato com noções de conceitos próprios da economia capitalista, ou seja, através do salário, do lucro e da renda, descuidando a particularidade que tem esta unidade econômica. Portanto, Chayanov propôs a necessidade de criar uma economia política própria do campesinato.

"No caso da unidade de exploração familiar, a família que possui meios de produção faz uso da sua força de trabalho para cultivar a terra recebendo em troca de seu trabalho anual uma quantidade de bens. É preciso observar a estrutura interna da unidade de exploração familiar para precatar-se que é impossível, sem possuir um salário, impor a esta estrutura as categorias de lucro, renda e juros sobre o capital como categorias econômicas reais no sentido capitalista" (ibid., 1979 b. p.111).(Tradução própria).

Destaca, ainda, que uma das características fundamentais do campesinato é que em determinado momento, os esforços que a família realiza no processo produtivo não são compensados eqüitativamente com a satisfação das necessidades. Existe teoricamente um momento em que o trabalho familiar *(x)* corresponde à explicitação de necessidades *(y)* (fig. 2*)*. Nesse caso, estaríamos numa situação denominada ponto de equilíbrio. Além daquele ponto, todo trabalho gasto na unidade familiar não é compensada de maneira eqüitativa pela satisfação das necessidades, o que indica que em um determinado momento qualquer adição de trabalho será nulo para satisfazer as necessidades da família.

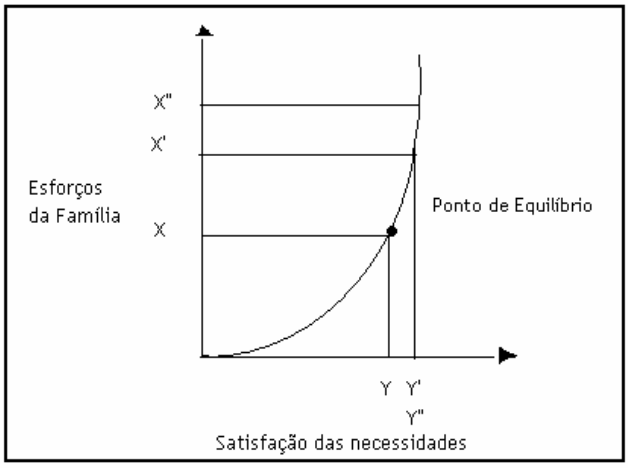

Figura 2. Relação trabalho consumo

Fonte: Adaptado de Paz (1995, p. 84)

Nesta teoria, todo o trabalho familiar que não "*vale a pena"* na busca de satisfação de necessidades seria uma auto-exploração. Por exemplo, num determinado momento, o cultivo de maior número de hectares de terra, ao final da gestão agrícola, não determina automaticamente o bem-estar da família produtora. Esse fenômeno explicaria como, em determinados momentos − mesmo com possibilidades − os camponeses preferem manter um mínimo de cultivo: "*o grau de outro exploração está determinado por balanço particular entre a satisfação das necessidades familiares e as fadigas derivadas do trabalho"(ibid. p. 112) (Tradução própria).*

Com sua proposta o autor também expressa que as diferenças entre as unidades familiares incidem principalmente em sua composição etária, isto quer dizer que numa comunidade camponesa existem famílias melhor estruturadas do que outras para enfrentar os requerimentos do trabalho e as demandadas da produção agropecuária:

"o volume do produto no trabalho está determinado principalmente pelo tamanho e a composição da família (pelo número de membros com capacidade

> *de trabalhar) que dizer pela produtividade da unidade de trabalho, isto significa, o grau de auto- exploração pela qual os membros trabalhadores colocam à disposição uma determinada quantidade de unidades de trabalho durante um ano" (ibid.).(Tradução própria).*

De um lado, o chefe da família está interessado em que todos os membros da família desempenhem atividades, mesmo as que exigem um mínimo de esforço. Do outro, que estas atividades, em sua finalização, proporcionem a satisfação das necessidades da família. Precisamente esta forma de pensar abre a possibilidade de considerar o camponês não somente como um produtor agropecuário, mas como uma personagem múltipla, que realiza uma ampla gama de atividades não agrícolas como complemento das suas necessidades de consumo.

Segundo o autor, o núcleo desta unidade econômica, sempre teria existido ao longo de toda a evolução histórica da humanidade: na comunidade primitiva, na escravidão, no feudalismo e, até mesmo, contemporaneamente, coexistindo com o capitalismo. A partir deste ponto de vista, o camponês, o escravo, o colono da fazenda e o pequeno produtor livre contemporâneo, somente representariam diferentes formas de manifestação do campesinato, que se adequaram às possessões; todavia, na base sempre existe a posição de uma parcela de terra para o trabalho da família.

Esta visão introspectiva da economia camponesa tem atraído críticas sistemáticas de pesquisadores sociais, que indicam tratar-se de uma teoria que põe em segundo lugar a relação do campesinato com o mercado. Ninguém pode negar que a racionalidade camponesa é distinta da racionalidade do empresário. Contudo, no mercado, independente desta lógica, impõem-se ao pequeno produtor os preços dos seus produtos por abaixo de seu valor.; Além disso, os obriga a uma progressiva especialização nos cultivos e a uma diferenciação dos produtores. Por outro lado, critica-se o caráter geral desta teoria, pois supor que o trabalhador do meio rural como representante direto de todas as relações produtivas anteriores corresponde a simples formas da economia camponesa, significa negar a especificidade de cada caso, tratando de apagar a diferença que existe em termos de propriedade dos meios de produção e de as formas de extração da mais-valia.

O próprio argumento da racionalidade e da unidade econômica camponesa fundamenta-se por satisfazer as necessidades do grupo familiar −fora de ser subjetivo− somente pode ser tratado no contexto de uma sociedade determinada. As necessidades básicas de uma família variam segundo momento histórico e também segundo a sociedade de que se trate. As necessidades de um pequeno produtor agropecuário no Brasil contemporâneo são muito diferentes das necessidades do camponês boliviano. Da mesma maneira, não se pode determinar com certeza quando estarão satisfeitas as necessidades de uma família. Contrariamente, estas possuem em comum, como em qualquer grupo, um caráter cambiante e evolutivo.

Outra abordagem que também revela empenho em mostrar uma racionalidade específica do camponês estabelecendo um dialogo com Chayanov é a proposta de Shultz (1965). Este autor refletiu sobre as diferentes concepções entre sociedades ricas e pobres, tomando como exemplo comunidades da Índia e da Guatemala. Afirma que são feitas muitas críticas ao talento e à organização dos agricultores, principalmente os pobres, considerados atrasados e preguiçosos pelos técnicos que os visitam. Estes técnicos acreditam que os lavradores poupam pouco, são desinteressados pelos mercados, desprezam todos os

incentivos. Os técnicos constatam que nessas comunidades pobres vinham sendo feitas as mesmas coisas há muitas gerações. Partindo dessa constatação generalizada, este autor radicalizou sua crítica ao modo como essas comunidades eram tratadas. "*Elas são pobres mas extremamente eficientes",* já que dentro daquele conjunto restrito de fatores, de produção que possuem os agricultores pobres conseguem fazer a combinação mais eficiente possível. Nenhum técnico estrangeiro, alocado naquelas condições e fatores, conseguiria fazer uma combinação melhor.

> *"(...) um perito estranho, com qualquer grau de experiência em administração agrícola, não descobrirá qualquer ineficiência na distribuição dos fatores" (ibid. p. 53); (...) os técnicos consideram sempre os agricultores um rochedo de tradicionalismo. mas nunca conseguem perceber a complexidade daquela agricultura" (p. 165).*

Os agricultores analisam as possibilidades das novas tecnologias, percebendo que nem sempre são rentáveis, nem sempre são compatíveis com as condições técnicas e políticas dos agricultores, nem sempre demonstram seu potencial de rentabilidade e nem sempre estão facilmente acessíveis aos agricultores. Assim, estes são criticados, muitas vezes, por impossibilidades que não são suas, mas das próprias condições de produção e de existência: as circunstâncias de pobreza são maiores nos agricultores. Com esta teoria, o autor afirma que uma comunidade é pobre porque os fatores produtivos que emprega não são capazes mais de produzir naquelas circunstâncias específicas. A pobreza resulta da escassez de fatores, não da sua ineficiência da sua alocação.

Schultz propôs, dentro do campo da teoria neoclássica, uma base para afirmar a existência de uma racionalidade específica da produção camponesa: "*seus sistemas de produção são racionais, eficientemente organizados e estáveis"*. Como a combinação interna dos fatores é eficiente, afirma que não existe, por conseqüência, possibilidade de "*transformá-lo por dentro"*, mantidos os níveis ou quantidades de recursos que a agricultura tradicional possui. As opções para mudá-la estão fora: nos fluxos de capitais; na técnica ajustada àquele meio e personagens; na educação destas populações; na formulação de programas específicos para transformá-los e na combinação de todos estes elementos (ibid.).

Em síntese, independente das críticas que possam ser feitas às teorias de Chayanov e Schultz tem de ser reconhecida sua importância em dois fatos básicos:

- O estudo profundo da economia camponesa, deve levar em conta sua própria racionalidade e concepção do seu entorno, porque, numa última instância não são somente as estruturas que fazem a história, mas os homens.

- A economia camponesa não trata somente da produção agropecuária. Contrariamente, ela procura satisfazer, da maneira mais eficiente, suas necessidades desempenhando diversas tarefas pluriativas[9] ou multifuncionais que podem variar dependendo do momento histórico ou da região.

[9] "Pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências)" Kageyama (1998, p. 558).

1.7.3. Revisão dos processos agrários

(i) Bolívia

A Bolívia teve três estágios de desenvolvimento a partir da sua independência. O desenvolvimento da mineração da prata, que havia-se iniciado no período colonial que continuo por varias décadas após a independência. A constituição da grande propriedade agropecuária do século XIX. Por fim, e o desenvolvimento da mineração do estanho desde inícios do século XX (Glico e Morello, 1980). O país sempre esteve inserido na economia mundial, principalmente através da exportação do estanho, mas, também pelos efeitos da crise mundial gerada pelo fim da era do ouro (Hobsbawm, 1995). No que se refere à grande propriedade boliviana, que não esteve ligada ao regime agroexportador, essa conjuntura significou a destruição do regime de comunidades, principalmente os sistemas de produtores de comunidades altiplânicas, que haviam herdado tecnologias pré-colombianas de manejo e conservação dos recursos, afastados pelas técnicas européias de lavra e de manejo pecuário.

Antes da revolução de 1952, que deu origem à Reforma Agrária a forma predominante de exploração das fazendas, era baseada na renda do trabalho. Os colonos deveriam trabalhar as terras sob o domínio do patrão, como pagamento por usufruir das pequenas parcelas de terra às quais se somavam uma série de obrigações além do trabalho pessoal gratuito. Quer dizer, estava em vigor a forma mais primitiva de "*exploração humana"* (Paz, op. cit., p. 54.), outras, como a renda em espécie ou em dinheiro, eram secundárias e complementares à primeira.

A fazenda, como unidade produtiva predominante até a reforma agrária, havia atingido um desenvolvimento desigual, dependendo da região em que se encontrara (altiplano, vale ou trópico). Isto foi influenciado principalmente pelos fatores relacionados ao próprio sistema produtivo: a falta ou abundância do trabalho servil; a influência da organização da comunidade indígena; a participação mercantil direta do produtor; a possibilidade favorável de substituição da renda em trabalho por sistemas assalariados; a possibilidade dos grandes proprietários de terra de aumentar sua renda, sem ocorrer uma mudança profunda do sistema produtivo; a própria vinculação das regiões agrícolas com os mercados; a fertilidade da terra, o clima. (ibid.).

Na década de 1850, aconteceu uma mudança profunda na economia do país devido ao auge mineiro, que integraria de maneira intensiva a economia boliviana ao mercado mundial e, principalmente, a interesses comerciais com países vizinhos, principalmente com o Chile devido a sua infra-estrutura portuária. Nesse período, a expansão das fazendas e a saída parcial das comunidades constituíram-se em condições essenciais para a articulação entre os interesses dos proprietários fundiários e dos de minas. Esta relação se intensificaria até início do século XIX.

Entretanto, o processo de mudança agrária, durante a segunda metade do século XIX, sofreria alterações quando o governo de Melgarejo (1864-1871) decretara, em 1866, a compra obrigatória das terras comunais; passado o prazo estas foram para leilão público. A Lei de Exvinculação, de 1870, propunha a extinção definitiva dos ayllus[10], a privatização da posse territorial e a criação de um mercado de terras que permitisse a formação de grandes propriedades agrícolas (Platt 1982). Entre 1881 e 1889, o processo de vendas progrediu, logo

[10] Sistema social andino (Aymara) que estabelece normas de uso e gestão do território a partir de vínculos consangüíneos.

após o breve interlúdio da revolução federal (1898-1899), prossegue seu curso ascendente até a década de 1920. (Cardozo e Brignoli op. cit., p. 181)

É importante notar que essa estrutura social e de consolidação do latifúndio foi influenciada pelos empresários do setor da mineração. Em algumas regiões andinas, como, por exemplo, nos vales de Cochabamba, esses empresários atuaram também como políticos apropriando-se de grandes extensões de terra, expulsando a população camponesa, "*gerando um movimento migratório para os centros mineiros"* (Costa Neto, 1978, p.88).

Pacheco (1999) relata que de acordo com censo agropecuário de 1950, a concentração de latifúndios[11] era patente e o percentual registrado com propriedades acima de mil hectares, era de 91,9 %. Os dados indicaram a existência de 3779 comunidades indígenas que dispunham de 7,2 milhões de hectares. Os latifúndios compreendiam 12,7 milhões, mas as comunidades controlavam 26% das terras efetivamente cultivadas. Este cenário provocou um descontento popular que levou a rebelião indígena e às generalizadas tomas de terra, exigindo a liberação da força de trabalho rural-indígena e a distribuição de terras. As fortes pressões deram lugar à promulgação da Reforma Agrária de 1953, no governo de Paz Estensoro, que se viabilizaram com a criação do Conselho Nacional da Reforma Agrária (CNRA) e o Instituto Nacional de Colonização (INC). Essas instituições tiveram a finalidade de resolver o problema da posse da terra por meio da confiscação dos latifúndios cuja propriedade, até então, pertencia aos "*terratenientes"*, para finalmente consolidá-los como um direito em favor dos camponeses.

Fazendo uma síntese, pode-se dizer que não foram cumpridos todos os objetivos da reforma agrária porque não foi aplicada de maneira transparente em todo o país, uma vez que foram distribuídas terras na região andina, mas, na região oriental deu origem ao nascimento e à consolidação do neo-latifundismo pela distribuição de gigantescos territórios maneira irracional e alarmante a pequenos grupos de fazendeiros (Urioste, 2003).

Por outro lado, nos vinte anos que se seguiram à reforma agrária, foram desestruturadas as relações comunitárias de trabalho e herança, uma vez que os camponeses se aderiram às relações de produção definidas pelo crédito agropecuário e ao sistema de comercialização e alocação de recursos, o que originou a subdivisão da terra até atingir o "*microsurco"* (minifúndio muito pequeno). Do outro lado, tem acontecido o crescimento vegetativo da população, que determina, hoje, a falta de terra para muitas pessoas do meio rural que não podem integrar-se ao mercado de terras. Costa Neto (2005), ao analisar estas relações detalhadamente, destaca que a reforma agrária foi concebida nos termos da modernização capitalista, pois grande parte das políticas estatais que foram planejadas, ocasionaram a "*retenção "da 'renda fundiária não realizada''*[12]*, ao disseminar profundamente, a pequena propriedade mercantil"*, proporcionando as condições principais de acumulação de capital em setores econômicos *(ibid. p. 193)*. A conseqüência dessa expansão foi a formação de um campesinato "*economicamente marginalizado"*, frágil e dependente do apoio financeiro do estado (p.194).

---

[11] Na seqüência, apareciam Uruguai (83,2) %, México (79,4%), o Brasil, na sexta posição com 50,8% (o tamanho médio dessas propriedades era de 3.800 ha), e, no final, El Salvador (19,9%) e Panamá (12,2%), Scolese (2005).

[12] O autor define a renda fundiária não realizada camponesa como *"o trabalho excedente fornecido gratuitamente pelo camponês à sociedade, em seu processo de produção de mercadorias; trabalho este geralmente apropriado, via interceptação mercantil, por outros setores sociais, economico e politicamente dominantes" (Costa Neto, op.cit.,2005, p. 160).*

Cabe destacar que, a partir da reforma agrária, o Estado tem promovido os processos de colonização através do INC, isto acompanhado das políticas econômicas do governo que recomendaram, em 1954, vincular o país com as terras baixas, conectando os departamentos de Cochabamba e Santa Cruz através das rodovias. As zonas escolhidas compreendiam o Chapare, (Cochabamba), Caranavi e Alto Beni (La Paz) (ibid.). Tais políticas também estimularam o estabelecimento dos assentamentos humanos com incentivos para a produção agrícola. No entanto, a frustração desta experiência foi ocasionada pelo abandono dos assentamentos pelos camponeses. Mamani, (1998) comenta que essa situação foi originada tanto pelas baixas condições técnicas quanto pela lógica adotada, no sentido que essas ações nunca foram abordadas como o resultado lógico de acontecimentos históricos e sociais, pois sempre tiveram como base uma racionalidade de tipo instrumental, preocupada por conseguir resultados econômicos no curto prazo.

Por outro lado, a partir daquela época, principalmente a região oriental de Santa Cruz começou a desenvolver-se economicamente por meio da consolidação do capitalismo no setor agroindustrial, aproveitando as vantagens concedidas pelos governos na forma de concessões florestais, mineração, terras e financiamentos para grupos empresariais. Estes, por sua vez, aproveitaram a mão de obra de imigrante que vinha sofrendo desagregação na região andina. Este tipo de relação clientelística das autoridades do Estado foi característica dos governos de Banzer (1971-1977; 1998-2001) e de Paz Zamora (1989-1992), porquanto, nesses períodos, houve o maior número de escândalos e denúncias relacionadas à entrega de terras fiscais a pessoas vinculadas com a política.

É nessa situação que a Reforma Agrária foi truncada e em meados de 1970, praticamente, tinha sido abandonada, sem ninguém saber quando terminou, pois os governos da época foram negligentes e as ditaduras militares destacaram-se pela distribuição gratuita de terras para pagar apoios e lealdades políticas (Urioste, op. cit., 2003).

Em início da década de 1980, a progressiva deterioração das variáveis macroeconômicas desencadeou una aguda crise econômica e instabilidade política, que propiciou o Programa de Ajuste Estrutural, a partir de 1985, com medidas fundamentalmente destinadas a solucionar rapidamente os desequilíbrios provocados pela hiperinflação e o alcance do equilíbrio externo. Nos primeiros anos da estabilização, impulsionaram-se políticas fiscais de estímulo direto à agropecuária de exportação, como devolução de impostos, subvenção ao preço do diesel, diminuição de fretes de transporte ferroviário. De maneira simultânea, aplicaram-se reformas estruturais dirigidas a liberalizar quase por completo os mercados de bens, crédito, capital e trabalho.

No entanto, ante denúncias de caos e a corrupção no CNRA e o INC (tráfico de influências e da falsificação de documentos) o governo se viu obrigado, em 1992, à intervenção em ambos os órgãos, como uma medida destinada a restabelecer a legalidade e a ordem nestas instituições encarregadas da distribuição e titulação das terras rurais do país. Nessa época, se deu início ao debate sobre uma nova lei de terras.

A partir de 1993 inicia-se um conjunto de novas reformas destinadas a aprofundar as medidas iniciadas em 1985, que foram conhecidas como Reformas da Segunda Geração. Destacam-se: a Reforma da Constituição Política do Estado, a Participação Popular e Descentralização Administrativa, Capitalização de empresas públicas, Reforma do Sistema de Pensões, Reforma Educativa, a Lei Florestal e a Lei de Terras. Os instrumentos recriados para aplicar a Lei de Reforma Agrária e impulsionar a redistribuição das terras foram novamente o CNRA e o INC (Hernáiz e Pacheco, 2000).

O Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), criado em 1994, foi o encarregado de realizar o Programa de titulação e *"saneamiento"*[13] da posse da terra, sendo considerado assunto da maior prioridade no país. A nova política de terras elaborada pelo INRA, e posta em prática em 1996, teve a intenção de acabar com a corrupção instalada nos anos precedentes.

Não obstante, até o presente observa-se que existe, virtualmente um abandono do tema, pois não tem acontecido um verdadeiro debate sobre ele por ser tão polêmico e, após todo aquele período, poder-se-ia dizer que o trabalho realizado pelo INRA teve um avanço insuficiente. A Bolívia tem una superfície de 109 milhões de hectares, portanto supõe-se que não deveria existir o problema da terra. Lamentavelmente, esperava-se que o INRA o solucione, pois tinha dez anos para fazê-lo. Após nove anos do seu início e segundo o próprio INRA (2005), apenas existem 8.574.576 hectares de superfícies regularizados e para verificação e certificação esperam 10.264.930 hectares, o que representa 17 %. Aproximadamente uns 30% encontram-se em processo de titulação (28.349.800 ha) e resta por regularizar 53% do território, ou, aproximadamente 59.563.325 hectares. Chama a atenção desta maneira, a insuficiência para cumprir o que estava previsto. Na atualidade, o INRA está planejando concluir seu trabalho até o ano de 2010, para o qual deve tramitar uma nova lei para poder aceder a mais recursos financeiros, pois terá que justificar o elevadíssimo custo do trabalho "*nulo*" realizado até o presente.

Como visto anteriormente, a luta pela terra sempre foi conflitante na história boliviana. No entanto, a conjuntura tornou-se mais difícil com a chegada do Movimento Sem-Terra (MST). Os acontecimentos de novembro de 2001, na província Gran Chaco, no departamento de Tarija, foram o preâmbulo do que estaria por vir, com a primeira ocupação de terras na região de Pananti, que resultou em sérios enfrentamentos com fazendeiros. O quadro foi se complicando aos poucos, e, em meados de novembro de 2002, nas comunidades La Merced e Los Yukis, a setenta e cinco quilômetros de Yapacaní, em Santa Cruz, dezenas de pessoas invadiram propriedades privadas. Em 2003, as fazendas Cocayapu, Boopi Motacal, Maderal, Comanche, em La Paz, e Ulincate, em Cochabamba, foram ocupadas. No entanto, a região oriental é o principal foco de enfrentamento. Por tal razão, empresários do setor agrícola e proprietários de terras têm solicitado "*rigor"* ao Estado para reprimir as invasões, inclusive ameaçando assumir sua própria defesa. A situação tornou-se mais ainda mais conflitante pela instrução do MST, a seus afiliados, de tomar as armas e preparar-se para a *"guerra por la tierra"*.

Para finalizar, um informe anual de desenvolvimento humano publicado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2005) mostra que na Bolívia dois milhões de pessoas trabalham em cinco milhões de hectares de terra enquanto que cem famílias são proprietárias de vinte e cinco milhões de hectares. Ainda o informe mostra que a renda de 10% da população (os quais possuem maiores recursos econômicos) supera em noventa vezes o montante que recebem os mais pobres. As diferenças originadas desta acumulação representam o primeiro elo de um ciclo de desigualdade que acompanha as pessoas pobres durante toda sua vida. O acesso á terra provoca constantes enfrentamentos entre latifundiários e camponeses pobres. O informe também estabelece que a taxa de pobreza, que havia diminuído a 48,7% em 2000, aumentou para 61,2% em 2002; além do mais, 88% da população indígena é pobre e as diferenças sociais entre o campo e a cidade são abismais.

[13] O processo de *saneamiento* significa regularizar a posse e a propriedade da terra, seja esta retornando para o estado, para grupos de camponeses, comunidades indígenas, ou até para proprietários privados.

(ii) Brasil

No Brasil, a estrutura agrária destaca-se pela grande empresa agrícola que abastece as grandes cidades, além da produção para a exportação. No entanto, a denominada agricultura familiar responde a 32% do abastecimento interno, representando 60% da mão-de-obra no campo.

Branco (1989) destaca que o camponês passou basicamente por três períodos: *o período colonial, escravista*; *o regime de colonato,* com a imigração estrangeira, após a abolição da escravatura, que estabelece diferenças no referente ao regime de trabalho e acesso à terra; *o período de substituição de importações,* a partir da década de 1930, que modifica as relações cidade-campo e a diversificação produtiva no campo.

No período colonial, os camponeses como *moradores* e ocupantes de terras alheais, (*agregados*) trabalhavam em plantações nas fazendas; como por exemplo, na cana de açúcar. A escolha desta cultura pelas capitanias coloniais foi quase inevitável, sendo produzida em grandes quantidades em virtude do seu alto valor no mercado internacional e dos conhecimentos adquiridos nesta produção. Inicialmente este sistema requeria mão-de-obra indígena. No entanto, após 1570, o trabalho dos escravos vindos da África tornou-se cada vez mais comum, uma vez que o número de indígenas começou a declinar rapidamente. Além disso, os escravos adaptavam-se melhor à rotina do trabalho. Acrescenta-se que, para a produção deste cultivo, os pequenos colonos eram destituídos da sua posse, quando tinham alguma. No entanto, quando obtinham recursos para a montagem de um engenho, o que faziam era cultivar na terra devoluta e moíam suas canas na instalação do senhor mais próximo, devendo pagar com uma parcela do produto final. Caso as terras pertencessem ao próprio senhor, a produção dos lavradores tornava-se "*canas obrigadas"*, isto é, somente podiam moê-las naquele engenho. Exceto pelos trabalhadores especializados, livres e assalariados, a mão-de-obra dos engenhos era predominantemente escrava. Assim sendo, nessa relação não monetária "*terra/trabalho",* manifesta-se o capital como base da produção a partir do trabalho de agregados ou escravos, que não pode, ser enquadrada em um tipo de feudalismo, pois a circulação monetária realizava-se no comercio escravista e o abastecimento da fazenda estava a cargo dos agregados (Martins, op.cit.,1986a).

Contudo, com a abolição da escravatura e a proibição do comércio de escravos, novas políticas favoreceram a importação de colonos migrantes que se formou com a massa de libertos: uma grande multidão de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas caso não conseguissem suas próprias parcelas de terra. Ainda, para entendermos as particularidades do surgimento do campesinato, devemos considerar a ocorrência da expansão territorial praticada pelos grandes fazendeiros no Brasil do século XIX. De tal modo, nesta época as inúmeras terras livres, passíveis de serem ocupadas por qualquer um, inibiam a existência de conflitos agrários. Por conseqüência, tais conflitos só podem ser pensados como uma realidade dos tempos mais recentes. Entretanto, (Motta, 2001) descreve que, neste período, os fazendeiros, sempre que puderam, ocuparam terras devolutas limítrofes à sua fazenda, transformando-as em parte do seu domínio, entrando em conflito com os pequenos posseiros, diante do processo imperioso de expansão territorial. Esta luta de negar que aqueles eram *senhores e possuidores* das terras por eles ocupadas originaram tensões, pois procuravam limitar a expansão territorial dos fazendeiros.

Quando foi aprovada Lei de Terras de 1850, foi somente a retórica do poder que agudizou a ocorrência de conflitos no século, pois promoveu a concentração da terra e impulsionou o surgimento do coronelismo nas províncias, ou seja, o camponês, o posseiro é

livre mas torna-se um cliente do coronel, pois para o fazendeiro do século XIX, não bastava somente dizer que era dono da terra por ele invadida. Era preciso que outros o reconhecessem como tal, já que os pequenos posseiros haviam sido os primeiros a derrubar matas virgens e a plantar gêneros alimentícios, como alegavam nos processos de embargo, em que eram sempre os réus, aumentando, desta maneira, a quantidade de oprimidos, situação que piorara gradativamente. Os pequenos posseiros, mesmo derrotados, procuraram limitar a expansão territorial do fazendeiro "*ao negarem que aqueles eram senhores e possuidores das terras por eles ocupadas" (ibid., p.116).*

Com a abolição da escravatura a maneira de "*manter"* economia da fazenda e os meios para conseguir a substituição da mão-obra escrava foi permitir a chegada da imigração estrangeira de países que tivessem muita população. Porém, a imigração deveria ser controlada, pois sua finalidade como mão-de-obra não seria o desejado se estes imigrantes encontrassem terras livres para serem ocupadas (Martins, op. cit.1986a).

A partir de 1891, as terras devolutas livres e em mãos do Estado, passaram a ser administradas pelos Estados da Federação e os grandes fazendeiros do Sul e Sudeste que, ao possuir um grande poder e domínio naquelas regiões, constituiriam-se em oligarquias *"coronelistas"*. Por aquela época, foi instituído o voto que supostamente, deveria ampliar a participação do camponês na nova estrutura de poder. Entretanto este foi manipulado e tratado como uma simples mercadoria em "*troca de favores*" e em beneficio dos comerciantes e proprietários de terra, concorrendo para uma política clientelística. Uma vez mais o camponês que era analfabeto, acabou sendo excluído do poder instituído. No entanto, apesar desta adversidade, os movimentos camponeses sempre estiveram presentes em prol da resistência, através de lutas que eram dispersas e localizadas (ibid.).

Com o início da industrialização, os interesses da classe dominante sofreriam mudanças, pois apareceram os empresários industriais em contraposição do domínio dos coronéis. Nas décadas de 1930 até 1950, por um lado consolida-se o setor industrial e, do outro, o surgimento do proletariado que obteve alguns benefícios legislativos dentro da estrutura institucional e política. A partir do surgimento da primeira Liga Camponesa em 1955, em Pernambuco apresentaram-se as primeiras reivindicações por uma reforma agrária. Seis anos mais tarde estas demandas obteriam maior visibilidade, a partir do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, apesar das discordâncias por parte do partido Comunista Brasileiro enquanto sua aplicação (Ianni, 1981).

Na década de 1960, foram apresentadas propostas de uma reforma agrária de cunho moderado. Contudo, ante uma possível ameaça às oligarquias da época, estas apoiaram os militares no golpe de estado de 1964. Uma vez estabelecidos este governo, propiciou a ampliação da entrada do capital internacional na economia brasileira. Também durante os primeiros anos da ditadura, ao terem intervenção nas ligas camponesas, formou-se um quadro em que se tentou excluir novamente ao campesinato a partir de uma nova estratégia: elaborar o decreto-lei que transformaria a pretensão de uma reforma agrária em o*"Estatuto da terra"*. De tal modo, criado no governo de Castelo Branco, o estatuto promoveu a modernização do campo sem eliminar o latifúndio.

Na década de 1960 o problema do camponês agudizou-se, em várias regiões do país, principalmente na região norte, na qual ocupantes de terras e posseiros entraram em conflitos com os grileiros: o camponês, submetido à lógica capitalista, é impedido de comprar terras devido a seu alto preço, formando desta maneira a grande massa migrantes em procura de terras baratas para arrendar.

Com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que eleva sua voz em defesa dos direitos humanos, prestou-se atenção especial ao confronto entre posseiros e fazendeiros na Região da Amazônia. Com a entidade, surgiu também a pregação pela Reforma Agrária, tornando-se, assim, em articuladora dos movimentos sociais que influenciariam o surgimento do MST (Scolesse, op. cit., 2005).

Em 1985 implementou-se o Plano de Nacional de reforma Agrária (PNRA) que previa o assentamento de 1,4l milhões de famílias em quatro anos, mas este somente resultou em uma reforma agrária de caráter marginal em meio a inúmeros programas de desenvolvimento rural. No plano, os problemas foram focados caso a caso, como se fossem isolados, colocando-se a questão fundiária como secundária e na Reforma Agrária operou apenas nos momentos e lugares onde era preciso desviar a pressão social. As áreas prioritárias passaram a ser todas e nenhuma, deixando-se, por conta dos Estados e Municípios delimitá-las. Em meados dos anos 90, o conteúdo do Estatuto da Terra apresentava-se vazio e passava a expressar uma nova combinação entre legislação agrária e política. Porém, no governo de Fernando Henrique Cardozo, em 1994, forma-se um novo ambiente político; época em que o MST passou a contar com novas e mais consistentes articulações com a sociedade civil urbana. Assim, por exemplo, a luta pela Reforma Agrária adquiriu um novo significado quando aconteceu o massacre de "*Eldorado do Carajás"*, que se tornou um dos acontecimentos mais emblemáticos, não somente pelas repercussões na sociedade e na mídia, mas pela negligência dos governos estadual e federal.

Na última década, continuou o agressivo desenvolvimento capitalista nas cidades e tem sua contraparte na emergência de significativos movimentos sociais que dividem suas ações pela terra. Estes movimentos integrados por entidades sindicais rurais, ramificações da Igreja Católica e da Central Única de Trabalhadores (CUT), do MST e de outros movimentos são integrados por posseiros e pequenos agricultores rurais assalariados que, precisamente, expressam de certa forma, o fracasso do desenvolvimento capitalista nas cidades. Além do mais, vinculado aos grandes índices de desocupação urbana, milhares de pessoas que vivem na cidade esperando pelo chamado das grandes fazendas de cana para conseguirem um emprego na época da colheita. Na verdade, o Brasil é um país em que se mantém o poder dos senhores do campo.

É muito difícil qualificar na atualidade a estrutura da propriedade e da ocupação da terra nas diferentes regiões brasileiras. No entanto, em regiões onde existem grandes quantidades de minifúndios, a modernização da agricultura as têm alterado. O sistema latifúndio- minifúndio transformou-se num sistema capitalista-camponês. Na maior parte dos casos, o latifúndio tornou-se empresa capitalista e o minifúndio em unidade agrícola familiar vinculada à empresa capitalista e ao restante da economia principalmente através das relações como o mercado. Nesta conjuntura, o enfoque da reforma agrária, que se sustenta na teoria da renda da terra, deverá ser reformulada se aspirar a incluir-se na dinâmica do mercado da terra. É desse modo, que a Reforma Agrária terá que ser realizada, com base na eficiência e eqüidade nos casos de latifúndios improdutivos e de proprietários de terras que as utilizam com fins especulativos. Por outro lado, nos casos em que o sistema de mercado esteja funcionando, a democratização da terra poderá ser feita por meio de políticas que regulem este mercado, facilitando o acesso dos que possuem menos ou dos que não têm terra.

CAPÍTULO II

OS ELEMENTOS HISTÓRICOS

E GEOGRÁFICOS

2.1 Região Fronteiriça

A diversidade de terras tropicais e temperadas na América do Sul, com suas respectivas variações entre terras altas, terras baixas, zonas costeiras e com a versatilidade populacional entre os países deste continente, cria uma certa dificuldade para contrastá-los ou diferenciá-los. Ao focarmos e reduzirmos o campo de estudo a uma região ou pelas características ecológicas a um bioma (neste caso, compartido entre dois países), devemos delimitar também o campo das reflexões ensejadas e buscar formas de avaliação mais recorrentes que vêm sendo refletidas e expressas pelos historiadores e geógrafos, para permanecer no próprio território.

Ao revisarmos o passado e o desenvolvimento histórico dos sistemas de produção agropecuários na região fronteiriça do Pantanal do Brasil e Bolívia, percebe-se que este possui um elemento principal e aglutinador que tem a ver com as atuais discussões do meio ambiente: a maneira como os diversos grupos ou populações têm manejado o meio natural, no decorrer do tempo remetendo-nos à difícil delimitação das dimensões *"humana"* e *"natural"*, da dualidade *"cultura"* e *"natureza"*, e, também, ao confronto de forças entre "*dominadores e dominados"*. O relevante dos casos em análise são as diversidades socioculturais e ecológicas, construídas historicamente, principalmente através da incorporação ou desincorporação de uma série de atributos que hoje formam a particularidade dos diferentes atores sociais, estes, por sua vez, atuando como núcleo formador das diferentes concepções sobre o que representa, a idéia de ambiente e os possíveis *"usos"* a ele vinculados.

Nesses termos, a baliza que norteou este capítulo foi: entender o processo de desenvolvimento e de ocupação destes territórios, que contribuiu na transformação e formação do complexo pecuário na região pantaneira, especificamente, no agroecossistema formado pela região de fronteira Bolívia-Brasil: uma região com influência dos centros urbanos de Corumbá e Puerto Suárez , além de ser determinante para que, hoje, estes espaços chamem a atenção em relação à preocupação com a preservação cultural e ambiental.

As concepções sobre o significado das fronteiras foram ganhando espaço na segunda metade do século XIX, a partir da visão, mais realista e mais global dos espaços físicos contíguos entre os Estados. Seoane(1998 apud Ripoll, 1992) sustenta que, na atualidade, o termo fronteira tem um espectro em dobro: a *fronteira como limite*, como linha de separação entre o território dos Estados, e a fronteira *como zona, como região* que se estende a partir

daquele limite, além do mais, a fronteira mais propriamente representa a zona ou espaço físico e humano na qual manifestam-se questões relativas às vizinhanças dos Estados, que, por razões culturais ou de integração, torna-se uma região *transfronteiriça*. Também, junto à idéia de fronteira, ou limite fronteiriço, deve-se desenvolver a idéia de "*região de fronteira"*, entendendo o espaço fronteiriço com as zonas situadas em ambos os lados de cada país e devido à proximidade da fronteira, as pessoas os bens e os sítios apresentam formas peculiares e as vezes comuns.

Tizón (1994) destaca que, para uma análise territorial-regional, requer-se a perspectiva sistêmica, isto é, destacar o processo histórico de uma unidade territorial com as seguintes características: *essenciais, ou seja,* a vontade do sistema social em questão adotar esse território como parte da sua unidade social; *não essencial,* porém, necessária, referindo-se a que em algum momento do progresso de gênese histórica regional, exista uma certa homogeneidade das características presentes do sistema natural*; existencial,* ou seja, a presença e disposição de um sistema cultural-organizativo artificial, cujo aspecto mais importante será o dotá-lo com instrumentos comuns, tais como a linguagem, e que confira ao território uma unidade funcional. (ibid.).

Neste sentido, para iniciarmos a construção de uma história regional, um primeiro passo foi "*focalizar uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural"* (Drummond 1991, p.5). É claro que essa homogeneidade não se apresenta com a mesma intensidade em ambas os casos, pois podemos encontrar unidades territoriais muito definidas e outras em transição do ponto de vista natural. Porém, procurou-se focalizar certa homogeneidade no que se refere às circunstâncias sociais, naturais, econômicas, culturais e históricas, que justificam a consideração desse território como uma unidade territorial. Outro fator importante em relação à área delimitada, é não esquecer que, lá, existe uma "*fronteira dinâmica"*. As fronteiras dinâmicas apesar de atuarem como filtro para o contato, a influência, a independência e a identificação, são fronteiras que se caracterizam pela permeabilidade e que não impedem a passagem de indivíduos humanos, das influências culturais, da fauna, da flora local, (Becker 1994; Little, 1997) da poluição ou, até, da influência do poder (Douglas, 1976).

No caso das fronteiras naturais são variadas. Porém, as mais conhecidas devido a sua proximidade, às estradas fronteiriças são: o Mutún, uma montanha na qual existem imensas jazidas de ferro, um rio chamado Arroyo Concepción, e o canal Tamengo (Foto 3). No Arroyo Concepción, existem quatro marcos secundários localizados no "talweg" (a calha mais profunda de um rio), este setor com 7.3 km passa por trás do assentamento rural "Tamarinheiro", até afluir no Canal de Tamengo. Mais ao norte, a linha divisória passa pelo talweg do Canal de Tamengo, em aproximadamente 6.4 km, até um ponto próximo à entrada de Lagoa Cáceres, perto da base Naval Boliviana de Tamarinero, na margem sul do canal e o marco Principal Tamarinheiro, que se ergue na margem norte do canal. Salientamos que a fronteira definitiva começou a ser definida a partir em 1852, concluindo-se somente um século mais tarde quando a Bolívia e o Brasil assinaram o acordo de Roboré, em 1958. Neste último, as divergências de ambos os países referiam-se ao problema pendente sobre a divisão estudada há três décadas, antes pelo cartógrafo Fawcett, (militar inglês contratado pelo governo boliviano), que integrou a Bahia Grande ao condomínio boliviano. As divergências acabariam finalmente com a divisão desta baía em duas partes iguais (Cabral,1963).

Foto 3. Vista do Canal Tamengo em Corumbá

2.2 Geografia e Pantanal

A primeira imagem que nos vem à mente quando nos referimos ao Pantanal, comumente é o esplendor da natureza: as planícies verdes, com fauna abundante, águas límpidas dos rios, e imensos pântanos. Contudo, uma análise mais detalhada mostra que este bioma forma parte de um complexo sistema ecológico maior conhecido como Gran Chaco[14], uma sub-região da qual fizeram parte, com sua história, etnias que foram marcadas pelas reduções jesuíticas[15]. Esta região, hoje, abrange uma porção dos atuais territórios das Repúblicas da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil (considerando sua extensão até o Pantanal) (Arnt, 2005). A Planície Chaquenha apresenta poucas elevações e são porções não inundáveis, marcadas por uma suave inclinação do noroeste em direção ao sudeste, desde 350 metros acima do nível do mar, no declive das serras subandinas, até 50 metros, na margem ocidental do Rio Paraguai. A área situada abaixo dos 200 metros de altitude apresenta uma drenagem deficitária que favorece a formação de esteiros e lagoas nas margens de seus grandes rios, vales e várzeas. O Rio Paraguai representa a fronteira natural entre Chaco e o Pantanal, e as fronteiras políticas entre o Brasil, Bolívia e Paraguai. Na margem ocidental do Rio Paraguai, a área situada abaixo dos 200 metros de altitude apresenta uma drenagem deficitária que favorece a formação de esteiros e lagoas nas margens de seus grandes rios, vales e várzeas.

Apesar das dificuldades decorrentes deste tipo de terreno, apontadas pelos europeus nos documentos históricos a respeito da conquista e colonização da região, é possível observar que esta zona tornou-se um local fundamental para a ocupação humana, tanto por ser um ponto privilegiado para a habitação dos grupos indígenas (decorrente da diversidade biológica encontrada em áreas ribeirinhas, resultando em variadas fontes para subsistência)

[14] O significado da palavra *"Chaco"* origina-se de uma expressão Quéchua que significa *"local de caça"*. (Arnt, op. cit., 2005).
[15] Para uma descrição bem detalhada destes grupos consultar Metraux (1948; 1942).

quanto como um meio para a penetração européia no Chaco, visto que os cursos de seus rios foram utilizados como um caminho mais acessível para exploração (ibid., 2005, p.26)

2.3 O Processo Histórico

Os povos que habitaram a região desenvolveram formas de adaptação específicas aos ecossistemas pantaneiros, isto foi evidenciado por descobertas de restos arqueológicos no lado brasileiro perto da borda fronteiriça, que indicam a presença humana desde 8200 anos A.C, e sugerindo a existência de populações numericamente significativas com padrões de deslocamento para o uso dos recursos naturais até o ano 2200 A.C (Schmitz, 1997). No lado boliviano, as pesquisas arqueológicas na Zona do Pantanal têm sido poucas. Alguns materiais achados na área do Município de Puerto Suárez, durante a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, permitem localizar os sítios dentro da subtradição Guarani da tradição Tupi-Guarani (ibid.). No entanto, Michel e Calla (2001) relatam que, nas zonas próximas às serras, Chiquitanas[16] e do vale do rio Tucavaca, encontram-se restos de assentamentos que evidenciariam uma ocupação pelos povos indígenas agricultores e caçadores que datariam dos anos 1500 A.C. e que teriam permanecido até os anos 1500 D.C.

Antes da chegada das missões, sabe-se que existiam na região uma ampla diversidade de culturas indígenas (fig. 3): Zamuca (Ayoréoirde), Chamacocos, Chiquitana (que integrou povos de língua Chiquitana, Arawaka e Chapacura), Bororó e Otukea (Otukes, Covarecas Curiminacas). Estes povos indígenas habitaram a região destes pântanos até a transição do Bosque Seco Chiquitano e a Amazônia (Meireles, 1995). Mais tarde, a partir da ocupação do continente pelos europeus, traçou-se uma nova ordem territorial que rasgou a face do Novo Mundo: "*da guerra à peste e da peste à escravidão"*, castelhanos, bandeirantes e mamelucos capturaram milhões de nativos, que foram submetidos e vendidos às minas e latifúndios, e todos esses anos de perseguição ameaçaram a sua extinção. A única saída dos indígenas foi viver na clandestinidade no seio da sua própria terra.

[16] O nome desta região originou-se na época da conquista. Os espanhóis observaram que as casas de palha tinham aberturas de saída pequenas menores a um metro, e concluíram erroneamente que os indígenas eram *"chiquitos"* ou de talha pequena.

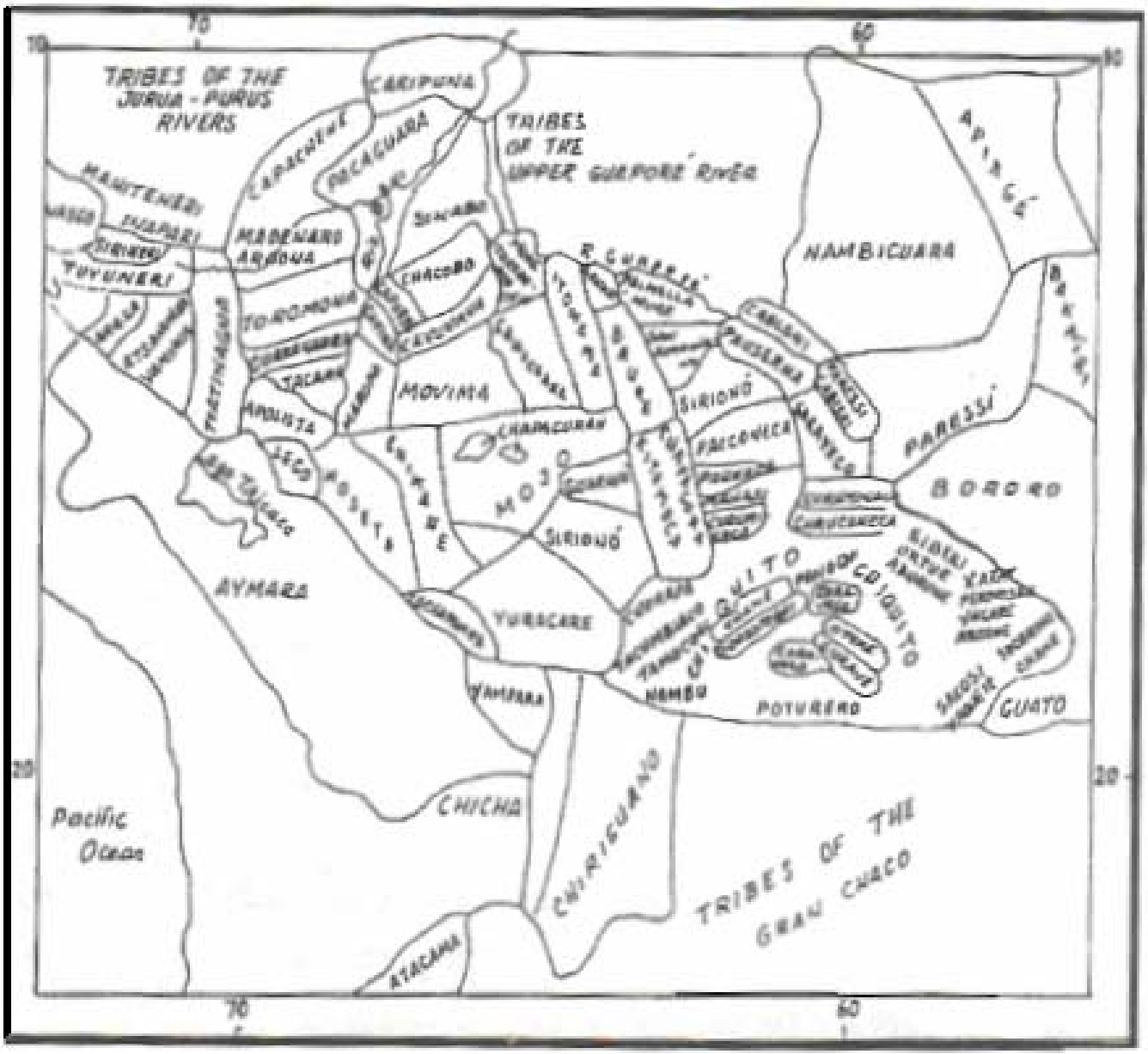

Figura 3. Espaço ocupado pelos grupos indígenas da Chiquitania e Pantanal

Fonte: Metraux (1948, p. 382)

Delimitando, os fatos históricos a região hoje denominada como Pantanal, por volta de 1494, os espanhóis ocuparam pelo Pacífico a região dos Andes e avançaram para a área delimitada pelo tratado de Tordesilhas que, durante a época colonial foi uma área de limites indefinidos entre os impérios português e espanhol. No entanto, devido a serem lugares remotos e desconhecidos, não estava claro a qual dos Virreinatos espanhóis lhes correspondia administrar aquelas áreas remotas. As primeiras expedições partiram desde Assunção, entre os anos 1548 e 1549. Por outra parte, no século XVII, bandeirantes portugueses avançaram pelo lado do Atlântico na direção do interior, entrando em conflito com os espanhóis e destruindo seus poucos assentamentos. Este seria o primeiro sinal de um futuro cenário de batalhas em disputa do território. Assim, a imagem desta fronteira produzida historicamente é constitutiva do movimento da conquista e da povoação dos "*espaços vazios"* determinando a relação entre o colonizador e o colonizado do século XVII que se projetaria séculos mais tarde na forma de tratados e acordos diplomáticos, quando surgiram os estados nacionais.

Um acontecimento marcante foi a primeira expedição autorizada pelo Vice-Reino do Paraguai e liderada pelo Capitão Ñuflo de Chaves[17] em 1557 quem à procura do ouro, percorreu a região do Alto Peru até a nascente do Rio Paraguai. Na segunda expedição, em 1566, sua intenção era desbravar o território existente ao leste. Hoje, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porém este intuito não se cumpriria em sua totalidade, pois um ano mais tarde este capitão foi assassinado pelas tribos Itatins, às margens do Rio Paraguai (Corrêa, 1946).

2.3.1 Os Chiquitanos

Em 1607, a Companhia de Jesús empreendeu a difícil missão de difundir o cristianismo no Novo Mundo. Desde o Rio da Prata ate rio Madeira, com um século de trabalho, do jesuíta José de Arce que caminhou com os homens da nação Chiquitana. Em 1691 nasceu *"Chiquitos Missional"*, em São Xavier de Piñocos, onde fundaram dez reduções (fig. 4) e estabelecidas as Missões de: São Francisco Xavier, São Rafael, de São José, São Miguel, São Inácio de Zamucos, Santa Ana, Santo Coração de Jesús, Santiago de Chiquitos, São João Batista e Concepção de Chiquitos (Meireles, 1989). Guaranis, Zamucos e outros grupos étnicos caminharam atrás do símbolo de Deus, pois havia que preservar a vida, aderindo-se às reduções com outras etnias, o que resultaria, posteriormente, na "*síntese cultural chiquitana"*, ou seja, na reunião dos povos: Zamuco, Paikoneka, Saraveka, Otuke, Kuruminaka, Kuravé, Koraveka, Tapiis, Korokaneka, Manacica e Paunaka, entre outros.

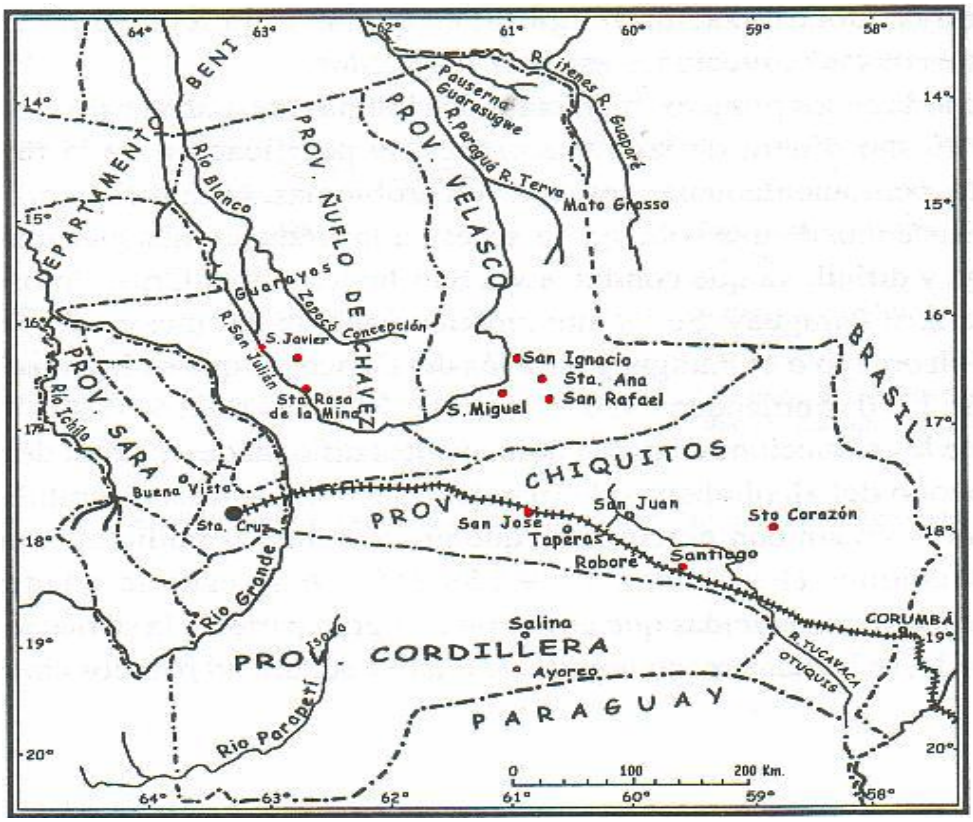

Figura 4. As missões Jesuíticas na chiquitania (os pontos vermelhos representam os lugares ocupados pelas missões).

Fonte: Freyer (2000, p. 26)

[17] Fundador da cidade de Santa Cruz de la Sierra em 1560.

A partir desta reunião, também se estabeleceu a uniformidade idiomática e a língua reconhecida foi o "*Gorgotqui"*, que, depois, passou a denominar-se "*Chiquitano"* (Freyer, op. cit.). Nas sociedades reducionais houve a introdução de novas formas de produção; um novo modelo de assentamento, do uso do espaço; um novo regime de trabalho, de organização e religiosidade. Por exemplo, o *cabildo* (deliberação comunitária) foi uma das maiores instituições sociais introduzidas nesta região e que persiste até hoje nas comunidades chiquitanas. Nele o *status* social vinha de acordo com à conduta do habitante das reduções, também nestas reuniões se estabeleciam os direitos, deveres e as formas participativas e comunitárias. (ibid.)

Com as missões Jesuítas se introduziu a criação de gado, mas, com a expulsão dos missionários, estes rebanhos passaram à propriedade dos republicanos. Eles, além de intensificarem a atividade pecuária, consolidaram o sistema da "*encomenda"*[18] que explorava a força de trabalho do tipo escravo; sob esse regime muitos Chiquitanos fugiram daquelas fazendas para introduzir-se em comunidades afastadas e manter sua identidade (Ramos, 1996). Foi precisamente a região oeste do Rio Paraguai, o abrigo para aqueles indígenas que fugiam das correrias escravistas e dos povos como os Zamucos resistiram fortemente aos espanhóis e aos portugueses e, também, à vida nas reduções (espécie de quilombos indígenas). Apesar disso, os jesuítas fizeram contacto com os Zamucos, Otukes, Curavés e Potureros, no ano de 1717, quando procuravam um Porto para navegar até o Rio Paraguai, e os "*reduziram"* à Missão de Santo Coração. Esta presença missional somada à presença militar e colonial das coroas espanhola e portuguesa resultou no desaparecimento de vários povos, como os Otukes. De acordo com o naturalista francês D'Orbigny (1958), quando visitou as missões no ano de 1832, restavam somente 150 membros desta etnia, dos quais apenas duas pessoas velhas falavam sua própria língua.

Freyer (2000) descreve que no Brasil, parte da área onde vivem alguns chiquitanos foi inicialmente posse da Coroa Espanhola. Conseqüentemente, esse povo muitas vezes era, e ainda é, considerado boliviano (ou castelhano). Durante muito tempo, a região foi motivo de conflitos de fronteira e a documentação existente no arquivo público de Mato Grosso é farta em notícias sobre os freqüentes deslocamentos desse povo e a pobreza de sua condição. O autor sugere que existe um registro de um grupo de cerca de 200 famílias Chiquitano da Bolívia que migrou para a região de Vila Bela, no estado matogrossense, para refugiar-se da guerra do Chaco[19], entre a Bolívia e o Paraguai, em inícios de década de 1930. Ainda, comenta que os chiquitanos já viviam na região de Cáceres, quando Vila Maria do Paraguai foi fundada, no século XVIII. Essa vila abrigava um forte militar que servia de anteparo aos ataques dos espanhóis. Luiz de Albuquerque, na ata de sua fundação, refere-se a *"cerca de sessenta índios castelhanos de ambos os sexos que havia três meses desertaram da missão de São José de Chiquitos"*. Os homens desta etnia eram muito procurados por fazendeiros brasileiros, uma vez que, em virtude da experiência que tiveram nas missões jesuíticas, eram considerados excelentes trabalhadores e vaqueiros (Ibid).

[18] Sistema que se havia criado com a intenção de beneficiar os conquistadores, que oram fiéis ao rei .Este outorgava-lhes uma quantidade de terra com os indígenas nela incluídos. Os "*encomenderos"* estavam obrigados a cristianizar estes indígenas. (Parejas e Suarez,1992).

[19] Aconteceu no período de 1932 a 1935 entre Bolívia e Paraguai

2.4.2 A Lagoa dos Xaraiés

Na cartografia espanhola, mais especificamente na dos missionários jesuítas imaginava-se que a descomunal quantidade de água que ocupava toda a planura nas proximidades do Rio Paraguai não podia ser apenas resultado temporário das enchentes dos rios, cujas calhas resultavam insuficientes para conterem o volume total que emanava das cabeceiras, mas da permanente alagação. Verificada na região norte-ocidental a existência dos Xaraiés, ribeirinhos e agricultores perto das nascentes do rio Paraguai, os espanhóis rotularam esta imensa área inundada de "*Lagoa dos Xaraiés"* (Corrêa, op. cit. p. 2).

> *"Na área em volta da Lagoa dos Xaraiés as indefinições úmidas da região, os rios caudalosos, os índios "bárbaros" fizeram com estas organizações sejam também administradas também pela água "que perpassavam o homem , macerando-o e mesclando os sentidos do dominador e dominado"*(Araújo, 2001, p. 88).

No século XVIII, na disputa pelo rio da Prata, pela zona denominada *"Mato Grosso"* onde tinha sido descoberto ouro nas proximidades de Cuiabá, e pelo domínio do comércio clandestino da prata, que vinha das minas de Potosí, o Império Português, desviou consideráveis recursos coloniais para novos assentamentos fronteiriços para os fortes construídos ao longo dos rios Mamoré e Paraguai, mas também para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No entanto, o resultado de superar as imensas dificuldades causadas pelos ataques dos índios, a dificuldade de se locomover pelas águas, bem como a necessidade de resistência com armas, incentivou ainda mais aos conquistadores à apropriação, o que significa povoar, e impedir o avanço espanhol e de não respeitar os limites impostos pelo tratado de Tordesilhas, "*apagando desta maneira a memória do próprio documento legal"(ibid.).*

De tal maneira, a experiência das anteriores expedições feitas pelo projeto de Ñuflo de Chavez seriam aproveitadas mais tarde pelo Presidente e Capitão das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, Luis de Albuquerque, que, com a intenção de garantir a posse de uma enorme área à margem direita do Rio Paraguai, mandou fundar várias cidades como o Forte Coimbra, em 1775, e Corumbá[20], em 1778; esta última recebendo o nome de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (Souza, 1973). Segundo Chaves (2001, apud Volpato 1996), a Capitania de Mato Grosso desempenhou um papel importantíssimo para a Coroa Portuguesa, em meados do século XVIII, evitando o avanço iminente dos espanhóis e dos mineradores, à procura de novas jazidas e estabelecimento de formas político-administrativas determinadas pela necessidade de assegurar as riquezas da natureza.

2.3.2 Formação dos Latifúndios e expansão da pecuária

(i) Bolívia

Em 1767, com a expulsão dos jesuítas do continente, transfere-se a administração das missões a um grupo entre os quais estavam governadores e capitães da coroa espanhola, que intensificaram a atividade pecuária, estabelecendo-se nas missões de São Xavier, São Inácio e Conceição, porém sob a modalidade de fazendas, que se caracterizaram pela utilização pela mão-de-obra escrava. As primeiras "*estâncias"* de produção avançaram além das áreas usadas pelas missões, em regiões onde habitavam indígenas não submetidos. Assim, aos poucos, os

[20] O nome Corumbá deriva do vocábulo tupi-guarani "curupah" que significa "mata de aroeira".

novos administradores foram, aos poucos, cedendo espaço a mestiços e *"criollos"* (espanhóis nascidos na América) de Santa Cruz. Eles, ao mesmo tempo em que compravam gado e se estabeleciam em suas *estâncias,* herdaram também as relações de produção tributária que as reduções praticavam com a população indígena local, iniciando deste modo, a exploração dos povos missionais, dos seus recursos e da mão-de-obra indígena. (Sanabria, 1980).

A partir do século XVIII, os Zamucos (também nomeados de ayoreos) que fugiram das ex-missões e aqueles que nunca foram "*reduzidos"* recomporiam a identidade ayoréode, enquanto que o povo chiquitano começou a sofrer um processo de fragmentação e a perda de identidade, que se acentuou quando o restante do seu território foi ocupado; época em que foram forçados a locomover-se para outras regiões por causa da exploração da borracha e, mais tarde, com o inicio da guerra do Chaco.

Logo depois da independência da Bolívia, em 1825, o novo governador de Chiquitos, Marcelino de La Pena, utilizando seu poder estabeleceu suas *estâncias* na região ao norte de Santa Ana no lugar que, posteriormente, viria a ser chamado de São Diego. No entanto, a expansão do território pelo governador se interrompeu mais ao leste por causa da existência de certos "*esteros" (pântanos)* nos quais o império brasileiro tinha estabelecido seus povoados e fortes. Com a independência, a Bolívia não incorporou a abolição da servidão indígena como uma reivindicação substantiva, visto que não foi um processo emancipador (Alimonda, 1994), também não mudaria a estrutura produtiva e a organização social. Portanto, consolidaram-se: estâncias, comunidades indígenas e ranchos isolados

Uma das personagens que intentaram estabelecer fazendas no território ao leste de chiquitos foi o argentino Luis de Olidén, interessado na região depois de ouvir os relatos de D´orbigny, para este intuito lhe foi dada uma autorização pelo decreto do presidente Andrés de Santa Cruz. Em 1833, havendo-se estabelecido seu centro principal no povo de Santiago conseguiu chegar até o Rio Otuquis (atual Pantanal de Otuquis), recebendo do governo boliviano em 1832, uma concessão conhecida como a província de Otuquis. Olidén tomou posse da província em 1836, em um lugar próximo ao rio Otuquis ao que denominou como Florida estabeleceu as fazendas Sutós e Rinconada abrindo novos caminhos de acesso.

Apesar do seu entusiasmo o estabelecimento de novas colônias foi difícil, pois, principalmente na época chuvosa inviabilizava-se o deslocamento às áreas vizinhas e à fronteira com o Brasil. Além do mais, também a navegação pelo Otuquis era dificílima. Isso fez desistir novos colonos de virem. Não conseguindo seu intuito, Olidén abandonou sua concessão em 1844.

Nos anos 1850, o novo governador Sebastian Ramos tentou consolidar as terras fronteiriças com Brasil, estabelecendo povoações perto do lugar denominado Salinas, atraiu os índios bororós para serem moradores da comarca e explorou as margens das lagoas Gaiba e Oberaba, onde os tais aborígines habitavam. Como alternativa à navegação do rio Otuquis, em 1861, propôs-se um projeto de transporte terrestre para articular Santa Cruz ao rio Paraguai. (Sanabria. op. cit.). Ao abrir-se a rota comercial Santa Cruz - São José – Puerto Suárez – Corumbá, a partir de 1878, estabeleceram-se as bases para o desenvolvimento das atividades produtivas, agropecuárias nas estâncias localizadas no eixo para Sudeste, onde têm jurisdição os municípios de São José, Roboré, Puerto Suárez e Puerto Quijarro. De tal modo, o ciclo da posse do território e a expansão das criações pecuárias no século XVIII se difundiram a partir da chiquitania, avançando cada vez mais para a região de fronteira em busca de terras apropriadas para a atividade. Sanabria (ibid.) destaca que foram os descendentes de famílias espanholas que tinham funções na administração colonial, como os Languidey, Vaca e

Viruez, os precursores da atividade. Eles ao descobrirem terras aptas, adentraram-nas fundando novas comunidades como, por exemplo, Taama e Santiago (salinas).

Durante a Guerra do Paraguai, intensificou-se o comércio entre Corumbá (em posse dos Paraguaios) e as regiões bolivianas, dando inicio à construção de um caminho até a Bolívia. Finalizada a guerra, em 1868, Domingo Vargas, um fazendeiro da Chiquitania, foi autorizado a consolidar a Colônia Santiagueña de Barranca de Chamacocos, mas sua iniciativa foi frustrada pelas enchentes (Freyer, op. cit.). Todavia, foi estabelecido um porto em direção à bacia do Rio da Prata por Miguel Suárez Arana, que recebeu una concessão do Estado para iniciar a Empresa Nacional da Bolívia, no Rio Paraguai. Para isto fundou a Cidade de Puerto Suárez sobre a Baia de Cáceres, no ano de 1875, dando inicio à articulação desde Santa Cruz até Puerto Suárez.

Em finais do século XIX e início do século XX, o auge da exploração da borracha foi monopolizado por grandes empresas de propriedade *criolla*, tendo um grande impacto em todos os povos originários devido ao recrutamento forçado de mão-de-obra chiquitana. Isto diminuiu a população das zonas rurais por causa do seu afastamento das "*rancheiras"*. Além do mais, a intensificação da demanda de carne e de produtos agrícolas nos centros mineiros andinos, estimulou a expansão pecuária em detrimento das zonas tradicionais de uso indígena.

Outro momento determinante para os indígenas do país e, especialmente, para os Chiquitanos foi a guerra do Chaco, pois foram recrutados, em suas comunidades, para participar dos combates; fato que ocasionou a desagregação de muitas delas. Puerto Suárez, naquela época, era o vilarejo mais próximo ao frente de batalha e tornou-se o quartel general porque havia a presença de cinco mil soldados. Isto incentivaria a melhora do caminho Santa Cruz -Puerto Suárez e também o desenvolvimento do comércio pela abertura de uma agência do Banco Central da Bolívia (Bascopé, 1975).

Em oposição a este desenvolvimento urbano e comercial que beneficiou a população *criolla* de origem espanhola a Guerra do Chaco representou um revés definitivo sobre o controle territorial indígena que ficou na frente de batalha, visto que também se consolidaram postos militares na região fronteiriça, tradicionalmente habitada pelos zamucos, o que atraiu novos latifundiários com a melhora de caminhos (Consórcio Prime Engenharia, et al. 2000).

Posteriormente, o desenvolvimento de Puerto Suárez entraria em crise, no ano de 1936, quando o nível da água da Baía Cáceres diminuiu consideravelmente inviabilizando sua navegabilidade comercial. Desta maneira Corumbá se consolidou como o principal porto comercial da região. Entretanto, a Segunda Guerra Mundial coincidiu com a construção da ferrovia Santa Cruz – Puerto Suárez – Corumbá em 1939 que utilizou, mais uma vez, os chiquitanos como mão-de-obra escrava. Com esta ferrovia começou, a expansão da pecuária no Pantanal, assim como o desmatamento (Ayala, 1991). Deste modo, esta mesma ferrovia, que trouxe o desenvolvimento, teria o efeito contrário na região, porque, os produtores agrícolas foram afetados pela importação de produtos do Brasil e do próprio departamento de Santa Cruz, causando a decadência da agricultura local.

A Lei de Reforma Agrária de 1953 marcou o momento histórico mais importante para o país no processo de redistribuição da terra. Porém, não se adequou à realidade dos povos indígenas do oriente boliviano, considerando que eles tinham outra relação com os recursos naturais e com a ocupação do espaço. A reforma agrária no oriente somente ajudou a consolidar legalmente o latifúndio e as fazendas, marginando, ainda mais, as populações originárias. Segundo a Lei de Reforma Agrária, o direito da propriedade somente poderia ser

consolidado com o trabalho agrícola da terra, isto é, impondo uma relação produtivista homem-terra, conceito muito limitado para as práticas diversificadas dos povos indígenas cuja relação principal é: cultura/terra/hábitat.

Por outro lado, o processo de seca e estabilidade das planícies Pantaneiras, desde o ano 1962 até o ano de 1973, permitiu a expansão pecuária em toda a região, nas proximidades do atual Parque Nacional Otuquis (Wilcox, 1970). Entretanto, a grande enchente do ano 1974, determinou a suspensão do crescimento dos rebanhos, pois acabou com milhares de cabeças de gado, acarretando um grande prejuízo e desincentivando futuras explorações.

(ii) Brasil

Na parte brasileira do Pantanal, as tentativas de oficializar a ocupação territorial, por meio da presença de representantes dos poderes dos governos, baseava-se, inicialmente, na esperança de encontrar jazidas de minério, de prata e ouro. Os dois núcleos principais gerados pela mineração se concentraram em Cuiabá e Vila Bela e, desses lugares irradiou-se o fluxo povoador progressivamente, acrescentado ainda mais com a chegada de escravos de raça negra. No entanto, por razões sanitárias, mais do que econômicas a corrente colonizadora desviou-se para o Sul, e foi, nesses lugares, perto do Rio Taquari, onde se apresentaram mais pleitos sobre terras (Correia, 1946).

A expansão pastoril e agrícola iniciou-se no século XVIII, mas foi temporalmente interrompida pela ocupação de Corumbá, pelo Paraguai, dando inicio à guerra entre os dois países (1865- 1870). A retomada de Corumbá pelo império brasileiro impulsionou a consolidação das propriedades e do comércio estabelecendo a linha férrea Itapurá-Corumbá, construída a partir de 1908.

Proença (1992) comenta que no hoje representa Mato Grosso do Sul, tentou-se fazer uma exploração econômica doando-se sesmarias da região do Taquari. Correia (1923) resume: no Mato Grosso, as terras públicas passaram para o domínio particular, primeiro, por concessão de sesmarias; e, em segundo, em virtude da posse. Finalmente, por efeito da compra. Mais tarde em finais do século XVIII, o presidente do Estado começou a arrendar terrenos para a industria extrativa de vegetais e, posteriormente, autorizou a concessão de terras devolutas aos imigrantes nacionais ou estrangeiros que iriam estabelecer-se naqueles núcleos coloniais.

Contudo, o que aconteceu no início foi o abandono das terras, forçado pelas incursões sucessivas que, nelas, fizeram os índios. Estes lugares eram muito despovoados e cheios de hostilidade. Somente com a fundação de novos núcleos urbanos e guarnições militares, a terra pantaneira estaria preparada para receber os pioneiros. De fato, isso aconteceu na segunda metade do século XVIII: *"de Cuiabá e da estrada a Vila Bela, irradiou-se a onda povoadora, com a companhia dos cursos de água"* (Corrêa, op. cit., p. 57).

Proença (1992) também destaca que para o estabelecimento definitivo da expansão econômica, pecuária e as demais atividades na planície pantaneira foram fundamentais quatro elementos:

- *O desbravador*, descendentes de índios e precursores mamelucos paulistas, que iam abandonando as lavras e exauridas à procura de outra ocupação em que pudesse se expandir-se.

- *O vaqueiro,* originou-se das populações originárias, os Bororó, Guaná, Xacamocos e Guaicurus, e também, do negro escravo, que veio para as minas de ouro e, depois, para as plantações de cana.

- *O cavalo,* trazido pelas expedições aventureiras de Cabeça de Vaca em 1543, quando ao serem alguns soltos povoaram a região; outros foram capturados pelos Guaicurus. Foram, adaptando-se às condições locais, tornando-se animais rústicos e resistentes à água.

- *O boi*, também chegou com os espanhóis das reduções jesuíticas. O pequeno rebanho prosperou, reproduziu-se e, logo, se espalhou, Pantanal afora. Já em 1697, dava nome aos altiplanos do sul de Mato Grosso "campo de vacaria". Esse gado europeu degenerou-se no Pantanal, recebendo o nome de *Tucura* ou *Guabiru (tucura = gafanhoto ; gaburi= rato)*.

Os desbravadores iam descendo na direção Sul, povoando as sesmarias que eram concedidas como dotação pelo governador a quem "*merecesse"*, quer dizer adquiridas mediante concessão do Governo da Capitania e, mais tarde da província (Proença, op. cit.). Na região serrana do Planalto, por serem terras de lavoura, as sesmarias eram menores (não maiores do que uma légua quadrada), desvirtuou-se a doação de terras devolutas pelo Estado, porque, na prática, diante do imenso território, o sistema deu origem ao latifúndio, beneficiando apenas aqueles que requeriam imensos domínios, que em sua maior parte se conservaram incultos ou parcialmente incultos. Sem preocupação com o Pantanal, o desbravador então foi descendo até atingir a planície. E eram pantanais imensos a serem ocupados em sesmarias que, em contraste com a região Serrana da Chapada, abrangiam a equivalência de 13068 hectares e, raramente, o proprietário se contentava com o núcleo doado. Ia requerendo cada vez mais terras, conforme a carência do seu pasto ou a necessidade de lugares altos para que o gado se criasse fora do perigo das enchentes ou, ainda, pela ânsia de status, *como foi o caso do tenente-coronel, dono da Fazenda Jacobina que, em 1827, gabava-se de ter tantas terras como o rei de Portugal*. (Chaves, op. cit. p. 27).

Em finais do século XIX as autoridades do Estado do Mato Grosso, representadas pelo Presidente José Murtinho e também o Bispo da região de Cuiabá, representante da Arquidiocese solicitaram a Luiz Lasagana vinda de Padres Salesianos para a fundação em Cuiabá de um estabelecimento educativo, e, assim, no ano de 1894 partiu do Rio da Prata uma expedição de missionários, regidos por Luiz Lasagana. Naquele ano estabeleceu-se o liceu Salesiano em Cuiabá. (Ayala & Simon, 1914).

Foi grande a importância destas missões no ensino das artes, ofícios e nas ciências, e, como representantes de Deus na terra, os missionários se transformam em novos guardiões dessa cultura, assemelhando-se à ação feita pelos jesuítas em séculos anteriores. Essa nova postura cria uma vida marcada por profundas mudanças, pois enfrentaram sérios problemas, não somente com a catequese, mas com a demarcação das terras indígenas, o que foi motivo de muitas lutas. O documento O Índio no Brasil (19--?) destaca que os missionários, ao estabelecer seu predomínio social e político acabaram por desagregar as populações indígenas no Pantanal, principalmente a dos Bororós e Cadiwéus. Nas colônias das missões salesianas, as terras que eram trabalhadas pelos índios foram logo passadas para o nome da ordem ou para um de seus membros.

> *"O índio fica, assim, desde o início espoliado de sua querença, de seu nascimento, do chão amigo em que pisavam outrora e repousam hoje os seus*

maiores (...) ainda existe nelas, mas somente para continuar a contribuir, com sua presença, para aumentar sua riqueza e o prestígio de seus estranhos benfeitores. Seu concurso, então, é dado de duas maneiras, como mão-de-obra, para plantações e criações, também sempre de propriedade exclusiva das ordens ou das missões; ainda servindo de chamariz para mais subvenções, mais doações de terras pelos governos" (ibid. p. 10).

2.4 Sinopse

Os autores pesquisados, neste capítulo, trazem referências a respeito da história do estabelecimento dos novos espaços produzidos pela conquista e pela formação da pecuária no pantanal. Neste sentido, tratou-se de considerar os casos que mais se aproximaram da região fronteiriça. O marco inicial da história socioeconômica na região inicia-se primeiro com a exploração e busca do ouro, posteriormente com a pecuária. No Brasil, do século XVIII, esta atividade passou a existir, na região, como componente econômico de subsistência, ascendendo ao status de *"indústria pastoril"* (Leite, 2003, p. 82) e despontando na moderna pecuária do final do século XIX e primeira metade do século XX. A atividade criadora acarretou vínculos de interdependência com as comitivas, com condutores e seus peões. Na Bolívia, esta atividade como característica socioeconômica da região aconteceria quase um século mais tarde.

A história de finais do século XIX é o palco de uma ambigüidade em que a técnica começa a conviver com a rusticidade para aumentar a quantidade de alimento para a criação e, em conseqüência, mais áreas de pasto. Os espaços são palcos de novos atores, novos donos de terras, novos colonizadores. Entretanto, o olhar dos indígenas permanece triste e lento, assemelha-se ao ritmo das comitivas, vinculadas à existência de homens mestiços, cujos saberes rudimentares fazem parte do seu único e precioso patrimônio.

CAPÍTULO III
OS INDÍGENAS E O PANTANAL DE OTUQUIS

La misión compuesta de índios samucus, otukés, curavés y potureros, fue fundada a veinte leguas al sur de la actual, en la confluencia de los ríos Tucabaca y San Rafael, que luego corren juntos hasta el Paraguay, bajo el nombre de Oxukis. (...) Santo Corazón tiene una ubicación encantadora. Cosntruída sobre una leve eminencia, cercana al río de su nombre, domina un valle boscoso que riegan a dos raichos: el Bokis y el Tarouch, de mamelones redondeados;al oeste y al sur, la de Sunsas y sus contrafuertes, que se extienden a lo lejos, rumbo al noroeste. Sólo al norte ninguna elevación irrumpe la visual y el bosque se extiende sobre el horizonte.(Relato de D´orbignhy em 1852)

(D´orbignhy, 1958.p.255;256)

3.1 Terras baixas

A imagem apresentada ao mundo da República de Bolívia[21] sempre foi sua face andina. Porém, esta representação é incompleta, já que a área do país possui uma diversidade de ecorregiões diferentes da andina e da interandina, isto é 63% do território é constituído pelas denominadas terras baixas, subtropicais e tropicais, no qual se encontram biomas como a Amazônia e o Chaco (Martinez, 2003). A região leste, onde se localizam as terras baixas tropicais é caracterizada pela presença de várias formações ecológicas e ecossistemas existindo zonas de transição. Uma delas corresponde ao Pantanal Boliviano, que, talvez seja a porção melhor preservada do Pantanal, em seu conjunto, possuindo uma enorme biodiversidade de flora e fauna (Montaño, 2000).

Assim sendo, em virtude desta diversidade, todos estes territórios apresentam uma complexa gama de grupos sociais que interagem com cada um dos níveis ecológicos mencionados, com sua fauna e com seus rios longos e dispersos. No entanto, esta diversidade social não é nova, já que corresponde a uma etapa histórica anterior à formação da república, Além disso, a complexidade de suas relações está ligada com suas próprias orientações históricas. Estes grupos são: os povos e sociedades originárias das terras baixas compostas principalmente, por chiquitanos, guaranis e ayoreos; grupos de imigrantes aymaras e quéchuas; grupos minoritários de pessoas da raça branca e de mestiços. Estes últimos foram os que sempre exerceram dominação não país.

[21] Bolivia possue um territorio de 1.098.581 km^2; 25% da superficie corresponde à zona do altiplano e á Cordilheira dos Andes, 15% aos vales interandinos e 63% aos *"llanos"(planícies)*. Aproximadamente 45% da população nacional vive no Altiplano, 30% nos vales e 25% nos *llanos* (INE, 2005). A organização social, o acesso a bens e serviços e o perfil e a saúde são distintos em estas tres regiões. O país divide-se em nove departamentos, mas a autonomía regional é incipiente.

No contexto populacional boliviano, os indígenas constituem, aproximadamente, 62,5% da população (INE, 2005). Portanto eles estão representados em considerável número em todas as regiões do país. Contudo, nas zonas baixas, devemos ressaltar considerar a migração das populações não originárias andinas, fato este que não é novo mas, um costume antigo (Mamani, 1998). As áreas subtropicais são intermediárias entre a região andina e a amazônica (figura 5) e por vários séculos, tem sido parte de uma complexidade de espaços sociais conjugados com a diversidade de ecossistemas naturais. Tais sociedades confluíam permanentemente até aquelas regiões onde aconteciam os intercâmbios de representações simbólicas e formas de organizações sociais e políticas. Em conseqüência, na região interandina, a diversidade social apresenta-se com maior intensidade mesmo antes e durante a época da colônia espanhola, pois era, nesta zona de transição, entre os Andes e a Amazônia, na qual confluíam os diferentes grupos: as sociedades amazônicas subiam até determinados lugares para o intercâmbio de produtos agrícolas e artesanato e a sociedades andinas desciam para aquelas regiões com o mesmo objetivo (ibid).

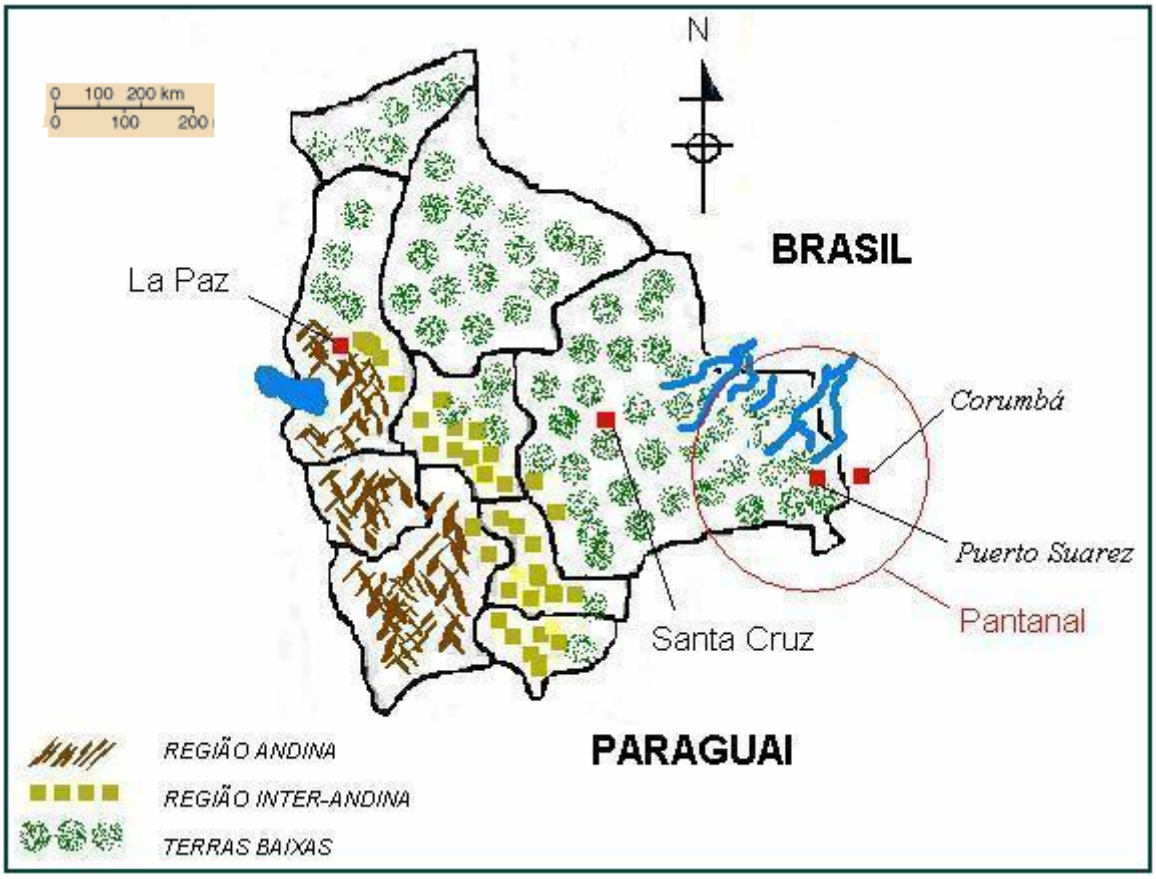

Figura 5. Principais ecorregiões no território boliviano

Fonte: Elaboração própria

Na atualidade, as regiões de menor altitude do que a interandina, ou seja, as terras baixas, apresentam uma ampla diversidade social. A região leste do departamento de Santa Cruz, onde se origina este estudo, destaca-se pela presença de inúmeras comunidades indígenas de chiquitanos. Neste departamento, nas últimas duas décadas, a riqueza originada pela agricultura e a pecuária extensiva por grupos minoritários de "*brancos"* e *"mestiços"* tem demandado mão-de-obra indígena, incentivando a imigração de pessoas de todas as regiões do país.

Fazendo uma síntese dos fatos importantes da história recente da região, pode-se indicar que, a partir de 1990, os sucessivos governos pressionados pelos movimentos sociais indígenas, por demandas sobre o reconhecimento legal da terra e do território, com a somatória de denúncias sobre *"negociatas"* de terras, foram obrigados a rever as estruturas agrárias e estabelecer novas regras que em seu conjunto deveriam beneficiar principalmente o setor rural marginalizado. Assim, em início daquela década, as regiões baixas foram *"acometidas"* por uma *"linha"* de projetos de desenvolvimento que chegaram com a intenção de acabar com a situação de desigualdade e de pobreza. Contudo, a falta de clareza nos objetivos e na sua implementação originou conflitos e incertezas no que diz respeito à continuidade das comunidades indígenas, preservação da sua memória coletiva, território, ambiente e identidade. Em conseqüência, o debate sobre a dinâmica dos atores sociais locais, no contexto do avanço das novas fronteiras produtivas e da incorporação de novos territórios à economia de mercado, torna-se relevante para o entendimento dos processos sócio-políticos-econômicos que os envolvem.

Assim, este capítulo propõe-se a mostrar como as populações indígenas da região do Pantanal boliviano e fronteiriço com o Brasil esforçam-se para manter seu modo de vida diante do processo de transformação sócio-econômica incentivada sobretudo pelo estado. O enfoque privilegia a compreensão das percepções e a racionalidade que possuem esses atores sobre seus interesses, principalmente, quando da apropriação do seu território; como também, o papel que consideram desempenhar no Pantanal face à organização da produção.

Os principais atores identificados, nesta análise, foram: os camponeses de origem indígena, os pequenos e médios empresários (pecuaristas e madeireiros) e as instituições estatais, principalmente o INRA, que coordena a execução dos diversos programas regionais. Neste sentido, para efeito de pesquisa, o território foi considerado como um espaço de relações dinâmicas, pois este é alterado a cada momento pela atualização dos interesses entre indivíduos que ali se concentram e os novos grupos que se instalam, mediados pelas conjunturas econômico-político nacionais.

3. 2 Aspectos Sociais e Geográficos da Região

3.2.1. A Nova Fronteira

Na Bolívia a noção que se tem sobre o "Pantanal" é relativamente nova[22] e pouco difundida, porque no passado, na maior parte das referências de tipo geográfico para as terras baixas deste país, mencionavam principalmente, a Amazônia como o único Bioma existente, sem fazer distinção de outras áreas de transição.

Localizada na região leste do departamento de Santa Cruz, este Bioma está cercado e conectado por uma floresta seca denominada *"selva chiquitana"*, floresta densa e *"el chaco"*. *"Estas florestas secas são consideradas as áreas de biomassa mais ameaçadas e menos protegidas do mundo" (Wilcox, op. cit., p.8) (tradução própria).*

São dois os principais fatos que marcam a história recente da região e a constituem como a nova fronteira do desenvolvimento: o primeiro: até finais da década de 1980 estas

[22]Até começos da década de 1990, os diferentes estudos geográficos referiam-se a estas áreas como terras úmidas, umedais, ou até utilizavam o termo "banhados", termo que não diferenciava outros tipos de umedais do Pantanal amazônico. A utilização do nome Pantanal tornou-se preponderante na época do estabelecimento das áreas de proteção ambiental (PNP Otuquis e San Matias) e também por causa da influência do lado brasileiro, pela divulgação dos seus diversos programas de proteção, turismo e desenvolvimento.

áreas, além de distantes pela falta de vias de acesso, não eram levadas em conta nos programas de desenvolvimento por causa da excessiva política centralista em volta dos centros urbanos, no eixo político-econômico La Paz-Cochabamba-Santa Cruz. A partir dos anos 1990, sua *"redescoberta"* aconteceu por causa da grande riqueza natural, o que incentivou principalmente, os empresários privados a diversificar seus negócios. Os empreendimentos dos vários projetos estiveram especialmente relacionados ao comércio com o Brasil cujo único eixo era formado pela ferrovia Santa Cruz -Puerto Suárez, desde 1945. Esses projetos são: a melhora da Hidrovia Paraguai – Paraná para o transporte de produtos de exportação, a construção da estrada Santa Cruz-Puerto Suárez e a construção do gasoduto Bolívia – Brasil. Estes projetos se tornaram decisivos para o desenvolvimento regional, visto que, o país transformou-se em *"fonte energética da região"* e constitui-se num grande exportador de gás natural para abastecer as regiões do Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. O segundo fato decisivo foi a aprovação da Lei INRA em 1996, pela qual se reconhecem os direitos das comunidades de origem indígena e a posse legal dos seus territórios. Em conseqüência da aprovação desta lei foi proposta também a criação de um conjunto áreas protegidas que culminaram, em 1997, na criação do Parque Nacional Pantanal de Otuquis (PNP Otuquis) e da Área Natural de Manejo Integrado de Otuquis (ANMI Otuquis) no Município de Puerto Suárez. No Município de San Matías da mesma maneira também se criaram o Parque Nacional Pantanal de San Matías (PNP San Matias) e a Área Natural de Manejo Integrado (ANMI-San Matías).

Na atualidade, *"O Grande Pantanal"* como é conhecido em seu conjunto tem sido utilizado de várias maneiras: para a criação de gado, a caça e a pesca comerciais. A porção boliviana do pantanal alcança aproximadamente 13.857 Km^2, o que representa de 10 a 12% do Grande Complexo do Pantanal (WWF, 2002); no lado boliviano do Pantanal, a pecuária bovina teve um desenvolvimento posterior à brasileira, especialmente nas últimas duas décadas, constituindo-se, hoje, na principal forma de uso da terra na região. Também deve ser ressaltado que as áreas dos *banhados* e as regiões circundantes são reconhecidas como sítios Ramsar[23] e provêm de uma variedade de serviços do ecossistema: controle de inundação, provisão de hábitat, biodiversidade de espécies, diversidade cultural, serviços de informação. Além destes serviços, estas áreas servem como espaço de recreação para pessoas que vivem nas áreas circunvizinhas a Puerto Suárez e dos centros urbanos de Puerto Quijarro e Corumbá no Brasil, os quais também exercem influência sobre os hábitats do PNP-Otuquis e do ANMI Otuquis (Figura 6).

[23] É um convenio internacional para preservar umedais de importância mundial.

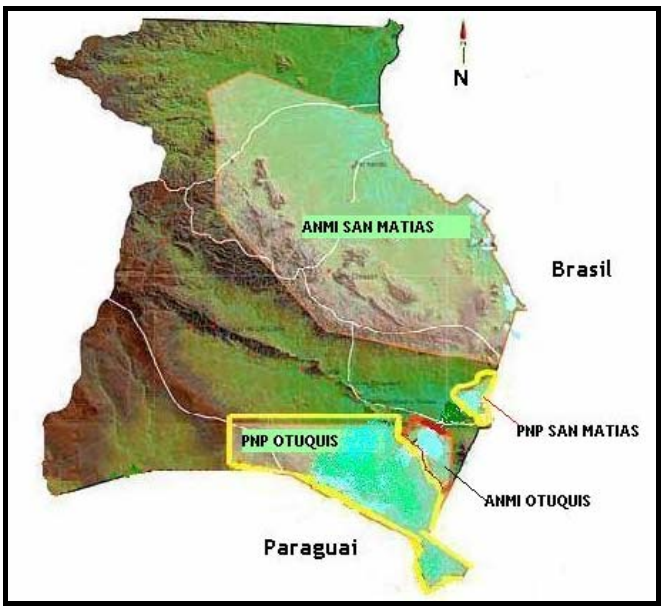

Figura 6. Os parques nacionais do Pantanal Boliviano

Adaptado se SERNAP, 2005

A região pantaneira, vista de cima, quando o sobrevôo aproxima-se de Puerto Suárez mostra a dinâmica complexa, que depende do equilíbrio entre as interações do Rio Paraguai e o terreno aluvial as quais definem as características regionais. De maneira sintética, pode-se dizer que a nascente da bacia que alimenta o Pantanal boliviano (Roboré, serrania de Santiago de Chiquitos, Vale de Tucavaca, Puerto Suárez, Mutum, o Triangulo Dionísio Foianini, a Lagoa Cáceres, o Canal Tamengo e o Rio Pimiento) encontra-se alterada. O quadro observado foi preocupante. O desenvolvimento extensivo da pecuária, a mineração, o desmatamento para produção de carvão e a expansão agrícola desenfreada em regiões próximas a este bioma são alguns dos riscos que ameaçam o Pantanal por estes não se desenvolverem de uma forma sustentável.

Dados proporcionados por T. K., assessor científico do Museu de História Noel Kempf Mercado (MHNKM) corroboram o que foi observado desde as alturas: 7.500 hectares desmatadas a cada ano em Puerto Suárez (região da pesquisa) entre 2000 e 2004. Soma-se a isto o processo de mudança do uso do solo em áreas circundantes ao Pantanal que indiretamente, afetarão seu equilíbrio e, em conseqüência, da alteração dos serviços ambientais que oferece:

> "*O Pantanal atua como uma esponja que alimenta e retém a água do Rio Paraguai, se as bacias afluentes sofrem modificações as conseqüências serão períodos secos mais longos e épocas de chuva mais intensas, ocasionando enchentes e prejuízos para Puerto Suárez" (T.K.,* MHNKM *) (tradução própria).*

Contudo, segundo este cientista, apesar das ameaças que enfrenta o Pantanal boliviano, as áreas compreendidas entre o PNP Otuquis e o ANMI San Matías, são as melhores conservadas em relação ao Pantanal brasileiro e paraguaio. Por outro lado, com base em uma denuncia dos indígenas chiquitanos e ayoreos à Superintendência Agrária, sabe-se da existência de assentamentos ilegais de empresários brasileiros que ocupam grandes

superfícies aparentemente dentro dos 50 quilômetros da fronteira[24] e com várias agravantes: os assentamentos ilegais produzem lenha da floresta em fornos que processam carvão vegetal. Escobar (2005), também ratifica a presença destes assentamentos no PNP- Otuquis e PNP-San Matías e em outras terras, supostamente pertencentes às populações originarias. Outro problema preocupante são os focos de incêndio registrados nos últimos anos na região. Dados fornecidos pelo Superintendente Florestal de Puerto Suárez (T.J.) mostram que aproximadamente, 42.000 focos foram reportados desde janeiro de 2000 até fevereiro de 2006 nos quatro municípios que compõem a província Germán Busch e Ángel Sandoval (El Carmen Rivero Tórres, Puerto Suárez, Puerto Quijarro e San Matías).

Para P. R., responsável dos programas da WWF, que opera no Município de Puerto Suárez, o desmatamento obedece a vários fatores, entre eles a técnica tradicional para estabelecer pastagens e a demanda de carvão das siderúrgicas brasileiras que de uma ou outra maneira incentivam a população local a aceitar esta forma de produção. Por outro lado, os, que, exploram esses recursos atuam em função da conjuntura política atual:

> *"Existe o temor de que propriedade que não está sendo usada no marco de la Lei INRA poderia ser considerada como Terra que pode ser revertida; por isso, todos querem demonstrar que estão cumprindo esse objetivo" (P.R., WWF) (tradução própria).*

A todos aqueles problemas, soma-se a existência de uma outra ameaça muito mais forte é a falta de informação técnica e o desconhecimento em escala local, regional e nacional, sobre o bioma, sobre seu valor e sobre os serviços que oferece à sociedade. Precisamente, este problema evita a valoração do Pantanal, pois, em alguns casos, existe a mentalidade de que a floresta não tem importância, se esta não ceder espaço para à agricultura ou à pecuária. Isto têm levado as autoridades e as instituições a perderem de vista a integridade do desenvolvimento sustentável em nível local. Todos eles motivados pela legítima e urgente necessidade de progresso na zona. Contrariamente, o que se faz é alcançar essa *"decolagem"* de uma forma desordenada, sem considerar os aspectos ambientais, pior: sem levar em conta às comunidades indígenas.

3.2.2 Uma floresta e varias promessas de terra

As conseqüências de décadas de esquecimento e de políticas desfavoráveis para os povos indígenas mesmo depois do *"ajuste estrutural"*[25] promovido pelos sucessivos governos desde 1985 apresentaram seus primeiros sintomas que se manifestaram numa pobreza crescente no país. Até finais dos anos 1980, era a Central Obrera Boliviana (COB) o organismo que articulava os protestos e a resistência dos trabalhadores contra o regime político. Em inícios da década seguinte, a composição da vida política boliviana mudou, pois o espectro dos sujeitos participantes nos movimentos sociais e no espaço político foi ampliado. O país experimentou a emergência nacional de organizações de povos nativos, nunca antes valorados na região Amazônica e no Chaco. Eles, a partir de suas estruturas tradicionais e de autoridade configuraram novas formas de organização e de representação regional intercomunitária. Os principais movimentos sociais do setor oriental correspondem à:

[24] Segundo a Constituição boliviana nenhum estrangeiro pode ser proprietário de terra nos primeiros cinqüenta quilômetros de território, a partir da faixa fronteiriça.

[25] Conjunto de políticas que tiveram como base, eliminar as empresas estatais, promover a liberalização dos mercados e estabelecer a livre contratação de trabalhadores pelas empresas.

Confederação dos Povos Indígenas de Bolívia (CIDOB), à Organização Indígena Chiquitana (OICH) e, na região da pesquisa, a Central Indígena Chiquitana Germán Busch (CICH-GB).

Em 1990 deu-se lugar a uma grande passeata indígena dos seus centros de origem (na região oriental) até a sede do governo (La Paz) denominada "*território e a dignidade"* com demandas sobre o reconhecimento de terras comunitárias frente ao assedio das empresas exploradoras das florestas e a expansão do latifúndio. Isto obrigou os governos daquela época a decidirem por *"desenvolver"* e *"tirar proveito"* da riqueza deste ecossistema. Além disso, havia a urgente necessidade de recursos econômicos para as várias comunidades das terras baixas e fronteiriças. Tinha de ser feita alguma coisa para levar aos *"índios à modernidade"*. Por outro lado, era indispensável o reconhecimento de cidadania para estes grupos que estavam fora da política nacional. A maioria não estava ligada à COB nem a *Central Sindical Única de Trabalhadores Campesinos* (CSUTCB), à exceção de pequenos setores do proletariado agrícola estacional

Esta passeata foi uma emergência política, marcada pela a autonomia indígena e deu origem a organizações que imaginaram novas formas para dignificar os povos esquecidos e reprimidos pelo desenvolvimento econômico. Porém, o mais importante foi que depois destes protestos, o problema fez-se visível para o resto dos bolivianos e da opinião pública que pressionaram para que suas reivindicações fossem legitimadas. O resultado de toda esta ocorrência foi que, num momento posterior, os governos da época comprometeram-se a reconhecer os territórios indígenas através da via legal, com a Lei INRA (CIDOB, 2004).

Nos anos subseqüentes a 1990, o Estado estabeleceu uma nova política desenvolvimentista nas regiões baixas habitadas por grupos indígenas. No entanto, esta se apresentou de uma maneira difusa, pois, para evitar maiores conflitos os vários programas originados pela pressão popular foram implementados num período de tempo curto e o Estado viu-se forçado a elaborar novas leis sobre uso de solos, de florestas nativas e também a modificações da legislação agrária, para as futuras compensações territoriais, e, ainda à criação de áreas de proteção ambiental. Entretanto, no inicio, isto é feito somente no papel, pois houve demora na implantação dos diversos projetos.

A síntese dos programas implementados, a partir de 1996 (ano da implementação da Lei INRA) mostra-se a seguir:

- *Programa: Titulação de terras:* programa de *saneamiento* e titulação; fortalecimento organizativo e institucional; desenvolvimento produtivo; gestão ambiental; desenvolvimento humano e condições sociais básicas; participação e direitos cidadãos.

- *Programa de desenvolvimento dos povos indígenas*- PDPI: A construção do Gasoduto Bolívia-Brasil obrigou ao estabelecimento do PDPI do Gasoduto Bolívia-Brasil, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – MDSMA e regulado pela Superintendência Agrária, que estabeleceram programas de apoio ao *saneamiento* e à titulação das terras indígenas.

- *Programa: Manejo de áreas Protegidas:* subprograma de conservação e gestão ambiental; subprograma de manejo de áreas protegidas; subprograma de conservação florestal; subprograma educação ambiental.

- *Programa desenvolvimento comunitário:* programa de compensação sócio-econômica e desenvolvimento comunitário.

- *Programa de incentivo ao desenvolvimento sustentável*: subprogramas agropecuários e microempresas; subprograma de aproveitamento florestal sustentável; programa de fortalecimento institucional; sistema regional de gestão institucional socioambiental; consulta e participação comunitária.

- *Programa: Consulta e Participação:* diagnósticos participativos sobre questões de uso de recursos naturais e planos de exploração de jazidas (Mutum) e áreas florestais.

É importante esclarecer que, para nossa análise se focalizará principalmente o programa de titulação de terras e sua influência na comunidade pesquisada, porque o principal fator de conflito e de pobreza na região depende da solução definitiva do problema de acesso à terra.

Por outro lado, precisa-se ressaltar que na atualidade os recursos financeiros destinados para o *saneamiento*, são concedidos pela cooperação internacional. De fato, os principais aliados das reivindicações indígenas são Organizações Internacionais e algumas organizações não governamentais bolivianas. Apesar desta ajuda, segundo o Sindicato Rural, e a própria Superintendência Agrária, que atuam em Puerto Suárez, neste Município, o processo de *saneamiento* avança mais lento "*do que no resto do país"*.

3.2.3. A região do estudo: populações e assentamentos humanos

A Província Germán Busch (figura 7) nas suas três seções municipais[26] apresenta uma composição étnica variada em que sempre conviveram originários chiquitanos[27], ayoreos e guaranis, além disso, na atualidade está composta por mestiços procedentes de diferentes partes do oriente boliviano e também de imigrantes andinos e brasileiros.

A província possui basicamente dois ecossistemas bem definidos reconhecidos como o Pantanal Amazônico e a Floresta Seca Chiquitana. No passado na região pantaneira, devido à dificuldade do manejo com os pastos por causa do regime hídrico enchente/vazante e pela falta do conhecimento sobre especificidade do bioma, foi difícil que se estabelecessem os sistemas extensivos de produção pecuária. Porém, nos últimos anos, da mesma maneira que acontece no lado brasileiro do Pantanal, evidencia-se a presença de criadores que detêm de "*maneira duvidosa"* grandes extensões de terra, incluindo estrangeiros, e os sistemas pecuaristas vêm ganhando espaço através do desmatamento das frágeis florestas (Hernáiz, 2004)

[26] Na posição superior da estrutura de um departamento (estado) encontra-se o *Prefeito (Governador)* que é primeira autoridade política. Os departamentos subdividem-se em províncias. As províncias compõem-se de *Secciones Municipais* ou Municípios administrados pelos seus respectivos Governos. O município é a unidade territorial e política. *La Municipalidad* (prefeitura) é a entidade autônoma que representa institucionalmente ao Município e forma parte do Estado. A máxima autoridade do Município é o *Concejo Municipal (conselho municipal)*, e constitui o órgão representativo, normativo e fiscalizador da gestão municipal. Assim, na hierarquia encontra-se *el Alcalde (prefeito)*, que é a máxima autoridade executiva do Governo Municipal. Para a projeção e realização dos planos do Município designam-se *Oficiales Mayores*.

[27] Um censo realizado em 1992 e 93 registrou 313 comunidades chiquitanas com 44.122 habitantes (Birk, 2000).

Existem dois níveis de administração política. De um lado, existe a organização das sub-prefeituras, dependente do Estado Central, e, por outro, a administração municipal sustentada nas "*Organizações Territoriais de Base"* (OTB´s) e pela Lei de Participação Popular[28], as quais participam (teoricamente) na planificação das ações do desenvolvimento em sua região e se beneficiam dos fundos da co-participação para realizar obras em suas comunidades.

Informações obtidas do presidente da CICH-GB, J.O. em Puerto Suárez (capital e centro administrativo da província), descrevem que grande parte da população rural desta região está organizada em comunidades indígenas chiquitanas, as que se agrupam em centrais municipais ou provinciais estas, por sua vez estão filiadas à OICH. As comunidades ayoreas da região estão filiadas à sua organização matriz, Central Ayorea Nativa Oriente Boliviano (CANOB)[29].

A população total de Puerto Suárez segundo projeções do INE (2005) para o ano 2006 é de 20.997 habitantes cuja grande maioria concentra-se na parte urbana. O Município também é o mais antigo da região boliviana e, historicamente, tem sido um dos principais pontos de concentração da população rural, seja pela oferta ou demanda de produtos e serviços, principalmente saúde e educação.

[28] A Lei de Participação Popular, de 1996, define a seção da província como a jurisdição territorial de cada municipio, reconhece a pessoa jurídica das "Organizações territoriais de base" (Otb's) (comunidades camponesas, indígenas, povos originários e agrupações de bairro, amplia competências e incrementa recursos a favor dos governos municipais, transferindo infra-estrutura física de educação, saúde, esportes, caminhos, irrigação, com a obrigação de administrá-la, de mantê-la e de renová-la ,estabelecendo o principio da transferência de igualitária de recursos por habitante, co-participação tributária para sua inversão em obras e projetos para o desenvolvimento do município (Ministério de Educación, 2005).

[29]A OICH e a CANOB pertencem a "*Coordinación de Pueblos Étnicos de Santa Cruz"* (CPESC), afiliada à "*Confederación de Pueblos Indígenas de Bolívia*" (CIDOB).

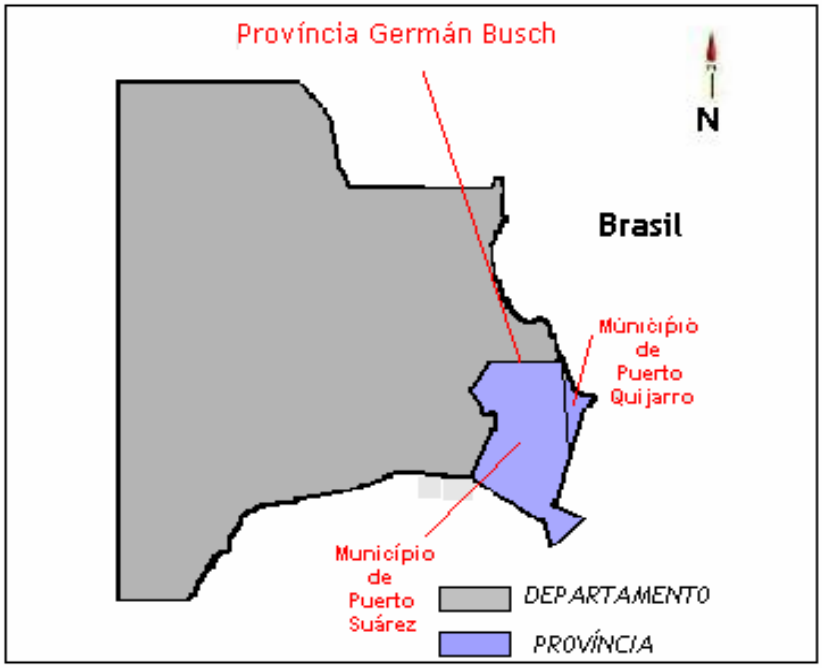

Figura 7. Mapa político do departamento de Santa Cruz e da Província Germán Busch

Fonte: Elaboração Própria

3.2.4. Posse da terra

Em seu plano oficial de 1997 o Município de Puerto Suárez registrava uma área de 2.250.050 hectares; em 1989, somente 3% das florestas foram protegidas através de reservas (Acaldía Municipal de Puerto Suárez, 2004). Na atualidade, existem varias demandas de comunidades e grupos de pessoas para regularizar propriedades agrárias. Em 1999, o INRA entregou o título de "*Tierra Comunitária de Origem"* (TCO) a indígenas Ayoreos na região do Rincón del Tigre que representa quase 30% da área total da província. Os grandes proprietários representam 11% da população rural e o latifúndio ocupa 44,47% das quase 715.900 hectares que se encontram em processo de titulação. Os pequenos proprietários dos quais fazem parte camponeses e indígenas ocupam apenas 34,5% do território municipal representando em nível da população rural 67% dos habitantes. Em Puerto Suárez existem 15 comunidades rurais ou OTB´s, da quais 13 são chiquitanas e 2 ayoreas. (INRA, 2004.).

Segundo O.C., técnico da Superintendência Agrária, existem muitos problemas para titular terras, a situação é confusa, pois a partir da Reforma Agrária, os governos de turno concederam imensas propriedades rurais na província Germán Busch a famílias da Cidade de Santa Cruz que por sua vez, também se estabeleceram de maneira ilegal em terras pertencentes ao Estado; ainda, nos anos subseqüentes, estes supostos proprietários registraram estas terras alheias como próprias ou as venderam. Por outro lado, o Serviço Nacional de Áreas Protegidas (SERNAP) vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Sustentável, afirmou que tanto cidadãos bolivianos como brasileiros praticam a comercialização de milhares de hectares nas províncias Ángel Sandóval e Germán Busch, à vista das autoridades do INRA como também da Superintendência Florestal e das autoridades municipais.

> *"o que hoje se configura é um conjunto de grandes propriedades em uma série de coordenadas geográficas bem definidas que parece que são mantidas em*

segredo pelos juízes agrários" (O.C., técnico da Superintendência Agrária.) (Tradução própria).

As categorias que são mostradas, a seguir revelam a complexidade de situações e de atores em Puerto Suárez, com interesses, motivações e papéis bastante diferenciados na ocupação, uso da terra e processo de desmatamento. Algumas destas categorias são reconhecidas pelo INRA. No entanto, a pesquisa revelou outras.

- *Povo indígena com TCO:* Tribos que receberam territórios com limites demarcados pelo INRA e são autogestionadas pelas decisões da própria comunidade.

- *Pequenos grupos nômades*: são, principalmente grupos, indígenas ayoreos que não têm áreas delimitadas e vivem perambulando dentro da selva.

- *Sindicato Agrário:* os sindicatos a partir da lei INRA passaram a administrar algumas áreas antes pertencentes à desaparecida Corporação de Desenvolvimento de Santa Cruz (CORDECRUZ)

  Em outras áreas, os sindicatos agrários administram áreas como cooperados com superfícies maiores por cada família, podendo chegar até 500 hectares, como é o caso da comunidade de El Salvador.

  Geralmente os sindicatos campesinos agrupam-se em subcentrais que, às vezes, seguem os limites cantonais; essas subcentrais, por sua vez, agrupam-se em centrais que seguem as federações departamentais.

- *Igreja:* Segundo os informes do INRA, em 1992, somente na província Germán Busch a igreja tinha quatro propriedades destinadas à atividade pecuária, que somavam quase 1000 hectares. Hoje, esses dados não estão claros. Informes mais recentes afirmam que tais *estâncias* têm sido vendidas, fato que também confirma sua participação no mercado de terras.

- *Cooperativas:* representam outro setor que possui propriedade coletiva, com sócios da raça branca ou mestiça. Também existem associações produtivas, formadas por colonizadores de origem andina, com parcelas individuais ou que arrendam propriedades de maneira coletiva.

- *Colônia menonita:* são agricultores emigrantes de origem germano-holandeses que, por razões religiosas vivem em colônias isoladas dos sistemas da vida moderna, e normalmente, não se miscigenam com outras culturas. Começaram a estabelecer-se em Santa Cruz, a partir de 1954 (Villarpando, et. al, 2001). Em Puerto Suárez, próxima à comunidade Yacuses, os menonitas compraram terras para o estabelecimento de uma nova colônia. Sua cultura é totalmente oposta a dos chiquitanos. Eles, tradicionalmente, são produtores extensivos e

causam muito impacto nos recursos naturais, principalmente porque sempre costumam usar práticas de desmatamento total nas áreas que habitam.

- *Pequenos proprietários:* a propriedade "*estancieira"* é a característica dos "*brancos"* e orienta-se à criação extensiva de gado de corte em pastos naturais; estes "*escolheram"* as melhores áreas onde estão fontes de água permanente.

- *Grandes proprietários:* dados os investimentos mínimos para o manejo do gado, os proprietários das estâncias dedicam-se também a outras atividades, nos últimos anos diante a demanda industrial de lenha muitos *estancieros* têm aproveitado os recursos florestais substituindo a mata nativa por pasto cultivado, sem que haja nenhum tipo de controle sobre o impacto destas agressões ao ecossistema pantaneiro.

- *Assentamentos ilegais*: grupos de posseiros que formam novas comunidades, quando as empresas florestais ou de mineração exploram novas áreas.

- *Comunidades estabelecidas como pessoa jurídica indígena:* São comunidades camponesas que possuem áreas reduzidas de propriedade comunitária e parcelas familiares (em torno das 50 hectares) concedidas pela Reforma Agrária. Estas áreas freqüentemente, tornaram-se insuficientes até para a agricultura de subsistência ou em outros casos tem sido vendidas a terceiros. Em outros casos, seus direitos de posse não estão consolidados o que contrasta com o crescente número de proprietários privados que os cercam e limitam seu acesso à terra e aos recursos naturais. Devido a tais limitações e a mudanças culturais resultantes da articulação com o mercado de trabalho, o uso tradicional dos recursos naturais por estas comunidades é limitado e, aparentemente, nunca acontece dentro do PN -ANMI Otuquis.

- *Comunidades registradas no município como pessoa jurídica camponesa*: seus habitantes são mestiços, indígenas chiquitanos ou ayoreos, que sofrem um processo de desagregação e perda da sua identidade cultural. Existem também outras comunidades miscigenadas em menor grau com cidadãos paraguaios e brasileiros, que eles se estabeleceram na área, principalmente depois da Guerra do Chaco.

- *Jornaleiros Agrícolas:* representam um *"exército"* de camponeses e indígenas pobres especialmente em épocas de colheita. No Pantanal, eles oferecem seus serviços na época seca quando os pastos crescem. Muitos destes homens e mulheres são empregados em outras regiões agrícolas do departamento de Santa Cruz. Alguns deles, oriundos do altiplano e vales são transportados a este clima alheio e estranho, para serem submetidos a um regime laboral inumano e injusto. Carecem

de qualquer tipo de proteção do Estado, são mal pagos e vivem *"amontoados"* nos acampamentos, obrigados a sobreviver na pobreza extrema.

- *Comunidade camponesa-indígena:* imigrantes da região andina que abandonaram ou venderam suas terras em suas comunidades de origem, e, hoje, estabeleceram-se na província Germán Busch. Dedicam-se ao comercio ou à agricultura, nesta última comprando, ou arrendando terras.

Existem também instituições que exercem um determinado controle sobre o uso da terra e dos recursos florestais. São elas: as unidades do Exército, Marinha, Força Aérea e a Unidade Operativa do Bosque-Superintêndencia Florestal de Puerto Suárez.

3.3 El Salao

3.3.1 Panorama geral e particularidades

A área escolhida para o estudo de caso corresponde à comunidade indígena de El Salao que se estrutura pela sua relação hidrológica com a Lagoa Cáceres, pela sua proximidade com os limites do PNP Otuquis-Rio Pimiento e pela influência do centro urbano de Puerto Suárez (figura. 8); também faz parte de um grupo de comunidades demandantes de território dentro do município de Puerto Suárez.

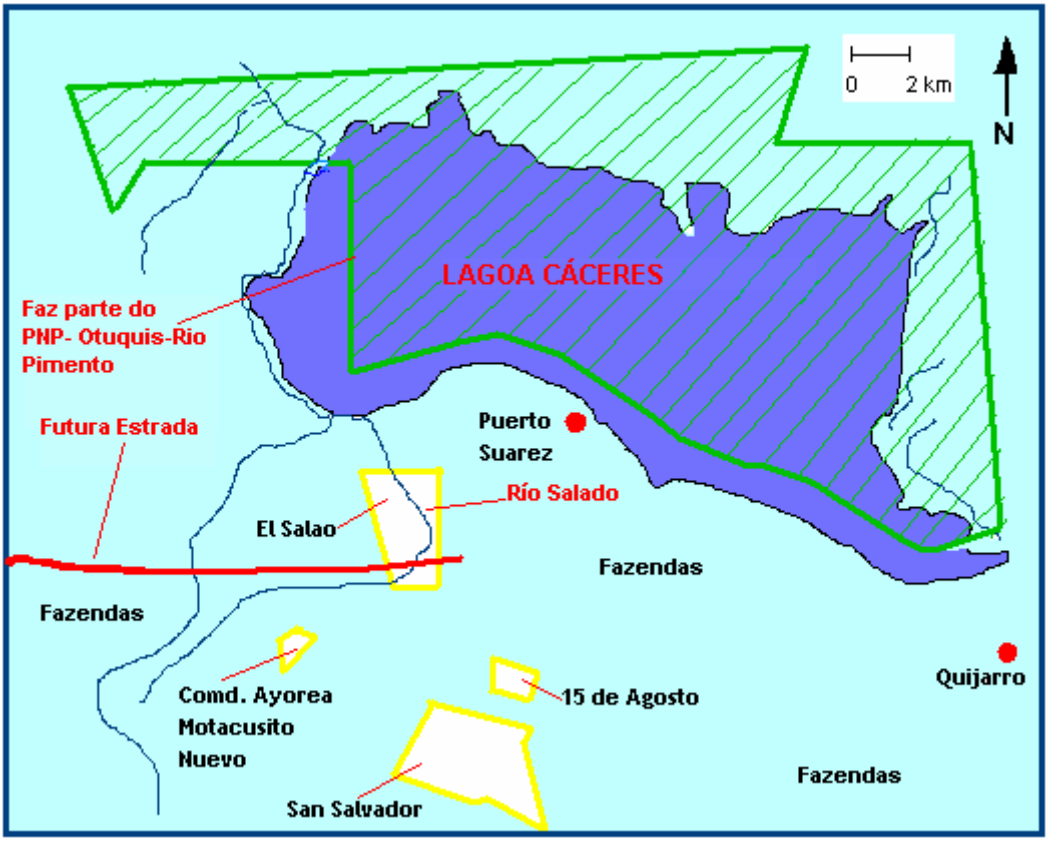

Figura 8. Comunidades Indígenas próximas a Puerto Suárez

Fonte: Elaboração Própria

A comunidade encontra-se localizada a cinco quilômetros de Puerto Suárez perto do Rio Salado que tem seu nome devido à estrutura calcária semelhante à existente na Cidade de Corumbá, sobre a qual se assenta e determina que a água seja salobre. Apesar disso, é nesse lugar que a população se abastece daquele recurso, agrupando-se nas margens do rio que percorre, aproximadamente, quatro quilômetros até chegar à baía Cáceres. Uma preocupação atual dos indígenas é que a trajetória do leito do rio pode ser alterada pela futura estrada a ser construída e que planeja atingir parte do seu território; também, em sua suposta jurisdição existe um balneário, muito visitado por turistas, mas administrado pelo corpo militar do Exército, que lucra com o dinheiro cobrado pelo seu uso. O desejo da comunidade é também poder administrar essa área.

A estrada de terra que se dirige à comunidade encontra-se em um estado pouco satisfatório e, na época chuvosa, é impossível transitar por ela, impedindo, com isso qualquer tipo de deslocamento. Na área situada entre a comunidade e a Baia Cáceres existem vários problemas de contaminação devido ao uso da água principalmente para a atividade pecuária de fazendeiros estabelecidos na região. Além disso, muitas famílias às margens, lavam suas roupas e jogam impurezas nessas áreas. De maneira incompreensível, a maioria das famílias não têm fornecimento de água potável, porque a empresa que administra aeroportos e o balneário aproveita toda a água dos pequenos córregos e dos poços artesianos.

Segundo o dirigente M. J., a comunidade é constituída por 72 famílias chiquitanas, com um total de 265 habitantes. Existem, porém, outros grupos que não pertencem à comunidade, como imigrantes da região andina e fazendeiros. O representante fez questão de mencionar que um dos maiores triunfos da comunidade foi a pressão que fizeram em 1999 ao SERNAP para que a Lagoa Cáceres e o Rio Pimiento façam parte do Parque Pantanal de Otuquis, porquanto no projeto inicial essas áreas não estavam incluídas dentro da área protegida.

A economia das famílias que têm fonte renda, baseia-se na horticultura segundo informaram aproximadamente 23 famílias produzem hortaliças para as feiras de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, abastecendo quase 40% do mercado; alguns destes produtores cruzam a fronteira até Corumbá e Ladário, no lado brasileiro em finais de semana, para vender seus produtos nas feiras locais. O resto das famílias que não se dedica à produção de alimentos para o mercado, o fazem apenas para subsistência. Em alguns casos, os membros das famílias trabalham fora da comunidade, em atividades diversas, mas principalmente como pedreiros ou peões de fazenda.

Graças a um convite do representante comunitário, que facilitou o acesso a El Salão, podem-se visitar as pequenas lavouras comunitárias, as individuais e uma parte do território "*selvagem"*. Nas áreas para plantio pudemos listar 24 tipos diferentes de plantas cultivadas, e, segundo apontaram, pelo menos possuem de duas a três variedades de cada uma dessas espécies. Apesar dessa diversidade nem todas as famílias possuem esses produtos em seus "*chacos"* em virtude das limitações territoriais, da qualidade do solo ou, em alguns casos, pela manutenção de práticas extrativistas. Os vários produtos cultivados nesses terrenos destinam-se, quase exclusivamente, para seu autoconsumo. Por outro lado, uma minoria, que vende nas feiras, reserva a maior parte da produção para a comercialização. As principais culturas para subsistência são: arroz de sequeiro, milho, amendoim, mandioca, banana, cana-de-açúcar, feijão e batata doce e culturas secundárias, como cítricos, melancia, mamão, variedades de abóbora.

Muitas famílias comentaram ainda que a água dos mananciais não é apropriada para a irrigação tampouco para o consumo humano porque é *"pesada",* tornando-se urgente a perfuração de poços artesianos e a construção de uma rede de distribuição de água. Uma segunda forma de uso de recursos pelas famílias é a pesca, em geral de subsistência e realizada na Lagoa Cáceres e o bloco Rio Pimiento (figura, 8). Esta atividade é praticada de duas formas: a pesca tradicional com redes e linhas na época da enchente de *"águas altas"*; a outra, acontece na época da seca pelo extrativismo de peixes que ficam presos nos charcos e que são apanhados facilmente com as mãos. A terceira forma do uso dos recursos acontece através do extrativismo, caça, e, ainda, pela atividade turística dentro do PNP-Otuquis. No entanto, principalmente, o turismo é realizado por pessoas externas à comunidade. Os indígenas apenas colaboram como guias turísticos, recebendo muito pouco por estes serviços.

Comentaram que, no período de 1998-2000, várias famílias fizeram parte do Programa Desenvolvimento dos Povos Indígenas (PDPI), financiado, sobretudo pelas empresas construtoras do Gasoduto Bolívia-Brasil, como uma forma de compensação pela ocupação das instalações nos territórios indígenas. Segundo o levantamento topográfico (financiado por este programa) a comunidade possui, aproximadamente, 1266 hectares incluindo terras de fazendeiros que ocupam quase 47% da área total próximas ao Rio Salado muitos dos quais possuem instalações pecuárias. Além do mais, uma parte do território é ocupado por pessoas *"alheias",* que arrendam terras na comunidade. Estes grupos são pequenos produtores, não-camponeses (arrendadores), ou, ainda, camponeses-indígenas (arrendatários), imigrantes de origem andina que se dedicam, principalmente, à produção de legumes. A quantidade destes imigrantes na província Germán Busch e no próprio Município de Puerto Suárez tem incrementado, de maneira considerável, nos últimos quinze anos, podendo atingir, na atualidade, quase a um terço da população[30].

Apesar de encontrar-se próxima à Cidade de Puerto Suárez, os investimentos estatais, na comunidade, não têm ido além da construção de uma pequena escola na qual existe somente o nível primário, com 80 crianças e com o suporte dos professores, que solicitam se construam mais salas de aula para implementar o primeiro grau. Além desta instalação, existem três painéis solares doados pelos representantes da Igreja Católica de Puerto Suárez, mas que não têm a capacidade suficiente para gerar energia elétrica para todas as famílias. É difícil acreditar que, numa região com megainstalações (privadas) de um gasoduto, em um país que exporta gás e diz ter reservas suficientes deste recurso energético para os próximos 70 anos, as autoridades não se preocupem em redistribuir seus benefícios para estas populações. Acrescenta-se que, não instalaram nem algumas condições básicas: posto sanitário, esgoto, comunicação, água potável. As famílias são obrigadas a locomover-se por meios próprios a Puerto Suárez e em casos extremos a Corumbá para poderem aceder, principalmente, serviços médicos.

(i) As origens

Basicamente são três os fatores que influenciaram o surgimento de El Salao e das várias comunidades chiquitanas na região fronteiriça com o Brasil. Os territórios ocupados pelos indígenas, antes da chegada dos espanhóis, localizavam-se na região de San José (ver

[30] Este dado foi obtido do Municipio, mas não é reconhecido oficialmente. No último censo do INE os dados sobre identificação étnica não se apresentam em nível municipal nem provincial. Por outro lado, sabe-se que os representantes das instituições municipais, geralmente pertencentes a elites latifundiárias, não aceitam que haja uma influência política ou cultural de pessoas da região ocidental boliviana. Isso se manifesta nos dados que "manipulam" sobre população, idioma e cultura, objetivando sempre de minimizar sempre sua presença. Apesar disso, o que se vê é uma realidade totalmente diferente.

figura 4). Mais tarde, em conseqüência da queda da produção de borracha e a conseqüente queda da produção agropecuária, ao fim da guerra do Chaco − para a qual a população masculina chiquitana tinha sido recrutada − originou a liberação de milhares de indígenas da escravidão e do serviço militar, dando a oportunidade de fundarem novas comunidades livres (Hoyos, et. al., 2001).

"Kané", um morador de 85 anos contou que as famílias se estabeleceram tanto em 1929, como em 1938, após ter sido abolida a serventia forçada. Apesar disso, nos anos subseqüentes muitos homens foram "*recrutados"* novamente para trabalharem na construção da Via-Férrea São José- Corumbá. O restante da comunidade para escapar a essa nova escravidão adentrou cada vez mais a floresta, até chegar aos limites fronteiriços, para, finalmente, fixar-se nos territórios que atualmente ocupa.

> *"Nosotros no queriamos volver por que quanto más cerca de las estancias más nos agarravam, y en esa época no habia ley, por más que digan que no habia esclavos, igual no más nos tratabam como animales, por eso que aqui era mas tranquilo, nadie venia por que era monte denso, pero covarecas que eram outra tribu en esa época eran agressivos, ni a nosotros casi nos han dejado entrar, siempre peleavam para que no les quiten sus tierras(..).mi familia se escapó junto com todo el grupo para mas adentro del monte por que aqui no habia ley, igual no mas nos iban a esclavizar, por eso que cuanto mas adentro mejor para nosotros(...) después unos siete años después nos llamaron para trabajar en tren pero nosotros ya no hemos ido por a veces ya no se volvia"*

(ii) Narrativas da sua realidade atual

Um *"olhar"* sobre a realidade atual da comunidade aconteceu na primeira reunião com seus representantes. Eles admitiram que, em virtude de o entrevistador não pertencer a nenhum órgão governamental ou privado relacionado com projetos locais, sentiram-se mais à vontade para conversar. Desta maneira, comentaram a diferença de outras comunidades próximas à fronteira: poucas pessoas trabalham temporariamente, no lado brasileiro, para ter uma renda ou para subsistir. O trabalho temporário acontece em fazendas próximas ou na parte urbana de Puerto Suárez. A posse da terra é coletiva[31], concedida durante a Reforma Agrária em 1953. De acordo com o direito concedido a cada família, lhe correspondia uma superfície que podia chegar a 90 hectares. Contudo, no passado, houve redução desse tamanho devido à venda de terras, que alguns negam ter consentido. Segundo falam, valendo-se do seu poder, os fazendeiros pressionaram os indígenas para que cedessem as terras e, finalmente, sucumbissem à pressão e ao dinheiro. Por outro lado, vinte três famílias são proprietárias de pequenas propriedades, tendo-as recebido de maneira individual do Estado, na década de 1970: Hoje, as utilizam para produzir principalmente hortaliças. Dizem, ainda, que são insuficientes para a atividade pecuária.

Atualmente, as áreas coletivas tornaram-se insuficientes para a toda a comunidade, até mesmo para a agricultura de subsistência. A maior parte das explorações coletivas encontram-

[31] A este respeito Zylbersztajn (1995, apud Demsetz, 1967) exemplifica a estruturação de direitos baseado no exemplo da terra: ***direito privado***, quando é reconhecido o direito de exclusão do uso do recurso; ***direito comunitário***, quando é exercido em conjunto por todos os membros da comunidade; ***direito do estado***, quando o Estado pode excluir agentes segundo procedimentos sociais e politicamente aceitos; e ***direito coletivo***, quando o uso de determinado recurso é definido por um grupo via negociação entre seus membros.

se isoladas e contornadas pelas propriedades privadas, o que limita seus direitos sobre o uso dos recursos do solo, água e floresta, não lhes permitindo ampliar seu território. Nas conversas, falar de propriedade privada da terra foi difícil porque, até um passado recente, eles não reconheciam esta modalidade e praticavam uma agricultura itinerante dentro do seu território.

> *"(...) cuando se cansaba el suelo lo que haciamos era irnos a otra parte hasta que las hojas renueven el monte, cuando yo era chico, allá cerca del rio plantábamos nosotros, y mire, ahora hasta aqui hemos llegado y ya no podemos salir mas, por que han venido han comprar las tierras y los jovenes se van a otros lados a trabajar"*

Após as primeiras conversas, entrevistas e a análise de dados técnicos, evidencia-se um elevado interesse por empresários, que pressionaram e pressionam para obter os recursos da floresta pantaneira e têm interesse sobre as espécies florestais. Em um primeiro momento, os fazendeiros apropriaram-se ilegalmente de partes do território indígena, mesmo "*tendo pagado"* por eles, selecionando principalmente as áreas mais altas e menos susceptíveis a alagação, depois começaram o desmatamento e a venda das madeiras, principalmente para as siderúrgicas ou para construção de cercas (para esta última atividade, a palmeira Carandá - *Copernicia alba*). Posteriormente, estabeleceram as pastagens dando início ao cercamento no qual o próprio indígena tornou-se mão-de-obra barata ou semi-escrava dependente do empresário-grileiro.

No "*cabildo"* mensal em que se tratava destes assuntos, as reclamações pelos efeitos das *estâncias* foram muitas. O presidente da comunidade relatou que a venda de terra no passado obedeceu à situação de extrema pobreza. Referiu-se também a que em nível provincial e das comunidades vizinhas, grandes extensões de terra têm sido vendidas a nacionais e a estrangeiros e, até hoje, El Salão recebe muitas propostas para ceder parte do seu território, como acontece de maneira similar nas comunidades adjacentes de Motacucito, San Salvador e El Carmen Rivero Torrez. (figura 8). Por outro lado, o técnico do SERNAP J.S. afirmava que a terra do Pantanal começa a *"tirar o uso da razão",* tanto a empresários bolivianos como brasileiros, devido ao anuncio da construção da estrada Santa Cruz-Puerto Suárez. Além deste projeto, também estão sendo licitadas as licenças de exploração de jazidas de minério de ferro de "*El Mutún"*. Em conseqüência, as terras aumentaram seu valor aumentando o mercado especulativo[32]. O problema maior acontece quando os empresários-grileiros negociam as pequenas propriedades com terceiros em toda a província Germán Busch, à vista das autoridades nacionais.

Em síntese, o neolatifundismo, descrito por Urioste (op.cit., 2003), continua sendo reproduzido com toda sua força na região, dando origem à apropriação ilegal da terra "*pelos homens brancos"*. Os representantes comunitários lamentam esta situação, afirmando que sua maior fraqueza deve-se à insegurança jurídica a respeito da posse da terra, ainda não consolidada. Isto contrasta com o crescente número de proprietários privados que rodeiam suas terras e dizem ser donos delas. Por tais limitações e pelas mudanças de tipo cultural, resultantes da articulação com o mercado de trabalho nas fazendas, reclamam os representantes que viver está cada vez se faz mais difícil.

[32] Soliz (2006) comenta que recentemente na região 600 mil hectares de floresta foram concedidas a empresários brasileiros do ramo da siderurgia.

> *"desde hace unos diez años que la gente casi ya no recoge más alimento del monte por que cada vez es más dificil, lo han cortado todo, y tambien no nos dejan por que los ricos se lo han comprado, además es mas dificil, por exemplo hoy es mais seco que antes, pero quando llueve todo lo destruye, es mejor a veces irse a Puerto e trabajar de albañil." (C., indígena).*

Os sucessivos depoimentos demonstraram a aspiração de que governo negocie com os fazendeiros para que estes vendam seus terrenos ao Estado, pois, desta maneira, poderiam ampliar seu território, poderia ser-lhes entregue o título legal e consolidado de propriedade comunitária através da lei INRA. Porém, reconhecem que isto é muito difícil por causa do gigantesco poder exercido pelos proprietários.

> *"queremos tierra, no nos pueden dejar sin lo que es de nossotros si no es aquí por lo menos que sea en outro lugar " (K., indígena).*

> *"anteriormente en 1974 el gobierno repartió 37 parcelas a los campesinos com título, pero finalmente todingos as han vendido, ahora são los terceros los dueños de esas tierras" (J., indígena).*

> *"antes cada família preparava su chaco em el monte alto comunitária, hoy dia és más dificil porque de a poco no han quitão nuestra tierra, para seguir con esa costumbre necesitamos de más tierra, por que aqui no se puede" (X., indígena).*

As propriedades dos fazendeiros, dentro dos limites da comunidade, caracterizam-se por pertencerem a pessoas de origem espanhola ou mestiça e orientam-se para a criação extensiva de gado de carne (predominantemente de raça Nelore), nos pastos naturais aproveitando fontes de água permanentes. Informações, obtidas na Superintendência Agrária (2004), mostram que, em anos recentes, os fazendeiros têm expandido suas criações às partes mais altas sempre à procura de disponibilidade de água não-salobre, inclusive com áreas de pasto legalmente estabelecidas para justificar a função social da propriedade rural pelo temor de perderem este recurso no processo de *saneamiento*. Em vista dos futuros problemas legais que possam ter alguns dos fazendeiros, estes aparentemente estão interessados em vendê-las, mas a preços especulativos, considerando a valorização por causa da construção da futura estrada e das melhoras em infra-estrutura propiciadas por eles mesmos.

> *"Em El Salao, existe a vantagem de que as planícies não apresentam extremos como no lado brasileiro e as terras onde os prédios vendidos encontram-se potreiros de até 200 ha. São lugares muito bons para a engorda do gado" (J.J. indígena).*

Contudo, na maior parte dos casos, esses proprietários não estão interessados em vender tais propriedades, são empresários médios e grandes que querem consolidar um patrimônio territorial. São os que *"sempre ganham"* no mercado porque têm a capacidade para produzir com tecnologia. Alguns deles somente dedicam-se à extração de madeiras finas daquelas propriedades mas não as utilizam para a produção pecuária.

Em resumo, o ponto de vista expressado pelos representantes da comunidade mostra o seu desejo de obter o título coletivo da terra na qual atualmente habitam. Outros como o representante da Central Indígena Chiquitana J.J., de Puerto Suárez, considera que é

necessário primeiramente finalizar o processo de *saneamiento* e somente depois, tendo em conta o número de famílias e a verdadeira superfície de cada comunidade, analisar a possibilidade de ampliar sua área para lhes garantir um verdadeiro desenvolvimento no futuro. Não obstante, observa-se que para poder cumprir este intuito é preciso que o INRA revise conscientemente cada título e verifique a função econômica e social que está cumprindo cada propriedade.

3.3.2 Caracterizando o indígena

Antes de descrever o modo de vida comunitário, é preciso esclarecer a adoção do termo indígena em vez de camponês ou camponês-indígena para nossa população em estudo. Devemos indicar que quando se iniciou esta pesquisa, no processo de obtenção de dados sobre a comunidade, na prefeitura, ou até mesmo no INRA muitas vezes, os funcionários desta repartição confundiam-se em denominar a El Salão como comunidade indígena ou comunidade camponesa. Isto nos levou a indagar o porquê desta categorização. Depois soube-se que, após a promulgação da lei INRA, esta categorizou os diferentes tipos de grupos segundo as propriedades rurais que habitam (ver anexo 1) e aos que o *saneamiento* poderia beneficiar. A pesquisa revelou que, por volta do ano 2000, existia o dilema na comunidade em optar serem reconhecidos juridicamente como comunidade camponesa ou indígena pelas autoridades do Município de Puerto Suárez, já que, a partir de 1953, − ano da reforma agrária− estavam registrados juridicamente (pessoa jurídica) como comunidade camponesa. Segundo manifestou o dirigente S.A., os *comuneiros* tinham interesse de mudar a categorização jurídica de camponeses, pois a partir da lei INRA "*tornar-se indígenas"* juridicamente, lhes facilitaria a obtenção de financiamento para produção, além de outras "*vantagens"*. Acrescenta-se que, a pesquisa revelou que, no interior da comunidade, houve vozes discordantes, segundo foi relatado:

> *"Havía cincos ex-dirigentes de la comunidad que no queriam que se haga nuestro trámite por que si nos quedábamos como campesinos tendríamos libre derecho decidir por vender o quedarnos con nuestras tierras, pero nosotros queriamos repestar a nuestros ancestros y a nuestra cultura y al final nos hemos decidido a quedarnos como indígenas"*

Com ajuda da CICH-GB, solicitaram ao Conselho Municipal de Puerto Suárez esta mudança, que foi negada durante quatro anos. Somente através de muitos protestos e resistência obtiveram-se esta nova designação, finalmente foi aceita em 2003. Os relatos indicam que a Prefeitura não queria "*torná-los indígenas"* influenciados pelos grupos de poder; porque se sabe que em toda a história do Município os prefeitos sempre foram fazendeiros ou pessoas ligadas à concentração da terra. Apesar de tudo, mesmo depois de tantas dificuldades nessa "*troca"*, na atualidade, no interior da comunidade ainda existe um pequeno setor que está influenciando as famílias para reconsiderar esta questão. Estes, alentados pelos políticos da própria prefeitura e do comitê cívico, insistem em mantê-los como camponeses, situação que gera enfrentamentos entre vizinhos parentes e amigos. No "*cabildo"* um "*comuneiro"* manifestou que, no caso de o Município de Puerto Suárez lhes tirar esse reconhecimento cogita-se solicitá-la ao município vizinho de Puerto Quijarro e, assim, pertencer, desta maneira, a ele:

> *"(...) la central de Puerto Suárez há contratado abogado y por ley tenemos derecho y estamos contemplados en el articulo 117 de la constitución nacional donde se reconocen a as comunidades indígenas. Aquí somos várias*

comunidades con este mismo problema que están dentro de la jurisdicción del municipio de Puerto Suárez: San Juan del Mutún, San Pedrito, Carmen de la Frontera, Colonia Warnes, San Salvador, 15 de Agosto,...pero hay personas como el presidente de la OTB, que se opone y "lo que quiere es seguir vendiendo mais tierra de la comunidad, incluso han hecho campanha para eso" (X., iindigena).

O anterior revela que as pessoas empenhadas em permanecer como camponeses têm interesses entrelaçados com alguns latifundiários, pois a mudança de pessoa jurídica para comunidades indígenas não permite negociar o território coletivo, o que impediria também um futuro mercado de terras na região. Por outro lado, através deste reconhecimento os indígenas obteriam outras áreas coletivas, além das que já possuem, fato que diminuiria, ainda mais, a quantidade de terra dos *estancieros*.

Aqui cabe ressaltar que, se por um lado a definição "do indígena" [33], e ainda mais "o étnico", pode (e deve) ser controversa do ponto de vista dos processos burocráticos ou eleitorais (onde se deve esperar a "auto-atribuição" oportunista de ser ou não ser indígena). Ao tratar dos povos indígenas, na situação de alta vulnerabilidade, e comunidades indígenas isoladas como El Salao, tal tecnicismo político resulta excessivo, e deve-se clamar pela imposição de uma visão clara de antropologia político-cultural que não duvide em identificar em qualquer processo estatal a grupos étnicos em grave crise de existência social e biológica.

Por outro lado, também vale a pena lembrar que, no passado, nestas regiões, houve alguns momentos e modos de acesso à terra favorecendo os indígenas através da Reforma Agrária. No entanto, quebrou-se o modo de vida coletivo para o individual, com a conseqüente quantidade insuficiente em terras para praticar labores territoriais de caça, pesca, extrativismo e agricultura itinerante. De fato, quando se permitia uma concessão deste tipo terminava caindo em mãos dos latifundiários que iniciaram depressa (contra a própria lei) a compra dessas terras. Em outras ocasiões, eram os próprios latifundiários que realizavam o trâmite para a concessão de terras em nome dos indígenas, ficando, de pronto, *campesinizados*. Assim, quando as terras eram concedidas a esses indígenas passavam automaticamente a ampliar el latifúndio. Portanto, os indígenas destas regiões nunca foram considerados nem sequer camponeses, pois sua ligação com a terra havia sido afastada, eram, simplesmente peões *"empadronados"* como força de trabalho barata ou gratuita. Quer dizer,

[33] Sobre esta diferenciação, a definição jurídica legal da Participação Popular que reconhece a pessoa jurídica das Organizações Territoriais de Base e que no Decreto Supremo 23858, de 9 de setembro de 1994, em seu Artigo 1: parágrafo II, regulamenta e define às Organizações Territoriais de Base, e diz:
a) Povo indígena.- É a coletividade humana descendente de populações assentadas com anterioridade à conquista o à colonização, e que se encontra dentro das atuais fronteiras do Estado, possuem história, organização, idioma, o dialeto e outras características culturais, com a qual se identificam seus membros, reconhecendo-se como pertencentes à mesma unidade sociocultural; mantêm um vínculo territorial em função à administração de seu hábitat e de suas instituições sociais, econômicas, políticas e culturais. Portanto, consideram-se Organizações Territoriais de Base, Tentas, Capitanias, Cabildos Indígenas do Oriente, Ayllus, Comunidades Indígenas e outras formas de organização existentes dentro de uma Seção Municipal.
b) Comunidade Camponesa.- É a unidade básica da organização do âmbito rural, que esta constituída por famílias camponesas *"nucleadas ou dispersas"*, que compartem território comum, no qual desenvolvem suas atividades produtivas, econômicas, sociais e culturais.(Ministério de Educación, 2005) (tradução própria).

formou-se uma classe subordinada na qual se identificou -como camponês- em anos de políticas unilaterais e que, hoje, dificultam a verdadeira identificação do homem originário.

Na pesquisa, nas primeiras aproximações com os *comuneiros* identificaram-se ora como indígenas, ora como camponeses:

> *"muchos hermanos 'campesinos' salen a trabajar y tienen que esperar que les paguen cuando les da la gana".*
>
> *"Hay uno que otro que, si bien no se atreve a dar guasca (chicotear), explota a los hermanos 'indígenas'. También engañan a través de promesas falsas. Prometen remuneraciones y cuando toca pagar, les pagan lo que les da la gana. O lo hacen esperar demasiado tiempo y eso un perjuicio"*
>
> *"nosotros los 'indígenas' devemos tener de nuevo lo que fue nuestro"*
>
> *"nosotros aquí somos el 'campesino' pobre"*

Em El Salão, foi muito complicado atribuir uma definição apropriada aos atores, se considerarmos que o processo vivenciado por eles, em mais de cinqüenta anos, consta de três etapas: indígena livre; indígena *campesinizado*; indígena *descampesinizado*. Contudo, a luta por reconhecer uma identidade sociocultural e tentar salvar o que foi perdido é a que deve definir sua identidade como "*indígenas"* .

(i) As Tradições

Embora a identificação como indígenas esteja um pouco desarraigada, para estas famílias chiquitanas dita identificação se fortalece quando se faze referência à ascendência genealógica e histórica da comunidade, principalmente quando participam das atividades agrícolas. Por exemplo, as famílias ou grupos de famílias quando preparavam as terras para a semeadura, sempre lembram de locais sagrados ou de muito respeito, devido ao fato de ser comum encontrar restos de casas das famílias mais antigas e até restos arqueológicos. Os pertences encontrados em seus terrenos são guardados como símbolos de respeito e lembranças em lugares especiais dos seus *chacos*[34]. Alguns deles têm pensado até em fazer uma espécie de coleção dentro da comunidade para mostrá-los aos visitantes, mas essa idéia encontra resistência dos mais velhos que acreditam que tais lembranças correm o risco de serem vendidas a pessoas de fora.

A pessoa que mais respeitam é um curandeiro que eles chamam de "*cheeserusch"* (médico) e que não pode ser entrevistado. Segundo relatam, ele, no seu dia-a-dia deve atuar mais do que qualquer outro habitante local em diversos lugares para conhecer e colher as medicinas da floresta. Além disso, em determinados conflitos comunitários, assume o papel de "*mediador"*.

Assim, para obter algum tipo de cura os indígenas podem tratar-se em casa ou procurar ao curandeiro. Eles curam por si próprios doenças ordinárias, como resfriados, dores de estômago e picadas de cobra ou insetos. Se afetados com doenças mais severas dores fortes, enxaqueca, câimbra, febre, recorrem à feitiçaria, também praticada pelo curandeiro. As mulheres conhecem muito bem lugares específicos dentro da mata para encontrar

[34] O termo *chaco* é significa roça, e diferencia-se do termo *chaqueo* que significa queimada.

tais *"remédios* e− segundo afirmam− muitos destes ambientes são proibitivos até mesmo para um morador local. O "*cheeserusch* é o único quem possui autoridade para visitá-los por ser aquele que confere um significado especial ao lugar. Neste caso, seu conhecimento e suas ações num ambiente específico envolvem freqüentemente feitiços e espíritos, num processo ambivalente importante: o *"lugar"* como símbolo-chave, influência no conhecimento e nas ações das pessoas, esta é uma das complexidades de analisar uma floresta com a idéia de que é um lugar socialmente construído, pois a comunidade requer muito mais do que as árvores, plantas e animais que se encontram nela.

No que se refere às tarefas agrícolas, as famílias praticam várias formas de cooperação, principalmente quando existem superfícies livres nas áreas coletivas. Este trabalho comunitário denomina-se "*minga"*. Por exemplo, um grupo de, aproximadamente, vinte ou mais pessoas roça, tala ou colhe algum cultivo como o arroz na propriedade individual ou coletiva de uma família e os beneficiários do trabalho coletivo retribuem com muita comida e com uma festa na qual se oferece a tradicional "*chicha forte",* que é uma bebida de milho fermentado. No entanto, quando a família não tem meios para realizar uma *minga* ainda existe a colaboração e o trabalho voluntário que é realizado sem retribuição. Em sucessivas visitas aos chacos, observou-se que, em quase todas as estações do ano, os filhos, mesmo se forem casados, ajudam a seus pais e vice-versa. A colaboração entre irmãos também é muito importante. Uma variação acontece quando o homem casado ajuda a seu genro, mas este último não tem obrigações com ele. A *minga* destinada à preparação do *chaco* é uma atividade que começa na época da seca. É um processo muito trabalhoso, mas que recebe muitas críticas da sociedade por causa do uso do fogo.

Devido à falta de conhecimento e informação de algumas autoridades e políticos, estes enxergam, de maneira negativa, as práticas de queima dos indígenas. Com freqüência os meios de imprensa associam tais práticas aos incêndios florestais que acontecem na região. A queima como prática cultural é comum em muitos povos indígenas, desde tempos antigos (Boserup, 1987) e, de maneira geral, ao próprio desenvolvimento do homem. O descobrimento do fogo e do trabalho agrícola significou, para muitas culturas, o processo de diferenciação com a natureza. Quer dizer, o manejo do fogo nem sempre foi destrutivo.

Na comunidade de El Salão, o manejo do fogo permite a preparação dos *"chacos",* que variam normalmente de uma a cinco "*tareas"*[35]. Na região, devido ao escasso emprego de maquinaria e equipamento, um indígena habilita um máximo de cinco *tareas* ou meio hectare. Extensões maiores são improdutivas e não necessárias para a economia da família indígena. No entanto, estas superfícies podem ser ampliadas, se for empregada mão-de-obra adicional se existir demanda de legumes como acontece na época de maio a setembro quando são vendidas nas feiras de Corumbá e Ladário, no lado brasileiro. Este sistema habilita pequenos espaços na floresta para cultivos itinerantes em pequena escala que estão destinados à produção de alimentos essenciais para subsistência das famílias. A técnica consiste no corte, roça e queima de *"monte alto"* complementado com o sistema de alqueives que são espaços em "*descanso"* ou *"ex-chacos"*. Estes, uma vez aproveitados por três ou cinco anos, com cultivos anuais são deixados com uma quantidade de vegetação menor, com cultivos como a mandioca ou a banana que, ao longo do tempo, regeneram-se de maneira natural. Em muitos casos, a idade dos alqueives permite identificar a antiguidade do assentamento e dos grupos de famílias.

[35] Expressão regional, que indica uma décima parte de uma hectare (um espaço aproximado de 10 x 100 metros).

Foto 4. Alqueive de quatro anos

Seu R.S., um *comuneiro,* explica que os problemas podem acontecer em caso das famílias perderem suas florestas com *"bosque alto";* fato que pode dar-se por venda ou apropriação ilegal. O retorno ao alqueive ocorre em períodos curtos. Em tais casos, assiste-se a crise dos alqueives, o que, por sua vez, implica uma crise nos meios de sustento da família. Assim, as famílias podem ser obrigadas a procurar novas áreas de floresta para assentar-se ou dividir-se e imigrar por razões de subsistência.

Na prática, a queima nos chacos deve-se à impossibilidade de eliminar ou de movimentar os troncos volumosos, mas também pela crença de que o material incinerado atua como material orgânico que aduba os solos. Além do mais, queimar é uma maneira de limpar as ervas indesejáveis nos chacos. Geralmente estas queimas são superficiais, pois acontecem após as primeiras chuvas e são complementadas com a preparação de ruas estreitas ou *"quebra-fogos"* para evitar a queima em lugares não desejados.

Foto 5. Animais vítimas do fogo em El Salão

Um outro aspecto importante do "*chaqueo"* e das queimas praticadas na comunidade, são o período no qual acontecem. A preparação dos chacos normalmente acontece entre os meses de outubro e novembro e as queimas depois das primeiras chuvas da primavera, entre novembro e dezembro. Em troca, os incêndios nas florestas ocorrem durante o período mais seco, quer dizer entre julho e agosto ou, até mesmo setembro. Portanto, a origem dos incêndios florestais não é causada pelos *chaqueos* dos indígenas, pois eles são posteriores à ocorrência dos incêndios florestais. Neste sentido, é importante mudar a opinião das pessoas que vivem nas áreas próximas à floresta ou as que obtêm benefícios dela, pois quem sai mais prejudicado com os incêndios florestais são os indígenas, considerando que grande parte do seu sustento como o mel, as frutas silvestres, a fauna para a caça, as plantas medicinais e o material para o artesanato, desaparecem com tais incêndios.

> "*nosotros cuidamos do monte por que nuestro alimento está ahí, nuestras herramientas, todo lo que tenemos, igual que si fora nuestro mercadito de la ciudad, a mi me enseñaron a chaquear desde chiquito para quemar solo lo que se necesita e pa não destruir nuestro bosque" (I. indígena).*

Foto 6. Indígena mostra o fogo devastador

Em síntese, na maioria dos casos, os incêndios que acontecem na floresta são causados por outras pessoas (*estancieros*) e não pelos indígenas. Contudo, quando os incêndios acontecem, existe a opinião da população dos centros urbanos que os culpa como causadores

desta destruição, informação que é amplificada pelos meios de imprensa, mas que não representa a verdade[36].

Os camponeses reclamam, pois, além de carregar a culpa do desequilíbrio ambiental, afirmam que o processo de preparar o *chaco* é mais trabalhoso do que no passado. Os ciclos de pousio florestal reduziram-se. Muitas famílias deixaram a comunidade ou venderam parte do seu território (ilegalmente). Hoje a quantidade de terra existente entre novas e antigas famílias gira em torno das 20 a 40 hectares e a superfície média total cultivada por cada família é de, aproximadamente 3 hectares. Para pessoas que não estão acostumadas com a agricultura tropical, estas superfícies aparentam ser muito pequenas, mas tem que se levar em conta que muitas áreas sofrem inundação grande parte do ano. Além do mais, nem todas as famílias chiquitanas produzem excedentes para o mercado. Algumas produzem somente a quantidade de que precisam para seu consumo; por outro lado as que vendem seus excedentes nas feiras não usam nenhum tipo de agricultura mecanizada. O Chiquitano, como lavrador, sempre compara a inversão da mão-de-obra com a produtividade. Se ele deduz que os excedentes da colheita não merecem mais esforço, somente produzirá o que ele precisa para o consumo da sua família.

Outra prática comum é obter carne de animais selvagens. Contudo, admitem ter que ingressar até a área protegida do Parque Nacional de Otuquis para caçar. Em Puerto Suárez, é comum ver os indígenas tentando vender carne de tatu-canastra (*Priodontes giganteus)* ou porco do mato (*Tayassu tajacu)*, principalmente durante a seca e para preservá-las alguns até as defumam ou grelham antes de vendê-las. A maneira de caçar é formar grupos de oito ou dez pessoas. Eles caçam usando redes, arcos e setas ou, às vezes, armas de fogo. As crianças correm para assustar os *"bichos"* e os afugentam na direção dos caçadores de maneira que eles possam enxergá-los. É comum ouvi-las que gritam ajudando o caçador de longe. Diante das autoridades, os *comuneiros* negam admitir que caçam na área protegida, embora o técnico do SERNAP A.S. comente que é freqüente encontrar armadilhas no PNP-Otuquis, e, apesar de ser esta atividade ilegal, a instituição não tem como evitá-la dado o vasto território. Hoje caçar é considerado problemático pelos indígenas, principalmente, devido ao uso de fogo pelos produtores pecuários. Eles queixam-se da forte diminuição da fauna silvestre; fato que vem acontecendo há uma década. Este é causado pelo aumento da população, queimadas em pastagens, pela presença de empresas madeireiras e pelo aumento do uso de motosserras que afugentam a fauna.

Outra fonte adicional de proteína são os peixes de rios e lagoas. A pesca é feita com anzóis, com redes de algodão ou armadilhas feitas de folhas de palmeira, com as quais se pegam os peixes que pulam nas lagoas. Na época da seca, os *comuneiros* espalham nas águas paradas o barbasco, um veneno obtido de diversas plantas que confunde os peixes e os deixa mais lentos, de modo a que estes flutuem sobre a água e possam ser recolhidos facilmente. Embora esta atividade seja predominantemente, masculina e infantil, também se pode

[36] Até o ano 1996, a Bolívia não contava com uma lei que regulasse os desmatamentos e queimadas para os distintos usuários da floresta, pois, a lei de meio ambiente de 1992 tratava este tema de maneira ampla. Somente a partir da lei florestal (N◦ 1700) de 1996 se estabeleceu a regulamentação sobre os desmatamentos e as queimadas. Apesar da existência desta legislação, em Puerto Suárez observa-se muita dificuldade da aplicação desta lei devido ao suposto desconhecimento dos envolvidos nesta atividade, mas principalmente pela atuação nula das autoridades, representadas neste caso pela Superintendência Florestal (SIF). Para desmatar ou queimar as partes interessadas devem solicitar uma licença, prévia à presentação de um plano de desmatamento (Martinez et. al., 2000).

observar às mulheres pescando com anzóis e sempre participa na pesca com barbasco, pois é uma tarefa coletiva.

A redução da caça eleva a importância das criações como provedoras de carne, o que tem causado algumas diferenças econômicas entre as famílias, pois algumas possuem maior número de cabeças de gado e, assim possuem melhor capacidade econômica. Um outro aspecto é que quatro destas famílias relacionadas também com horticultura, contrataram outras pessoas dentro da comunidade em troca por um pagamento pelo dia trabalhado. Isto poderia ser considerado como uma forma de redistribuição da relativa riqueza, porque o dinheiro fica dentro da comunidade, mas, ao mesmo tempo, é um sinal de individualismo que piora as relações coletivas de trabalho.

Todas as famílias, em El Salão, possuem um curral para suas criações e seu consumo do dia-a-dia, principalmente a carne de porco, que é reservada para ocasiões festivas, mingas ou para o pagamento pelos serviços na roça. As famílias que dispõem de rebanho bovino tradicionalmente o deixam no pastoreio, livre, em savanas que não estão ocupadas (o que, hoje torna mais difícil de encontrar). Nessas planícies, na época da seca queima-se uma parte desta para acelerar a germinação das pastagens naturais com a finalidade de assegurar a alimentação do rebanho. Já que este sistema tem efeitos negativos sobre o ambiente, na atualidade os programas de assistência comunitária querem introduzir sistemas agroflorestais para melhorar a criação pecuária extensiva, sem ter que recorrer à queima. Entretanto, deve ser esclarecido que, no passado, outro sistema não tradicional de criação pecuária foi introduzida por instituições externas que este baseia-se em pastagens estabelecidas em áreas de descanso em terras mais altas. O agrônomo do SERNAP acredita que ampliação deste sistema não tradicional, poderá provocar, principalmente pelos fazendeiros sérios problemas na comunidade porque entraria em competição com a agricultura de alqueives e com as áreas de floresta.

> *"...para criar uma vaca é necessário 5 hectares, para permitir o pastoreio (unidade suporte), no entanto, toda a produção agrícola de uma família provém de uma superfície de 1,5 hectares."*

Estudos realizados, na região, por Martinez (1997) indicam que para desenvolver suas atividades tradicionais (caça , pesca, extrativismo, itinerantes) uma família indígena requer de uma área, entre 600 a 1000 hectares. Porém, as recomendações elaboradas pelo ex Vice-Ministério de Assuntos Indígenas (VAIPO), baseados num cálculo matemático afirmam que o custo das necessidades básicas para uma família indígena é de 250 hectares. Isto que dizer que a versão oficial, obriga, não somente, à mudança de práticas de uso e manejo do espaço, mas também restringe as superfícies às quais os indígenas tinham acesso. Em conseqüência, a pressão sobre os poucos espaços que restam para os indígenas é cada vez maior, com repercussões negativas sobre a flora, fauna e seus próprios sistemas de abastecimento de alimentos.

Pode deduzir que o processos de "*campesinização"* e de incorporação novas práticas *alheias* à cultura local para o uso dos recursos naturais, como a mudança nas capacidades e uso dos solos, torna insustentável qualquer tipo de produção agrícola na floresta pantaneira. Pelos estudos agronômicos conclui-se que têm pouca aptidão agrícola. Se somarmos a este cenário a existência dos incêndios florestais, a perspectiva é negativa. Desta maneira, é preciso reverter tal situação procurando alternativas econômicas que não deteriorem as florestas e que permitam aproveitar os recursos de uma maneira mais integral.

(ii) A indumentária

Os indígenas não utilizam uma indumentária que pudesse denominar-se indígena em sua totalidade. Utilizam uma espécie de chinelo feito, às vezes, com sola de pneu, este tipo de sapato é utilizado para as tarefas na roça e também para assistir às festas locais. Para caminhar com esta indumentária, no *monte* nas quebradas e nos *arroyos,* precisa-se de habilidade, pois o deslocamento, principalmente na época chuvosa, torna-se quase impossível. Nas ruas do vilarejo principal existem muitos buracos originados pelas correntes de água que se intensificam nos meses dezembro a março.

Por outro lado, a vestimenta dos mais jovens, devido ao efeito do trabalho temporal migrante como jornaleiros agrícolas, parece ter mudado, podendo ser notado pelo uso do tênis, com imitações de marcas estrangeiras. Talvez isto possa ser considerado como um elemento de aculturação, mas enquanto os indígenas têm uma relação estreita com a terra, os elementos culturais adicionados ao seu dia, são usados nos momentos de diversão, festas e algum acontecimento especial. Entretanto, no cotidiano, conservam os elementos que lhes facilitaram sua relação com seu ecossistema e, sobretudo, com sua entrada nos *chacos*, quer dizer não abandonaram aquilo que é útil para a reprodução social da sua família.

Os mais velhos contam que, até a década passada, ainda podia ser vista a indumentária indígena sendo utilizada todos os dias, mas foi abandonada aos poucos. Por exemplo, o costume de usar tênis nos finais de semana pelos jovens é uma maneira institucionalizada de não querer ser segregado. A roupa dos homens são calças, roupas de times de futebol, ou camisas com botões na frente. A indumentária das mulheres consiste num vestido ou saia com seus sapatos de plástico. Num detalhe como o sapato pode observar-se o grau de condição econômica da população, pois os que trabalham com horticultura ou com pecuária têm possibilidades de fazer compras. Os que negociam produtos, em Puerto Suárez ou em Corumbá, trazem a "*moda"* à comunidade e esses elementos externos podem ser apropriados pela população, sempre que possuam meios para comprá-los.

(iii) Idioma

O seguinte quadro mostra as percentagens de idiomas que são falados no Município de Puerto Suárez e seu vizinho Puerto Quijarro:

Quadro 1. Estimativas da população de seis ou mias anos por idioma mais falado

Província / **Seção Municipal**		**Castelhano**	**Quéchua**	**Aymara**	**Guarani**	**Outras Línguas nativas**	**Línguas estrangeiras**
Germám Busch	**Puerto Quijarro**	71,55	6,88	8,78	1,41	8,78	0,6
	Puerto Suárez	84,62	5,72	3,58	0,45	5,23	0,4

Fonte: INE, 2005

Pode-se presumir que o abandono do idioma que vem acontecendo desde a época das missões jesuíticas no século dezoito. Por outro lado, desde a formação da república até a

Reforma Educativa em 1994, somente se considerava de maneira oficial o espanhol como idioma do ensino nas escolas, em conseqüência, todo professor era obrigado a ministrar aulas nesse idioma. Na época de 1930, o racismo era muito forte e pensava-se que de todo habitante deveria apagar qualquer passado indígena; idéia disseminada principalmente pelos mestiços, "*porque ser índio não ajudava no rendimento econômico do país",* o que originou a formulação de políticas educacionais entre 1929 e 1940 que relegaram mais o indígena. Embora os originários de El Salao e das outras comunidades continuem mantendo sua língua própria, sua proximidade à cidade e à chegada de populações não indígenas pode estar causando o desaparecimento do idioma materno, em substituição pelo espanhol. Entretanto, apesar do abandono paulatino do idioma os costumes tradicionais ainda sobrevivem.

3.3.3 Estranhos no território

Um fenômeno que vem acontecendo nas terras baixas, como também no Município de Puerto Suárez, é a chegada nas duas últimas décadas de um contingente de imigrantes andinos. Embora na comunidade sua presença seja pequena (menos de quinze famílias que arrendaram terras), a existência de "*estranhos"* no município e no departamento de Santa Cruz é cada vez mais forte. Sua chegada à região deve-se em parte ao comercio na fronteira; inicialmente estabeleceram-se na cidade de Puerto Suárez e posteriormente, em outras localidades, como Puerto Quijarro, nas comunidades rurais, e, até, em Corumbá, nas áreas urbanas.

Na parte urbana de Puerto Suárez, sua presença, no comércio chama a atenção. É comum ver os imigrantes vendendo ou mastigando folhas de coca, e em dias festivos aparecem com instrumentos musicais andinos. Também nestes municípios fronteiriços muitas destas famílias optaram pelas atividades agrícolas. Por exemplo, no setor conhecido como *"El bananal"* existe uma cooperativa formada por famílias oriundas do departamento de La Paz, Oruro, e de Cochabamba dedicada principalmente à produção de hortaliças.

Deve ser esclarecido que as migrações para as terras baixas não representam um fato novo, pois, a partir das transformações que produziu a revolução de 1952, os governos têm promovido programas de colonização (Mamani op.cit.). Hoje esta complexidade social pode ser observada na maioria das regiões subtropicais e tropicais do país, nos quais existem conflitos permanentes entre os diferentes grupos originários e imigrantes. De um lado, uns querem impor seus modelos ou formas de vida social; do outro, os imigrantes tentam manter suas práticas seculares. Assim, aparecem *"ilhas culturais"* e, nestes casos, para as pessoas destas ilhas, a referência do seu passado histórico tornou-se uma alusão incômoda que põe em confronto tanto locais como mestiços e imigrantes andinos.

Na comunidade de El Salão, relataram que o inicio da chegada dos imigrantes aconteceu a partir de 1985. Foram os antigos trabalhadores mineiros que ficaram desempregados depois da privatização das empresas estatais mineiras na década de 1990. Hoje estas famílias arrendam parcelas de 2 ou 3 hectares, que se encontram distribuídas indistintamente em várias propriedades. Desta maneira estabeleceram claras formas de reorganização das suas sociedades de origem mediante formas de vida social que tentam imitar sua origem e costumes original. Quer dizer, a organização social destes grupos Aymaras e Quéchuas, morando, atualmente, no Pantanal, apresentam características das sociedades andinas e são evidenciadas pela forma pela qual organizam seus trabalhos. Um exemplo disto é o mutirão denominado por eles *ayni* e *mink´a*, também se observa o uso das vestimentas andinas principalmente pelas mulheres com suas *polleras* (um tipo de saia) e *abarca* pelos homens (um tipo de sapato típico da região andina. Além disso, falam

abertamente os idiomas *aymara* e *quéchua*. Um exemplo das suas representações simbólicas e formas particulares acontece quando denominam as montanhas sagradas ou hoje as "*morrarias pantaneiras"* com o nome de *Apachetas*, da mesma maneira que em seus lugares de origem.

O motivo deles terem escolhido El Salão, deve-se, principalmente, à facilidade do transporte e a proximidade de Puerto Suárez. O arrendamento das terras é feito através dos *estancieros,* que cobram em dinheiro mensalmente. Ninguém comenta sobre o preço pago. No entanto, alguns dizem saldar suas dívidas com serviços em atividades pecuárias nas *estâncias*. Segundo conta um camponês-indigena imigrante, em um primeiro momento, as famílias foram motivadas a emigrarem pelo desejo de *"viver bem "* em uma região onde *" existia bastante espaço "*. Migraram sós ou em família e até sem conhecer o caminho. Venderam, alugaram ou deixaram outros cuidando de suas terras, no altiplano, para juntarem o dinheiro necessário para iniciarem sua viagem. Ao se instalarem na comunidade, além de conviverem com os chiquitanos, também o fizerem com os denominados *"cambas",* que são os mestiços orientais e com os quais têm maior "*choque*"cultural.

"Tudo produz ". Esta foi a principal motivação para migrarem e se afastarem do altiplano.

> *"(...)siempre me dijieron que por estos lados habia mucho trabajo e harta tierra. La verdad es que aqui hace falta gente que trabaje, quaqluier cosita que lanzas al suelo cresce lindo, es bien fácil que crezca, lo difícil es cosechar por que quando llueve no se puede salir (...) quien llegó primero aqui fue mi padre que llegó de Oruro hace veinte años para construir el silo de Gravetal hemos trabajado duro par construir las obras de Puerto Aguirre por donde sale la soya, ahora que llegaron mis primos hemos alquilado um parcelita de tierra" (C.R.,camponês-indígena).*

Pelo depoimento do imigrante, tinha sido criado um discurso, uma imagem, um mito de extrema fertilidade das terras da região, sentindo o interesse de estabelecer-se nestes locais; em contraste, em seus lugares de origem, vivenciavam precárias condições de vida, em virtude da liberalização dos mercados agrícolas, o rompimento do sistema de intercâmbios especializados e a fragmentação de seus terrenos.

Poderia ser dito que estes grupos de famílias, antes acostumadas a viver, a deslocar-se e a trabalhar no meio rural altiplánico, hoje vivem isolados e *"fora do contexto"* devido à diferente evolução dos cultivos e de ciclo fértil do Pantanal. Parece existir um sentimento de insegurança gerado pelo entorno da floresta o que os incentiva a reorganizar sua conduta e a tentar reproduzir seu ambiente físico nativo. Uma evidência disso é o formato das suas casas que se assemelha à das casas das comunidades andinas: estreitas, fechadas, com janelas pequenas com um pátio de terra. No entanto, todo o conjunto de casas dos que arrendam terra, mostra pouca predisposição para permanecer na parcela, pois são feitas de materiais que podem ser substituídos e todos os objetos de valor são transportáveis. Por outro lado, as casas dos que pretendem ficar são feitas de tijolo e manifestam que seus próximos objetivos são um ″caminhãozinho ″ ou um ″terreninho" próprio.

A chegada destas famílias e migrantes representa um fato que alterou, de certa maneira, a configuração dos espaços sociais, até mesmo dentro da comunidade. Apesar de ambos os grupos serem de origem indígena, os chiquitanos principalmente, enxergam estas famílias

como invasoras, porquanto, eles não somente *"invadiram"*seu território, mas inseriram rituais e costumes muito diferentes. Poderia ser imaginada que a interação entre estes dois grupos seria facilitada, já que anteriormente os indígenas de El Salao tiveram que *"negociar"* e ceder espaços com outros atores distintos. Contudo, a chegada dos personagens andinos formando *"novas comunidades"*, constituindo sociedades fechadas, com o vestir diferente, com o caráter "*telúrico"*, gera um sentimento de desconfiança nos chiquitanos, que, por sua vez o incentiva a diferenciar-se.

H.H.indígena, de El Salão, conta que no início, houve muita rejeição com estes imigrantes e quando faziam referência a estes grupos utilizavam até termos ofensivos. Esta situação foi acrescentada pela influência das famílias brancas e pelos comitês cívicos. Na Bolívia, em todas as cidades, existe uma instituição denominada Comitê Cívico, que é uma organização-cidadã encarregada de comunicar as demandas em investimento social, infra-estrutura e serviços aos governos municipais e departamentais do país. No entanto, principalmente na região oriental boliviana, tais comitês têm sido sempre manipulados pelos empresários do setor agropecuário, sem nunca ceder espaço para os camponeses e, menos ainda, para os indígenas. Em Puerto Suárez, os representantes do Comitê Cívico têm usado aos indígenas e seus territórios literalmente como barreiras de contenção às desordenadas migrações e aos assentamentos humanos de colonizadores, que estão abandonado suas terras nas regiões alto-andinas. Em Puerto Suárez, nas políticas públicas, estão implícitas as tentativas de gerar confrontações étnicas entre campesinos andinos e indígenas locais. Estas estratégias favorecem os interesses de companhias siderúrgicas ou florestais, mas principalmente aos grandes proprietários de terras.

Assim, na região, estes grupos de poder, através desses intermediários, informavam que os migrantes eram usurpadores de terras, que iriam estabelecer novos assentamentos e lhes iriam tirar sua fatia no processo de *saneamiento*.

O medo dos latifundiários é conseqüência de dois fatos: O primeiro, no passado, o governo alocou as famílias ocidentais em regiões tropicais, limitando extensões territoriais aos *estancieros*. O segundo, o surgimento do movimento do MST. O temor fundamenta-se em que estes imigrantes possam participar das invasões, o que já vem acontecendo em algumas regiões da Chiquitania.

Como se vê a opinião sobre dos chiquitanos foi manipulada, mais uma vez, por interesses alheios, o que, hoje, tem influenciado os próprios indígenas a fazer novas reflexões sobre quem realmente são estes migrantes. Em síntese, pode-se dizer que eles são vistos ainda como pessoas às quais não se podem dar concessões. Além disso, as práticas agrícolas-ritualistas adotadas gera, nos locais, um sentimento de insegurança, que evita qualquer reprodução de padrões adaptativos gerados a partir dos estranhos.

3.3.4 O Programa de Regularização e titulação de Terras

O cenário inteiro apresentado anteriormente sobre o modo de vida dos indígenas e dos os outros atores ajudará a entender o contexto em que foi instalado o Programa de Regularização de Terras através da aplicação da lei INRA.

O debate nacional sobre a lei INRA foi realizado entre 1992, quando se iniciou a intervenção da Comissão Nacional Reforma Agrária-Instituto Nacional de Colonização CNRA-INC, que duraria até a promulgação da Lei, em 1996. Este debate teve como temas principais os seguintes acontecimentos:

a) a crescente mudança do eixo produtivo nacional e da dinâmica econômica agropecuária do ocidente andino para as planícies orientais;

b) o fechamento indiscriminado do país a mercados internacionais de produtos agropecuários nos últimos dez anos, que tem acelerado a desestruturação de muitas das unidades produtivas do meio rural;

c) o aumento de una tendência de abandono do campo pelos pequenos produtores e da imigração para as cidades em busca de formas alternativas de sobrevivência, gerando um incremento significativo da migração e informalidade laboral;

d) a presença de uma polarização excludente de organizações sociais e produtivas altamente politizadas em suas reivindicações setoriais, que não encontravam cenários fáceis de entendimento e de acordos sobre políticas públicas;

e) uma majoritária população indígena que se traduz em uma marcada diferenciação étnica excludente;

Depois de aprovada, e apesar da euforia inicial um dirigente indígena comentou que no município houve certa desconfiança, pela proposta ampliada do programa, o que os levou a lembrar das promessas de desenvolvimento do passado principalmente da década de 1970. Hoyos (op. cit.) destaca que, naquela época, os indígenas de Puerto Suárez receberam terras individuais do estado com o compromisso de financiamento. Porém, paralelamente os latifundiários também receberam imensas quantidades de terra e de dinheiro através do banco agrícola. Entretanto, a melhora das condições de vida para os indígenas nunca aconteceu.

Hoje os indígenas de El Salão se perguntam: *para quem foi o progresso?*. Eles mesmos respondem que não foi para as comunidades indígenas. Na verdade, eles nunca estiveram incluídos dentro do *"pacote"* do desenvolvimento, a não ser como empregados dos empresários, mas nunca como *"sócios"* do desenvolvimento.

O representante da CICH-GB de Puerto Suárez K.K, indica que, nas comunidades, ninguém imaginou que, passados trinta anos da entrega daquelas terras, e cinqüenta, depois da reforma agrária, a situação jurídica de suas propriedades seria de total insegurança. Por outro lado, o técnico da Superintendência Agrária indicava que, na região, o direito do proprietário não é íntegro nem mesmo para algumas grandes fazendas principalmente pela existência de diversas e encobertas formas de corrupção que têm originado conflitos sobre os direitos de enormes extensões de terras e aos múltiplos títulos de propriedade das mesmas. Nesta conjuntura, foi desenvolvido um intenso mercado "*negro"* de terras destinado a *"lavar"* a origem turva do direito proprietário original.

Com todos estes antecedentes, o novo desenvolvimento deveria começar por esclarecer todo este cenário confuso. Assim, a partir da promulgação da lei INRA[37](Ver anexo 1) em 1996, iniciou-se o processo de regularização das terras em todo o país, que tinha um prazo de dez anos para definir o direito da propriedade agrária. Além disso, uma série de outros programas vieram acompanhando este último. Todos eles monitorados pelo Ministério de Desenvolvimento Sustentável.

[37] A lei integra pode ser lida no sitio web do INRA:
http://www.inra.gov.bo/Portalv2/Docs/Normas/set_normas.aspx

Segundo o Plano de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Puerto Suárez (2001), o *saneamiento* da terra estabeleceria as condições, no Município, para o início do *"Plano de Ação"* local, constituída por quatro programas, (pelo menos no papel) subdivididos em subprogramas e projetos que seguem de maneira fiel as ações propostas pelo governo em 1996 (ver pág. 9) e que deveriam ser implementados segundo o avanço do processo de titulação, a partir de 2000. Os prazos determinados para estes programas, supostamente, teriam resultados concretos em 2005. Para a Prefeitura, este Plano de Ação é resultante das demandas priorizadas pela população, nas deliberações comunitárias, distritais e municipais e nas opiniões e sugestões expressas pelas organizações sociais e institucionais da jurisdição municipal. (ibid.).

Por outro lado, soube-se que em El Salao, o financiamento para o início do processo de *saneamiento* e as auditorias foram financiadas em 1999 pelas empresas construtoras do gasoduto Bolivia-Brasil através de um programa denominado Programa de Desenvolvimento dos Povos Indígenas (PDPI), como uma forma de compensação pela utilização ou atuação na área de influência do gasoduto. Isto representou um passo muito importante que permitiu agilizar, de maneira considerável, a identificação de demandas da comunidade. No entanto, em dezembro de 2004, num *cabildo* do qual participamos, uma das maiores preocupações expressas pelos comuneiros foi a demora na revisão dos títulos de propriedade dos fazendeiros para verificar o estado atual dessas propriedades e definir quais não possuem documentos legítimos. Essa seria a única alternativa para ampliar seu território. Portanto, as demandas originadas do *cabildo* foram que uma comissão do INRA visitasse a região e legalize definitivamente, a área que havia sido definida anteriormente pelo PDPI.

Expressaram também que, na comunidade, existe insatisfação pelo lento avanço do processo de *saneamiento*, por existirem normas genéricas sobre a determinação da função econômico-social, que não leva em conta a complexidade dos seus casos, além dos custos dos trâmites e de uma eventual não-aplicação do *saneamiento*. Comentaram que se está impondo o poder econômico e, conseqüentemente, a exclusão social. Insistem em que as armadilhas legais e conflitos com os supostos donos de suas terras, as apelações legais e a falta de vontade política para tornar transparente o direito proprietário nesta região fizeram que a oito anos do inicio de programa (até setembro de 2005), os *comuneiros* não tenham, até hoje, posse legal ou jurídica sobre seu território.

Os trâmites na opinião dos interessados, são excessivamente burocráticos. Alguns dizem ter a impressão de que parecem ter sido expressamente planificados dessa maneira para que o indígena, o camponês se canse, em meio de tantas idas e vindas para que, ao final, ele não aceda ao título definitivo e conseqüentemente a uma quantidade maior de terra. Apesar disso, demonstram sua esperança para "*assegurar a terra"*. Acreditam que o mecanismo legal é o único existente para obter os documentos de propriedade e também para assegurá-la às futuras gerações. Outros *comuneiros* pensam que se deve reformar a lei, em virtude que ela dá lugar à *"confusão e ao conflito"* entre o dono da terra e a comunidade, pois a lei reconhece o direito proprietário por efeito da função social da terra:

> *"Ahora bien, preguntamos, ¿por qué el Estado debe darnos los títulos de nuestras tierras? Somos habitantes inmemoriales de estas tierras, estamos amparados por la Constitucón Política del Estado y por las normas vigentes en el país. Los bosques, tierras, ríos, montañas, son nuestro hábitat natural. Somos conservadores de los recursos de biodiversidad y medio ambiente, que hoy por hoy es una preocupación mundial, que reconoce que sus prácticas garantizan que estos recursos no se agoten. Además de ello, nuestras*

demandas respetan el ordenamiento jurídico nacional. Por eso, exigimos el cumplimiento de la ley" (I., indígena).

O principal problema que enfrentam com outros grupos sociais, é a constante incursão no seu território. Porém, manifestaram que evitam o confronto e não querem criar conflitos. Preferem continuar com a convivência pacífica. Apesar disso, não ficam calados e assinalam quem são aqueles que impedem o processo. Por exemplo, os grupos que se interpõem para a aplicação da lei INRA, são o Comitê Cívico, alguns vereadores de Puerto Suárez e até alguns deputados, que, longe de cumprirem sua função de fiscalizadores; em realidade são os interceptadores deste importante momento. Por outro lado, os latifundiários ilegais se escondem em instituições como as cooperativas agropecuárias privadas para atribuir-se direitos que não lhes correspondem. Assim eles declaram:

"La Ley INRA debió permitir que avancemos pese a que no es una ley perfecta. Por eso, nuestra posición es que debemos permitir que se cumpla hasta ver sus resultados, para dotar a otros sectores y hermanos que necesitan de tierra, en el imperio de honestidad"

"Nosotros nos apegamos a la ley 1715 para que se aplique. El Estado debe cumplir con ese deber y el gobierno su obligación, y lo vamos a exigir. Esperamos respuesta a ello"

"La esperanza es que vamos a tener títulos de nuestras tierras"

"Aunque va un poco lento, creo que todas las comunidades tendrán título"

Por outro lado, também se pensa que o *saneamiento* da propriedade agrária terá uma grande utilidade para o município. A partir disso, poderá dispor-se de um cadastro e, em conseqüência, o *Plano de ação* seria finalmente aplicado.

"La Ley INRA produce conflictos de todo tamaño y naturaleza. También produce corrupción. Si se aplicara la ley, tal como está y como dice el reglamento, habría tierra de sobra para redistribuir a todos los bolivianos sin tierra, pero el problema es la estructura de poder en pocas manos que controla los recursos naturales. El gobierno no ha ejercido su autoridad para poner las cosas en su lugar y entregar los recursos naturales a quien corresponde"

Foto 7. Passeata dos indígenas exigindo a aplicação da lei INRA.

Um problema que se confronta no *saneamiento* são os prazos que impedem acelerar o processo; a norma "*estica-s*e muito e isso prejudica", esse longo processo, que dá lugar a que outros se apoderem dos seus direitos. A nosso ver, a situação é muito grave, uma vez que os indígenas não possuem dinheiro e menos ainda, meios de "*defesa"* ou de "*ataque*" porque não buscam o confronto.

Em relação com o INRA, nas diversas entrevistas feitas a técnicos desta instituição, percebe-se, que, muitos deles favorecem os denominados "*terceiros"*. Por exemplo, em finais de 2004, os indígenas convocaram ao INRA para marcar as reuniões e cronogramas. No entanto, esta instituição nunca assistiu. Contrariamente tiveram encontros com outros setores. A sugestão dos *comuneiros* era que todas as reuniões deveriam ser realizadas de maneira conjunta para evitar suscetibilidades, porque, se isto não for corrigido, irá crescer a incerteza e a desconfiança.

Os dados consultados de cadastro de propriedades no INRA mostraram que as grandes propriedades em El Salão são as que ficam à beira do rio e que possuem documentação originada do loteamento (grilagem) indiscriminado, que os torna falsamente em proprietários legais. De outra maneira, estes supostos proprietários querem utilizar os planos de ordenamento territorial e os certificados de vacinas da febre aftosa como forma de cumprimento da função social da propriedade rural. Além do mais, fomentou-se a venda ou arrendamento irregular a terceiros que não cumprem esta função. Também se notou que a comunidade o INRA têm induzido a erros a Superintendência Florestal; tratam-se de erros de certificações de exploração madeireira. Tais explorações, em realidade, encontravam-se dentro do território de El Salao, e, não, fora, como mostrava o INRA, quer dizer, evidenciam-se as más intenções dos que dirigem o *saneamiento* na região.

A seguir, destacamos preocupações expressas pelos indígenas para refletir sobre este momento:

Que se cumpla la Conctitución política del Estado, la ley 1257 y los convenios internacionales, que siga en curso y en vigencia la ley INRA y todas las otras normas que tienen que ver con los derechos de los ciudadanos.

Que el saneamiento sea transparente y se cumplan los cronogramas, que se respeten loa acuerdos con relación a nuestros territórios.

Que haya continuidad en el saneamiento, mientras se discutan los cambios a la ley.

Que el gobierno garantice los recursos necesarios para el desalojo de ilegales de los territórios.

Que se busque financiamiento para el desarrollo integral de los Pueblos Indígenas. No queremos sólo títulos, porque, ¿después, qué hacemos? Queremos que el Estado sea responsable para que los Pueblos Indígenas puedan progresar en sus comunidades, con educación, salud; para que puedan producir y darle vida este país, en convivencia pacífica.

Creemos que tenemos la capacidad suficiente para construir y para consolidar un Estado pluricultural y multilingüe, en base a justicia, dignidad, tolerancia y solidaridad. Eso sueñan los Pueblos Indígenas. Y quieren hacerlo en forma conjunta.

Quitémonos las vendas de los ojos y tapones de odios, depongamos las actitudes mezquinas y trabajemos en beneficio de todos. Todos somos hermanos y no debemos perjudicar a este país, debemos construir una verdadera nación pluricultural y multilingüe.

Acredita-se que existem várias razões pelas que a lei INRA, no referente à área do estudo (que caracteriza-se em uma junção e até "*confusão"* de áreas coletivas com minifúndio e latifúndio) precisa ser modificada. Em primeiro lugar a situação da posse da terra não é homogênea, hoje a região está caracterizada por uma complexidade e diversidade social e étnica que antes não acontecia. Alguns pequenos pecuaristas minifundiários tiveram êxito em estender suas terras. Porém a semi-proletarização de alguns indígenas com terras limitadas para sua subsistência tem sido uma tendência significativa e persistente.

Em segundo lugar, a lei INRA aparece como um jogo duplo, baseado na antiga dicotomia entre terras de propriedade comunal (na região andina) e terras de propriedade privada (oriente). É dada muita ênfase ao fato que, durante as últimas décadas, a privatização da terra tornou-se um fenômeno importante mesmo nas comunidades tradicionais da região andina. A lei parece estar contribuindo para o aumento da brecha social que já existia: a privatização da terra nestas regiões criou novas oportunidades para camponeses-indígenas ou empresários com suficiente capital como para comprar terra. Enquanto os indígenas no caso de obterem novos territórios coletivos, teriam que ceder pedaços importantes do seu território para materializar a propriedade privada e, com o mercado consolidado sofreriam ainda mais pressão pelos migrantes, latifundiários e minifundiários, para cederem suas terras. O problema acontece quando, diante deste mercado, os créditos agropecuários somente favoreceriam às propriedades individuais como garantia para os empréstimos. Isto mostra que se não criar uma situação para regular socialmente o acesso à terra e a um financiamento adequado para terras coletivas, aparecerão situações de muito conflito interno na comunidade. Por outro lado, como

a posse da terra não é homogênea nem mesmo dentro da comunidade, não se sabe que mecanismo vai se empregar para distribuir com eqüidade ou uniformizar a quantidade de território nas regiões ou nas comunidades.

Outra restrição observada com esta lei enfatiza-se o registro de terras, enquanto o tema de redistribuição das mesmas não é tocado. A idéia da privatização de terras é vista como um instrumento importante para o desenvolvimento sustentável (objetivos macroeconômicos) mas dá-se pouca atenção à parte social (redistribuição da terra para os indígenas excluídos). Por outro lado, não está claro em que grau a lei INRA (e a privatização das terras em Puerto Suárez) criará novas oportunidades para que os camponeses-indígenas imigrantes tenham acesso a novas áreas

Por último, com a lei não se dá importância ao contexto agrogeológico da terra; Considera-se que as terras da Chiquitania são iguais às terras do Pantanal ou do Chaco. Não existem especificidades quanto à aptidão agrícola pecuária, florestal e quanto à relação com as necessidades de cada família. Assim, qualquer redistribuição ou consolidação da terra, mesmo em áreas com tamanhos iguais, seria desequilibrada porque, ao mesmo tempo, causa danos ambientais e sua distribuição seria injusta.

(i) O abandono sistemático do pobre

O principal problema que a atinge a comunidade é sua extrema fragilidade diante das imposições dos fazendeiros, amparados pelo Estado, que nunca se preocupou pelo seu bem-estar. Este somente agiu por obrigação para formar uma opinião pública nacional a seu favor. No entanto, nos últimos anos a pressão de organizações não-governamentais urbanas e de movimentos sociais dos próprios camponeses forçaram o Estado a instalar um processo para resolver juridicamente o acesso aos recursos naturais. Porém, um novo engano para o indígena acontece quanto ao notável atraso no *saneamiento* da terra e à divisão das superfícies dos territórios, impostos por burocráticos estudos de necessidades espaciais, supostamente fomentados pelos próprios latifundiários da região *"truncam"* este novo processo.

O mecanismo principal que alimenta o processo de apropriação territorial é o desmatamento, a valorização da terra e a especulação, alimentada pelo capital financeiro. Somente mais tarde entram os novos atores e os componentes produtivos. Assim, o processo pode apresentar um alto grau de irracionalidade, com a *"habilitação produtiva"* de áreas com severas limitações de capacidade de uso que, em poucos anos degradam-se e ficam abandonadas. O prejuízo da a comunidade é triplo, pois, se perde: o patrimônio ambiental, o potencial madeireiro para um possível manejo sustentável da floresta pelos próprios indígenas e a capacidade de investimento, aplicado em atividades de baixo retorno a médio e longo prazo. Perdem quase todos, menos os especuladores, que se asseguram direitos duvidosos sobre terras e realizam seus lucros, antes que a crua realidade mostre sua cara.

O risco de que esse processo aconteça na área de influência da futura estrada que supostamente atravessará a comunidade é muito alto, pois a situação da posse da terra é confusa. As demandas registradas sob os anteriores regimes apresentam enorme superposição territorial, com evidentes sinais acumulação privada até áreas fiscais circunvizinhas. Portanto, também as preocupações com os impactos ambientais e sociais dessa futura estrada justificam-se plenamente. A área atingida possui una enorme massa de floresta muito pouco explorada, com ecossistemas de muito valor como o Bosque Seco Chiquitano e o Pantanal. Alem do mais, a possível habilitação agrícola ou pecuária em pequenas "*manchas"* de solos

aptos ao restante do território limitado para tais práticas, representa uma alta ameaça ao bioma.

Diante desses conflitos, o estado como impulsionador do processo não disponibilizou nem fomentou a reflexão sobre estes problemas sob a perspectiva do uso sustentável ou do uso de novas práticas agrícolas para grupos familiares combinados com o caráter do acesso e propriedade coletiva. Quer dizer, em caso de aplicar-se a lei, os indígenas estariam acedendo a uma nova porção de território, mas, contrariamente, não estão tomando as precauções para o caso quando os futuros problemas apareçam na hora de administrar e gerir esses novos territórios. De modo contrário, quando os funcionários estatais são entrevistados, como, no caso do técnico da Superintendência Agrária, em Santa Cruz, sempre se referem ao problema como algo externo para eles:

> *"o problema fundamenta-se no fato de que no INRA "é o ninho da corrupção, o processo é péssimo, o que deixou foram mais conflitos e problemas porque a titulação de terras é somente para os grandes latifundiários".*

Esse é um discurso tipicamente governamental que mostra a total falta de envolvimento com as questões dos pobres, pois, neste caso, a Superintendência como órgão fiscalizador deveria fazer as denuncias correspondentes, o que na maioria das vezes, nunca acontece. O técnico entrevistado reconheceu estas falências, mas aclarou que se trata de um problema que há vários anos vem acontecendo e que, hoje, buscam superá-lo, nomeando cargos através de concurso público para todos os níveis.

> *"desde 1997 hasta el año 2003 el INRA se politizou e não se trabajó como debiera, foram seis anos prejudiciales, ahora buscamos revertirlo".*

Entretanto, os indígenas percebendo todos estes problemas, na atualidade estão, mais preocupados em refletir e definir o caráter de suas relações com o Estado, em vez de desenhar visões ou estratégias de longo prazo sobre o uso dos recursos das terras, que, supostamente, lhes serão concedidas. O tema da degradação ambiental e a especificidade do bioma também estão sendo deixados de lado.

> *"Com o gobierno, tenemos el problema de que no ha conseguido el financiamiento para el saneamiento de algunas TCO´s. Nosotros, los Pueblos Indígenas, cuando tenemos algunas demandas vamos al gobierno a conversar para ver si responde y tiene voluntad. Buscamos financiamiento y agradecemos a la cooperación internacional, que nos ha ayudado. Pero el gobierno no cumple con esa obligación. Sólo se invierte lo que pone la cooperación internacional: el Estado também debe ponerle el hombro. El gobierno argumenta falta de recursos para no apoyar el proceso de saneamiento de TCO´s, pero para otras cosas se ha apelado a la fuerza publica incluso; entonces, creemos que no maneja de la misma manera los asuntos de los indígenas. No debe haber esa injusticia. Es deber del gobierno actuar bajo normas, no sólo contra invasores apelando al ejercito y policía, sino também defendiendo el saneamiento" (E.O.,indígena).*

No âmbito agropecuário a atuação do Estado para favorecer o setor indígena e o camponês é fraco. A organização institucional da sociedade civil é pouco desenvolvida. As organizações indígenas chiquitanas que, aos poucos, estão sendo fortalecidas tanto em nível

comunitário como em nível municipal, ainda carecem de deficiência, enquanto a representatividade e de um mínimo de participação democrática de suas bases e os poucos projetos que elaboram são próprios. A percepção que tivemos em todas as entrevistas: a instituições de Puerto Suárez não têm ciência ou conhecimento como o dinheiro distribuído para os programas e para que fins específicos são destinados os recursos. Também se surpreenderam ao desconhecer a existência de determinados programas no Município.

Existem poucas Organizações não Governamentais que desenvolvem suas atividades no município e as que existem preocupam-se com aspectos do tipo turístico e não projetos produtivos. Destaca-se o papel da WORLD WILDLIFE FUNDATION (WWF) na região, por trabalhar em aspectos sociais e de proteção ambiental. As outras Organizações não-governamentais, que desenvolvem suas atividades na Chiquitania, concentram-se nas províncias vizinhas à cidade de Santa Cruz, enquanto que as partes centrais e orientais ficam desatendidas.

Neste aspecto, outros atores surgem com o intuito de substituírem o estado. Uma delas é a Igreja que ainda tem o poder espiritual e material (fazendas) na província Germán Busch, desde a época da colônia. Sua presença não pode ser dissimulada e é palpável em todos os ambientes, podendo ser percebida a partir dos próprios nomes das comunidades. Embora alguns *comuneiros* acreditem que a propriedade privada da terra facilite a venda, a Igreja simpatiza com a idéia de uma terra comunitária combinada com parcelas privadas dentro.

Nestes últimos anos a Igreja tem tido um papel conciliador na região principalmente evitando conflitos entre latifundiários, novos migrantes e originários. Além disso, tem desenvolvido um papel social ajudando na perfuração de quinze poços artesianos de água em El Salao, a partir de um equipamento próprio, obtido através de financiamento externo. Quer dizer, a Igreja tem a capacidade de influência nas decisões e também de gerar recursos pelo que não deve ser menosprezada. Pode ser muito controverso, mas pelo fato de a Igreja atuar como um acumulador de terra poderia estar protegendo seus próprios interesses.

Nesse jogo de interesses, e talvez percebendo que no futuro poderiam ser afetados pelo *saneamento*, com um duplo discurso, aqueles que impedem o processo pretendem tomar o lugar do Estado. Um representante da comunidade afirmou que existem propostas por parte do Comitê Cívico para conformar "*sociedades pecuárias"* com os indígenas sob a promessa de que eles participem das Federações de Pecuaristas para beneficiarem-se com supostos contratos de venda de carne, inclusive chegaram a afirmar que já estabeleceram um convênio com a Federação de Produtores Pecuários do Mato Grosso do Sul para a exportação de carne:

> *"Así que necesitamos que productores privados, campesinos, indígenas, todo el mundo, se meta a tener vacas y un buen producto para poder exportar y para traer divisas. Entonces es un tema donde necesariamente tenemos que estar absolutamente todos (...) todos los que tengan vacas, sean privados, campesinos, indígenas, para que comencemos a producir más, mejores animales, más calidad; que eso es lo que nos van a exigir los que nos quieran comprar en su momento."*

Evidencia-se o desgaste em alguns membros da comunidade diante da falta de ação governamental, correndo o risco de serem enganados com falsas promessas que se originam do setor dominante da sociedade. Pode-se deduzir que muitos conflitos internos surgirão quando se tentar regulamentar as formas concretas da posse da terra, segundo seus usos e costumes, porquanto é muito diferente o título de propriedade coletivo da terra no papel do

que na prática cotidiana familiar ou grupal desse direito. Também deve ser considerado o tipo de relação que deverá ser estabelecido com os grupos sociais e econômicos que habitam na região.

Certamente, o poder dos latifundiários e dos empresários põe empecilhos para que se tenha uma visão clara do conjunto completo sobre a situação da posse da terra e da superposição espacial da área de cada comunidade no Município. No presente, percebe-se que existe o inicio de uma dispersão comunal que significará a perda do alcance social comunitário. Aos poucos, eles têm uma noção cada vez mais restringida do que significa identidade, uma vez que se perdem os mecanismos de integração de tipo étnico intercomunitário e territorial, que leva à ameaça de perder o sentido da comunidade como o pequeno espaço do núcleo de vida social. Se isto acontecer, sua identidade, também será local, mas, em localidades cada vez mais restringidas devido à continuação do processo colonial republicano.

CAPITULO IV

PANTANAL DE BARRO PRETO

"Em frente de Porto Esperança, na margem do Rio Paraguai, Corumbá, porta da Bolívia, parece ter sido concebida por Julio Verne. A cidade está implantada no alto de uma falésia calcária que domina o rio. Cercados de pirogas, ou um dois pequenos vapores de roda, com dois andares de camarotes instalados sobre um casco baixo e coroado os por uma chaminé delgada, estão amarrados ao caísse de onde parte uma lareira. Primeiro, erguem-se algumas construções de importância desproporcional com o resto: alfândega, arsenal, a que evoca os tempos em que o rio Paraguai formava uma fronteira precária entre os estados recém-independentes e fervilhantes de novas ambições, e para os quais a via fluvial servia à circulação intensa entre o rio da Prata e o interior". (Relato de Levi-strauss em 1935)

(Levi-strauss, 1996.p. 189).

4.1. O contexto da região

No Pantanal Matogrossense, na última década, tem sido um assunto preocupante para os órgãos envolvidos com a temática rural, encontrar soluções que conciliem a preservação dos ecossistemas e o modo de produção existente. Contudo, no passado as populações pantaneiras tradicionais sejam estas descendentes de grupos originários ou cujas famílias se estabeleceram em décadas anteriores, foram excluídas aos poucos do sistema econômico-produtivo. Alem disso, um outro fator que deve ser motivo de questionamento é: se tais comunidades poderiam estar agindo através das gerações com uma visão ecológica considerando-se que elas estabelecem uma rede de relações e trocas equilibradas com a natureza.

A região, caracterizada pela abundância de espécies animais, vegetais, além da riqueza cultural atravessa por uma etapa de mudanças devido à expansão das atividades econômicas como o turismo, pecuária, agricultura e mineração. Some-se a isto, o assoreamento dos principais rios por causa do desmatamento em áreas mais altas no entorno da bacia pantaneira, o que levou à alteração do regime hídrico das lagoas e de outros rios afluentes. Assim, todas estas transformações têm alterado a paisagem de uma maneira desordenada e, sobretudo, os pequenos produtores rurais têm sobrevivido graças aos seus conhecimentos acumulados ao longo da sua convivência com o meio.

Nestes termos, os assuntos tratados, neste capítulo, referem-se ao camponês pantaneiro: a problemática discute sua difícil trajetória de habituar-se às mudanças no seu ambiente provocada pelas políticas e reformas implementadas pelo Estado em décadas anteriores; sua resistência para não abandonar a terra no contexto do Projeto de Assentamento rural e, principalmente, sua convivência com outros pequenos produtores pecuários que também habitam a comunidade. Pretende-se analisar também como percebem seu espaço, no contexto das mudanças acontecidas na região, a estrutura social que adquire o grupo e identificar soluções que a comunidade está viabilizando para resolver os problemas que enfrenta.

Deve ser salientado que, no passado, por causa dos tipos de desenvolvimento adotados pelos governos do estado, a partir da década de 1960, tornou-se difícil abordar os temas relacionados às populações camponesas; porém, na atualidade, estes temas tornaram-se indispensáveis para estabelecer o tipo de desenvolvimento regional sob a perspectiva territorial. Neste sentido, mais do que um fato localizado ou isolado, a ocupação do território por tais grupos no Estado de Mato Grosso do Sul deve ser associada às profundas transformações em curso na conjuntura desses planos.

Portanto, acredita-se ser necessário analisar o camponês através da ótica microrregional entendendo a comunidade que habita, considerar a forma em que a dinâmica ecossistêmica afeta suas interações sócioprodutivas, pois somente desta maneira se apontarão caminhos alternativos que levem à sustentabilidade do pantanal como uma macrorregião. Assim sendo, escolheu-se como referência desta análise a sub-região e a comunidade pantaneira do Jacadigo, no município de Corumbá (figs. 9 e 13).

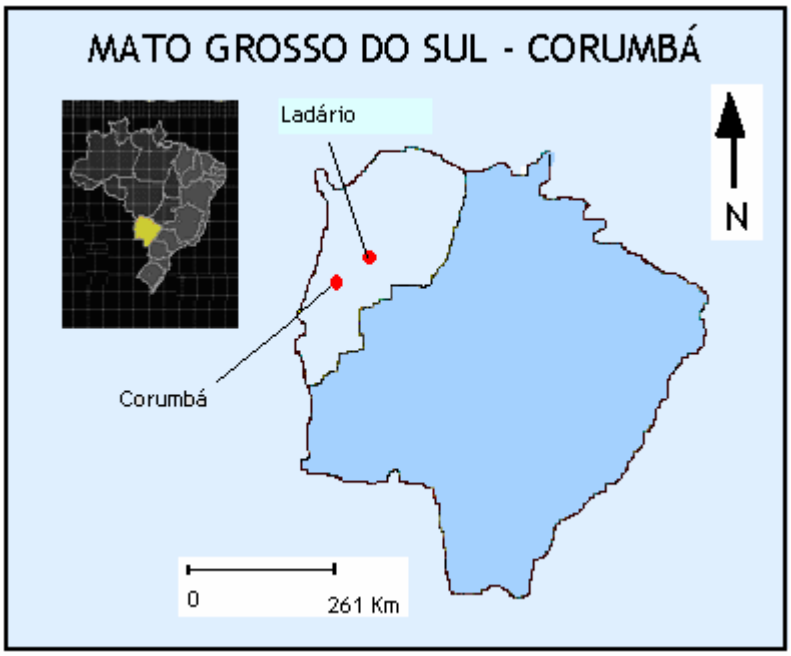

Figura 9. Mato Grosso do Sul - Corumbá

Fonte: Adaptado de IBGE (2005)

O Pantanal Matogrossense é a maior extensão úmida contínua do planeta, localizada na bacia hidrográfica do Alto Paraguai. Possui uma área de 138.183 Km^2, com 65% de seu território no Estado de Mato Grosso do Sul, e 35%, no Estado do Mato Grosso. A expansão desordenada e rápida da agropecuária, nas últimas três décadas praticada, principalmente, nos

planaltos adjacentes tem causado impactos ambientais e sócio-econômicos. Isto é originado da falta de um planejamento que garanta a sustentabilidade dos recursos naturais desse importante bioma (CPAP-EMBRAPA, 2004).

O município de Corumbá, que faz parte do Estado do Mato Grosso do Sul está localizado no coração dos "pantanais"[38] (fig. 9). É um dos maiores do Brasil em extensão territorial, apresentando uma superfície de 64.960.9 Km^2. A importância deste município no contexto regional fundamenta-se no fato de ter a maior superfície pantaneira, apresentar uma grande atividade pecuária, estar localizado em zonas de fronteira internacional, abrigar vários assentamentos e projetos de assentamento rural e unidades de conservação como as Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN). Portanto, Corumbá mostra-se como uma das áreas mais representativas do Pantanal. Gonçalves (1999) ressalta que esta região apresenta a composição de água verde[39] mais fértil do Brasil. Mas, apesar de possuir este recurso, percebem-se mudanças ambientais como o assoreamento e a diminuição dos mananciais de água.

Leite (2003) comenta que a colonização do Pantanal se estendeu na direção Norte - Sul, depois da queda da mineração em Cuiabá. Assim, a intensidade das atividades pecuárias se ampliou até atingir as terras da planície pantaneira. Todavia, neste período o Pantanal foi dividido em grandes latifúndios no regime das sesmarias. Segundo Lacerda (1974) no caso de Corumbá, a ocupação do Pantanal ocorreu através da fundação de grandes propriedades no Paiaguás como Alegre, Triunfo, Ipiranga, Santa Cruz, Morcego-Mangabal - Santa Rosa e principalmente Firme e Palmeiras, na Nhecolândia (fig.10). Ainda o autor, comenta algumas razões da existência dessas grandes áreas na região a meados do século XVIII:

> *"A facilidade na aquisição, por título gratuito, de glebas imensas, cujas divisas os vizinhos longínquos respeitavam, por não lhes minguar terreno bruto, a disposição de quem o pretendesse fecundar pelo trabalho, o transbordamento periódico dos rios, que tornavam por alguns meses inabitáveis amplas várzeas submersas, explicam, mais do que a ambição de domínio ilimitado, a formação dos latifúndios, afeiçoada as peculiaridades regionais"* (ibid. p. 7).

[38] O complexo do Pantanal apresenta 15 sub-regiões específicas (Fig. 11) em três países: no Brasil, o Pantanal de Cáceres; o Pantanal de Poconé; o Pantanal de Barão do Melaço; o Pantanal de Paiaguás; o Pantanal do Paraguai; o Pantanal do Jacadigo-Nabileque; o Pantanal da Nhecolândia; o Pantanal do Abobral; o Pantanal do Aquidauana; o Pantanal do Miranda; o Pantanal do Apa. (CPAP-EMBRAPA, 2004) e, ainda na Bolívia, temos o Pantanal de Otuquis e o Pantanal de San Matias (SERNAP, 2005), e, no Paraguai, o Pantanal do.Rio Negro (SINASIP, 2005).

[39] Água que recebeu matéria orgânica proveniente das enxurradas e que é considerada boa para as práticas agrícolas.

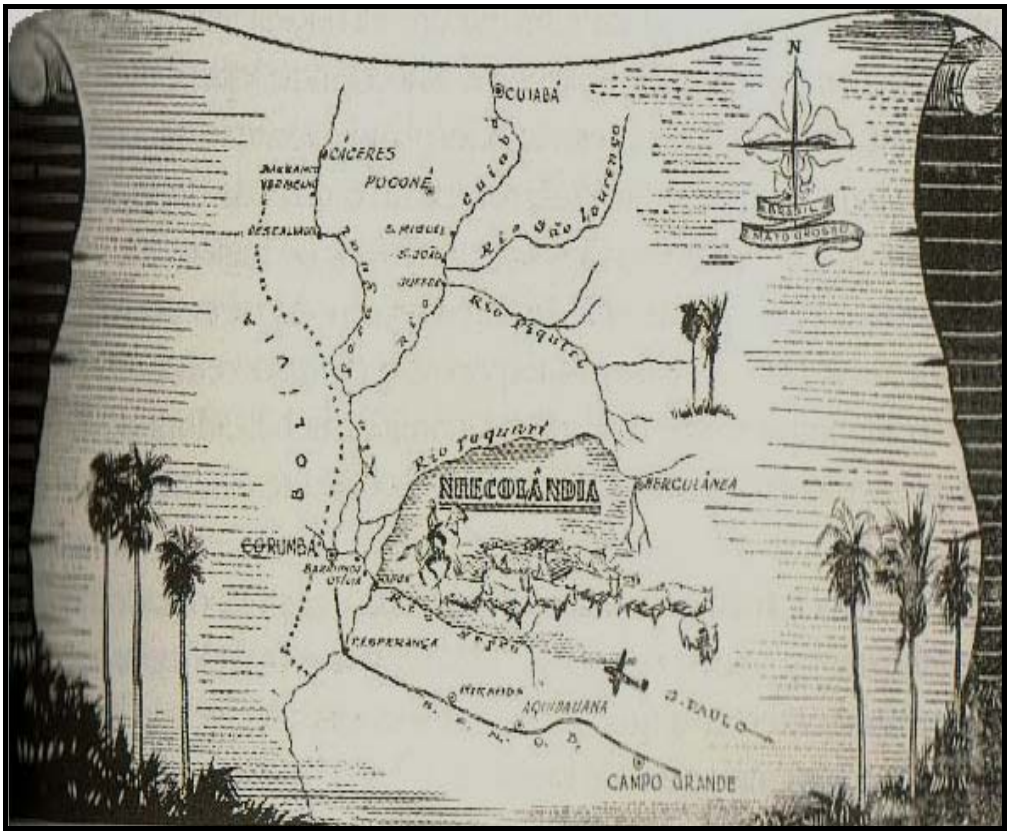

Figura. 10. Mapa da sub-região da Necolhândia em 1947

Fonte: LEITE (2003, p., 103)

Informações obtidas no INCRA, neste Município mostram que na atualidade em Corumbá existem grandes, médios e pequenos produtores pecuaristas, pequenos produtores familiares, a existência de oito assentamentos rurais, grupos diversos de posseiros, comunidades indígenas, colônias agrícolas e colônias de pescadores.

4.2. Impactos Socioeconômicos, Políticos e Ambientais

4.2.1. Políticas e Programas

O movimento das populações anteriormente referidas deve ser visto nas estruturas delineadas nos últimos cinqüenta anos no espaço agrário brasileiro. Neste sentido, tem que ser considerada a influência das políticas de Estado, que foram decisivas para a expansão e para a consolidação das novas fronteiras agropecuárias no Brasil, mas também os grandes capitais e os interesses privados, pois é, nesta conjuntura, que aconteceu a exploração das terras do Pantanal Matogrossense.

As políticas públicas dirigidas às regiões de fronteira empreenderam grandes esforços por meio dos *"Programas Especiais"*. Em particular, com a instalação do regime militar no Brasil em 1964. Neste período, podem ser destacadas, por exemplo, as denominadas políticas de abrangência nacional: o sistema de crédito rural destinado à conversão da base técnica da estrutura da agricultura brasileira; o sistema de pesquisa; assistência técnica e extensão rural.

Essas políticas, proporcionaram transformações de natureza econômica, social e ambiental no espaço pantaneiro (Andrade e Iadanza, 2000).

Igualmente, deve ser observado que as políticas destinadas à região amazônica tiveram influência na planície pantaneira, como por exemplo: a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e o Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, que iria incentivar a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém e, com isso portanto influenciar aos processos de transformação dos espaços à montante da planície pantaneira, (principalmente nas áreas do entorno da capital do Estado de Mato Grosso que passaram por um intenso processo de concentração dos meios de produção). Ferreira; Fernandez e Silva (1999) comentam que a política de incentivos da SUDAM na área de influência do Pantanal foi de 5.208563,37 hectares sendo que 54,4 % desta área foi selecionada para a formação de pastagens, o que manifestava um modelo agrícola excludente e de concentração de terra. Mais tarde, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1978, tais políticas passaram a abranger diretamente a porção do Pantanal contida no Estado de Mato Grosso, que foi totalmente abarcado pela área de competência da Amazônia Legal.

No âmbito regional as reformas do regime militar que abrangeram o Pantanal, foram a reformulação, em 1967, da Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, transformando-a na Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e posteriormente, em 1971, a aprovação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). Foram estratégias para receber investimentos que incorporaram o *espaço matogrossense* à *"fronteira econômica"*, substituindo a agricultura de subsistência e a policultura em favor da monocultura comercial, o que implicou a ampliação dos mercados nacional e de exportação. (Abreu, 2001).

As populações tradicionais pantaneiras estavam geralmente localizadas nas "*fraldas"* das serras ou nas elevações centrais. Porém, como as elevações centrais são poucas, a concentração populacional era maior nas partes inferiores que formam a Bacia do Pantanal. Por outro lado, aparentemente a região apresentava características idênticas, com fisiografia e hidrografia semelhante aparentando ser um hábitat uniforme. De fato, naquela época, pensava-se que os problemas dos Municípios do Pantanal giravam em torno a fatores parecidos que eram oriundos de um desequilíbrio técnico-ecológico: *"este desequilíbrio era formado por uma "excelente ecologia e baixa produtividade"* (Amaral, 1986 p. 4). Geralmente, o que acontecia nas planícies de outras áreas do mundo era o inverso, o homem, para conseguir determinadas vantagens produtivas tinha que implementar grandes investimentos técnicos para melhorar e adaptar-se ao meio ambiente. No Pantanal, a natureza era pródiga apesar da ausência de tecnologia e pesquisa. Não obstante, foi com esta visão "*forânea"* que os governos entenderam que este Bioma precisava duplicar sua capacidade de produção pecuária, e resolveram aceitar o desafio de explorar suas potencialidades (ibid.).

Conforme esse ideário, os Prefeitos dos municípios que circundam a planície, resolveram unir-se para constituir um órgão capaz de *"vender"* aos governos Estadual e Central, as necessidades do Pantanal. (ibid. p. 5) criando, desta maneira, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal (CIDEPAN) fundada em Corumbá em 1971. Nos anos seguintes, iniciou-se um grupo de estudos IPEA-IPLAN-SEPLAN-PR, Governo de Mato Grosso e CIDEPAN, e, após várias reuniões, este órgão conseguiu, no primeiro encontro do PRODOESTE, criar um grupo de estudos para o programa de desenvolvimento do Pantanal formado por técnicos do Ministério do Planejamento, Governo do Estado e CIDEPAN. Deste trabalho inicial, que durou dois anos e meio, surgiu o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), em 1974, que foi uma disposição

política do Estado brasileiro para estimular a iniciativa privada na região. Suas metas restringiram-se à construção de estradas e ao incentivo à *"modernização"*, particularmente da pecuária.

Andrade e Iadanza (op. cit., 2000) comentam que o PRODEPAN se instalou no período da estiagem e não conseguiu implantar-se no ciclo da enchente, havendo a necessidade de maior investimento em pesquisa científica e tecnológica, já que existia a diferença e defasagem na estrutura econômica no ciclo *enchente/seca* do Pantanal, época em que os rebanhos chegavam a reduzir-se em até 50%. Após a grande enchente de 1974, a população bovina caiu para menos de três milhões, e, apesar dos problemas na vigência do PRODEPAN, houve o advento dos Estudos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai (EDIBAP), como uma primeira tentativa de realizar estudos e proposições de desenvolvimento integrado.

Outros recursos direcionados às unidades de pesquisa para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), promoveram a utilização de terras consideradas improdutivas, notadamente de pecuária extensiva e produção de cereais, ou ainda, áreas de Cerrado nas quais já estava consolidada uma estrutura fundiária formada por médios e grandes proprietários, com áreas que podiam chegar a 1000 hectares. O resultado dessa política foi que, de 1975 a 1980, foram incorporados cerca de 915.000 hectares, apenas ao atual território do Mato Grosso do Sul, para produção exclusiva de soja e gado bovino, com a supremacia da pecuária (93%).Este, é, pois, um fator importante para a saída do homem do campo (Abreu, op. cit., 2001). No inicio da década de 80, as diversas dificuldades representadas pelo ciclo hidrológico: enchente/seca, somada à crise internacional do petróleo, ocasionaram uma rápida desaceleração, da ação governamental, no desenvolvimento do Pantanal, inclusive com a desativação do PRODEPAN, em 1980.

Nesta época, após a divisão do Estado do Mato Grosso a SUDECO implementou através do discurso da "*Nova Fronteira, descentralização e especialização",* o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), tendo como base uma ampla política de investimentos que levariam centros urbanos como Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá a incorporar-se, definitivamente, ao mercado nacional e internacional. No entanto, com o fim do regime militar, a SUDECO teve dificuldade para elaborar propostas dentro da conjuntura de retomada da democracia e dos conflitos sociais que se agudizariam e se externalizariam em sua área de atuação (ibid., p. 5).

A partir do governo de Cardoso (1994-1997 e 1998-2001), pode-se observar a introdução de novas bases discursivas quanto ao planejamento e as políticas públicas de investimento. No entanto, o que se destaca, neste período, é a consolidação dos *"Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento"*, a partir da logística para o atendimento de fluxos de bens e serviços em suas áreas de influência, no caso do Mato Grosso do Sul, eles compreendiam no Oeste, as cidades que englobam Campo Grande e Corumbá e no Sudoeste, abarcando Dourados e Três Lagoas. Esses eixos, embora estejam inseridos no contexto da liberalização da economia e do Estado mínimo, têm incorporado antigas temáticas como é o caso da necessária redução das disparidades regionais.

Silva (2000) comenta que, a partir de 1980, o Centro-Oeste firmou-se como uma economia baseada, predominantemente, na pecuária extensiva, na produção intensiva de milho e soja, afora experiências isoladas de indústrias extrativas minerais, os conglomerados de capital industrial nacional e/ou multinacional assumiriam explicitamente a reorganização

do processo de produção em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso, imprimindo diversificação e nova dinâmica espacial, inclusive novas relações e ritmos de trabalho, em grande parte calcado no trabalho familiar sob comando da indústria.

Esses sistemas produtivos têm sido responsáveis pela produção de matérias-primas para a agroindústria e de produtos de exportação, como: grãos, carnes e minerais. Portanto, desencadeadores do próprio processo de agroindustrialização regional, empreendido por unidades ditas modernas e de alta produtividade, com significativos impactos na natureza externa, na economia e na chamada distribuição da riqueza gerada (ibid). Assim, os problemas enfrentados pelo Mato Grosso do Sul, nesse início de século, têm a ver com as *"opções"* dos governos, no âmbito do desenvolvimento do capitalismo no Estado e no Brasil e que beneficiaram a acumulação e a valorização do capital; por um lado, fomentando a pobreza, a degradação ambiental e a busca da sobrevivência na informalidade, na contravenção e, contraditoriamente, a organização social. Apesar disso, surgiram as contradições deste tipo de governança que se manifestaram com o surgimento de movimentos sociais do campo e da cidade, que tem reivindicado nas últimas décadas um espaço de ação em oposição ao discurso ideológico. É o caso dos "*sem-terra"* e dos indígenas que reivindicam o direito a posse do território.

De outra perspectiva, o balanço geral desses planos, programas e projetos é que todos eles não tiveram nenhum tipo de preocupação com o ambiente ou com aqueles que ali viviam. Pelo contrário, são numerosos os exemplos que acusam essas políticas pela responsabilidade do *"esgotamento"* de recursos e pela dizimação de populações. Elas continham as diretrizes gerais de integração e expansão do território brasileiro e, de alguma forma, eram complementares àquelas destinadas à intensificação dos sistemas de produção.

Assim, quando se busca refletir sobre o desenvolvimento social, econômico e cultural e a conservação do Pantanal não se podem dissociar as políticas públicas e privadas adotadas, prioritariamente nas regiões de fronteira, daquelas de *"modernização"* da agricultura. Estas se caracterizaram pela forte discriminação de alguns tipos de produtos e categorias de produtores em detrimento de outros e não levaram em conta a diversidade existente nos diferentes ecossistemas[40] em que deveriam ser implementadas nas várias regiões do Brasil.

4.2.2 A luta pela terra

Nas três últimas décadas, no Estado do Mato Grosso do Sul, o INCRA[41] teve que tratar com as demandas de um tipo variado de grupos de colonos, posseiros e donos de

[40] Um conceito integral de ecossistema foi formulado por Toledo (1994) o define como aquela unidade do espaço natural que integra os processos geológicos, físico-químicos e biológicos, através dos fluxos de ciclos de energia e de matéria que se estabelecem entre os organismos vivos e entre eles e seu suporte ambiental.

[41] O INCRA foi criado em 1970, quatro anos após o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, programa que teve pouco impacto na solução dos problemas e demandas pela terra. Este tema somente seria tratado com maior atenção em 1985 , época da redemocratização, que trouxe de volta o tema da reforma agrária. Naquele ano, se instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). Mais tarde, por causa do fracasso em aplicar esse objetivo, e das divergências surgidas no intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte, resultaram a extinção do Incra, em 1987, e a do próprio MIRAD, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 1989 o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o extinguira, apesar da falta de recursos para promover a reforma agrária. Posteriormente em 1996 criou-se o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual

grandes propriedades que exigiam seu direito de acesso à terra ou lutavam para não perdê-las. O representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Corumbá (STRC), descreve que, a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, os movimentos sociais e os sindicatos tornaram-se cada vez mais fortes. Contudo, ao mesmo tempo tinham que lidar com problemas diversos. Os relatos dos representantes do STRC, indicam que por volta da década de 1960, antes da divisão do estado, os conflitos que se apresentavam eram conseqüência das relações entre patrões e empregados, gerados pelas mudanças provocadas pelo Estatuto. Por outro lado, a região recebeu um número grande de trabalhadores vindos de outras regiões e muitos deles tomavam posse. Os posseiros eram pequenos agricultores que se deslocavam para estas áreas quando começaram a abrir-se novas rodovias e, logo, se apossavam de uma pequena gleba dedicando-se geralmente a pequena produção para seu autoconsumo. Em virtude desta situação, nesse período chegou-se a cogitar o envio de tropas federais para solucionar o problema. Não obstante, autoridades ministeriais viram a inconveniência de uma intervenção direta.

Assim, os posseiros exploravam a terra até aparecer seu dono ou os grileiros, que eram fazendeiros que alteravam ou falseavam escrituras da terra. Conta-se também que muitos dos proprietários daquela época que compraram extensas áreas, não forçaram, de imediato, a saída desses migrantes que, logo se apossaram, das terras supostamente livres. Porém, os conflitos se iniciaram quando os proprietários tentaram ocupar tais terras e as encontraram com pequenas edificações e explorações com os posseiros. Para se ter uma idéia do fluxo de lavradores para Mato Grosso do Sul, a população do estado cresceu desde sua criação em 1977, aproximadamente 46%, conforme o censo de 2000 é de 2.078.001 habitantes IBGE (2004).

> "*Nós não estávamos conformados em sair da posse de posto de serviço, aqui o posseiro foi o desbravador, que trabalhou a área, capinou e plantou. Por isso, que em várias regiões do Mato Grosso, os jagunço contratado pelos grileiros incendiava as casas dos posseiros para tirar eles de lá"* (D., STRC).

Ainda, segundo este representante, estes posseiros eram vistos pelos órgãos federais como a origem da intranqüilidade social, pois o posseiro ocupava as áreas na esperança de que o governo lhes desse a posse da terra. Eles derrubaram as matas, plantaram e venderam a produção no comércio e nas feiras locais. Entretanto, sendo eles homens do campo não tinham nenhuma estabilidade porque, a qualquer instante, podia chegar o mais forte e expulsá-los, não adiantando reclamar na Justiça porque não tinham documentação e, assim, não podiam mudar a situação.

No início dos anos 1980, a luta pela terra foi muito conflituosa, pela existência de vários grupos de posseiros, seja dos pequenos posseiros migrantes de outros Estados ou grandes fazendeiros que registravam e pagavam impostos territoriais rurais sobre posses em áreas que, no entanto permaneceram desocupadas por diversos fatores, inclusive, pelo risco de alagação total e anualmente efetuavam o cadastramento visando a uma eventual titulação de áreas pelo INCRA. No entanto, Carvalho (1998) afirma que a luta pela terra no Mato Grosso do Sul da maneira como se conhece atualmente só teve seu início por volta de 1984. Nesta oportunidade, a relação entre os trabalhadores rurais das colônias agrícolas e dos

---

imediatamente se incorporou o Incra. No ano 2000, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA, 2006).

assentamentos oficiais de reforma agrária com os sindicatos era bastante prejudicada pela relação de apoio que a Federação de Trabalhadores Agrícolas (FETAGRI), dava ao governo do Estado. Foi nesse contexto que a CPT assumiu a hegemonia da luta pela terra e apoiou a formação do MST, no Mato Grosso do Sul, em 1987, passando este último a liderar as invasões a partir dessa data.

Para a região de Corumbá e das suas vizinhanças, Curado (2004) destaca que existem dois aspectos fundamentais na análise da estrutura agrária. O primeiro, está relacionado às demonstrações de descontento ao interior dos movimentos sociais de luta pela terra nas décadas de 1980 e 1990 expressas em ocupações, acampamentos de antigos bóias-frias, assalariados, arrendatários, e migrantes, todos eles organizados em torno do MST. Estes trabalhadores foram expulsos do campo em conseqüência da modernização e, principalmente pela implantação da cultura da soja nos planaltos próximos à região pantaneira. Eles estabeleceram vários acampamentos na região sul do Estado e influenciaram o surgimento dos assentamentos rurais. O segundo fator de demanda por terra no município corresponde à grande enchente de 1974 e a inauguração de um novo ciclo de cheias que provocou expulsão pelas águas de trabalhadores rurais das fazendas, proprietários, posseiros e arrendatários que se tornaram, neste contexto, novos demandantes por terras mediante o processo de reforma agrária. Esta intensa transformação sócio-econômica no Pantanal deu o início a um processo de declínio da atividade pecuária nesta região.

> "*Com esta enchente, várias fazendas que ocupavam anteriormente áreas secas foram tomadas pelas águas, inviabilizando, em alguns casos, a continuidade desta atividade. Em conseqüência disto, muitos trabalhadores rurais migraram para as cidades de Corumbá e Ladário*[42] *"* (ibid. p. 2).

O esforço do então Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD) (extinto em 1989) e do INCRA para resolver as demandas das famílias expulsas pela "*modernização"* e pela "*alteração da natureza"* somente mudou o panorama ao longo de vários anos. Sua tarefa consistia em regularizar a posse das terras. Para cobrir as demandas dos posseiros, o instituto prometeu vários projetos fundiários que, na atualidade, se consolidaram com os programas e projetos de assentamentos rurais.

Segundo o técnico do INCRA E.C., na região de Corumbá e também na sub-região do Jacadigo, na atualidade se faz a regularização de posse de terra e a ratificação de títulos nas faixas de fronteira, respeitando a "*faixa de segurança de fronteira"*[43]. Apesar das terras ali situadas pertencerem à União, no passado muitos Estados chegaram a expedir títulos dessas áreas, muitas vezes superiores aos 2000 hectares fixados por lei, causando imensas dificuldades para que o INCRA ratifique esses títulos.

[42] A cidade de Ladário (fig. 9) está situada na região pantaneira do Estado de Mato Grosso do Sul, à margem direita do Rio Paraguai e cujo porto dista seis quilômetros do porto de Corumbá, obteve sua emancipação política administrativa e sua instalação se no dia 17 de Março de 1954 (Prefeitura Municipal de Ladário, 2004).

[43] Esta norma impõe que na faixa fronteiriça de 25 metros a partir da divisa, são proibidas quaisquer tipo exploração agrícola, pecuária ou industrial.

(i) A estrutura fundiária - A história recente

Os dados do último censo agropecuário de 1996 (IBGE, 2005) indicam que a economia do Estado do Mato Grosso do Sul baseia-se, principalmente, na pecuária, que se encontra entre as mais desenvolvidas e com o maior rebanho bovino do Brasil. Porém, verifica-se que, na estrutura e na distribuição de estabelecimentos agropecuários do Estado, predominam a concentração de terras e redução das pequenas propriedades.

Entretanto, para entender melhor o processo agrário e as formas de exploração da terra, em Corumbá, observa-se que existe um fator importante, que está representado pelos critérios de classificação e tamanho das propriedades específicos para a região. Um trabalho, elaborado na década de 1970, por Lacerda (op. cit.p. 15) com dados específicos do município mostrava a importância de levar-se em conta numa categorização, os fatores de ordem ecológica, pedológica, hidrográfica, topográfica, econômica, histórica, além de considerar o estágio da infra-estrutura regional. A classificação do autor denotava:

- domínios maiores do que 20.000 hectares eram tidos como *grandes propriedades*;
- entre 2.000 a 20.000 hectares, *médias propriedades*;
- menores do que 2.000 hectares, *pequenas propriedades*.

No entanto, tal análise sofreu transformações por causa da alteração ambiental com a grande enchente de 1974. Além das complexas implicações sociais e econômicas, especialmente no relacionamento com a história das sub-regiões e com a formulação de políticas creditícias, fiscais, agrárias e de planejamento do desenvolvimento. Nos anos 1980, Garcia (1980) explicava que no Município de Corumbá podiam-se distinguir basicamente dois grupos abrangendo cada um várias sub-regiões, que apresentavam diferentes características quanto à concentração da terra e quanto às práticas de criação extensiva de bovinos, em pastagens naturais.

Assim, no primeiro grupo encontravam-se as sub-regiões de Bracinho-Castelo e Jacadigo-Albuquerque, (fig. 11), que eram compostas de unidades produtivas com superfície média em torno de 750 hectares, e nas quais o número de posseiros era inexpressivo. Nestas sub-regiões a agricultura de subsistência estava localizada em áreas de antiga vegetação de mata. Porém o que predominava era a pecuária tradicional e extensiva, aliada à tendência de ocupação da fronteira agrícola:

> "(...) *revelando, assim, uma crescente pressão sobre a terra por parte dos núcleos de urbanização, com a conseqüente intensificação da atividade agrícola nas partes altas (livres de inundação)* (...) *o desmatamento foi feito em pequenas e inúmeras áreas com uso intensivo de mão-de-obra)" (ibid. p.26).*

O segundo grupo estava constituído pelas sub-regiões de Nhecolândia, Paiaguás e Nabileque, com uma área média era de 5.293,0 hectares e com, aproximadamente 83,4% da área do município de Corumbá, concentrando em torno de 56,8% do rebanho bovino. De acordo com o autor a concentração fundiária era considerada baixa pela presença maior de pequenas propriedades cujo tamanho podia variar de 1000 a 500 hectares, isto por causa da ratificação de títulos de propriedade originada das características fisiográficas e produtivas da

região, mas também devido a fatores históricos e de partilhas sucessórias da propriedade da terra. (ibid. p. 27).

Figura 11. Os Pantanais da Bolívia, Brasil e Paraguai

Fonte: Adaptado de SERNAP (2005); Projeto marca da água, (2005); SINASIP (2005)

Em relação a dados da estrutura fundiária mais recente, tomamos dados do censo agropecuário de 1995-1996, porém os parâmetros de referência sobre o tamanho da propriedade seguem a classificação sobre o tamanho do modulo rural[44] estabelecido pelo INCRA, que, no caso específico de Corumbá, corresponde a 110 hectares, (junto com o município de Ladário, vizinho de Corumbá, representa o maior módulo fiscal do Brasil).

[44] Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada; e conceito de propriedade familiar Os imóveis rurais segundo os parâmetros do (INCRA, 2004). são classificados da seguinte maneira:

⊙ *Minifúndio*: o imóvel rural, com área inferior a 1 (um) modulo fiscal ou 110 ha.

⊙ *Pequena propriedade*: o imóvel rural de área, compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; entre 110 a 440 ha.

⊙ *Media propriedade*: o imóvel rural, de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; entre 440 a 1650 ha.

⊙ *Grande propriedade*: o imóvel rural, de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais; acima das 1650 ha.

Tabela 1. **Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em Corumbá.**

Tamanho	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Quantidade	102	353	28	61	147	518	3

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996, IBGE (2005).

Tomando como base de classificação os dados de módulo rural para Corumbá, a partir do censo, estes mostram que, neste Município, o minifúndio ocupa apenas 37,06%, as médias propriedades 19,47 %, e as grandes propriedades 43,47%, estes últimos associados à criação pecuária de forma extensiva e que representa a atividade econômica mais importante.

Por outro lado, Curado (op, cit., 2004) comenta que, em Corumbá os movimentos sociais influenciaram, de certa maneira, na concentração de terra como forma de sua aquisição, desapropriadas ou revertidas para o pequeno produtor, pois no Município, através do INCRA, foram assentadas 1158 famílias, que representam 5,2% de sua população, num total de oito assentamentos abrangendo uma área total de 32.006,07 hectares. Apesar disso, essa implantação não foi fácil – segundo explica o representante do sindicato rural – devido à grande quantidade de pessoas que migraram para o município e que "*pegou"* desprevenida as instituições do governo municipal:

> *"No início a cidade não teve a capacidade de absorver essas pessoas. Corumbá não estava preparado. Agora, a questão da saúde melhorou muito. Hoje tem posto médico no assentamento. Neste governo, melhorou muito, esse pessoal que veio de fora para ficar em Corumbá; eles voltaram; eles não se adaptaram, ao calor, mosquito, aqui tem muito pernilongo e também a água salgada. Aqui água é salobre. Eles tiveram muito problema e a maioria voltou." (D. STRC).*

(ii) Entendendo o ciclo atual das águas

Dados obtidos no Centro de Pesquisa Agropecuária Pantanal-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CPAP-EMBRAPA) indicam que, desde 1900, o Pantanal tem passado por ciclos longos de cheia e seca. No entanto, nenhum foi tão atípico como o atual (em 2005). As enchentes, que tinham sido reportadas no período entre 1905 e 1910, repetiram-se na região entre 1920 e 1923, ocasionando danos de grande magnitude principalmente no lado brasileiro do Grande Pantanal (Wilcox, op. cit.).

O ciclo de cheias de 1941 a 1963, durou 22 anos. Nesse período, ocorreram cinco anos de seca e o nível médio da régua base(localizada em Ladário) que mede o nível da água foi de 2,54 metros. A partir de 1964, o Pantanal foi castigado por um ciclo de seca que durou até 1973. Nesse caso, o nível mínimo do rio Paraguai chegou a 61 centímetros abaixo do zero da régua de Ladário em 1964. O técnico da EMBRAPA S.G. explica que o nível zero da régua de Ladário corresponde a uma profundidade média de 3,5 metros a uma largura de 300 metros

na seção de medição. Entretanto, a grande mudança aconteceria após a catastrófica enchente de 1974, que matou milhares de cabeças de gado, arrasou o baixo Pantanal e alterou toda a estrutura sócio-econômica da região ocorrendo inundações na planície.

Um membro do STRC resume os efeitos dessas alterações.

> *"Naquela década, era possível viajar de carro de Corumbá a Poconé atravessando a região do Paiaguás, que sofreu inundação permanente a partir da grande cheia de 1974. Percorrendo a região ainda se avista vestígios de estradas boiadeiras e invernadas submersas" (J.O. Camponês).*

Ainda, a partir da década de 70 houve expansão da fronteira agrícola na região norte do Estado, e constatou-se que a área desmatada nesses planaltos, em 1976, era de pouco mais de 10 mil quilômetros quadrados, ou 4,83% de sua superfície. Já em 1994, o aumento da área desmatada era de pelo menos 48% do planalto da bacia do Alto Taquari (fig. 12). Essa realidade também ocasiona, na atualidade, a perda do solo, devido à falta de vegetação e a imensas voçorocas que são expostas, aumentando o entupimento dos rios pela areia. "*Hoje, 5 mil quilômetros quadrados do Pantanal da bacia do Taquari estão inundados" (S.G., CPAP-EMBRAPA).*

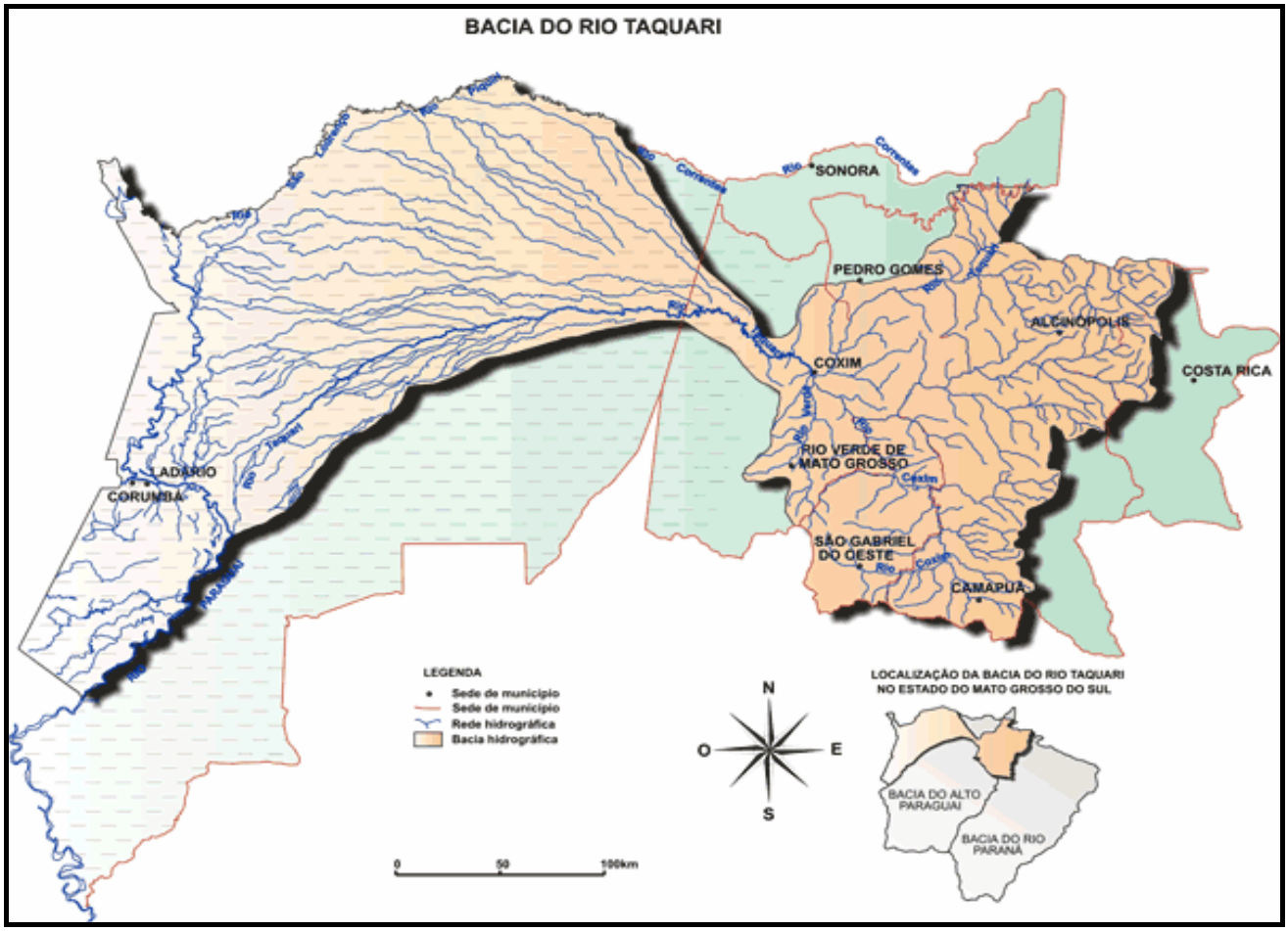

Figura 12. Bacia do Rio Taquari

Fonte: Projeto marca d'água, 2005

Na atualidade, o pouco volume de chuvas afeta até mesmo a região do Taquari, por causa do desastre ecológico que acelerou o processo de assoreamento devido ao desmatamento, monocultura e a omissão governamental. Enquanto o rio, sem um curso, jorra água nos campos e inunda milhares de hectares, alguns fazendeiros situados na área de confluência do rio Taquari Velho e do Corixão enfrentam o novo fenômeno, "*as baías e corixos secando"*. Ainda o técnico da CPAP-EMBRAPA explicou que a seca de 2005, na planície pantaneira foi a segunda, em maior intensidade, nos últimos 32 anos: "*a cheia natural revela-se quando a régua de Ladário, usada como parâmetro supera os 4,0 m, e o nível do rio Paraguai nos deixa em alerta"*. Por exemplo, depois de 1974, a cheia recorde registrou-se em 1988, com o pico de 6,64 metros, por outro lado em 2001, foi registrada a menor enchente, com o volume médio de água do rio atingindo 3,15 metros em Ladário; *"a cheia do rio Paraguai no Pantanal foi atípica*, *com base nos registros históricos da régua de Ladário*". O nível máximo foi de 3,29 metros, em junho; período em que começa o processo da vazante, onde se observa a descida de tufos de camalotes[45], que se desprendem das margens; a cheia caracterizou-se por pequenas oscilações entre os meses de março a junho, sendo um ano de seca no Pantanal". No entanto, constatou que, a partir de 2003, quando o nível do rio chegou a 5,18 m, em Ladário, o terceiro maior em dez anos. Apesar disso, as cheias dos rios pantaneiros têm sido cada vez menores, devido ao baixo volume de chuvas, principalmente nas cabeceiras dos rios localizadas em Mato Grosso (os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá).

> *"caso o volume das chuvas nessas regiões seja igual ou inferior a média histórica, certamente a cheia de 2006 será novamente de pequenas proporções*, *considerando a grande capacidade de armazenamento de água no Pantanal, que se encontra é bastante baixa este ano...isso atende a refletir na cheia do próximo ano, a menos que o volume de chuvas, a partir de 2005, supere a média" (S.G., CPAP-EMBRAPA).*

Neste contexto, o que hoje se vê, são homens, bois e a fauna passando por mais um processo de adaptação do Pantanal, com o rigoroso ciclo da seca, onde a falta de água, tão abundante na maior área alagável do mundo, está obrigando aos fazendeiros a construírem poço semi-artesianos e bebedouros para matar a sede do gado e dos "*bichos"*, poder-se-ia dizer que é o "*Pantanal dos contrastes"* que somente os pantaneiros entendem. Na época da nossa pesquisa (julho de 2005), a Prefeitura do Município tinha declarado situação de emergência; não por conta da enchente, mas da seca no Pantanal. O tema em debate, nesta instituição, era a liberação de recursos financeiros para socorrer os pantaneiros que dependiam de gestões do Congresso Nacional. Por outro lado, o representante do Sindicato Rural de Corumbá assegurava manter contatos com a bancada federal, em Brasília, para acelerar a decretação federal.

> *"não dá para sobreviver, nesta situação, somente o grande que fica andando, os pequenos não (...) hoje o problema não são as constantes cheias, mas, como também acontece o contrário, na época da vazante, hoje a seca de alta intensidade atinge todos nós." (D., STRC)*

[45] Silva e Silva (1995) descrevem os camalotes como grandes "*ilhas"* de macrófitas aquáticas, que ocorrem nos rios do Pantanal na época da vazante, transportando sementes e nutrientes em forma de biomassa à jusante do local onde se formaram.

(iii) A pequena produção- caracterização

Ao visitarmos diversas instituições de Corumbá: sindicatos, associações, e entidades de pesquisa, e, até mesmo, na bibliografia consultada sobre o Pantanal, percebe-se que tratar de assuntos referentes à pequena produção ou aos lavradores é difícil. Geralmente as categorias que são comentadas nestas instituições se reduzem aos das fazendas, do trabalhador rural assalariado com carteira assinada. A este respeito, Curado (2004) indica que, em Corumbá, a incorporação das categorias pequeno produtor tradicional, ou seja, os moradores das colônias, pescadores e grupos indígenas, é difícil pelo fato de estes grupos terem permanecido quase ocultos para o poder público e para coletividade local, apesar da sua importância sócio-econômica. Este fato fundamenta-se na preponderância política e econômica das fazendas "*que, após a ocupação de terras anteriormente pertencentes aos povos indígenas, fundamentaram uma estrutura social a elas circunscrita"* (ibid., p.1).

Portanto, as populações tradicionais apesar de terem uma importante função no abastecimento alimentar, apesar de realizarem grandes esforços para chegar aos centros urbanos, geralmente localizados a enormes distâncias, e, até, de trabalharem na manutenção de algumas fazendas de gado (peões, vaqueiros, capatazes trabalhadores rurais), não foram percebidas e valorizadas. "*Em conseqüência, até recentemente, refletir sobre a agricultura familiar no Pantanal correspondia a uma ação impraticável e de fraca repercussão" (ibid.).* Neste sentido, é preciso uma reflexão sobre a pequena produção familiar em Corumbá e, sobretudo, quanto ao camponês que, hoje, está representado por: trabalhadores rurais "*recém chegados"* (imigrantes que fazem parte das comunidades de assentamentos rurais); populações locais que perderam suas propriedades, em conseqüência das enchentes ou, até, pelo cercamento das propriedades pelos latifundiários; comunidades locais tradicionais que permaneceram afastadas. Principalmente os dois últimos grupos preservaram seu "*conhecimento pantaneiro"* ao longo do tempo e sem dúvida urge fazer isso.

Os diferentes grupos no contexto camponês revelam a complexidade de situações e de atores no município de Corumbá, com interesses, motivações e papéis bastante diferenciados na ocupação e uso da terra e na interação com a natureza:

Categorias

- *Colono:* esta denominação quando não é entendida de maneira adequada no contexto regional pode levar a confusões. Segundo o técnico do INCRA E.C., as colônias são os grupos de pessoas originárias da região Pantaneira ou cujas gerações anteriores se estabeleceram faz várias décadas e que obtiveram o título legal da suas terras através do INCRA.

- *Posseiro:* trabalhadores rurais que receberam licença de ocupação pelo INCRA ainda na década de 80. No entanto, as cheias periódicas e o difícil acesso fizeram com que as diferentes comunidades se adaptassem ao isolamento, ao ambiente rústico e criassem uma forma de vida praticamente independente do Estado. Nos assentamentos que foram criados ou estão sendo implantados, cada família será dona de um lote titulado; receberá assistência técnica, financiamento para produção e construção das casas.

- *Assentados pelo INCRA***:** grupo formado por pequenos produtores assentados a partir de 1996, alguns ainda fazem parte dos denominados Projetos de Assentamentos oriundos de outros municípios. Estas pessoas sobrevivem da

agricultura de subsistência, cuja produção excedente produção procuram vender na cidade Hoje em Corumbá existem sete assentamentos rurais.

- *Comunidades indígenas tradicionais*: são grupos remanescentes de bororós e kadiwéus, cujas comunidades ficam distantes dos centros urbanos. Geralmente moram nas margens dos rios sendo necessário atravessá-los com chalana ou barco a motor para o deslocamento.

- *Brasiguaios***:** pequenos produtores que perfizeram a trajetória de migração, a partir da construção de Itaipu ou pela escassez de terras em outras regiões do Paraná, que trabalharam com soja no Paraguai. Depois de anos de insucesso, procuram terras mais baratas, com o objetivo de se estabelecerem como pequenos pecuaristas. Hoje, alguns deles formam parte dos assentamentos rurais.

4.3. O Pantanal do Jacadigo

A cinqüenta quilômetros da cidade de Corumbá, localiza-se a sub-região pantaneira do Jacadigo (fig. 13) habitada por pessoas de diversas origens e de trajetórias interessantes que se caracterizam principalmente por sua constante luta para permanecer na terra.

O Pantanal do Jacadigo[46] é uma região de características particulares, a grande Lagoa do Jacadigo é a que de certa forma comanda o ritmo dos sistemas de produção pecuária e agrícola. A região está localizada em uma área onde se observam alguns quadros geomorfológicos específicos e diferentes tipos de vegetação (foto 8; figs. 11, 12 e 13). Os ambientes marcantes são sem dúvida um planalto conhecido localmente como "*morraria do Jacadigo"*, bem na divisa com a Bolívia, onde existem depósitos de ferro e manganês e a parte baixa onde se situa a lagoa que forma uma imensa baía. Schmitz (1997) afirma que os habitantes do Pantanal nunca colonizaram as ladeiras destes planaltos, porquanto eles precisavam de uma adaptação muito especializada que desalentou qualquer interesse pela exploração de seus recursos. A parte alta da morraria está formada por uma savana gramíneo-lenhosa (campo), na ladeira[47] média uma floresta típica de submontana (mata), e nas partes mais baixas existem áreas de pasto (CPAP-EMBRAPA, 2004).

[46] O nome Jacadigo, segundo A.O. (camponês) e atribuído ao antigos grupos indígenas, por causa da sua forma, na linguagem indígena jacá significa cesta.

[47] As terras de ladeira são consideradas inaptas para uso agrícola, e as partes mais baixas apresentam classe de aptidão boa para lavouras, num sistema de manejo baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível tecnológico (Embrapa, 2004).

Foto 8. *"Um lar"*, ao fundo a morraria do Jacadigo

Segundo Gonçalves (1999), as lagoas estão interligadas entre si e com o rio Paraguai por intermédio de canais conhecidos regionalmente por *"corixos"*. Estes têm seu fluxo e vazão controlados pelo nível das águas do rio e são responsáveis pela entrada e saída de água das lagoas. A profundidade das águas nas lagoas e canais oscila em função das cheias e secas; de maneira geral, as lagoas e canais são rasos, com o fundo plano. Entretanto, apresentam maiores profundidades justamente nos locais onde as falhas e as fraturas que deram origem ao alinhamento das lagoas e ao traçado de *"corixos* e *"vazantes*[48]*"*.

Ainda este autor indica que na lagoa do Jacadigo foram realizadas as obras de recuperação de terras (diques) pelo governo federal, na década de 1970, com o objetivo de tornar aproveitável para agricultura e pecuária. No entanto, esta intervenção sem nenhum estudo de impacto ao meio, tem gerado sérios problemas sociais e ambientais.

Vários dos moradores da região contam que, nos anos 1970, a situação era diferente:

> *"na lagoa era bem menos água na época da chuva, não existia quase água era seco, chovia juntava um pouco de água na baía porque essa baía não tem afluente de Rio nenhum, formou uma baía pelas matas e os riachos que vem do Paiolzinho e da morraria da divisa da Bolívia (...) o Jacadigo enche mais com as águas da chuvas que chove ao redor que vem das morrarias e dos riachos pequenos como Rio Verde, também ,tem outro rio que é o Tucavaca que vem da Bolívia e joga água no Jacadigo " (B.G. , camponês)*

[48] No período de "vazante" as águas voltam aos leitos dos rios. Assim, no pantanal existem dois ciclos da água: as "enchentes" e "vazantes".

Portanto, nesta sub-região é o regime hidrológico anormal que dificulta as atividades dos agricultores e pecuaristas, isto conjugado com as interações do clima e da geologia:

> *"A água como elemento determinante condicionada pela geomorfologia leva ao funcionamento de todo o ecossistema e explicação do meio biótico e, mais recentemente, da ocupação pelo homem"* (Gonçalves, op. cit.:90).

As populações que habitam atualmente a região pertencem a uma comunidade de camponeses-posseiros que receberam licença de posse pelo Incra que os denomina como *"Projeto de Assentamento Bocaina"* na década de 1980; ainda convive com eles um segundo grupo de pequenos produtores pecuaristas que utiliza as terras cedidas pelo Estado numa área de servidão pública[49].

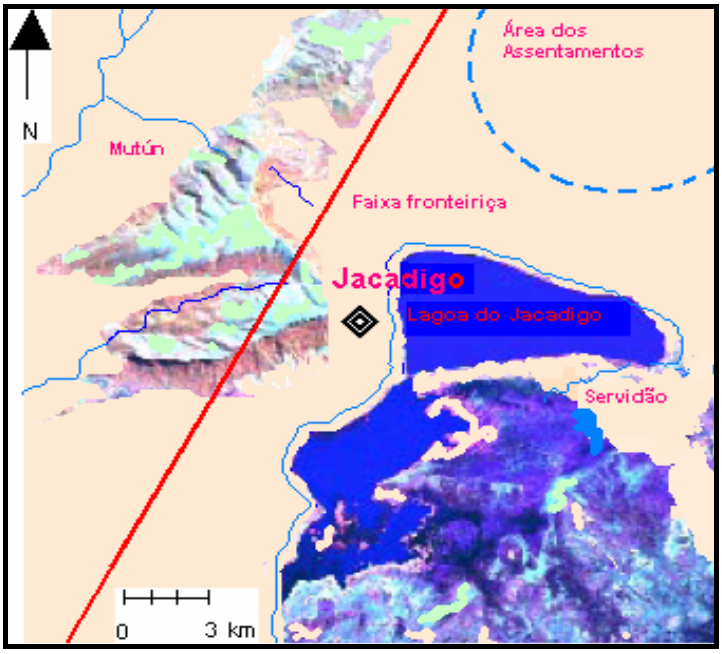

Figura 13. Localização da comunidade Jacadigo

Fonte: Adaptado de: Prime Engenharia (1999)

4.3.1 Os camponeses

Numa carreta, no meio da estrada o autor encontrou a seu Eduardo, um dos moradores mais antigos da região. Ele foi a primeira pessoa a quem recorreu para conhecer a história local. Alguns dias depois, ele junto a dois velhos amigos relatou os fatos e lembranças marcantes nesta sub-região, em épocas passadas.

Seu Eduardo identificou-se como trabalhador do campo, um camponês com oitenta e um anos, nativo pantaneiro. Nasceu no Jacadigo e trabalhou na adolescência como vaqueiro e peão de fazenda. Contou que seu pai veio de Cáceres (MS) à sub-região em 1928 para trabalhar como capataz de fazenda; a terra foi-lhe deixada como herança ficou parcialmente inundada, em 1974, e, por isso teve que ir à procura de "*outros pedaços de chão"*, para,

[49] O significado da servidão pública no contexto regional significa que o estado cedeu uma área antes devoluta para ser explorada de forma coletiva por grupos de produtores agropecuários.

finalmente, estabelecer-se perto da área de influência do Projeto de assentamento Bocaina. Hoje essa terra representa o que mais tem de valor, pois continua sendo a fonte de sustento para sua vida. Ainda ressaltou que as famílias tradicionais do Grande Jacadigo, na maioria sempre foram grandes proprietários, mesmo antes dos anos 1930, pois –segundo conta - não sobravam terras devolutas.

> *"(...) meu pai veio ao Jacadigo quando eu nem era nascido, nossos vizinho era seu Anselmo e seu Jorge, nos sempre trabalhamos junto por que nos não podíamos contratar, e como passávamos fora muito tempo, nossa roça ficava sem nada. Ali não era alagado e podíamos plantar quase tudo"(Seu Eduardo).*

> *"(...) esta região sempre foi tranqüila, em comparação com Cuiabá, os bandoleiro*[50] *só apareceram poucas vezes lá em quarenta, mas nem roubava, só para se esconder do exercito (...) para mim a pior época foram duas, em sessenta quando tinha briga entre proprietários por terra e sobrou para nós, também briga com outras regiões de Corumbá por dinheiro de infra-estrutura, a outra época foi quando alagou" (Seu Carlos).*

> "(...) *esta terra era pródiga, hoje ninguém mais respeita, todo mundo quer lucrar"(Seu Antônio).*

As lembranças de seu Eduardo eram constantemente corroboradas por seu Carlos e seu Antônio, dois ex-vaqueiros do lugar. Eles contaram que, naquelas épocas (das décadas de 1950 e de 1960), os pequenos produtores não existiam para os olhos de "*ninguém,"* pois, no campo, todos os que não eram donos de fazenda eram peões.

Relataram também que por volta de 1965, havia disputas em três das várias sub-regiões pantaneiras circunvizinhas incluindo o Jacadigo. Por exemplo, um fato que causou muita controvérsia foi que, naquela época, a intenção dos fazendeiros era construir a primeira estrada até Corumbá com recursos próprios, pois, até então, o acesso era feito pelas pequenas trilhas:

> *"(...) os fazendeiro tomava conta de tudo, eu me lembro até da construção da estrada para Corumbá, com próprio dinheiro dos fazendeiro por que queriam ser igual que a Necolhândia.* (...) *para isso foram convocados alguns pecuaristas, que por sua conta chegaram até arrendar trator e se tomaram previdências com verba particular para a estrada, eles reclamavam que o produtor estava esquecido pelo governo" (Seu Eduardo).*

Por outro lado, reclamava-se que de todos os impostos arrecadados, vinte por cento deveriam ser investidos em benefício da própria zona contribuinte. Por esta razão todas as sub-regiões de Corumbá brigavam por sua fatia. Assim, quando não se conseguiam os meios suficientes para a construção de estradas ou pontes, os pecuaristas partiam para outras sub-

[50] Segundo Correa (1995b), o desenvolvimento do banditismo no Mato Grosso, especialmente na região sul do Pantanal, esteve muito próximo da forma de vida no local. Assim, o contato dos bandidos com os habitantes da região pode ser verificado na forma de apresentar-se, no trajar dos homens armados que se integraram a paisagem local.

regiões para trabalhar na pecuária, na esperança de obter maiores facilidades, levando junto com eles toda a mão-de-obra de suas fazendas.

> *"(...) nós que trabalhávamos com eles ficamos sós, meu primo levou toda sua família para Dourados, outros foram para aqui perto, para a Necolhândia ou Paiaguás, lá tinha construção de ponte e, descidas de serras cimentadas"(Seu Carlos).*

> *"(...) se naquela época Corumbá o criador era prejudicado, imagina nós trabalhador que era obrigado a viajar com eles, ou para procurar mantimentos, viajando 80 léguas até Campo Grande, tinha muita volta, única e exclusivamente porque os governantes, por falta de visão esqueceram de nós, a partir daí surgiram vozes de protesto que nunca encontraram eco nos meios governamentais(...) a construção da estrada Corumbá-Manga era um sonho"(Seu Eduardo).*

Como se vê, até meados do século passado, o desenvolvimento desta sub-região dependia unicamente da vontade do pecuarista e da estratégia regional girava em torno dos seus problemas que estavam sempre relacionados à expansão a qualquer custo, da atividade pecuária. Nesse jogo de interesses, o camponês era praticamente inexistente.

O problema da concentração fundiária na região, junto com o debate da distribuição da terra somente chamou a atenção para o resto da sociedade, a partir da década de 1980. Garcia (op. cit.)num estudo de tipo fundiário mostrava que nas sub-regiões do Jacadigo e Albuquerque, antes da década mencionada, havia predominância de pequenas propriedades dedicadas à agricultura de subsistência. Porém, a concentração fundiária estava em mãos de 28 grandes proprietários que detinham 67,0 % da área total com unidades produtivas de 2000 hectares ou mais, enquanto apenas 3,9% das propriedades agrícolas com média de 42 hectares, estavam em mãos de 341 pequenos proprietários.

O autor aponta que, até início da década de oitenta, na sub-região, a prática tradicional extensiva aliada à tendência de ocupação da fronteira agrícola revelava a crescente pressão sobre a terra por parte dos núcleos de urbanização, com a conseqüente intensificação das atividades agrícolas nas partes altas e livres de inundação. Na atualidade, a conseqüência dessa estrutura fundiária ainda pode ser notada pelas imensas áreas que foram desmatadas para a introdução pecuária. Contrariamente, muitos pequenos produtores conseguiram sobreviver diante de toda essa expansão.

Outro fator de degradação ambiental, no Jacadigo, foi a presença de companhias mineradoras que atualmente operam em outras sub-regiões de Corumbá. Nas subseqüentes entrevistas com os camponeses, eles se referiram à presença de um antigo consórcio minerador denominado AYROSA S.A. adquirido posteriormente pela empresa Urucum. A empresa administrava uma grande concessão de jazidas minerais, na região, antes da década de 1980. Dados obtidos na prefeitura indicam que, na década de 1970, devido à anulação dos contratos e o confisco, essas terras voltaram para o Estado, obrigando a empresa a abandonar a sub-região. Posteriormente em 1976 o governo estadual criou a companhia Matogrossense de Mineração (METAMAT) que tentou executar operações de lavra das minas do Jacadigo. No entanto, este objetivo não teve êxito pelos altos custos envolvidos nessa operação.

Mais tarde, no início dos anos 1980, após uma enchente que inundou várias áreas pantaneiras próximas, vários colonos tiveram que abandonar suas propriedades, deslocando-se para as terras consideradas devolutas.

> *"depois da enchente, a gente veio para cá, quando deu a enchente ficou totalmente alagado, a casa ficou pra fora, só ficou um pedaço, veio uma enchente de quase 3 metros de altura" (J.E.,Camponês).*

No ano 1982, um grupo de ex-colonos nativos do Pantanal junto a imigrantes de outros Estados invadiram uma parte da área que antes era propriedade da empresa de mineração, assumindo a posse da terra. A maioria do relatos sobre a chegada e estabelecimento destes camponeses, no local, mostram uma grande aflição, em especial dos que ficaram mais afastados:

> *"(...) quem brigou por este terreno aqui foi eu, ficamos quase um ano no acampamento, naquela época o INCRA não queria ceder este terreno aqui, pois antes disso tinha uma companhia de minério que deixou está área aqui, aproveitei este furo e a gente invadiu esta área aqui , ai nos tivemos que correr atrás, naquela época o Coronel Barreto era coordenador geral de Corumbá e ele não queria aceitar nós aqui, justamente aqui, não tínhamos nem comida, nos vimos aqui por que nas nossas propriedades encheu, ai nós viemos aqui, eu insisti, nós começamos trabalhar de graça, ai eles viram que não podíamos trabalhar de graça por que era federal, botou em vinte e quatro horas nós a trabalhar, ai o INCRA veio, ai o general falou que nos não podíamos trabalhar de graça" (A.O.Camponês).*

> *"Fui eu quem encabeçou, tive até que vender tudo até uma camioneta minha, o Coronel Barreto através do prefeito, mandou a despejar a gente, nossa estratégia foi os homens sumirem, e deixar as mulheres, por que ai não tem como levar as mulheres com a criação, ai ficamos agüentando noventa e poucos dias até resolverem nossa situação"(I.E. camponês).*

Depois de assumir esta posse da terra, fizeram o pedido de requerimento ao INCRA, que, após oito meses, as cedeu, provisoriamente. Na atualidade o loteamento desta comunidade orienta-se na direção da fronteira com a Bolívia até 25 metros antes de chegar à divisa, pois existe o que se denomina faixa de segurança fronteiriça, que é uma área onde se proíbe qualquer tipo de exploração ou edificação. O número de famílias na época da invasão era de sessenta e duas. Entretanto, as que hoje têm a posse da terra gira em torno das trinta; porém o numero de famílias camponesas morando na comunidade é de quarenta e oito, segundo o entrevistado, as famílias que permaneceram na região é indicativo que são nativas do pantanal, pois as *"não pantaneiras"* não conseguiram fixar-se na localidade:

> *"eles aproveitaram nossa luta e ficaram com seus lotes, mas depois não conseguiram ficar, abandonaram a área ou venderam a posse, a maior parte dos que compraram as posses foram os fazendeiros, eles venderam por que quiseram, não tiveram condições de tocar, eles vendem para os grandes fazendeiros, eles deixam a posse, só nós que ficamos. No Jacadigo ninguém queria nada, era uma briga de 30 anos, aqui sempre foi recusado" (S.S. camponês)*

"Na época apenas tínhamos mantimentos de doações. Pra entrar no lote meu marido teve de ter muita coragem com os filhos, aqui era matão com muito bicho, tivemos que trabalhar com gado com as tropa da peãozada."(S.A., camponesa).

Outro problema que os atingiu—segundo relataram—foi que em algumas dessas famílias os chefes ou pais viajaram ou não voltaram para a posse, deixando a mulher ou filhos pequenos no cuidado das roças. O problema acontecia porque até uma época recente, o INCRA outorgava os direitos à terra somente a uma pessoa por família, geralmente, ao homem que era considerado o chefe . A justificativa dessa Reforma Agrária para os diretores do INCRA era beneficiar famílias segundo seu próprio sistema classificatório, pelo qual toda família devia ser constituída por ambos os pais. Isto prejudicou, por muito tempo, a regularização das posses nas quais as mulheres eram os chefes da família.

Voltando ao ano de 1982, época em que eles se estabeleceram e, apesar de estarem relativamente afastados de centros maiores, não escaparam das conseqüências das transformações ambientais que decorreram do aumento do alagamento de regiões antes secas e que eram utilizadas tanto para o plantio de produtos como para a pastagem dos animais.

A partir de 1984 começaram a participar do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e a partir desse momento, suas lutas passaram a ser mediadas por esta instituição, mas também pelos organismos do Estado: INCRA, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EMPAER), Prefeitura Municipal de Corumbá, e Igreja. Assim, estes camponeses dissiparam um período de afastamento que lhes permitiu contar com uma própria representação social mais organizada.

4.3.2 A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Jacadigo

A fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Jacadigo aconteceu em 1982, por iniciativa do grupo de camponeses-posseiros, na procura de uma melhor organização comunitária e melhor relacionamento com os agentes externos.

No começo, a associação somente agrupava aos antigos moradores camponeses e aos que chegaram com a formação do assentamento; para sua estruturação receberam ajuda do MST, tanto na elaboração do seu estatuto como para seu registro no cartório. A intenção inicial da associação era o de melhorar as negociações com o governo, idéia com a qual todos simpatizaram. No entanto, sua eficiência somente seria legitimada quando cumprisse a função de trazer os serviços para a comunidade. Segundo seu estatuto, os objetivos eram os de prestar serviços para os associados na administração de bens, assessoria técnica, e ajuda na comercialização.

Relataram que, nos primeiros anos, as lideranças da associação e os sucessivos presidentes que a administraram, passavam muito tempo fora da comunidade, tentando negociações sobre várias demandas da mesma, esforço que não era reconhecido pelos outros membros, pois estes acreditavam que os serviços deveriam chegar imediatamente e isto não acontecia. Entretanto, os mais afetados eram estes representantes, visto que se descuidavam de suas roças e também tinham despesas em dinheiro. Por outro lado, muitos reclamaram de problemas de administração e de participação política.

Ao não ter bons resultados iniciais, aos poucos, os membros deixaram de interessar-se pela instituição que passou por uma etapa de estancamento. Anos mais tarde, quando foi

concedida a servidão pública, para os pequenos pecuaristas, no próprio Jacadigo, próximo dos lotes dos camponeses, estes logo começaram a ter um relacionamento estreito com eles. Neste sentido, influenciaram muito na renovação e participação ativa da associação, que foi aceita por um setor da comunidade que acreditou que teriam um melhor gerenciamento com eles. Hoje, a associação é instituição repartida entre dois grupos sociais distintos. De um lado, estão os camponeses que lutaram pela posse da terra, e do outro um grupo de vinte pequenos produtores pecuários não camponeses que ocupam a parte leste da região e cujo perfil é variado. Estes pecuaristas exploram coletivamente uma área de cinco mil hectares numa servidão cedida pelo estado. Alguns são descendentes de famílias tradicionais do lugar e outros são descendentes de antigos fazendeiros na sua maioria nativos do pantanal que se estabeleceram no Jacadigo nos últimos quinze anos, por causa do alagamento das suas anteriores propriedades ou pela venda das mesmas a outros fazendeiros:

> *"(...) nós fomos beneficiados para participar da associação porque junto somos mais forte, porque daqui na ponta comprou todas as propriedades, os grande fazendeiro, botaram cercas. Então poucas pessoas pegaram muita terra e daí eles mesmos começaram a fazer as vendas da terra entre eles. Uma parte grande do Jacadigo foi vendida, mais da metade e, somente uma parte pequena que é a terceira parte, ficou com a gente, nessas venda já saiu a metade do Jacadigo, aí acabou o Jacadigo" (R.R., pequeno produtor pecuarista).*

O presidente atual dos associados J.M. comenta que, até a década de 1980 o Grande Jacadigo possuía uma área de 394.913 hectares, mas, pelas compras de áreas pelos grandes fazendeiros, os cercamentos e a criação dos assentamentos rurais, o que hoje se denomina como Jacadigo reduziu-se ao que hoje está delimitado pelo Projeto de Assentamento Bocaina somada à servidão dos pequenos pecuaristas e às famílias de camponeses que sempre habitaram a região. Tanto os lotes dos camponeses como a área da servidão são terras baixas e encostadas na lagoa; principalmente os pecuaristas na época da enchente têm muitos problemas, pois a quantidade de terra seca reduz-se em um 70% e o gado têm que dormir na água. Nas entrevistas, quando interrogados sobre ó numero de hectares que ficam alagadas na área coletiva, comentaram:

> *"(...) melhor fazer a comparação com o que fica seco, que dão assim como cento e cinqüenta a duzentos hectares das cinco mil. É só naquele lugar que o gado dorme, o gado pasta com água, água chega até a barriga, água de joelho, teve, no ano passado, uns quinze dias que o gado dormiu dentro da água" (R.R., pecuarista).*

Hoje a única exploração possível segundo estes produtores é a pecuária, as áreas são muito pequenas, mais ainda, se considerarmos que o número de cabeças de gado bovino de cada produtor que varia de 150 a 400. Na época das enchentes estas áreas não suportam muito gado e os produtores são obrigados a levar seus rebanhos para outras áreas ou os vendem para outros criadores. Estas pessoas são muito conhecedoras do ambiente local, da sua cultura e da sua biologia elemento necessário para este tipo de exploração. No entanto, a pressão exercida pelos grandes fazendeiros, comprando e cercando as áreas, e também os problemas referentes ao regime hídrico anormal, fazem com que eles trabalhem sempre com dificuldades.

Devido a suas diferenciações cada um dos camponeses de uma forma particular. determina graus diferenciados de legitimidade e tolerância diante dos pequenos produtores

pecuaristas e estes, por seu lado, tentam influir na organização comunitária. Os camponeses são vistos pelos pecuaristas como pessoas que sabem trabalhar**,** mas vêem com maus olhos qualquer relação destes com sindicato; isto porque na época do estabelecimento do restante de assentamentos em Corumbá, por volta de 1996, o sindicato foi contrário à comercialização de leite pelos pecuaristas, já que isto desincentivaria a grande massa de novas famílias assentadas a inserir-se nesta atividade. Em conseqüência, hoje as cooperativas somente compram leite produzida nos assentamentos. Segundo os pecuaristas, essa decisão quebrou um ciclo de décadas no conhecimento da produção leiteira na região.

Por outro lado, há uma razão que une pequenos pecuaristas aos médios e grandes, excluindo aos camponeses, até em termos de organização social. Pode-se afirmar que os camponeses são tolerados, porquanto estes relacionam-se com os empresários-fazendeiros como reserva de mão-de-obra barata e como possíveis comerciantes de suas posses. O conflito também marca a relação com os grandes pecuaristas que rodeiam a comunidade e a servidão, que em alguns casos cercaram suas propriedades e impedem o acesso a áreas antes livres para circulação. Em contrapartida, muitos dos camponeses afirmaram, nas entrevistas (uma terceira parte das famílias) ter uma relação mais estreita com o sindicato do que a própria associação da qual fazem parte os pequenos pecuaristas. Esse grupo acredita que a associação exerce influência em beneficio de quem a lidera, que são os "*não-camponeses"*. No entanto, existe um grupo que tem mais afinidade com os pecuaristas, pois são seus trabalhadores. O resto prefere resolver seus próprios problemas mediante outras instituições como o INCRA.

No presente segundo os representantes da associação, o objetivo não é trabalho grupal, mas a efetivação de demandas coletivas, a busca por interesses comuns, crédito, escola, transporte, assessoria. No entanto, esses interesses não se referem à maneira como estão organizados para produzir na propriedade privada da terra. Ao contrário, seus principais problemas procedem da produção e da comercialização em seus espaços privados e individuais. Assim, em estas famílias camponesas, o uso privado da terra não lhes dá garantia de melhora de vida. Contudo, ela é um meio de não tornar-se um marginado morando na cidade.

Das vinte famílias pesquisadas, sete disseram não fazer parte da associação porque esperam que ela melhore. Sob a legitimidade do trabalho grupal a partir de uma melhora na organização da associação. Doze famílias responderam que não acreditam na sua concretização, por falta de união e de um bom direcionamento dessas atividades. Existe um certo receio para falar do trabalho coletivo que –segundo eles—seria empregar todos os recursos em num determinado grupo. O conceito do coletivo que se tem do presente está vinculada à conexão: grupo, perda de tomada de decisão, despersonalização; idéia que está influenciada pela visão mercantilista, imposta pelos meios de informação e de difusão de tecnologia, como forma de recusar outros princípios e de validar somente as relações com a propriedade privada.

4.3.3 A difícil vida no campo

Na atualidade, as famílias camponesas desenvolvem, com muita dificuldade, suas atividades agropecuárias, com suas pequenas criações e pequenas lavouras. As opiniões destes lavradores quanto à possibilidade de produzir é diferente; por um lado, alguns têm uma produção diversificada, outros falam que, hoje, "*não dá mais"* para viver da roça e compram quase tudo na cidade. A respeito das características dos solos, segundo a CPAP-EMBRAPA (2004), as terras ocupadas por eles apresentam boa aptidão para lavoura. Entretanto, somente

com a adoção de mão-de-obra familiar e o uso de tração animal e uma aptidão regular para o nível no qual sejam aplicados maiores investimentos como tração mecânica.

O estudo mostrou que, das 20 famílias selecionadas para a pesquisa, 11 vivem exclusivamente do trabalho familiar, nos seus lotes, 9 famílias, com os filhos menores de 20 anos, vendem sua força de trabalho fora da comunidade, sendo estas as menos capacitadas para diversificar sua roça. As que ainda resistem, dedicam-se principalmente ao cultivo da mandioca, milho, feijão, banana e indicam que, no passado, chegaram, até, em plantar arroz quando as águas não eram tão "*agressivas"*. As criações são geralmente algumas cabeças de gado, suínos, patos gansos e galinhas. O tamanho médio das propriedades gira em torno das 20 hectares que devem possuir, por efeito de lei, de 3 a 4 hectares de reserva florestal. Poder-se-ia pensar que as famílias exploram a maior quantidade possível de terra. No entanto, de todas as famílias entrevistadas somente 4 conseguiriam abrir todo o espaço. Estas limitações decorrem da não existência de mão-de-obra excedente, ou –como eles apontaram – os terrenos têm partes calcárias duras ou barro pesado que quando fica encharcado endurece muito dificultando a lavra da terra. Deste modo, ficam poucas áreas disponíveis para destocar.

Além daqueles problemas, a pesquisa revelou que do grupo considerado, nenhum chefe de família terminou o ensino fundamental, a maioria respondeu que estudou até a quarta ou à oitava série, e, hoje, os filhos parecem seguir o mesmo caminho. Ainda comentaram (nas famílias de pais jovens) o desejo de continuar os estudos e depois abandonar o meio rural. Quando as famílias são numerosas, para ajudar a manter a economia do "*lar"*, os filhos saem para Corumbá o que diminui a força de trabalho no campo. Por outro lado, entre as famílias existe um costume de trabalhar somente em suas parcelas individuais, sem considerar o esforço coletivo; se isso, existe dentro da própria família, torna-se difícil o trabalho em nível comunitário.

Em 8 famílias, os filhos casados permaneceram no lote conformando desta maneira um conjunto de parentes morando numa propriedade e que têm maiores vantagens de produção, mas por contrapartida de maior gasto. Em alguns casos, os chefes de famílias estão sendo incentivados a vender a posse devido à opção dos filhos pelo trabalho assalariado. Por outro lado, os que pretendem manter-se na atividade reclamam das restrições do espaço para desenvolver suas atividades. Além disso, produzir em escala, competir com outros produtores e a deslocar-se para vender sua produção em Corumbá o que é complicado.

Deduz-se que a permanência na terra destas famílias deriva do trabalho realizado fora da propriedade que é complementado com o trabalho baseado na mão-de-obra familiar. Contudo, esse processo dificulta a reprodução social das famílias com essas características. É um problema muito sério, porque de uma ou outra maneira se incentivou a dependência da maior renda monetária. Como a venda de produtos agrícolas é deficiente, por causa da sazonalidade, dos preços, do transporte e do poder de transação *(*porque são produtores pequenos), a fragilidade do seu sistema é cada vez maior. A investigação detalhada revela, assim, uma série de situações, tanto ecológicas quanto sociais. No entanto, é igualmente nessa escala de percepção da realidade que se formam as estratégias:

> *"(...) antes a gente levava fartura para a feira. Hoje só produz pouco, aqui veio o técnico do IDATERRA e trouxe adubo, mas hoje nem com adubo , porque não segura. Aqui a gente planta muita verdura, mas com o feijão tem que ter cuidado porque precisa muito adubo, mas daí o salário não dá, né. Aí nós temo que juntar dois ou três família para cuidar um do outro" (O.C: Camponês)*

O problema de produzir para o mercado manifesta-se no pouco planejamento para a produção –segundo contam – não tem condições de fazer cálculos, visto que quando saem para a cidade, o trabalho é intenso, tanto na feira como na venda, e nas casas das famílias. Imediatamente, depois de ganhar algum dinheiro, este é gasto em mantimentos, o que não lhes permite fazer nenhum investimento nas roças.

Diferentemente de outras regiões, a época da transição entre a estação chuvosa e a seca, que compreende o período março a novembro, é o momento em que os serviços aumentam porque é, nesse período, que podem lavrar melhor a terra. Eles quase sempre plantam cereais na mesma roça duas vezes por um período de até dois anos. No terceiro ano, planta-se a mandioca ou abandona-se a capoeira e procuram novas áreas para roçar e derrubar pequenas porções de matas utilizadas para o plantio dos cereais. A capoeira roça-se no mês de junho ou julho; no mês de agosto queima-se e nas épocas convenientes (quando não persiste o encharcamento) faz-se a plantação do mesmo modo que nas terras novas, com pequenas diferenças quanto à distância a guardar-se entre as covas. A produção da capoeira é parecida à da roça nova, sendo que, nesta última a planta desenvolve-se com mais regularidade por causa da maior uniformidade adquirida pela terra, em conseqüência da primeira lavra (fig. 14).

A capoeira é uma estratégia que poupa ao lavrador o trabalho da derrubada e o de cercar novamente a roça, que é apenas retocada. Porém, quase sempre, exige uma capina a mais do que a roça nova pela intensa propagação do *"mato"*. Assim, a pouca diferença existente entre esta roça nova e a velha poupa nos gastos de produção. A capoeira de mais de seis anos denomina-se capoeirão e já está pronta para "*agüentar o machado"*, como dizem os camponeses. Em caso de abrir novas áreas autorizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), eles queimam, no período compreendido entre abril a junho, deixando apenas troncos e galhos grossos. A família que tiver uma roça bem queimada terá boa colheita e economizará trabalho e dinheiro facilitando imensamente o preparo do terreno e diminuindo ao lavrador o numero de mondas (limpar, capinar), a maneira de realizar esta tarefa é decisiva, pois na ocorrência de chuvas extemporâneas, a queima torna-se impossível e as roças são abandonadas.

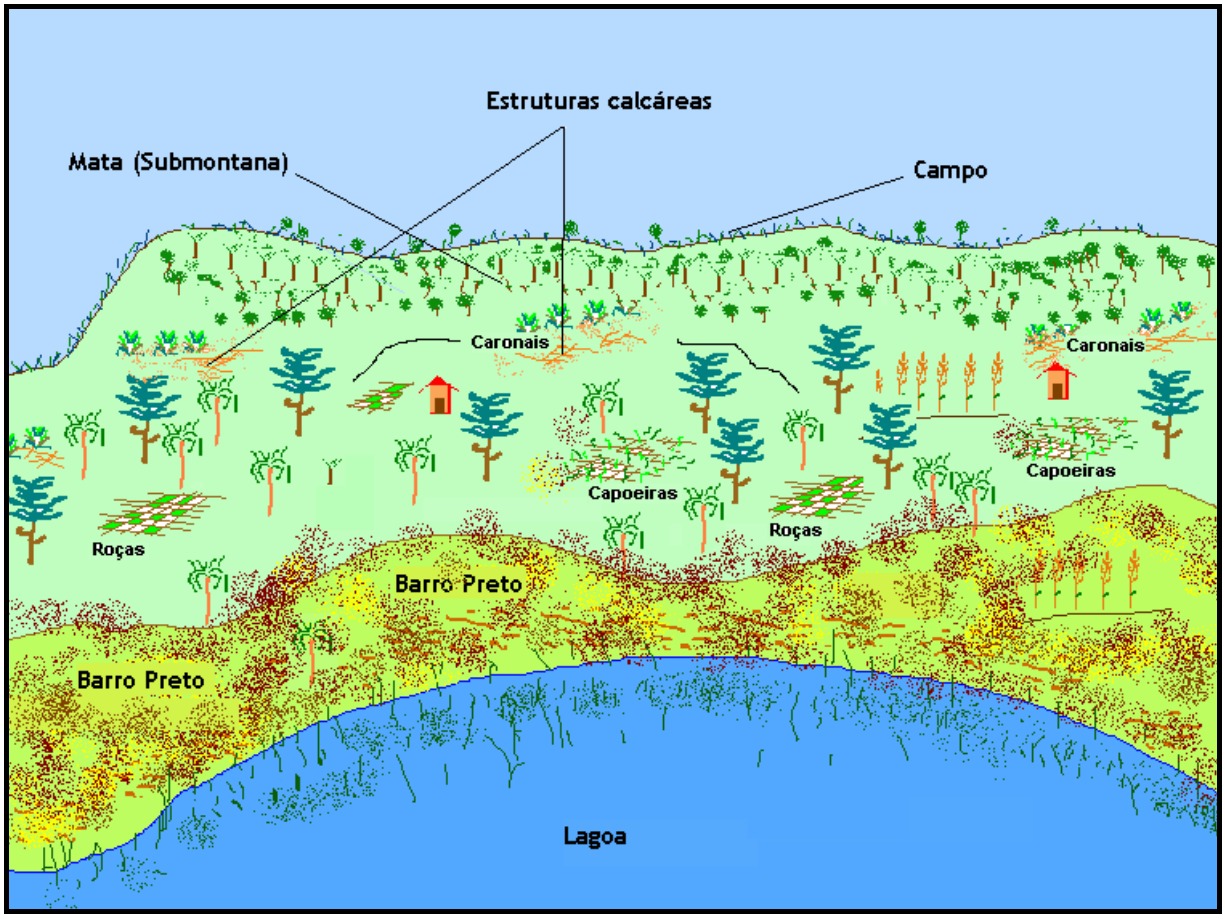

Figura 14. Esquema do sistema produtivo utilizado pelos camponeses

Fonte: Elaboração própria.

Comumente fala-se que o problema da degradação ambiental é provocada pelo aumento do desmatamento no Pantanal, para extração de lenha, o que supostamente incentivaria alguns camponeses ao corte de árvores de pequeno porte. Nas sucessivas visitas, observa-se que a queima e o corte se faz em uma maneira que não é necessariamente predatória. Isto não quer dizer que algumas famílias, pela necessidade, obtenham parte da sua renda com a venda da lenha, mas os volumes nunca são grandes. Na atualidade, a ação do IBAMA fiscaliza as ações da população local, através das áreas de conservação, tendo realizado um importante trabalho na preservação de espécies florestais. Apesar disso, sua atuação em prol da conservação, às vezes, é vista com ressentimento pelos camponeses. A falta de diálogo com o IBAMA é uma das preocupações da comunidade. Quase todos eles entendem sua ação, mas criticam quando vêem sua atuação sem prévia informação o ou orientação. Percebe-se que a interferência do agente externo alheio produz desagrado, pela ausência do esforço da agência em aproximar-se deles. Cria-se, desta maneira, um sentimento de pertença, que torna o ambiente como um lugar que não pode ser tocado por outros que são vistos como invasores. Este sentimento com o entorno afiança mais noção de propriedade do território onde circunscreve sua vida e pelo qual ele é o único responsável pela disposição e utilização dos seus recursos.

> "*Aqui na comunidade a madeira que pegamos não afeta ao pantanal por que são troncos do chão caídos e de árvores pequenas e bastas, o que se corta é pouco. Agora se você vê o tanto que esses grandes extrai ninguém diz nada. Aqui este terreno foi nossa conquista, nós sofremos e trabalhamos, era nosso*

destino chegar aqui. Nós somos pantaneiros originários a gente é que conhece, quem vai me dar comida, quem vai manter meus filhos (...), quando o IBAMA aparece, diz que nós estamos queimando, mais quando a queima vem daquele lado do Nabileque não diz nada. Você acha que isso tá acerto?"

"*Aqui ninguém vai cortar árvore para limpar uma hectare de terreno, mais para construir meu barraco ou para lenha, o até para um pequeno canteiro sou impedido?" (O.O., Camponês).*

Com essa visão o camponês atua na defesa da sua família e do seu direito, ao guardar o território contra os "*intrusos"*. Alguns concebem esta atitude como um discurso legitimo e defensivo já que sua individualidade está em questão, e seu a hábitat, que é o espaço da suas práticas, não pode ser invadido por estranhos alheios a sua realidade.

Assim natureza não é vista como um subserviente ao ser humano mas como uma dádiva que pode ser trabalhada pela sociedade, desde que com o devido respeito: trabalhada mas não agredida. Desse modo, a derrubada de uma porção de mata justifica-se pela necessidade de estabelecer novas roças quando outras áreas mostram sinais de cansaço. Este é um ponto fundamental para compreender a relação do camponês com a natureza, pois ele não pode depredar o que para ele mesmo tem um valor quase místico. Do outro lado, a valorização da terra acontece por um fato real, que é sustento da sua família. Estas reações apresentam-se como uma forma de canalizar a apropriação do território; como uma sacralização que somente se complementa quando a natureza a serviço do ser humano é regulada no seu uso e pelas suas qualidades. Desta maneira, o sistema é autoregulado pelas famílias camponesas e, quando algum agente externo chega com ações de proibição, causa um confronto, mas também o enfraquecimento do sistema de ocupação da terra.

Do outro modo, a degradação ambiental, por efeito da presença do agricultor, é antes fruto de uma questão agrária não resolvida, que traz severas limitações ao uso dos recursos. Na região, estas questões, somadas às condições do solo de qualidade inferior condicionam o avanço sobre a mata. Por outro lado, a busca de fertilidade e de espaço para a população que convive com as práticas de manejo intensivas dos pecuaristas e que têm pressionado a ação do agricultor no sentido de ter de apelar a derrubar a mata do Pantanal a sua volta. Apesar disso ser um fato muito sério, observou-se que é um avanço regulado, e, contrariamente, ao que muitos técnicos acreditam, em muitas propriedades encontram-se faixas de mata considerados pelos camponeses como recantos intocáveis.

Quando a roça é destinada somente ao plantio do milho ou do feijão. Costuma-se na ocasião da derrubada, não cortar árvores de maior tamanho e de cerne volumoso. As árvores menores são apenas rodeadas. Esta operação consiste em cortar com o machado, em forma circular e a um metro acima da terra, a parte branca do tronco da árvore até alcançar o cerne ou o "*coração"*. Por este processo a árvore morre, as folhas caem, e o lavrador poupa-se o trabalho de carregar os troncos resultantes da derrubada de todas as árvores que trancariam o passo. Também se evita a sombra que impediria o desenvolvimento das espécies rasteiras ou herbáceas. Por outro lado, obtém-se vantagens devido a que essas madeiras persistem em pé por um período de tempo maior do que atirados no chão. De maneira geral, qualquer que seja o plantio a fazer-se, não se derrubam as palmeiras como o Carandá *(Copernicia Alba)* e a Palma branca *(Copernicia Alba Morong)* Esta última como faz também sombra é desfolhada a foice, deixando-se, somente o palmito de modo que, recuperando logo a sua folhagem ajuda a conservar a terra fresca e facilitam a formação e o crescimento das capoeiras. Uma vez a roça

queimada, procede-se à "*coivaração"*, isto é, a separação dos galhos que não queimaram ou por onde o fogo não passou para posteriormente serem amontoados e queimados em diferentes lugares da roça. Entretanto reservam os melhores para cercas e lenha. Daquele modo, uma vez feita esta operação cerca-se o terreno para impedir a entrada de animais domésticos na roça e aguarda-se a primeira chuva de outubro ou novembro para plantar o milho.

Na sub-região, reconhecem-se duas estações bem caracterizadas: a seca, que começa em abril e termina em outubro, as chuvas, que começam em novembro e se estendem até princípio de abril. O feijão é semeado de fevereiro a abril, nas fraldas das morrarias, planta-se também em princípio da época seca o feijão adaptado a essa estação e − da maneira em que eles indicam− "*si o tempo não for muito seco, havendo garoa ou neblina e o frio não aparecendo muito cedo , a produção é regular"*; embora esse feijão não se desenvolva com muito vigor, gera muitos grãos miúdos. Para sua semeadura recomendam que deva ser plantado a dois palmos mais ou menos. O feijão das águas é plantado em regiões mais elevadas que ofereçam um bom escoamento deste líquido, na época chuvosa. Quando se salva do excesso de chuvas quase sempre sua colheita, é cara e difícil. Também indicaram que este deve ser plantado a quatro palmos.

O milho igualmente é plantado a partir de outubro, as variedades locais mais usadas são aquelas de sabugo amarelo, branco e, outra de sabugo vermelho, que dizem ser de qualidade muito melhor, o milho, de características brancas que é cultivado em pequena quantidade ou serve para elaborar canjica ou farinha. Juntamente com o milho plantam pepino, maxixe e quiabo, sendo o terreno preparado com enxada, com seis a sete palmos em terras altas e cinco, em capoeiras, neste processo utilizam um coivero e dois semeadores. Os demais tratos "*não pesados"* da lavoura são divididos entre homens e mulheres. Elas, por sua vez, constituem-se no componente fundamental do núcleo familiar que se responsabiliza pela venda nas feiras, de organizar a casa e das comemorações religiosas (como a festa de são Sebastião em Janeiro e a festa de Santa Cecília em Outubro). A metade das famílias entrevistadas declarou pertencer à religião católica, as outras famílias pertencem a uma igreja evangélica que se estabeleceu recentemente na comunidade.

Aquelas famílias que persistem nesta luta diária possuem uma relação íntima com a natureza, pois, sendo esta lugar de moradia e de trabalho, devem exercer um censo de responsabilidade sobre ela, já que a natureza é sua parceira e benfeitora. Sachs (1996) comenta que, no debate, sobre agricultura sustentável, aflora o problema da função múltipla do pequeno produtor rural que não é somente produtor, mas é também o guardião da paisagem. "*É através dele que se conservam os sistemas base"*. Este camponês, atento ao que o meio lhe oferece, procura produzir observando as atividades e culturas propícias mais adaptadas, quando é possível escolhe a melhor parcela de terra, aquela em que se possam obter os melhores frutos com menores recursos produtivos.

Assim, quando expressam que hoje é difícil produzir fartura, o agricultor também sofre para encontrar solos que sejam aptos em suas áreas limitadas. Com esta justificativa, torna-se para o agricultor "*aceitável"* derrubar uma pequena parte da mata, não sendo esta prática agressiva nem predatória, porque é controlada pelas necessidades do trabalhador de acordo ao número dos membros e mão-de-obra disponível na família, uma vez que nunca precisa de todo o espaço da mata. Não são práticas aleatórias ou sem uma ordem. Contrariamente, obedecem a técnicas tradicionalmente desenvolvidas para manejar a terra de forma que prolonguem suas propriedades naturais.

> *"Aqui no Jacadigo tem manchas de fertilidade, tem que procurar, aqui é muito diferente mesmo, se você caminha meio quilometro pode encontrar solo mais difícil ou mais fácil, o bom indicador terra de boa é onde tem Piúva, aquela lá, mas as vezes só tem caronal*[51] *e não dá muito, ai você mexe na encosta que é melhor, mais para cima não vale a pena, a terra é dura." (*H., Camponês*).*

Quanto à permanência das famílias no campo, poucas abandonaram definitivamente suas posses. No entanto, as que o fizeram venderam seu direito para famílias do próprio lugar que acumularam uma quantidade maior de terra podendo chegar as 50 ou 60 hectares. Geralmente, estes agricultores precisam de mais trabalho e de maior investimento para o qual procuram complementar a renda familiar com atividades pluriativas. As atividades que mais praticam fora de suas propriedades são: serventes, construtor de cercas, vaqueiro, ou, no caso das mulheres jovens, como empregada doméstica.

Diante do exposto, os principais problemas técnicos que apontaram foram:

- lotes em áreas com muito declive;
- água salobre;
- manchas de fertilidade assimétricas;
- quando o terreno seca devido ao barro preto, é difícil trabalhar a terra;
- falta de recursos; é difícil entrar com o trator;
- difícil limpar os tocos porque a terra fica parcialmente inundada;
- deslocamento até os centro urbanos é difícil. Somente tem ônibus para passageiros; e não para carga;
- vendem poucos produtos: milho, mandioca, verduras da capoeira;
- evidencia-se também falta de planejamento,
- inexistência de financiamento;
- demora para obter licença para abrir em novas áreas de mata;
- apareceram novos fungos nas plantas que são desconhecidos e não sabem como combatê-los;
- às vezes nem com tração animal dá para trabalhar a terra pois fica muito pesada.

4.3.4 Ajustando com o Estado

A maioria das famílias camponesas pesquisadas expressou que, no inicio, tiveram muitas dificuldades para estabelecerem-se no Jacadigo devido à inexistência de condições de moradia; fato que contrastava com sua vida anterior em regiões vizinhas. Por exemplo, 13 das famílias pesquisadas, coincidiram que na sua anterior moradia no Nabileque a vida era considerada mais estável pois havia uma relação estreita com a Prefeitura e os políticos locais—segundo eles—por uma boa organização comunitária. No Jacadigo passaram seis anos, após seu estabelecimento (em finais da década de 1980) para que o Estado apareça como um novo ator influente. Isso aconteceria através do MIRAD (na época da implantação INCRA) e da antiga EMPAER (hoje IDATERRA), já que o assentamento era considerado

[51] Região onde predomina o capim-carona (*Elyonurus muticus*) que é uma forrageira invasora geralmente em solos de pouca fertilidade.

área do MIRAD estando sob a responsabilidade até que os camponeses recebessem o título definitivo da terra. Neste sentido, pelo projeto do MIRAD,[52] a obtenção do título legal de posse, envolvendo as diversas fases, deveria durar aproximadamente de quatro a seis anos.

A partir da sua chegada –segundo comentam—o grau de dependência houve deles em relação ao estado era intenso. Na época muitos não tinham nem instrumentos de trabalho, a mata era fechada e os alimentos eram insuficientes para toda a família. Nos anos que se sucederam à instalação do grupo, os camponeses viveram sobre o gerenciamento do INCRA que, em meados da década de 1990, estabeleceu para a comunidade *"O Projeto de Assentamento Bocaina",* e, a partir daí, foram categorizados como ocupantes ou posseiros que desenvolvem suas atividades individualmente nas parcelas. No presente, são gerenciados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) através da sua entidade vinculada (INCRA). Apesar dessas mudanças, quando se revisam os documentos e dos escopos das *"políticas de assentamento",* propostos pelo então MIRAD/INRA, para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), percebe-se que, hoje, parece persistir a continuidade daqueles objetivos que priprizam, a necessidade de incorporar novas áreas com pouca vocação agrícola, além da sua capacidade.

> *"O Incra sempre falou da necessidade de apresentar produção, sempre disseram que nós éramos capazes e sabíamos que tínhamos um bom futuro" (A.E. Camponês).*

Apesar deste *"novo"* gerenciamento, o discurso não parece ter mudado, pois o *"progresso"* foi colocado sobre a responsabilidade de cada camponês, do próprio esforço e decisões da família. Isto é evidente segundo os relatos dos camponeses nas diversas reuniões recentes com o INCRA. No anterior PNRA determinava-se a ação do INCRA nos programas de colonização como paternalista. Hoje, recomendam a exploração racional da terra aos beneficiários da reforma assumindo o papel de agricultores familiares. Por outro lado, a instituição diz ter suficiente capacidade para dinamizar a economia e a vida social e cultural dos territórios. Ainda recomenda que o sucesso de qualquer plano depende, da ativa participação dos movimentos e das entidades da sociedade civil, devendo ser amplamente discutidos e desdobrados em planos regionais e estaduais, de tal forma que a estratégia de desenvolvimento rural neles contida possa, no diálogo democrático e criativo, com as diversas instituições, entidades e movimentos desdobrar-se em planos territoriais. (PNRA, 2003)

Tanto nos anteriores PNRA's, como no atual, sempre se falou de desenvolvimento a partir das bases, mas essa concepção, esse olhar do extensionismo, acreditando que com o tracejar de um novo horizonte, não é nada mais do que o velho discurso enfeitado, para querer mudar toda uma história de fracassos das entidades promotoras do desenvolvimento. Portanto, entende-se que questão agrária ainda é tratada com *"distanciamento",* uma vez que existe uma justificativa que com o pretexto de eliminar o paternalismo, transferiu a responsabilidade do desenvolvimento econômico e social aos camponeses, para a competência individual das famílias. Em diversas indagações aos técnicos do INCRA, sobre as reivindicações dos camponeses e as diferenças entre as unidades familiares, estes expressaram, que apesar de estarem eles melhor organizados em relação ao passado continuam aceitando sua atual situação sem questionar ou tomar iniciativas próprias:

[52] Para maior detalhe, revisar 1° Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – 1° PNRA. Brasília, DF, 1987.

> *"o governo não pode dar tudo, muitos dos técnicos sabemos o que é trabalhar duro no meio rural por experiência própria, sabemos como é sofrer no campo (A.O., camponês).*

> *"algumas famílias são mais encorajadas do que outras, pensam mais no mercado, se deslocam até as cidades, buscam , procuram, por isso têm mais dinheiro, outras preferem ficar em seu mato(I.E., camponês).*

Sob esse ponto de vista, tenta-se "*justificar"* à pobreza, como inerente ao camponês. Desta maneira, se isenta ao Estado de qualquer falha, que aparece imparcial e como prestando um benefício a esta classe social. Isso reflete-se nas entrevistas, pois muitas famílias disseram sentir-se coagidas ao fazer o cadastro para receber a bolsa-família ou ao exigir a perfuração de poços artesianos, coisas que –segundo eles—são mínimas. Neste sentido, as expectativas de desenvolvimento estão bem justificadas nos discursos oficiais, permeiam todas as relações dos camponeses com as autoridades e técnicos. Do outro modo, essa idéia parece estar também presente no discurso do IDATERRA. No primeiro contato com o chefe do escritório desta instituição, foi mencionado que os extensionistas tentam demonstrar que o sucesso da reforma agrária somente dependia da capacidade organizativa e iniciativa dos camponeses. "(...) *tem que ser evidenciado que a reforma agrária não foi feita em vão, tem de haver capacidade produtiva ".*

Por outro lado, este problema também pode ser percebido mais nitidamente quando analisado, a partir do acesso a financiamento pelos camponeses. O presidente do STRC comentava que, em Corumbá, antes do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA), na década de 1990, nenhuma entidade considerava as terras como garantia para financiamento e os empréstimos para o setor da pequena produção eram praticamente inexistentes; fato que tem atrapalhado o desenvolvimento rural. A partir dessa época, cresceu o interesse dos camponeses para criarem dispositivos que favoreçam o processo de ratificação de títulos e de regularização de posses de maneira definitiva. No Jacadigo, somente uma quarta parte das famílias recebeu este apoio. No entanto, as aspirações dos camponeses ficariam truncadas novamente com o desaparecimento do programa em 1994.

> *"O Procera era muito bom, se você estava dentro da área e tinha documento legal, não precisava escritura definitiva, você provou que esta legal então você tem, naquela época todo o mundo pegou esse financiamento, agora quem não aplicou teve problemas. O problema da assistência técnica, por exemplo, é não ser uma boa assistência técnica, nos precisávamos que fizessem um estudo técnico, de como pode ser aplicado para cada produtor, isso ai é que deixa a desejar. Esse financiamento anterior não teve essa garantia da assistência técnica, ou seja, o assentado que vem de uma luta muito desgastante, fome, lona preta, cansaço, humilhação, deve ser ensinado sobre como vai trabalhar a terra e aplicar corretamente" (E.S., camponês.)*

O ex-presidente da associação, A.O. explica que nos dois últimos anos, as famílias do Jacadigo enfrentaram uma série de problemas para ter acesso aos recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a dificuldade consistia na burocracia do trâmite com as agências bancárias em razão das famílias não possuírem títulos de propriedade (mesmo após vinte e três anos morando na área). Segundo ele o problema de não ter este título deve-se as constantes demarcações do INCRA e à incapacidade em ratificar posses ou títulos.

"eles sempre falam a mesma, fazem vistoria e o processo, mas nunca resolvem este problema de forma definitiva".

Segundo o diretor do MDA, em Corumbá, esta regularização não aconteceu devido a problemas de financiamento que o INCRA vinha enfrentando para delimitar tais áreas, afirma, ainda que logo que a terra é regularizada, o patrimônio dele aumenta em 50% ou mais, com o título de propriedade nas mãos:

"além disso, ele passa a ter acesso às políticas públicas: pode obter crédito rural, o que hoje, como posseiro, é muito complicado, além disso, pode usufruir de assistência técnica e outros instrumentos"

Por sua vez, o técnico do INCRA argumenta que os problemas são outros:

"muitos membros da comunidade principalmente os filhos que já cresceram querem aceder ao empréstimo, mas não têm documento de identidade que é um dos requisitos mais importantes (...) os camponeses estão sendo preparados para entrarem na lista de beneficiários do órgão e receber o mesmo tratamento de qualquer família assentada pelo Programa Nacional de Reforma agrária, as famílias pretendem unir-se para comprar máquinas e um triturador"

Em outra ocasião, numa reunião do IDATERRA com os camponeses para esclarecimentos sobre o PRONAF os camponeses associados foram convocados, pois os recursos desta instituição tinham sido liberados pelo governo; entretanto o programa apresentava-se ainda como distante para a maioria dos camponeses. De tal modo, foi explicado que, para terem acesso a este financiamento, os produtores precisavam fazer um pedido que deveria ser justificado segundo os objetivos da produção, somente dessa maneira o empréstimo poderia ser viabilizado pela Secretaria de Agricultura antes de ser concedido. Após o término da reunião as expectativas em torno do crédito geraram os seguintes planos entre os camponeses:

"poderia juntar o dinheiro entre vários de nós para contratar trator e destocar a área"

"aqui pode ser bem aplicada a criação porque o resto não dá, mas precisa de pasto, não adianta ter animal e não pasto. Para mim esse dinheiro não adianta."

"Antes disso, o IDATERRA deveria ensinar melhor todos nós, para ver quantos têm condição e quantos não, porque hoje não compensa trabalhar, se você não sabe botar direito o adubo, ou pegar semente boa, tem que utilizar bem o dinheiro"

A desconfiança por obter os empréstimos define a consciência do limite da produção camponesa. Num primeiro momento preocupam-se em garantir o pagamento da dívida bancária, o que os leva a canalizar seus esforços em direção da pecuária leiteira, não porque façam planos de ganhar muito dinheiro com a venda de leite, mas, pelo fato de acharem que o animal é um bem mais estável e de preço permanente em comparação com a lavoura. Em caso

de perdas, não terão o risco de pagar com a terra. Alem do mais, dadas as dificuldades de produzir na lavoura, a opção viável é a pecuária.

No entanto, quando os técnicos desta instituição foram entrevistados separadamente, foi comentado por eles foram que os motivos que levaram os agricultores a pedir este empréstimo não tinham necessariamente uma relação com a diversificação na oferta de produtos ou na compra de insumos e ferramentas. São poucos os produtores que tentaram fazer financiamento para a produção de hortifrutícolas e os pedidos de crédito não se encaminharam para a produção. O que eles justificaram nestes pedidos foi em muitos casos, a compra de bezerros, telhado, ou pequenas criações:

> *"depende muito de cada um, alguns não vão dar conta de utilizar bem o dinheiro, veja só nos pedidos que fizeram para o PRONAF em vez de comprar sementes ou fertilizantes, eles querem comprar porcos, ou, até, uma trituradora, não compreendem a utilidade do dinheiro".*

Esse entendimento da *"ineficiência do camponês"*nos leva a repensar sobre as proposições de Schultz (op. cit.,1965) *"os técnicos não entendem a complexidade daquela agricultura.* Além disso, a questão das diferenças individuais é muito difundida na sociedade capitalista, e legitimada pelas ciências humanas. Essas formas de descrever os comportamentos que "*ajudam"* a analisar as dificuldades, progressos e fracassos dos camponeses, negam os contextos sobre as quais essas diferenças são geradas, acusando as famílias como as determinantes do seu próprio fracasso. Portanto, essa justificativa que tenta ser imposta pelo Estado, através de suas agências, tenta reproduzir a hegemonia do capital monopolista. A ela acrescenta-se a noção liberdade de negociação e de oportunidade. No entanto, devido à crescente desigualdade pela concentração cada vez maior do capital, a idéia de igualdade de oportunidades ficou muito difícil de concretizar-se em casos que a pudessem confirmar. A ela, então, acrescentou-se a idéia das diferenças individuais, que justifica o sucesso de um ou fracasso de muitos.

Os que colocam essas expectativas são essas autoridades, esses técnicos que negam, em todo momento, existência do tradicional[53], a não ser que esta seja utilizada para fortalecer a realidade colonizada. Quer dizer, torna a cotidianidade do cidadão comum na "*desrazão" da "razão"*.Foucault afirma que*"a desrazão torna-se na razâo da razão, na medida em que a razão somente a reconhece quando pode possuí-la ou dominá-la"*.1999, p. 12) Dessa maneira, o tradicional, a pobreza extrema, o atraso e a opinião distorcida daqueles que menos possuem, apresentam-se num contexto ininteligível; principalmente, quando se trata de sobrepor a eles outras *"verdades"* mais importantes. As verdades dos que mais possuem, fazendo disto *a razão* e o ininteligível *a desrazão*. Portanto, é a tecnocracia que tenta fazer prevalecer seu discurso de *"verdade"* e que provocando a todo momento expectativa nos camponeses.

[53] A partir da negação do tradicional, segundo García Canclini (1989, p. 21) a modernidade é uma máscara. O autor descreve este processo como uma simulação elaborada pelas elites e os aparatos estatais, especificamente das que se ocupam da arte e a cultura. Pretendeu-se mostrar que se constituíam verdadeiros Estados multiculturais, mas, somente organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsistente; pretendeu-se mostrar que se formavam culturas nacionais, e apenas construíram culturas de elite deixando fora a enormes populações, indígenas e camponesas que evidenciam sua exclusão em revoltas populares e na migração que *"transtorna"* as cidades.

Essa forma de pensar cria um embate com suas próprias contradições quando vem à tona a percepção política da realidade que leva aos camponeses a notarem e a censurar as injustiças sociais existentes no país. A pobreza não é somente questão de alguns que não têm do que viver. Mas é uma questão política. Um sistema injusto na distribuição das riquezas socialmente geradas. A desigualdade não atinge somente os pobres, como a toda a nação. Assim, um discurso, uma proposta, é adaptada de diferentes formas e reelaborada na relação entre as classes, colocando as supostas verdades no lado oposto, descobrindo seus fundamentos e suas divergências internas. No entanto, esse processo não é espontâneo, pois é um discurso que elabora justificativas e as vezes também se contradiz. O relato do O.S., retrata essa questão:

> *"Aqui falta vontade política. Aqui os políticos não vêm aqui porque não têm gado. Mas eles gastam demais em outras coisa. Eles que se elegem têm que olhar para nós, para a irrigação, pois, sem isso, nós não temos nada. Por exemplo, você veio aqui para fazer um estudo é porque tem capacidade e também tem meios de subsistir, para comer, então aqui nos também queremos estar preparados e poder primeiro ter o sustento para sobreviver, e, depois, termos uma melhora de vida, com assistência técnica, irrigação, atenção ao pequeno produtor, aqui, o camponês é pobre porque não nos deixam progredir (...) somente quando ouviram falar de crédito para o pequeno que o partido político de Corumbá está começando a olhar para o pequenos estão aceitando mais a gente. Estão tentando integrar os outros, mas eles com a pequena produção, não vão olhar para a gente. Veja só se não fosse pelo grande o IDATERRA nem a EMBRAPA não estariam aqui"*

Observa-se, no que ele diz, uma consciência conflitante, que percebe a desigualdade entre classes sociais, porém elabora justificativas e projetos políticos que não levaram em conta o sentido verdadeiro das relações sociais de produção e as possibilidades de conquistas para sua classe camponesa. Esse pensar "*incongruente"* se constrói na mediação de suas lutas pelo Estado, ao mesmo tempo em que se organiza um movimento genuíno camponês. O INCRA dita as diretrizes da administração das propriedades, mas, apesar de tudo, os camponeses se organizam politicamente, participando das Comissões Estaduais e Nacional de Assentados. Muitos deles explicam que não receberam as propriedades *"por benefício"*, porque na verdade foram os interesses externos a sua classe, que os manteve marginados. Um deles comenta:

> *"(...) o INCRA tem o dever dar atenção, antes nós era o que tinha pedir esmola (...) a reforma Agrária, eu sempre falo que ela é a saída é a solução, num pais como o nosso que tem muito analfabeto, qual alternativa?. Então a reforma agrária, ela é a única solução, mas uma reforma agrária certa deve ser feita, completa, com toda a infra-estrutura, e com o fator principal, irrigação. Se nós conseguíssemos irrigar para cada produtor, se tirássemos água dos rios, se pudéssemos irrigar um hectare, por produtor a região seria um lugar sem agricultor pobre, porque água salgada não dá alimento para todos nós, a Reforma Agrária sem irrigação não se faz. Com irrigação, quem vive de melancia, feijão, vai plantar o ano inteiro."*

Na atualidade, outras entidades como o IDATERRA, CPAP-EMBRAPA, IBAMA Secretaria Municipal de Educação não exercem muita influência sobre os camponeses como o

MDA/INCRA. A prefeitura cumpre um papel complementar, ao qual os camponeses têm que encaminhar constantes pedidos.

O panorama atual criado com a gestão do MDA é que ele passa a ser titular da área (terra). Embora os próprios técnicos do MDA critiquem o fato do INCRA não ter regularizado, em todo esse tempo, as posses. Contudo, o que se mantém, na prática, é exatamente o que avaliam que deva ser mudado. Dessa forma, a Prefeitura, Partidos Políticos, e outras entidades passam a fazer papel de mediadores dos conflitos com o MDA ou vice-versa, isto é, o MDA/INCRA intervém junto às entidades pelos produtores (como é o caso da instalação em 2004 de luz elétrica). A política de gestão comum, prevista pelo INCRA inexiste. O que existe é uma espécie de protetor. Este tipo de relação que oscila entre a imposição e o assistencialismo (e há quem insinue o clientelismo político) dificultando o avanço de uma organização independente dos camponeses. Porém, o que o Estado deixou para os camponeses assentados foi a palavra *"Projeto"* para designar o trabalho do grupo. Na verdade, o Projeto é despojado de significado, não está solidificado, somente se refere a uma expectativa institucional. Entretanto, quando os camponeses se referem ao "*Projeto Bocaina"*, estão assumindo como próprias as expectativas de outros. Em conseqüência, é a partir dessa perspectiva institucional, que o camponês atua na sub-região.

Foto 9. *Pantanal de Barro Preto. A estrada fica encharcada o ano inteiro*

4.3.5 Relações entre cultura, natureza e ambiente

A percepção sobre as mudanças que vêm ocorrendo rapidamente na região, está presente no discurso daqueles que estão, desde o início da ocupação ou são filhos do lugar. O primeiro presidente da associação A. O., quem liderou a ocupação, há quase vinte cinco anos, referiu-se a uma época de abundância, irreversivelmente interrompida face a um meio empobrecido, contrastando com os vizinhos fazendeiros que vêem a floresta como um empecilho à valorização da terra, um obstáculo a ser vencido para agregar valor, principalmente aquelas matas dos locais mais elevados e livres de inundação. Hoje, essa difícil situação tem mais uma agravante: o problema da falta de água potável e para irrigação; esse recurso é obtido atualmente de vários minadouros onde se acumula, para, posteriormente, ser compartilhado entre as famílias, através de conexões com mangueiras.

Quando questionados sobre possíveis conflitos, gerados pelo seu uso, admitiram que em relação ao passado, hoje tem maiores problemas ao compartilhar o recurso de maneira eqüitativa, principalmente a partir do mês maio quando a seca torna-se intensa. Nessa época também existe o risco queimadas espontâneas. Por esta razão, alguns fazendeiros vizinhos abriram pilhetas ou poços tubulares (semi-artesianos) com sua própria draga para abrir as cavas nas partes mais altas e poder abastecer suas propriedades com este valioso recurso:

> *"Perto do Nabileque a seca é tão intensa que quando fizeram um poço com ajuda da prefeitura encontraram água com dezoito metro de profundidade, ai você vê os bichinhos e as aves que disputam a água das pilhetas com o gado (...) quando o boi escuta o barulho do motor da bomba ele logo chega na pilheta (...). Para o outro lado, perto de Recreio e Alegre são propriedades*

situadas no Pantanal do Paiaguás, enchia todo o tempo. Hoje, quem tem terra entre o porto São Pedro, na beira do rio Cuiabá, até o Taquari novo, no baixo Pantanal, está enfrentando a dura seca. Se o pantaneiro não estivesse descapitalizado, a seca seria benéfica, pois criaríamos alguns bois", (E.B., camponês).

O técnico da CPAP-EMBRAPA comenta que o sistema das pilhetas utilizado pelos pecuaristas não é o ideal num ambiente frágil como o Pantanal, mas é a alternativa que o fazendeiro encontrou para enfrentar a redução na oferta de água nesse período. As pilhetas são tanques de aço inoxidável circulares, instalados em cavas de quatro a cinco metros de profundidade que recebem água do lençol freático por bombeamento. *"Pode ter conseqüências negativas, como a redução do volume de águas subterrâneas, mais o fato é que, assim, o pantaneiro não só está salvando sua atividade econômica, mas contribuindo também para a manutenção da vida silvestre"*.

No referente à interpretação destes camponeses sobre o meio, em seus relatos reconhecem algumas fronteiras culturalmente definidas. Desta maneira, as explorações agrícolas ou pecuárias não somente acontecem pela simples razão de ser morador, pois −segundo comentam−"*o homem precisa constituir-se num verdadeiro conhecedor do pantanal"*.

Existem exemplos de interação na comunidade, entre a população local, o ambiente e a diversificação do uso da terra como resultado da adaptação de seus indivíduos. Assim, os camponeses distinguem muito bem os ambientes em que sua população apresenta-se adaptada:

"Este nosso Pantanal é um pantanal muito diferente, pois aqui é o pantanal de barro preto[54]*, que atola. É um problema este pantanal, aqui do Jacadigo, é muito problemático. O pantanal da Nhecolândia*[55]*, por exemplo, é diferente. É um Pantanal que enche, mas não prejudica, o gado pode caminhar, tem cinqüenta por cento seco, é areão. Este aqui é barro preto. Aqui não brinca. Então aqui a vaca morre atolada, o cavalo cai (...). Anda cavalo para você ver, o que eu falo lá na Nhecolândia, é um, aqui é outro. Aqui cavalo atola e olha lá, eu queria andar dois quilômetros, é dificílimo, cavalo atola mesmo" (A.R., Camponês)*

Neste sentido, as comparações com os *"outros pantanais"* são freqüentes, por exemplo, indicam que uma característica especial no Jacadigo são as *"madeiras"* ou seja, a vegetação arbórea das ladeiras baixas que está formada por espécies como Aroeira (*Schinus terebenthifolius)*, Piúva *(Tabebuia impetigosa)*, Paratudo (Tabebuia caraíba), não existentes em grandes quantidades no Pantanal mais próximo (Nhecolândia). Ainda, estas árvores funcionam como indicadores dos solos aptos ou inaptos para os cultivos. Estes locais para os agricultores podem ser bons, regulares ou que *"não dão nada"* para agricultura:

"Por exemplo, na Nhecolândia é um pantanal meio cerrado inclusive as madeiras são diferentes, lá tem Pequi, Jatobá, Lixeira, Canjiqueira, é outro

[54] A maior parte dos solos do Pantanal são arenosos e suportam pastagens naturais utilizadas pelos herbívoros nativos e pelo rebanho, introduzido pelos colonizadores da região. (Embrapa ,2004)

[55] Sub-região pantaneira caracterizada por grandes fazendas e pela existência de pousadas turísticas.

> *tipo de madeira e de terra, por isso o manejo é diferente, só que quando aqui seca aqui é melhor do que da Nhecolândia, o pasto cresce melhor, o boi engorda muito, lá o pasto é mais fraco é arenoso, Jacadigo e ruim de manejo mais bom de engorda, uma coisa compensa a outra...por isso que eu falo para você, nos somos pantaneiros. Outros de outro lugar não aclimata " (C.R., camponês).*

Poucas famílias compartilham suas propriedades quando há limitações de espaço. Elas manifestaram que a sobreexploração das terras levaria a uma piora na fertilidade do solo. Portanto, uma das poucas ações coletivas que praticam, principalmente entre vizinhos é a de compartilhar áreas de pastagens. Na região da servidão ocupada pelos pecuaristas, também existem complicações. Eles indicam que os solos daquelas áreas não têm aptidão para a agricultura e somente se limitam a manter seu gado. Por outro lado, existe também o obstáculo de encontrarem áreas secas, pelo qual devem procurar terrenos nas partes mais altas das morrarias. Quando o nível de água sobe muito, o gado se vê obrigado a ficar semanas caminhando e até dormindo nas pequenas lagoas que se formaram. Um bom sinal para saber se ocorrerá uma grande enchente é observar a quantidade da água no rio Paraguai. Se o nível deste ultrapassa os seis metros de profundidade então devem abandonar a área.

No referente a sua identificação como pantaneiros, dado o grande número de pessoas de outras regiões, que se estabeleceram em outros assentamentos vizinhos, existe entre os camponeses um discurso que se baseia em sua condição de *"estabelecidos"* e os de *"fora"* (Elias, 2000), ou na sua própria linguagem, os "*nativos"* e os "*recém chegados"*. Os nativos −segundo manifestam− são os que vivenciaram "*as águas, as secas os gados, os que conhecem"*; os recém-chegados são os imigrantes que aproveitaram sua luta e hoje pretendem ser o novos pantaneiros. Contudo, essa identificação não se resume somente a ser ou não ser pantaneiro, mas, na maneira em que ambos os grupos representam com óticas diversas as mudanças ambientais na região. Assim, as possibilidades das representações de uma mesma realidade podem ser descritas de maneiras variadas, já que as diferentes descrições podem ser respostas para qualquer uma dentre um grupo imenso de questões (Becker, 1993). Um exemplo claro disso evidencia-se quando, nas entrevistas, os de *recém-chegados* afirmavam que as mudanças na Lagoa do Jacadigo manifestam-se numa diminuição drástica das quantidades e variedades de peixe. No entanto, um velho conhecedor nativo da região, afirmava o contrário:

> "*Jacadigo nunca foi Lagoa de peixe, só quando o rio Paraguai subiu seis metro é que veio peixe, jacaré sempre teve, em todas as fazendas(...) esta região sempre foi seca a Bahia era muito pouco, ela é grande porque vem água de todos os lados, esses pintados são recentes, eles morreram quando água secou, mas a chegada de peixe foi recente... em noventa e quatro isto aqui secou, depois choveu tanto que encheu tudo" (A.R., camponês).*

Por outro lado, uma busca por adaptação contínua dos *nativos* sintetiza-se na idéia de considerar que a formação de um aterro circular na Lagoa do Jacadigo reproduzindo de certa forma as práticas dos antigos moradores, o que ajudaria sobremaneira a resolver seus problemas vista suas limitações com o tamanho do terreno;.

"Se o INCRA viesse e fizesse pra nós um aterro circular e um acesso no meio da Lagoa como se fosse um capão[56], aí isso seria uma solução para nós, para nossas criações, um trator da conta de isso, esses três aterros seriam ótimos para nós, e não afeta a lagoa, é uma boa , vai beneficiar a todos, os bichos ficam misturados, é uma ótima solução, não vai acabar coma a fauna nem com flora, e ótimo para todos nós" (J.M. camponês).

Neste sentido, entende-se que as questões relativas a sua vivência com a Lagoa e com o *"barro do pantanal"* estão em relação direta com a identidade destes pantaneiros e com a terra, uma vez que transformam seus hábitos, segundo sua visão objetiva e suas idéias transformadas em ação atuam como referência para o conjunto dos seus conhecimentos e influência das decisões cotidianas. Este sentimento de pertença e dependência mútuas leva o agricultor a entender as águas e a terra não somente como sua propriedade, mas como uma parte integrante de si próprio. Berger e Luckmann (1974) ilustraram esta perspectiva indicando que "*o processo de tornar-se homem se efetua na correlação com o ambiente, ou seja, que seu desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural social e específica*" *(ibid.:p. 71).*

Destaca-se, assim, que as vivências destas famílias lhes permitiram resistir em mais de três décadas a vários estados de "*sucessão ecológica*[57]", enfrentando situações de muita instabilidade, pois no processo de adaptação às contingências do ambiente natural encontram suas forças, alguns se acomodando continuamente ao seu meio: "*as atividades humanas têm nos limites do próprio meio um fator de equilíbrio de sua extensão e intensidade"* (Cândido, p.1987).

Com este panorama e interações, os conhecimentos comuns e tácitos da vida comunitária, da sua cultura devem ser destacados, pois eles permitem participar das situações que constituem sua vida social, das redes de conversa e de como agir em situações de conflito. Para estes atores sociais a confrontação, integração, coabitação, coexistência são elementos que indicam componentes de uma realidade social onde o meio ambiente é um forte elemento construtor de identidades. Este componente é uma medida essencial da vida, seja individual ou coletiva, personificada na relação espacial destes com o local onde moram.

4.4 Balanço dos resultados

Os esquemas que delineiam a estrutura da comunidade estão delimitados por aspectos contingências que compõem o meio circundante, mas também a sua interação com o Estado. Entretanto, as famílias, principalmente as estabelecidas, há varias gerações adaptam-se ao que o ambiente lhes oferece e o modificam pouco, pois ainda dependem em alto grau da sua herança cultural e das condições físicas e biológicas do meio. Sua historia de luta é maior, face às estruturas agrárias regionais, que desafiam sua convivência equilibrada com o meio, ainda, soma-se a isto a alteração do ciclo hídrico da lagoa, diminuição da suas áreas de cultivo, problemas com suas criações, e a saída das pessoas mais jovens do meio rural.

[56] Denominação dada pelos habitantes do Pantanal a pequenas concentrações circulares de um monte alto e de vegetação rala. Trata-se de montículos de terra, que podem alcançar até dois metros de alto por 100 metros de diâmetro e são o resultado combinado da atividade natural e humana. (Schmitz , op. cit)

[57] Hawley (1986), entende que a sucessão ecológica é um processo pelo qual os ecossistemas mudam, ou quando ocorrer alguma mudança de aspectos do ambiente físico, como, por exemplo, a quantidade de chuva, aumento ou diminuição de uma determinada espécie.

Assim, neste meio, quando as pessoas tentam sobreviver, elas o fazem estabelecendo relações com outros atores que podem estar presentes, mas, muitas vezes, estão ausentes das atividades de seu dia-a-dia. O contato com esses atores é tão importante quanto o acesso aos recursos materiais na determinação das estratégias de reprodução, pois tais relações tornam-se quase mecanismos condicionais, pelos quais os recursos são distribuídos e demandados. No entanto, existem outras condições que o desenvolvimento local requer para que a comunidade tenha acesso à disponibilidade aos recursos naturais e econômicos. Neste sentido Bebbignton (1999) ressalta que os ativos: capital produtivo, capital humano, capital natural, capital cultural e capital social, configuram-se como os elementos pelos quais as pessoas dão um significado ao mundo, constroem uma identidade e agem. Assim, a construção da identidade é um ponto sobre o qual devemos enfatizar neste estudo. Primeiramente porque as pessoas da comunidade do Jacadigo têm uma origem diversa, e, segundo, porque o modo pelo qual são enxergados pelos outros grupos também difere do seu próprio autoconceito (self[58]).Ao estabelecer formas de intercâmbio com seu meio e as outras sociedades, os múltiplos atores se organizam em torno de uma identidade coletiva com valores e símbolos.

A cultura como um meio de intercâmbio e de comunicação está estreitamente ligada à noção de território. Identifica-se que em alguns problemas específicos de identidade cultural a importância do território é o foco dos conflitos ou objeto de oposição entre grupos. O simples fato da coexistência de várias culturas num mesmo território não significa necessariamente um conflito. Contudo, há situações em que os grupos de fato se desencontram. Nestas, é muito comum encontrar a situação paradoxal de depreciação ou supervalorização de características no outro grupo. Nas entrevistas os camponeses, constantemente emitiam atribuições sociais[59]: ao tempo enfatizar as dificuldades do manejo das roças e das águas, como fatos que somente eles poderiam sustentar.

> *"Esse pessoal de assentados novo não conhecem a terra aqui no Jacadigo nem mesmo os técnicos do INCRA, só mesmo um pantaneiro que nasceu aqui que criou aqui" (C.R., Camponês).*

> *"Na verdade quem prejudica é quem não é pantaneiro. Ninguém deles pode mexer na Bahia, aqui ninguém pode fazer uma cerca. O pantanal é mais forte" (A.O., Camponês)*

Outro exemplo acontece quando nos referimos ao Jacadigo como Projeto de Assentamento Bocaina. Apesar de que as agências estaduais locais consideram o grupo dos camponeses como assentamento rural, eles não se enxergam como parte dos modelos dos novos programas de assentamentos rurais estabelecidos pelo INCRA, tanto que nas entrevistas estas pessoas sempre ressaltaram que a comunidade não é um assentamento e quando se menciona este termo como denominação da comunidade, se referem da seguinte maneira:

[58] A partir da perspectiva sociológica e o *self* o conjunto de percepções sobre o que nós somos é a relação aos outros sistemas sociais. O *self* e socialmente construído, pois ele se molda através de interação com outros grupos e também por utilizar materiais sociais sobre a forma de imagens e idéias culturais. (Roemberg, 1979).

[59] Para Bierhoff, (1989) as atribuições sociais são um processo pelo qual as pessoas tentam explicar como outras pessoas se comportam e parecem, especialmente em termos da motivação das mesmas.

"Aqui não é assentamento, aqui é camponês- posseiro" (B.C., camponês).

"Hoje nós temos a posse da propriedade, mais nos somos uma comunidade de pequeno produtor, nós não somos assentamento rural" (P.V. ,camponês.)

"Não, a Bocaina não é assentamento, eles são retireiros" (R.R., pecuarista).

"Na verdade eles são assentados há quase 25 anos, na época não tinha um programa determinado e específico de assentamento na região como tem hoje" (E.C. técnico do INCRA).

A questão da identidade vai além do autoconceito, porque os grupos acabam imprimindo uma característica particular que lhes permite identificar alternativas e buscar de soluções aos problemas presentes, da maneira em que Delgado (2001) explica:

"(...) esse processo de reconhecer-se,identificar-se, contribui à edificação de poder das instituições representativas das comunidades, capaz de dar-lhes condições de reproduzir-se socialmente e de desafiar e mudar as normas e regras, formais e informais, que governam o controle e uso de recursos" (id.:68).

Por outro lado o estudo da relação entre os moradores do Jacadigo, sua relação com o Pantanal e com a Lagoa do Jacadigo, permite observar que os elementos do meio ambiente natural têm um papel de motivação, e de inibição em respeito as suas necessidades objetivas. Sua convivência marcada pela mudança do entorno, apresenta por sua vez algumas alternativas na perspectiva da sustentabilidade ao nível da comunidade. O saber dos nativos pantaneiros afetado pelas constantes mudanças no contexto social e ambiental é fator que pode constituir-se em instrumento preservador da região.

Na comunidade os agricultores relacionam a questão ambiental a questões sociais que os afastam do resto da sociedade. A falta de condições de trabalho pode levar a degradação da natureza humana e, conseqüentemente, a caminhos errados que atingem toda a sociedade. Dispor de terra e não dispor de meio de trabalho significa degradação dos valores morais, a marginalização, por conseguinte, problemas econômicos. Se o agricultor não planta, cai a oferta de alimentos, elevando os preços dos produtos agrícolas. Mas também o agricultor sem renda, fica impossibilitado de oferecer produtos, como as necessidades não deixam de existir, ocorre a exclusão de uma camada denominada "*inapta"* aos requerimentos do consumo, à margem do processo produtivo em seus dois extremos: a venda e a compra.

"A pessoa tem a terra e não pode trabalhar. A carestia que nem tá, fica em falta das coisas. Aí que tem, preço lá em cima? e fica a fome danada, por causa disso. Por isso o que tá essa carestia brava- as terras parada. Não pode plantar, aí vem a fome e a falta e aí vem o preço e vem tudo" (E.S, camponês).

O desenvolvimento da auto-suficiência local estabelece o melhoramento da qualidade de vida em relação ao modelo anterior e estabelece como premissa um enfoque de desenvolvimento endógeno, potencializando as capacidades internas das comunidades. É uma oposição às práticas precedentes que reforçavam o modelo imposto de fora (Terry, 2002). Observa-se, na comunidade de Jacadigo, que existem muitas tarefas a serem feitas para

favorecer a comunidade. Evidencia-se a falta de desenvolvimento local que atue na potencialização das forças endógenas da comunidade. Apesar das dificuldades dos camponeses, têm lideranças com muita capacidade de reflexão, análise e de trabalho em grupo. No entanto, ainda são influenciados pelos pequenos pecuaristas que atuam como seus interlocutores e estabelecem relações com um maior número de instituições locais, enquanto eles limitam-se ao STRC e ao INCRA.

Outro aspecto a ser melhorado em relação à auto-suficiência é aquele referente ao autoconsumo. A maioria das famílias não produz o suficiente como para subsistir, quase todos eles procuram outras fontes de renda para complementarem o orçamento familiar. Quem lembra do passado comenta que várias famílias de camponeses já venderam muita verdura e muito leite. Esta situação mudou drasticamente com a chegada dos novos assentamentos que, ao competir com eles nesse setor praticamente eliminou sua fonte de renda. Estas pessoas deveriam ser contempladas com subsídios diversos, porque está sendo quebrado um ciclo de várias décadas de conhecimento sobre o manejo para este tipo de ecossistema.

Finalmente, o corpo social que se forma na interação entre os camponeses, a partir de um "Projeto",. pressupõe comunicação, que somente aconteceria entre todas as famílias. No entanto, os sujeitos da comunidade possuem formas individualistas de se adaptarem ao mundo, não havendo incorporação mecânica de um projeto que julga inserir uma "*massa disforme"* que passa a habitarem um mesmo espaço geográfico. Porém, ela não é somente uma "*massa"* que chega ao Jacadigo, são sujeitos de uma mesma classe social, que atuando em comunidade, exercem papéis e ocupam posições. Essa comunidade, que se forma, está inserida em uma rede de relações muito ampla, que passa pelo Município, pelo Estado e pela Nação. O significado restrito do *"Projeto de Assentamento Bocaina"* é transmitido pelo Estado na sua materialidade local. Mas existe em um sentido amplo, impondo-se de maneira subliminar como Plano de Governo. O resultado desse processo é uma comunidade que não se nomeia como tal, mas possui um corpo social, que quer crescer, com serviços básicos, espaços públicos e reconhecimento social, mantendo-se a competitividade entre os elementos que compõem esse corpo.

Contudo, nas agências locais principalmente o INCRA, o que se ouve falar é sobre o Projeto de Assentamento Bocaina. Para se tecer análise sobre essa questão, deve definir-se o que é a palavra comunidade, que para esta pesquisa teve o significado de um corpo social que possui regras comuns de convívio. Dentro dessa conceituação limitada, pode-se dizer que o Projeto de Assentamento Bocaina é uma comunidade que luta, internamente, para não desagregar-se, marcada desde o início por um "Projeto" que não é seu. O "Projeto" constituído para eles, apesar de vago, não é mais o projeto de vida que construíram ao longo dos últimos anos. Hoje, a comunidade talvez não se apresente fortemente como um projeto coletivo, mas é comum e está na representação de todos que atualmente a conformam.

Na atualidade, o Projeto, estrutura-se como um programa de desenvolvimento econômico-social. Um programa cujas diretrizes foram difundidas pelo Estado, mas cujas condições objetivas não têm sido oferecidas. Desta maneira, é uma tarefa exclusiva dos camponeses torná-lo um fato. No entanto, os camponeses do Jacadigo, ao incorporarem o Projeto, criaram uma comunidade, um grupo social, mas não é possível tentar a consolidar um Projeto, que deveria ser, fundamentalmente social, de forma isolada. O sentimento de grupo que se forma emerge da consciência de fazer parte dele, ou seja, não é mais somente o *"sentimento de pertencer ao lugar"*. Portanto, qualquer processo compartilhado, mesmo externo e até imposto pode fazer parte da formação de uma comunidade.

Entretanto, como os planos rumo à individualização e ao mercado exerecem muita influência, nenhuma relação parece evadir seus domínios, estes geram diferenciações sociais e com isso incompatibilidades. De maneira natural, o que se espera de qualquer comunidade, é que ela esteja predisposta a diferenciar-se, gerando novas classes ou frações de classe, o que irromperá com aquilo que os aproximava. Mas também é esperado que um grupo com fortes enraizamentos tradicionais mantenha muito intacta a sua bagagem cultural. Assim, a comunidade é propensa a diferenciar-se socialmente, a não ser que se torne estática. Neste sentido, os camponeses do Jacadigo, que se organizam rigidamente em torno de uma estrutura comunitária geram constantemente conflitos. Em conseqüência a luta da sua classe social não evoluirá se ela restringe-se somente à busca por bens e serviços comunitários.

CAPÍTULO V

QUEM SÃO OS LOCAIS ?

5.1 Análise dos casos

Este estudo tentou apresentar, em seus diferentes capítulos, a evolução dos processos agrários numa região Pantaneira e a resposta das populações locais às propostas de desenvolvimento pensadas, principalmente, pelos planejadores dos órgãos públicos. Com a finalidade de *"conhecê-las",* estabeleceu-se um objetivo geral: "*conhecer os elementos sócio-ambientais expressos na forma de práticas de manejo local que os camponeses pantaneiros constroem, vivenciam ou utilizam para lidar com as transformações que chegam na forma de novos processos agrários, ou tecnologias produtivas em seu espaço social e geográfico"*. Para obter uma visão mais ampla desta realidade, procurou-se por situações diferenciadas que determinaram a escolha de duas comunidades fronteiriças localizadas no Brasil e na Bolívia. Os objetivos particulares trataram de conformar o âmbito sociocultural, político, religioso e econômico que circundam estas comunidades. Assim, neste capítulo, para analisar os resultados dos estudos de caso, adotou-se a metodologia descrita no Capítulo I (seção 1.4), consistente na analogia, contraste e generalização.

Em um estudo deste tipo, em nível comunitário, não se podem deixar de lado as questões macrorregionais, ou até de vizinhança de outras comunidades. Ao longo da tese tentou-se tocar nestes assuntos da maneira mais sutil, porém, mostrando o panorama da economia política regional. Neste sentido, para descrever o "*local"* teve-se muitas vezes que fazer idas e voltas da macrorregião para a microrregião e vice-versa, para, aos poucos, entender a complexidade da combinação de variáveis sociais, políticas, biológicas e físicas.

Nesses termos, devemos iniciar indicando que, no trabalho de campo, em todos os períodos da pesquisa percebeu-se que ambas as comunidades estão vivenciando um momento de transição muito importante não somente no nível socioeconômico, mas, principalmente, ambiental, pois o debate gerado em torno a temas como o acesso à terra e de maneira geral à preservação do hábitat parece ter-se inserido na forma de um discurso argumentativo contra da defesa das "*matas"*. Tais comunidades almejam por receber ajuda externa, contudo sem que isto envolva muito compromisso. Visivelmente, as lições do passado criaram-lhes uma certa desconfiança porquanto o que foi entregue influenciou, de maneira negativa no seu próprio bem-estar e, até mesmo, na sua própria sobrevivência. Esta atitude é conseqüência de anos de políticas que contemplaram somente uma parcela da população. Estas políticas num primeiro momento consideravam o camponês como simples mão-de-obra, e num outro como uma personagem que gerava a desordem social. O que eles esperam, de qualquer processo, no meio rural, segundo estas populações, é obter a articulação social e econômica. Estas anseiam obter um dialogo flexível com os interesses dos setores que formam as comunidades. De outro lado, a complexidade sociocultural da região é um panorama que deve de ser estudado com anterioridade para estabelecer qualquer estratégia de aproximação.

O Pantanal que, no passado, foi habitado somente por sociedades originárias hoje tornou-se uma região complexa, porquanto as sociedades que se estabeleceram mais tarde têm incorporado suas próprias orientações históricas. Vale a pena lembrar que as sociedades "*pantaneiras",* antes da colônia, eram sociedades que tiveram sua reprodução social sem precisar de um estado político próprio. Os diferentes grupos sociais que são parte destes processos (índios, mestiços, caboclos, negros, e brancos) são atualmente parte marcante das diferenças, mas também das similaridades que são criadas e evidenciadas nas inter-relações sociais.

No entanto, no processo de recriação destes espaços, ainda existem os *"impactos culturais"*. Neste contexto, a apropriação dos ambientes manifesta-se por estes pantaneiros, principalmente, através da disputa por impor sua cultura, mecanismo que possibilita a incorporação de novos elementos sociais e naturais que existem em cada um dos diferentes atores. A incorporação significa, neste contexto, a reinterpretação de todo elemento alheio e natural que é adaptado às formas de vida social. Em virtude disso, em se tratando das relações entre técnicos e populações rurais, são os técnicos os que devem "*recriar"* essa disputa, não impondo, mas aceitando o outro, de maneira que a afinidade entre ambos possa crescer. Um camponês do Jacadigo descrevia esta situação com uma historia própria:

> *"quando os bichos da mata tipo aquele gato do mato que a gente viu, ou até mesmo os inseto colorido se sente ameaçado, é porque o predador fica pertinho, eles ficam quetinho rapaz (...) não se mexem até que o outro bicho for embora".*

Com essas palavras, pode-se fazer uma analogia para a conformação de uma estratégia entre o agente externo e a comunidade que sempre deveria esperar para que a comunidade tome as decisões, seja aceitando ou rejeitando qualquer processo. De não ser assim, a própria comunidade sente-se agredida e torna-se numa *"predadora dos estranhos"*.

Nas várias reuniões, palestras e simpósios aos quais se assistiu na cidade de Corumbá sobre os aspectos socioeconômicos do Pantanal, pode-se advertir que apesar do crescente interesse sobre a preservação do bioma, os temas colocados como o centro do debate focaram os aspectos físicos, biológicos e de produção; que sempre tiveram uma maior relevância em relação aos assuntos relacionados à temática sociocultural e de relações homem/natureza. Longe de fazer uma crítica aos eventos, houve um depoimento que chamou a atenção e que foi enunciado pelo presidente nacional da EMBRAPA. Este referia-se ao fato de que, hoje, no, Pantanal, existe um modelo produtivo que, embora tenha seus problemas e contradições precisa-ser analisado de todas as formas possíveis para obter um rumo que leve ao bem-estar social e ambiental; pode ser comparado como um "*barco no meio do mar que não poderia parar, pois estava numa competição, e que precisava ser arrumado para continuar a viagem"*. Por outro lado, salientou que os técnicos brasileiros por pertencer ao país que possui a maior superfície pantaneira, e pela maior disponibilidade de recursos, tinham a responsabilidade de preocupar-se com os pantanais dos países vizinhos.

A respeito da primeira frase da declaração, pode-se refletir que, apesar das boas intenções dos técnicos, observa-se ainda a grande distância e separação entre um mundo ligado aos tempos de recriação da natureza e um mundo imbricado na premissa de que o tempo é dinheiro. Fez compreender que cada conjunto de seres humanos, tradicionais ou modernos, possui seus tempos para realizar seus diversos projetos de vida.

A impressão que se obteve das comunidades foi que, num primeiro momento, o pensamento tradicional tem pouco conhecimento sobre a crise ambiental do planeta, pois essas questões globais são pouco conhecidas. Contudo, seu conhecimento ambiental consiste, antes de tudo, em preservar o que lhe dá sustento. Por outro lado, a sociedade moderna que possui os meios de informação suficiente para saber o que esta crise implica para a humanidade, que não utiliza esse conhecimento apropriadamente para frear a devastação e as soluções freqüentemente apontadas para diminuir a crise desses pantanais baseiam-se no seguinte:

a) tirar as populações onde os ecossistemas ainda estão em excelentes condições, para aproveitá-los como novas fronteiras agrícolas-pecuárias; utilizá-los como concessões florestais, ou, ainda, para torná-los parques ecológicos ou áreas ecológicas restringidas;

b) deixar aos habitantes nativos no local e conferir-lhes o papel de guardiões da floresta, porém, sem fornecer mecanismos de sobrevivência.

Nas entrevistas, no Jacadigo alguns camponeses não entendiam porque eram cobrados para ter uma produção diversificada para o mercado, quando os solos têm limitações. Não existe água para irrigar e há dificuldades para destocar espaços da sua própria floresta. No entanto, ao mesmo tempo na época das queimadas em Corumbá, os fazendeiros habilitam grandes extensões de mata alta. Por outro lado, em El Salão estavam confundidos, porquanto por si mesmos não entendiam se o processo de *saneamiento* era um programa de legalização da posse da terra, um programa produtivo ou um programa de ajuda econômica. Na verdade, era tudo tão difuso que, aparentemente, os camponeses estavam desistindo da luta por recuperar o território ocupado pelos fazendeiros. No caso do Jacadigo, as questões a respeito do camponês sempre foram tratadas como algo de pouca importância; por exemplo, quando pediam licença para desmatar porções de mata ou mesmo quando pretendiam solicitar financiamentos ao PRONAF, não se conhecia porque os processos estavam detidos.

Observa-se que as instâncias promotoras da sustentabilidade concedem licenças e financiamento em tempos imprevistos, ou fazem ouvidos surdos pela influência de um poder externo. Em realidade, na região, a burocracia não está acoplada à recriação da natureza. Vive num mundo de "*argamassa"* onde o mais próximo à natureza é um jardim urbano. Em conseqüência desta desatenção. Geram-se os problemas ambientais como a queima desenfreada, alagamento, seca extrema e a perda de espécies da fauna. Apesar disso, muitas famílias, nas comunidades, ainda acreditam que a selva pode recuperar-se por si só, sem precisar do ser humano, é claro na condição do afastamento dos invasores.

Assim, as duas soluções propostas pelos promotores desenvolvimento mencionadas acima fazem parte da mística do discurso do desenvolvimento sustentável institucionalizado. É, neste sentido, que parecem estabelecer-se os novos programas instalados em ambas as comunidades. Portanto, a situação de *"desconhecimento"* das populações como dos impactos a futuro dos programas, ou melhor, dito das suas "*intenções"*, é um elemento que impede a evolução de qualquer processo agrário.

5.1.2 As estratégias nas roças

Uma revisão na literatura sobre as estratégias camponesas mostra que se utilizam várias formulações para a definição deste conceito: estratégias de subsistência, sobrevivência, adaptativas ou de emergência. No entanto, às vezes, não fica clara a diferença entre elas.

Alguns autores preferem não utilizar o termo "*estratégias de sobrevivência",* porque se criaria a impressão que se trata somente de sobreviver e não de melhorar sua situação. Isto leva a fazer algumas distinções entre os conceitos de estratégia e adaptação.

Vierter (1988) descreve a adaptação como uma mudança cultural resultante de uma variada gama de características funcionais internas como resposta aos sistemas socioculturais, e condições físicas e humanas externas; levando em consideração a adaptação das culturas do século XX a seus ambientes, enfatiza que não devemos interpretar que esta seja *"melhor ou vantajosa"* para os indivíduos:

> *"Pelo contrário, adaptar-se, significou em muitos casos, sobreviver por meio a numerosas concessões, por vezes com altos custos morais. Adaptar-se significa apenas lograr sobreviver, não extinguir-se como cultura como grupo étnico. Se esta adaptação representa um progresso, este é sempre relativo, podendo muitas vezes, manifestar-s e por perdas culturais ou involuções, o que significa ser inevitável manter a idéia de uma evolução em linha ascendente ou a crença na inevitabilidade do progresso" (id. p.20).*

Por outro lado, Ellis (1997:15 Apud Carter, 1992) descreve a estratégia como uma reação involuntária para manter suas condições de vida, diante de uma situação de ameaça a suas fontes de sobrevivência. Em conseqüência, adaptar-se significa introduzir mudanças permanentes no estilo de vida, quando se enfrentam circunstâncias flutuantes, enquanto que a estratégia trata de manter as condições de vida atuais diante de uma ameaça.

O conceito que abrange estas características, elaborado pelo *Projeto de Investigación sobre estratégias de Desarrollo* - PIED –Andino, descreve que a estratégia camponesa pode ser considerada como a maneira em que as famílias respondem diante de oportunidades e limitações, organizando seus recursos disponíveis ou as limitações criadas pelo contexto externo (situação agora ecológica, acesso ao mercado, infra-estrutura, e grau de organização) e à disponibilidade de recursos a nível familiar (força de trabalho, terra, água, animais e capital), o que ressurge de uma determinada combinação e seqüência de práticas inter-relacionadas) (PIED-andino, 1996). Até mesmo em grupos de famílias vizinhas de uma comunidade, as decisões finais em relação aos recursos produtivos são determinadas pelos objetivos e prioridades que elas tenham.

Nas comunidades estudadas, evidencia-se a utilização de várias estratégias adaptadas a esse contexto cultural e ambiental. Eles possuem sistemas produtivos que têm como base um sistema familiar de produção. No caso dos camponeses as redes familiares não são fortemente estruturadas e as famílias parecem tomar o rumo à individualização. No caso indígena, a maioria das famílias mantém, com arraigo, seus costumes tradicionais e de trabalho coletivo, o que permite estabelecer um tipo de rede mais forte. Em ambas as situações, quando existe salário, ele é gerado na venda da mão-de-obra nas fazendas, na migração temporal e na comercialização nas feiras locais.

Na comunidade indígena, para a maioria das famílias o salário é inexistente e depende da força de trabalho que está integrada pelos indivíduos que conformam os "*lares*". Por outro lado existe um grupo que se afasta cada vez mais do sistema coletivo e incorpora a visão mercantil ao campo. Eles obtêm uma parte da sua renda na venda de hortaliças. Para os que não têm renda, os gastos imprevistos podem ser pagos com animais originados da caça, ou pela venda de lenha. No Jacadigo, as poupanças estão presentes, nas capoeiras e nos animais de curral que servem para um *"gasto"* imprevisto.

A infra-estrutura biofísica dessas regiões caracteriza-se por serem zonas com pouca aptidão agrícola, somado ao fato que, na atualidade, a seca extrema é o fator mais limitante do que a inundação para qualquer tipo de produção programada; os pantaneiros procuram água potável perfurando poços artesianos que ajudam a acalmar as necessidades físicas.

Por outro lado, as decisões para semear a terra, antes baseadas na definição dos espaços específicos, hoje são determinados pelo tamanho das áreas não susceptíveis a inundação, mas também das permissões dos fazendeiros e do Estado. As ferramentas de trabalho são muito simples, embora tenham algumas pequenas diferenças. A síntese dessas praticas produtivas e resumida no quadro a seguir:

Quadro 2. Sistema produtivo tradicional do Jacadigo e El Salao

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	JACADIGO	EL SALAO
ENERGIA	• Uso de lenha, energia elétrica.	• Uso de lenha, e painéis solares, mas estes últimos são insuficientes.
REGIME DE PROPRIEDADE	• Posse da terra familiar, regulada pelo INCRA. A Servidão pecuária exerce muita influência sobre a comunidade	• Propriedade comunitária + propriedade individual+ propriedade privada (consideram próprias as terras dos fazendeiros)
AUTO-SUFICIÊNCIA	• Toda a produção de feijão é para o autoconsumo, das vinte famílias estudadas nenhuma mais produz arroz. • Metade do grupo pesquisado reconheceu receber bolsa família. • Vendem animais domésticos para melhorar a renda	• Mesmo com o trabalho coletivo torna-se difícil manter a todas as famílias bem alimentadas. Desta maneira a individualização e a produção para o mercado é uma opção viável para algumas famílias. • Não recebem nenhum tipo de subsidio do estado. • Vendem animais originados da caça.
FORÇA DE TRABALHO	• Familiar; paras as criações pode ser interfamiliar. • Poucas famílias fazem uso da tração animal.	• Coletivo; Familiar • Somente os que se dedicam à horticultura utilizam tração animal
DIVERSIDADE ÉTNICA/AMBIENTAL	• Miscigenação de populações indígenas locais com afrodescendetes ou brancos. • Pantanal menos arenoso e com mais terra preta, rodeada pelas morrarias com mata de submontana.	• Todos são chiquitanos • É um pantanal alto, influenciado pelo Pantanal de Otuquis, é menos suscetível a alagação. Florestas chiquitanas do cerrado transicionais ao Chaco e ao Pantanal.
FERRAMENTAS E PRODUTOS	• Enxada, machado e foice • No passado obtiveram financiamento do PROCERA. Hoje tramitam financiamentos através do PRONAF • Pouca diversificação para frutas • Alguns vendem Leite	• Uso de picota (enxada modificada), machete e pala •Tiveram financiamento pelo PDPI. Hoje o acesso a financiamento agrícola/pecuário é nulo. • As famílias que produzem para o mercado plantam principalmente abóbora, mandioca, quiabo.
REJEITOS	• Uso de produtos externos não degradáveis, tanto na produção tradicional (agroquímicos) como de uso doméstico.	• As famílias que produzem para o mercado compram adubo orgânico, mais contaminam os pequenos córregos de água doce.
TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO	•Tradicional + Moderno (ensinado através das escolas do nível primário com características quantitativas transferido através da linguagem escrita e visual, com uma certa relação à vida comunitária através da introdução da educação ambiental)	•Tradicional: amalgama de conhecimentos objetivos e subjetivos transmitidos oralmente construindo a memória histórica individual e coletiva
COSMOVISÃO	• A vivência tão estreita com a Lagoa está em relação direta com sua identidade e com seus hábitos levando a considerar os pântanos como mais do que uma entidade física. Os rituais de intercambio com a natureza acontecem em suas roças, mas também através das festas religiosas católicas ou evangélicas.	• Crença de que cada lugar tem um dono, da mesma maneira os animais; existem alguns rituais de troca com a natureza. A religião é mista pela influência da igreja católica. Negam a introdução de elementos da cosmovisão andina.

Fonte: Elaboração própria a partir da proposta de Toledo (l995)

Poucas vezes os pantaneiros do Jacadigo, podem estocar alimentos como o milho, principalmente por questões climáticas (alta umidade) ou por uma colheita feita em tempo impróprio (março-abril), já que o milho nestas condições "*caruncha",* com muita facilidade, e deve ser vendido ou consumido logo. O milho, colhido de maio a junho, depois do início da temporada do frio, dura mais em paióis bem arejados, e pode, até, passar em bom estado de um ano para outro. Trata-se neste caso, de paióis compartidos entre várias famílias. As variedades de milho utilizadas para consumo em ambas as comunidades são diferentes, mas, no Jacadigo, para a alimentação de pintos utilizam o denominado "*milho branco boliviano",* trazido pelas populações vizinhas dos vales centrais do país vizinho. Este, devido a sua moleza, é muito apreciado pelos chiquitanos que o consomem assado ou torrado, mesmo depois de seco. Em El Salão, estocar este milho branco é sinal de boa sorte para o seguinte ano, pois significa que terão grão tanto para consumo como para semear. No entanto, quando pretender usar o grão para semear, requer-se investimento monetizado (arrendar tração animal) além de tempo e esforço; portanto, esta tarefa somente é realizada graças ao trabalho coletivo, que dispensa o gasto em dinheiro. No Jacadigo, os chefes de famílias, com maior idade e com os filhos fora da comunidade, não enxergam com muito entusiasmo a oportunidade de guardar uma parte das sementes de milho, pois acreditam que é perda de tempo e de esforço porque o preço que obteriam na suposta venda não compensaria o investido[60].

Em El Salão, para *"reviver"* as terras e prevenir-se contra as pestes uma forma ancestral de trabalho consiste na melhora da terra, intercalando com o milho uma espécie de amendoim rústico de grande tamanho, e do qual tiram óleo, (esta como leguminosa provê de nitrogênio ao solo). No Jacadigo, também se intercalam os cultivos que consiste em semear variedades de quiabo abóbora como junto ao milho. No entanto, nesta comunidade, a diversidade da colheita é mais alta e os lavradores que selecionaram suas próprias sementes e usaram as variedades locais, principalmente o feijão da seca, estiveram melhor preparados para suportar a época de estiagem.

Em ambos os casos as áreas de monocultura foram usadas como fontes principais de alimento e também como uma maneira de avaliação dos solos, atuando como indicadores de avaliação de ecossistema. Por exemplo, no Jacadigo, uma maneira de poupar o "*gasto dos solos" é* semear cereais somente por duas temporadas; quando os resultados são bons, após a colheita fazem cobertura do solo com palhas, pois serão utilizadas na próxima época de plantio com uma leguminosa que pode ser o feijão. Ainda, neste sistema, a quantidade de ervas não comestíveis que não se propagaram de forma vegetativa são utilizadas como forma de cobertura do solo e de evitar a evaporação. Estudos de agrobiodiversidade mostraram que

[60] Abramovay (1992) comenta que as decisões do camponês são reguladas por duas características fundamentais: *sua integração parcial aos mercados; o caráter imperfeito destes mercados.* Dessa maneira, a noção de "parcial" estaria relacionada a uma participação rudimentar e incipiente num mercado imperfeito. Dois fatores são importantes neste sentido: a autoprodução e a flexibilidade nas relações de mercado. Nesse sentido, este autor descreve que um agricultor poderia "jogar" com as condições de mercado e optar por vender ou consumir, se a situação dos preços cumprir sua expectativa ou não. Pois, o que caracteriza este mercado são as diferentes capacidades de compra dos consumidores, produtos que não são homogêneos, vantagens de pontos de vendas e fatores extramercado que interferem no mesmo. O que diferencia este agricultor de um outro comerciante comum é que, caso o mercado não lhe seja adequado, a alimentação da sua família não estará comprometida. Garcia (1990) descreve este cálculo camponês como *"alternatividade"*, fenômeno que está caracterizado pela decisão de vender ou consumir os alimentos diretamente e assim atender às necessidades domésticas de consumo, ou renda.

este tipo de variedade associada em agroecossistemas pode ser relacionado a uma melhor produtividade (Altieri 1999).

Os pantaneiros entrevistados reconheceram, nas suas práticas, agrícolas, a importância da presença de animais granja, dentro desses sistemas, e de seus papéis múltiplos para a sustentação das roças. Nos dois estudos de caso, se deu ênfase à presença dos animais dentro das áreas cultivadas. Por exemplo, em El Salão, deixam livres animais selvagens, como os porcos do mato para tornar mais férteis as bananeiras. No Jacadigo, usaram os patos como forma de controlar certos tipos ervas indesejáveis, e também usaram os gansos para controlar os parasitos do gado, principalmente daqueles de insetos aquáticos.

Uma prática utilizada em ambas as comunidades é o sistema de queima que habilita campos de cultivo. As principais diferenças observadas entre as técnicas utilizadas foram: em El Salão, os indígenas limpam a área inteira incluindo árvores volumosas e pequenas, uma vez que, ao ser esta uma área coletiva, destinada a um maior número de pessoas, precisa de maior espaço. No entanto, restos de tocos rebrotam rapidamente depois de alguns meses. Deve ser lembrado que sua agricultura é do tipo itinerante e, depois de cinco anos, essa área será abandonada por um período superior aos dez anos, o que permite sua recuperação.

No Jacadigo, por não existir este tipo de sistema itinerante, os camponeses devem cuidar muito das árvores na paisagem, neste sentido, eles dificilmente destocam grandes áreas e cuidam que palmeiras e árvores que produzem muita semente não sejam cortadas. Eles também protegem espécies arbustivas presentes na Lagoa e nos pântanos porque têm a convicção que elas regulam os níveis de água e assim protegem campos próximos e sujeitos a inundação.

Outra semelhança na agricultura em pequena escala é que se criaram paisagens "*cheias de remendos"* em campos com árvores esparzidas nas roças e casas rodeadas de faixas de vegetação natural. Em El Salao isto contribuiu −segundo os moradores− a manter as populações de insetos e de pássaros de espécies de Tuiuiús (*Jabiru mycteria)*, Corujas-buraqueiras *(Speotyto cunicularia)*, Caracarás *(Polyborus plancus),* espécies de aranhas, e de joaninhas, que os indígenas não querem afetar. Por outro lado, em ambos os casos usaram múltiplas épocas de semeadura, em espaços separados ou distantes, para os próprios cultivos primários mais importantes, principalmente na época seca, porquanto a vulnerabilidade das mudas para a seca temporária e as doenças varia durante seu desenvolvimento; esta redundância na diversidade espacial dentro dos ecossistemas pode atuar como um seguro para o funcionamento do ecossistema porque as espécies aparentemente redundantes podem contribuir em amortecer as modificações e, em conseqüência, ajudar a reorganizar o ecossistema depois de una ruptura.

Um outro fator de controle sobre os recursos acontece com as regras que guiam a conduta das pessoas, através das sanções informais ou proibições. Segundo Berkes e Folke (2002) as instituições informais como as proibições criam um sistema invisível de manejo do ecossistema local que, em muitos casos, são importantes para a conservação dos recursos e para a manutenção da função do ecossistema. Estas proibições que envolvem lugares e animais também podem funcionar para prevenir as possíveis futuras modificações, porquanto "*proibir"* significa de certa maneira "*viabilizar"* o desenvolvimento de sementes de árvores de grande porte e abrigo para insetos, que atuam como chave das funções ecológicas. Por exemplo, em El Salão, as proibições também se manifestam nas permissões limitadas pelo grupo para abrirem novos *chacos*. Outras áreas foram reservadas como partes intocáveis por efeito de serem lugares rituais aos quais poucos podem ingressar e onde abundam espécies

medicinais ou restos arqueológicos. Também evitam abrir *chacos* próximos às áreas das lagoas e pântanos porque pensam que podem causar harmonia ou desarmonia. Para obter o equilíbrio, rituais de pesca são realizados nessas áreas como forma de obter uma permissão da natureza. Nas áreas próximas ao Pantanal de Otuquis, devido a suas características topográficas e de transição (Chaco) e por causa da melhor preservação das áreas por volta das lagoas parece haver-se criado variados microclimas, pois as pequenas morrarias apresentam planícies que se tornam ideais para a agricultura. Isto somado ao uso diversificado de cultivos no tempo e no espaço (rotação e intercalagem) aumentara probabilidade de êxito da colheita nessas áreas.

Por sua vez, no Jacadigo existe um choque entre as proibições culturais e as proibições legais. De um lado, os camponeses concebem a proibição como o que pode ser ou não habilitado/derrubado em seu sistema produtivo, em pequenos espaços de mata, ao abrirem novas roças ou quando empregam madeira na construção de suas casas; do outro, as proibições legais que estão desacompanhadas de ações que visem à substituição do uso da matéria-prima que causam não somente constrangimento, mas também debilidade no sistema de ocupação da terra.

A respeito das modificações ambientais, as chuvas e secas extremas foram as principais causas das alterações na paisagem agrícola. Em El Salão, a última chuva intensa foi a registrada em 2003 causando a perda de 120 hectares cultivos diversos. No Jacadigo, os terrenos que se encontram, principalmente nas fraldas das morraria, correm algum risco de inundação tanto pelo transbordo da lagoa como do escoamento superficial da água vinda das partes altas e que têm efeitos erosivos. Isto obrigou os camponeses a construir de um lado deságües e, do outro, camalhotes para contenção da transbordagem da água. Na época seca, para melhorar a capacidade enfrentar este longo período, existem também práticas para conservar a umidade da terra; por exemplo, os camponeses usam palha ou plantas que aparentemente são ervas daninhas, para cobrir o solo e que aumentam a sobrevivência das mudas. Em El Salão para preservar umidade de terra, eles destorroam os campos no começo da primavera para romper os poros de terra e prevenir a elevação capilar antecipando assim a evaporação.

O papel de grupos ou familiares para a transmissão do conhecimento, em ambos os casos, funcionou como uma ponte para a difusão das práticas velhas e novas de cultivo, ou no caso dos indígenas também da caça. Esta transmissão de informação é uma condição prévia para preservar o conhecimento ecológico local, vital e dinâmico, mas também como fonte importante de conhecimento novo e práticas para melhorar os cultivos em nível do minifúndio ou de espaços pequenos. Por outro lado, os grupos familiares também ajudaram a tratar das novas regulações de tipo político, como das modificações territoriais. O território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo. Como diz Godelier (1990), o território reivindicado por dada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas dadas. Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne esses aspectos visíveis, tangíveis e simbólicos. Daí que seu trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas "*tradicionais"*, no seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reunindo os elementos técnicos e de gestão, o mágico, o ritual, enfim, o simbólico.

5.2 Diferenciações

5.2.1 *Comunidade com diferentes divisões organizativas-politicas*

Os camponeses do Jacadigo formam uma comunidade originada da agregação de famílias do Pantanal e, apesar de viverem sobre a designação de um Projeto de Assentamento, é muito difícil identificarem-se com ele.

Com muita dificuldade, preservaram muitos dos seus padrões socioculturais tradicionais, e para sobreviver dependem das redes de familiares. Entretanto, no projeto de vida cada vez mais se afastam destas redes e começam a apresentar características individualistas.

Por outro lado, a influência da associação cria uma certa divisão ao interior do grupo, pois esta, ao ser compartida com um grupo de outra classe social, cria incertezas que levam aos camponeses a pensar que esta associação somente traz benefícios para quem a lidera, que são os pequenos pecuaristas. Alguns membros da comunidade têm mais afinidade com os estes pecuaristas e com a associação, pois são contratados para trabalhar na servidão criando rebanhos; o resto prefere resolver seus próprios problemas mediante outras instituições como o STRC ou o INCRA.

Entretanto, durante a vida cotidiana ambos os grupos de camponeses não são antagônicos, pois mantêm entre eles relações socioeconômicas de apoio. Algumas famílias manifestaram ter estabelecido também relações político-religiosas com os grandes pecuaristas, fora da comunidade, através de uma afinidade político-religiosa como é o compadrio, permitindo desta maneira que os afilhados se tornem mão-de-obra necessária para sustentar algumas fazendas. Estes pecuaristas provem na atualidade carne bovina aos frigoríficos.

Na atualidade, as lideranças locais querem reafirmam-se, porquanto aparentam enfraquecimento. No entanto, isto ainda é difícil, pois há divergências, luta de poder influenciado por uma classe social diferente, o que dificulta uma dinâmica de grupo. Pelo fato dos representantes da associação não serem camponeses, quando levadas as demandas para fora da comunidade estas parecem politizar-se, mais carecem de base social e de participação efetiva da comunidade local. Com isso, seus resultados não são sentidos como conquistas da classe e isso prejudica a apropriação de qualquer projeto. A luta local perde sua extensão de luta de uma classe.

No entanto, este processo é contraditório, uma vez que os camponeses sabem que precisam de uma infra-estrutura ampla básica para que as aquisições através de financiamento possam significar progresso. De maneira individual sabem que não vão muito longe, então a associação novamente aparece como solução. Contudo, com a associação, surgem problemas que exigem competência para administrar bens, fazer a contabilidade, redigir atas e regimentos, além disso, um trabalho coletivo "*dispensado"* pelo grupo. O trabalho coletivo se conecta com inúmeras representações de perda de autonomia, e de uma experiência democrática que eles não conhecem.

A respeito das mudanças provocadas pelo projeto, o significado de transformação tem muito a ver com o grau de apropriação dos camponeses sobre as propostas produtivas elaboradas pelo INCRA. Neste caso, a recriação da unidade camponesa em um espaço novamente parcelado a partir de um assentamento conjunto, somente teve um resultado

satisfatório a partir de uma atuação grupal e partir da consciência e da necessidade de manter o grupo para sustentação da própria conquista a terra. No entanto, os principais problemas que influenciaram nessa apropriação poderiam ser descritos da seguinte maneira. Em nível da localidade, foi o começo difícil, o assentamento em lotes individuais, a falta de instrumentos de trabalho e recursos para adquiri-los, falta de infra-estrutura, saneamento básico, abastecimento de água, estradas, luz, moradia; a exigência de esforços isolados, nas unidades familiares, para sobrevivência do grupo. Em nível genérico, é a luta pela reforma agrária, o atraso pelo governo às constantes mudanças institucionais, às novas políticas de assentamento do INCRA, o plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), e, por outro lado, a organização cada vez maior do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Por conseguinte, nessa dialética entre a localidade e o genérico, que se configura o atuar do grupo, todas as famílias entrevistadas acreditam na idéia de que deve haver uma representação própria nas negociações e lutas que virão para que a comunidade se beneficie com serviços necessários ao aumento da produção e à melhoria das condições de vida das famílias. Daquele modo, se forma a idéia de uma comunidade alicerçada em serviços comuns, onde cada unidade camponesa cuide da sua porção de terreno, mas com uma infra-estrutura comunitária que os apóie, um grupo que aspira a crescer. Porém, não se percebe que, mesmo não existindo, o uso coletivo da terra existe a necessidade de gerenciamento de bens que vão ser utilizados por todos, e ainda, um sistema de ajuda mútua que colabore com os camponeses que se afastam do seu trabalho na terra para tratar de assuntos que afetam a toda a coletividade. Na atualidade, tudo isso leva ao grupo a unir-se em torno das reivindicações referentes às condições mínimas de trabalho e de vida. O Estado se consolida através da perspectiva dos técnicos, não no seguimento das diretrizes estabelecidas em seu discurso, na atuação protecionista de seus órgãos e nas relações entre os camponeses e a sociedade.

Assim, o atuar da comunidade do Jacadigo é caracterizada fortemente pelas contradições que seus membros vivenciam nas relações sociais, gerando na sua dinâmica interna, inúmeros conflitos pessoais, que disfarçam o correto sentido das divergências. Por exemplo, do ponto de vista dos camponeses a terra não é um bem lucrativo e sua expectativa não se fundamenta na apropriação privada da terra não é uma perspectiva mercantilista que vise ao lucro ou a renda capitalista da terra. Porém, não existindo alternativa, o único meio de adquirir segurança, dignidade ou liberdade é o que a sociedade lhe oferece na condição de camponês que enfatiza a apropriação privada da terra e o livre mercado.

Além disso, no Jacadigo, a família camponesa se transforma nas cidades. Com ela estendem-se as expectativas para o futuro e nega-se o destino camponês para os filhos. A família camponesa se isola na produção restrita começa a fazer parte do circuito de relações que o coloca em contacto quase diário com a cidade. Por outro lado, o camponês também amplia seus relacionamentos com outros grupos de assentados, além dos limites da sua comunidade, onde pode sentir-se vinculado a uma classe. Todavia, pelo fato de isso acontecer somente em nível dos mais envolvidos com os movimentos sociais, não constrói a classe no grupo. Enquanto o grupo que os lidera tomar consciência das suas contradições e de que forma elas afetam as relações dentro dele, será difícil chegarem a constituir-se como um grupo que faz parte de uma mesma classe social.

Os camponeses do Jacadigo desenvolveram um corpo social, mas apenas quando produzirem algo em conjunto é que modificarão as relações entre os membros do grupo, recriando o corpo social. No entanto, unicamente se organizarão como grupo, com uma consciência de classe quando produzirem algo em comum e descubram as relações que os determinam, e empreenderem uma ação transformadora fora dos limites da sua comunidade.

Sobre o desenvolvimento

Os camponeses percebem o "*progresso"* como um fato ainda distante, dificilmente como uma interação entre o Estado e a participação local. Porém, no seu discurso esteve sempre presente a percepção política da realidade e ao mesmo tempo uma alocução de cunho ambientalista. Ou seja, não se concebe um discurso adstrito ao senso meramente da conservação, que relega aspectos práticos, como é o caso da pessoa que precisa preservar, mas também sobreviver economicamente. Para eles, o ambientalismo não existe distante de questões socioeconômicas e políticas. Reivindicam o direito de permanecer na terra, de apropriar-se de seu ambiente, de cuidá-la conforme sua tradição de relacionar-se com a natureza. A este respeito Leff (2001b) argumenta que *"as condições da comunidade dependem da legitimação dos direitos de propriedade sobre seu patrimônio de recursos naturais, de seus direitos a preservar, sua identidade étnica e sua autonomia cultural, para refletir seus estilos de vida"*.(p.78). Assim, um camponês comenta:

> *"Se a gente abandona a terra, ai as pessoas passa a criar fome, cria desemprego, cria a marginalidade. Olha se esse terreno está aí ocupado com essas madeiras não pode fazer nada, não pode plantar? Me diz,o povo da cidade a gente vai sustentar com que? Porque da roupa ao alimento ao remédio sai da agricultura. Você está pisando em cima da agricultura, essa roupa saiu da agricultura, esse caderno saiu da agricultura. Então como é que vai ficar? Porque você veja bem, a gente não pode mais derrubar. Se essa manga ficar doente, você não pode derrubar para plantar outra coisa tem que deixar. Pois é, como é que esse Brasil vai viver assim? Para onde é que vamos?"*

A natureza e os animais, enquanto sinais da presença divina na terra, com suas belezas e encantos, têm o direito à vida tanto quanto o ser humano. Mas também precisam ser preservados pela importância que têm para as pessoas, porque se relacionam com o trabalho de manutenção da vida. Por outro, lado também demandam ações com respaldo eqüitativo, já que a preservação para ser duradoura não existe sem uma contrapartida social e econômica.

> *"Nesse Brasil fora muita gente está ganhando doze, quinze salário, isso não é salário, é metal grande, né?. Se desse a metade de quem não tem necessidade pra dar uma força aos pobres coitados que tá vivendo. Porque todo o mundo tá lá em cima, mas através do pobre pequeno. Olha o comercio. Não tá lá de portas abertas o mercado?. Mas sai do bolso de quem? Do pequeno produtor da roca: é de onde vai o milho, é de onde vai o feijão, soja, a farinha, a roupa que nós tamos vestidos, o algodão, o sapato, a borracheira, um negócio vem de que? É da roça." Deputado, governo, outras pessoas que tá muito rico. Imagina se cortasse a metade para o povo, como a gente trabalha aqui, às vezes não tem um tostão para ajudar a lavrar a terra, não tem trator para fazer estrada, um lugarzinho para fazer um reservatório, tudo isso que o governo devia olhar era isso.*

Já em sua articulação política representada pelo STRC, seus representantes quando questionados sobre o assunto, assinalaram que entendem o desenvolvimento como o reconhecimento do pantaneiro pela sociedade nacional, pela sua luta na conquista da terra, evidenciada, hoje, na obtenção e regularização das posses.

"Graças a nossa luta o pantanal foi-se documentando lentamente, antes você chegava, olhava essa terra e dizia essa terra é da união, então como não tinha ninguém criava seu gado, mas era depois expulso(...) depois do ano 2000 foram documentando aos poucos essas terras por pressão nossa. Aqui em Corumbá, por exemplo, depois da enchente de 74 que expulsou todo esse povo ficou sem terra o Pantanal nunca mais secou, seca um pouquinho e alaga outra vez, então quando se assentaram houve muitíssimo problema para regularizar a posse porque com medo de novas enchentes, não sabiam se iam a ficar definitivamente (...) outras famílias que não assentaram não sabiam aonde ir, não havia condições de voltar para seus sítios, ficaram mais pobres e desamparadas, recorreram a nós e hoje têm uma posse. Com o assoreamento rio Taquari esses povos ai acabou tudo, lá não dá para sobreviver; hoje somente o grande que fica andando encontra, os pequenos não." (H. STRC.).

Ainda o presidente desta instituição comenta que deveriam reforçar-se três espaços para a adoção de uma proposta de desenvolvimento:

"o nível comunitário que constituem as organizações de base (associações); o nível local, que compreende as organizações de segundo e terceiro grau (movimentos de assentados e sindicatos) e o nível setorial e nacional que compreende as organizações regionais e a organização nacional"(D., STRC.).

5.2.2 Comunidade fracionada por aspirações de vida incompatíveis entre si

A comunidade de El Salão começa a apresentar sinais de estar debilitada por influência de dois fatores: um setor socioeconômico externo com muito poder e um grupo de famílias *campesinizadas* que desejam participar dos meios de consumo e produção. Estes últimos são a favor da comercialização da terra, madeira e animais provenientes da caça. O resto das famílias indígenas está atento a que os programas externos resolvam seus problemas. Devemos considerar que, na comunidade, uma quantidade considerável de famílias atua de maneira individualizada, a partir do momento em que a repartição de terras individuais e o processo de *campesinização* alteraram o convívio coletivo.

Para estes *campesinizados,* quando a situação torna-se insustentável, procuram diretamente meios fora da comunidade. Alguns fizeram *"progressos" e* acham que são avantajados porque supostamente foram "*anexados"* à sociedade; parece ser que são os que têm maiores possibilidades de beneficiar-se dos programas locais, pois, preenchem alguns requisitos como, saber ler, escrever, mas também a capacidade de vender terra, por isso sempre tentam atuar como intermediários entre a comunidade e o resto da sociedade. Isto significa que este segmento começa a submeter-se à lógica do sistema capitalista e quer identificar-se com o modo de vida urbana, seja "avizinhando-se ou refugiando-se na parte urbana de Puerto Suárez. Os que saíram da comunidade para trabalhar nas fazendas também conseguem articular-se com as normas do exterior de maneira mais fácil. O segundo grupo, que representa mais das três quartas partes da comunidade tenta manter com muito arraigo seus costumes, geralmente fica em desvantagem, pois suas condições de vida são deficientes. Segundo os órgãos estatais estes "*não têm adquirido"* a capacidade suficiente para relacionar-se de forma adequada com o resto da sociedade.

Apesar dessas contradições ao interior da comunidade, devido à chegada do programa de *saneamiento,* o conhecimento empírico dos indígenas pretendia ser revitalizado, uma vez que em seu discurso ainda existe a intenção de participar desta nova realidade. O fundamento

principal está representado pelo interesse de obter novas terras, produzir e melhorar suas condições de pobreza; além do mais, poder mudar a situação de marginalizado, qualificativo estabelecido pelas sociedades urbanas. Isto tem mostrado o caminho para a um grande contingente de indígenas em nível regional que também querem mudar sua situação. Inclusive graças à CICH-GB reclamam de problemas como o desmatamento, a perda de hábitat e seu impacto na economia das populações originárias. Do lado oposto, aparece INRA que não resolve seus problemas e que apresenta um discurso ambíguo. Aparenta querer resolver seus problemas territoriais, e, ao mesmo tempo, impulsionar a interação destas sociedades com o mercado e os centros urbanos, com uma ideologia homogeinizadora, *campesinizante*, modernizante, que pode induzir aos indígenas por novas necessidades (educação formal, recriação) para serem satisfeitas através de exploração da terra.

A respeito da transformação impulsionada pelos programas, os indígenas mostraram o desejo de apropriar-se do programa, inclusive chegaram a mudar sua condição jurídica para receberem benefícios; hoje, eles estão em processo de resolver legalmente o acesso a os recursos naturais apesar do notável atraso no processo de *saneamiento* da terra e dos recortes nas superfícies dos territórios impostos por burocráticos estudos de necessidades espaciais. Porém, chama a atenção que ainda não se haja iniciado entre eles uma reflexão e análise sobre as novas práticas que se propõem introduzir sobre as formas de uso familiar dos recursos naturais, combinadas com o uso da propriedade coletiva em uma perspectiva do uso sustentável desses recursos. Eles têm a ilusão de poder obter uma quantidade importante de território, mas, contrariamente, não estão tomando as previsões diante dos problemas que terão à hora de administrar e geri-lo.

A desilusão da comunidade acontece quando, passados nove anos, após sua implementação, o *saneamiento* não tem feito nada de concreto sobre o problema territorial. Por outro lado, as promessas de programas produtivos se diluem e inexistem, uma vez que o programa diretriz de reconhecimento legal dos territórios não se integra com os outros programas que conformam o Plano de Ação. Até finais de 2005 a integração dos programas durante a implementação da lei INRA foi muito baixo, por exemplo, o Programa de Incentivo o Desenvolvimento Sustentável depende em grande medida do programa de Áreas Protegidas e estes por sua vez devem guardar estreita relação com o de titulação. Do funcionamento e inter-relações destes programas depende a efetividade do programa de participação permanente. Em síntese requer-se de uma instância de organização e estrutura organizativa que garanta o ordenamento e integração dos Programas e o estabelecimento de uma seqüência racional no tempo e no espaço para execução dos programas.

A respeito do principal problema ambiental que os atinge, o uso do fogo e os incêndios florestais são problemas relacionados diretamente à posse da terra, pois, tanto a população urbana e os indígenas ficaram no meio de outros interesses. Eles atuam somente em condição de mão-de-obra para a queima de pastagens naturais. Estes incêndios são promovidos pelos fazendeiros e pecuaristas pelos benefícios que apresenta a rebrota das pastagens naturais na procura da maior rentabilidade. No entanto, somente este fato não justifica a ocorrência dos incêndios florestais que normalmente são queimadas descontroladas que se espalham em áreas de pastagens até áreas de florestas. Na região observou-se que a falta de alternativas econômicas está provocando o abandono das pessoas da comunidade das práticas tradicionais de manejo do fogo, pois os indígenas foram induzidos a queimar pastagens naturais em pequena escala.

A carência de alternativas substitutivas para a reprodução das pastagens naturais para a pecuária extensiva, principalmente a busca de novas áreas férteis, em virtude da não reposição

de nutrientes dos solos utilizados, torna mais freqüente a participação da mão-de-obra indígena nos incêndios florestais. Porém, isto não significa que toda a comunidade está envolvida neste tipo de prática, os que queimam o fazem individualmente por encargo de fazendeiros. Sem dúvida, existem razões econômicas e de mercado que promovem a demanda de bens (por exemplo, mais carne) de infra-estrutura e serviços (melhores caminhos e meio de transporte). Estes fatores são os condicionantes para a ocorrência dos incêndios na floresta. Para seus protagonistas, as queimas são um fato que beneficiam, são úteis e necessárias, e não constituem nenhum problema.

Esta realidade não mudará com a proibição ou com regulamentos sobre a prática de incêndios. O que é preciso mudar é o comportamento da população, gerando meios alternativos para as economias locais e não incentivado as demandas de mercado de certos produtos que afetaram a floresta de maneira negativa. Não se trata de dizer que as comunidades devem estar isoladas e fora dos benefícios tecnológicos ou do desenvolvimento. Pelo contrário elas devem ser subsidiadas em vários sentidos de modo a existirem alternativas agrícolas específicas para serem produzidas na comunidade; o manejo de pastagens naturais e da pecuária extensivos, dificilmente poderão deixar de utilizar o fogo nas tarefas agropecuárias no curto prazo.

O reconhecimento dessa outra realidade é uma parte fundamental de qualquer programa agrário, visto que se bem aplicados, estes têm a função de serem una plataforma para o fortalecimento originado no centro das expressões tradicionais. O objetivo não deve estar estruturado dentro de um esquema de depredação social, porque para acompanhar às realidades esquecidas e a reconstrução de suas sociedades deve-se compreender sua lógica e seus próprios termos e tempos de negociação.

Outra instituição decisiva na realidade indígena é o município e sua atuação que tem enormes dificuldades para atender às comunidades chiquitanas. Seus técnicos admitem a incapacidade para levar serviços e assistência, principalmente ao considerar as enormes distancias entre a capital provincial e as comunidades, inclusive chegaram a admitir que resultaria mais econômico o reassentamento de algumas comunidades, especialmente aquelas com menos de trinta famílias, para lugares mais próximos. Enquanto, o serviço básico de água, este somente atende às áreas urbanas, no caso de El Salão, os *comuneiros* devem compartir este recurso com os animais, sobretudo em determinadas épocas do ano, quando a seca se acentua. Para as famílias menos favorecidas a água usada serve ao mesmo tempo para cozinhar, lavar a roupa e para o asseio pessoal. No âmbito de assistência agrícola ou pecuário, o governo nacional quase não marca presença e o panorama institucional e organizativo da sociedade civil é pouco desenvolvido. De um lado, através da CICH-GB, tentam fortalecer-se tanto em nível comunitário e de suas centrais locais, do outro, ainda sofrem de uma deficiente capacidade de liderança e da mínima participação democrática da maioria das famílias. Uma parte da comunidade encontra-se desenvolvendo projetos próprios.

De ser concretizado a ampliação de território, a propriedade comunitária permanecerá sustentada com um título também comunitário, que irá garantir que todos os membros tenham o mesmo direito sobre a terra, ninguém poderá apropriar-se ou comerciar com ela. A propriedade comunitária da terra é contrária com a propriedade privada, que foi impulsionada pela reforma agrária de 1953 e atualmente vigente no altiplano e vales.

> *"Acá vamos a continuar con la titulación comunitaria. Eso es lo que se ha decidido, porque así cada comunidad tiene su área y sus recursos, que son aprovechados sólo por la comunidad propietaria"(U.P., indígena).*

O grande problema é a falta de terra para garantir a supervivência de futuras gerações, pois, se esse objetivo não se consolida, é possível que em pouco tempo mais famílias desenvolvam visões mercantis e individualistas no que diz respeito a suas práticas tradicionais e na suas formas de vida. De fato, existem diferenças e até privilégios no acesso aos recursos naturais entre famílias de El Salão, os *campesinizados* possuem maior capacidade monetária, formam redes e fazem que o projeto de vida do resto seja prejudicado pelas decisões do cabildo comunitário.

Respeito da convivência com os estranhos (imigrantes e latifundiários), apesar das enormes diferenças econômicas, sociais e políticas entre eles, a convivência tem sido aparentemente pacífica, mas sem dissimular o desagrado pela incursão nas roças do imigrante andino que neste caso não somente atua como um camponês produtor de alimentos, mas que pratica rituais de apropriação da natureza distintos às dos locais. Por outro lado, vêem a ação dos *estancieros* como sistema injusto de exploração e dominação presente. Uma estrutura social desta natureza mostra claramente a violação sistemática dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, um setor controla o poder econômico e político em detrimento de uma maioria pobre. Esta realidade tem manifestações próprias no testemunho dos interessados, da maneira que conta o presidente da CICH-GB.

> *"han terminado los abusos de la explotación, el pongueaje, la "guasca" de antes de la reforma agraria, pero "siempre hay gente que no entiende que el mundo ha cambiado", que discrimina y que no prioriza al ser humano"*

Porém, o que também deve ser assinalado é que a diminuição dos abusos é correlativa ao avanço dos indígenas na defesa de seus direitos. Em El Salão quase todos, ou uma grande maioria, sabem que hoje têm direitos e devem ser tratados como "*pessoas"*. Ficou para trás a época em que aceitavam os maltratos como *"castigo*" divino e hoje em dia, denunciam fatos que consideram irregulares através de suas organizações que os apóiam nessa tarefa.

Sobre o desenvolvimento

Para estabelecer a noção de desenvolvimento dos indígenas, tentou-se ligar tanto os depoimentos dos *comuneiros*, com os de seus movimentos expressos a través do projeto político da CICH-GB que envolve às comunidades chiquitanas da província Germán Busch.

Assim, em El Salão, em nenhum depoimento, ou documento, encontrou-se estritamente enunciado o término *"desenvolvimento"*; quer dizer, não existe a concepção de um processo lineal da vida que estabeleça um estado anterior ou posterior, tanto de subdesenvolvimento e desenvolvimento. No entanto, isso não significa que os *comuneiros* não articulem propostas de crescimento econômico em consideração ao seu ambiente. O termo que eles utilizam com maior intensidade e que trata de integrar as dimensões humanas, naturais, éticas, políticas e culturais das condiciones de vida destas pessoas manifestou-se através do conceito de *"guardar o conhecimento"*.

Entende-se que o conhecimento é a condição básica para a gestão das bases locais ecológicas e espirituais de sustento e resolução autônoma das necessidades. O conhecimento instruído através das gerações, que coloca os indivíduos em uma condição eqüitativa enquanto a capacidade identidade e cosmovisão, estabelecem também valores imprescindíveis para os processos produtivos e de resolução autônoma de necessidades, como a solidariedade e reciprocidade, o qual evidencia-se na *minga.*

Embora, exista uma porção de famílias *campesinizadas* a maioria não domina os conceitos de riqueza ou pobreza determinados pela acumulação ou carência de bens materiais. No entanto, enxergam e utilizam a categoria de pobreza como circunstancial sendo a principal delas as enchentes/secas extremas, ou na atualidade a intensa queima que se relacionam à possessão e ao manejo da biodiversidade em seu território. Ou seja, o estado de pobreza é concebido culturalmente, é algo fortuito e não crônico como a pobreza gerada pelo desenvolvimento.

Por outro lado, na sua face política, a CICH-GB já incorpora o termo de *"desenvolvimento integral"*, propondo a reforma da Constituição, a fim de resolver as demandas da plurinacionalidade e necessidades básicas da Nacionalidade Indígena Chiquitana; mencionam também às diferentes etnias que habitam Bolívia, para lograr *"o desenvolvimento integral de todos os bolivianos"*.

Nesse discurso o fator da identidade étnica é colocado como uma maneira de reforçar os elementos da sua cultura, em oposição à difundida maneira de apagar ou negar o passado indígena devida à extrema segregação racial difundida hoje no país. Neste sentido, deve-se chamar a atenção que a categoria raça tem mais peso na Bolívia do que a classe, isto pode acontecer porque na história boliviana, o fator racial sempre determinou os conflitos sociais. No entanto, não devemos esquecer que a *"raça"* é uma categoria[61] sobre a qual foram construídos o mundo moderno-colonial nas Américas. O fato de que hoje o racismo seja mais visível e explosivo na Bolívia, tem a ver com a história da conquista e da colonização dos Andes.

Respeito às terras e territórios, a luta da CICH-GB fundamenta-se *"na recuperação das terras e territórios usurpados"*, para lograr o desenvolvimento socioeconômico integral da sua nação, pois são as garantias para a sobrevivência. Por outro lado, demandam um instrumento de defesa laboral[62], antes da culminação do processo de *saneamiento.* Também insistem que este não deve favorecer à consolidação das fazendas, mas deveria ser interpretado como um processo que garanta um eficiente manejo administrativo desde e para as nacionalidades, e possibilite o desenvolvimento harmônico e equilibrado do *"Estado Plurinacional e Intercultural"*. Enquanto à situação agrária critica ao Estado que, dentro de suas políticas agrárias, não tem impulsionado um verdadeiro desenvolvimento integral,

---

[61] Mignolo (1997) comenta que classe é uma categoria da história européia que se tornou evidente coma Revolução Industrial, mas raça é conseqüência da ″ Revolução Colonial″, a conquista e a colonização portuguesa e espanhola no século XVI. Só um prejulgamento etnocêntrico põe as classes como motor da história e o racismo como uma categoria derivada delas. Por outro lado observa que classe é uma categoria tão intrínseca ao ambiente europeu que ela aparece nas experiências socialistas européias.

[62] Na região existem os sindicatos agrários, porém como um meio de luta pela terra, não como instrumento de defesa dos direitos do trabalhador, essa é outra das diferenças com o lado brasileiro, pois na Bolívia não existe uma legislação específica para o trabalhador do meio rural e os camponeses ou indígenas sempre foram *"abandonados no campo"*, sem nenhuma proteção legal; nem sequer foram contemplados na legislação laboral do trabalhador urbano. A situação é mais complexa já que a partir de 1985 nem os trabalhadores urbanos tinham estabilidade no trabalho, pois a partir do decreto 21060 da década 1980, declarava a livre contratação ou dispensação de qualquer trabalhador sem precisar de motivos. Recentemente a Confederação de Trabalhadores Assalariados Rurais de Bolívia (CTARB) está elaborando um projeto com representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na Bolívia devido à inexistência de leis específicas para o trabalhador rural, ou até de programas de aposentadoria no meio rural, onde as pessoas são obrigadas a trabalhar até idades muito avançadas, fazendo deste segmento ainda mais irrelevante e ainda o próprio conceito convencional da inatividade econômica área rural. São temas novos que contrastam com os vizinhos brasileiros nesta temática.

partindo do alicerce cultural e a realidade das comunidades fronteiriças, pelo tanto, exige a aplicação da Lei INRA e dos programas Agrários, mas em sua integridade:

> "*O Estado Plurinacional terá como objetivo o "desenvolvimento econômico integral dos Povos e Nacionalidades Indígenas, enquanto a as políticas industriais de desenvolvimento, critica que "pese ao esforço do Estado burguês e do sector privado, no ha alcançando niveles adequados de desenvolvimento", e destaca que a luta dos povos e nacionalidades indígenas é redefinir as políticas existentes com o intuito de "superar os problemas de dependência tecnológica, científica e financeira que impede o desenvolvimento equilibrado com os demais sectores produtivos", (Demanda do cumprimento da lei INRA, CICH-GB, 2004).*

Fica evidente que diante do resto da sociedade, a utilização no discurso indígena do termo desenvolvimento e pobreza, circunscreve-se no enfoque estritamente ocidental, ao ponto que pareceria que os indígenas teriam assumido como sua máxima aspiração o bem-estar entendido como satisfação de necessidades e acesso a serviços e bens, quer dizer que seu destino estaria inevitavelmente orientado a transitar pelo caminho traçado pelo ocidente e em conseqüência sua existência debate-se no dilema de optar pela tradição ou pela modernidade.

Há uma aparente contradição na assimilação destes conceitos, para alguns setores da população indígena pantaneira, principalmente para suas representações que desenvolvem suas atividades de demanda ou de articulação no âmbito urbano; além do mais, há uma influência inegável da cidade ou até do fenômeno de imigração e contato com outras culturas no próprio território. Seria um erro não admitir que a assimilação destes valores resulta num fenômeno crescente e se no passado os vetores desta visão foram os missioneiros, hoje resultam os centros educativos, os professores bilíngües, e principalmente as ONG's através de suas linhas de *"cooperação ao desenvolvimento"*. Paradoxalmente as próprias lideranças através de seus projetos (muitos denominados como desenvolvimento integral), têm forjado em seus discursos políticos e de reivindicação de direitos, uma visão desenvolvimentista que automaticamente pareceria que coloca às sociedades indígenas como coletividades *"rumo ao desenvolvimento"*.

Aniquila lentamente sua postura filosófica para deixar de insistir em suas *"tradições não rentáveis"* e ser substituída pelo bem-estar baseado na acumulação de bens, diminuindo a capacidade dos conhecimentos para uma resolução autônoma das necessidades, basta revisar os efeitos da atividade pecuária e florestal em seus territórios.

Por outro lado, devemos ressaltar a incorporação e diferenciação no discurso do Estado Plurinacional e Intercultural, em oposição ao multiculturalismo que representa a visão do Estado: *deixe que façam suas coisas e nós mantemos o poder econômico, político e epistemológico"*. Já a interculturalidade reivindica o direito de intervenção e participação em um Estado, enquanto no multiculturalismo a questão é a integração no "*status quo"*, o desafio levantado pela interculturalidade põe em questão as bases da teoria política e da economia política atuais.

O término de desenvolvimento sustentável, pelo menos até 2005 não se inclui no projeto político da CICH-GB, o conceito de *"desenvolvimento integral"*, está concebido como a pratica cotidiana do humanismo integral, onde o homem e a natureza estão em estreita e harmônica inter-relação garantindo a vida, em um jogo no qual os recursos humanos, naturais e financeiros, devem ser tomados em conta pelo Estado e as Nacionalidades Indígenas de

maneira harmônica, integral, democrática e eticamente para empreender um verdadeiro desenvolvimento.

5.3 Fazendo generalizações

As comunidades estudadas estão localizadas em regiões isoladas, com acesso muito limitado a recursos naturais produtivos e seus habitantes vivem em situações generalizadas de exclusão, ou estancamento. Não têm reais possibilidades de lograr acumulação e reinvestimento, devido às limitações de acesso a recursos e serviços. Em ambos os casos existe um processo de desagregação comunitária/familiar anterior à instalação dos programas que estão em curso, isto derivado da expulsão ou da apropriação da terra, influenciada ou causada pela sociedade dominante latifundiária. Por outro lado, a importância destas comunidades para o resto da sociedade local nunca aconteceu através do incentivo estatal, mas, a partir da iniciativa própria, através das suas articulações em um nível regional mais amplo com grupos sindicais, ou de movimentos sociais que atuam em defesa da identidade étnica.

Verifica-se que nas duas situações existe uma oposição às concepções do estado sobre gerenciamento do espaço, são expressões locais que pela sua importância podem ser consideradas expressões nacionais; na Bolívia a consolidação deste tipo de emergência social na região do Pantanal é recente. Cabe destacar, cada uma das comunidades tem de conviver próxima ou até dentro de suas próprias áreas com grupos sociais muito diferentes o que implica que estes territórios não sejam habitados por sociedades homogêneas (imigrantes de origem andina, de origem européia ou migrantes do nordeste brasileiro) em conseqüência existem várias orientações históricas que têm permitido a definitiva reprodução de sociedades novas.

No interior das comunidades existem diferentes pessoas constroem porções de poder, aumentando a polarização entre duas maneiras de atuar, uma, com tendência mais capitalista e o outro com permanência no tradicional. Estes mediadores sociais são:

a) Líder econômico: o tradicional pecuarista que atua como intermediário entre o resto da sociedade e o camponês;

b) Líder político: camponês/indígena bem relacionado com os capacitados economicamente, aquele que tem vivido fora da comunidade e tem maior possibilidade de tornar-se receptador das novidades de fora ou de tornar-se coordenador dos programas trazidos de fora. Na atualidade estes podem atuar politicamente com algum movimento social.

c) Líder de passo: pode ser o professor, médico ou até um técnico de agências locais que vivem por um tempo curto ou visita freqüentemente a comunidade. Porém, isto lhe permite emitir opiniões de autoridade principalmente com os chefes das famílias, ou de participar em reuniões da comunidade. Também apóiam ou avaliam as propostas que chegam à comunidade sem participar diretamente das decisões.

d) Líder religioso: este não é simplesmente o pastor evangélico ou o padre da Igreja Católica, hoje ele representa às diferentes religiões que aparecem para acalmá-los, ou no caso dos chiquitanos, para salvar as almas dos pobres *"índios"*, os que ainda continuam sendo infiéis. Ainda aparece o líder

religioso indígena de muita influência, pois é ele quem pode estabelecer proibições na comunidade.

Uma percepção manifestada por estes habitantes é que acreditam que os agentes dos estados não confiam neles como capazes de encarar propostas produtivas de longo prazo e por isso acreditam que eles se mantêm afastados. Contrariamente, quem se adentra nesses territórios são pessoas que procuram madeiras, lavras ou terras. Os que ainda acreditam na proposta dos programas pensam que há possibilidades de melhorar seu nível de vida através de uma estratégia de apropriação dos ecossistemas de maneira legal (regularização da posse) e que em pouco tempo os frutos os deste novo relacionamento com sus recursos naturais surgirão. Porém, do outro lado, também existem pessoas que acreditam que esperar pelas decisões das agências é uma perda de tempo e que seria melhor tomar iniciativas próprias, através de suas organizações representativas diretamente com os respectivos estados.

Portanto, para conhecer os processos de aceitação ou negação de qualquer programa deve-se levar em conta as emoções e sentimentos do camponês/indígena, pois estes nos levariam a reconhecer os aspectos que propiciariam aos habitantes a concordância das propostas de maneira a evitar o "*embate"*, e desta maneira saber, também, se eles consideram a proposta como a via mais idônea para que eles reconstruam seu projeto de vida. Max-Neff (1993) sugere que uma proposta de desenvolvimento tem sinergia quando cobre necessidades de características existenciais como o entendimento, proteção, participação, afeto e a subsistência, que estão combinadas com as necessidades de características axiológicas de ser, ter, fazer e estar. Em sua obra comenta que os projetos - as propostas externas - devem estar compostos por "*satisfatores"* efetivos que tentem abarcar com diferente magnitude a maioria dessas necessidades. Conhecer esses fatores deveria ser o objetivo central de todo programa para distinguir a reação das comunidades diante das propostas do agente. Por exemplo, as comunidades imaginam a autonomia como una maneira particular de praticar justiça, que—neste exemplo—os ajuda a resolver sus problemas cotidianos através de suas formas tradicionais de organização, embora na realidade a justiça seja um "*satisfactor"* que supre varias necessidades como é a da proteção, criação e identidade. Neste sentido, os programas devem articular-se com as concepções específicas que têm a comunidade desses satisfatores, para que esteja presente a disposição de participar de maneira ativa nas alternativas trazidas pelo resto da sociedade. Oakley (1991) dialoga com Max Neff, no sentido de procurar satisfatores através da participação que se traduzem no melhor funcionamento dos projetos de desenvolvimento, desta forma os argumentos da participação sintetizam-se em autoconfiança[63], eficiência, eficácia e sustentabilidade (ibid.). A participação permite que as populações tenham direito de se expressarem, quando estabelecem seus objetivos, fornece informações exatas sobre as prioridades, e tem um efeito de realimentar ações dos programas de desenvolvimento local. Contudo, ela não deve acontecer verticalmente, as organizações devem ter a confiança da população rural e esta das organizações para dividir as responsabilidades das decisões.

Os que trabalham no tema da gestão comunitária de recursos naturais enfrentam continuamente o tema da relação problemática entre o indivíduo e sua comunidade no contexto dos bens comuns. Pois, tanto o indivíduo como sua comunidade são atores importantes no drama social, a chave para o entendimento do drama da relação entre "ambos". Na linha da teoria da eleição racional, o indivíduo continuamente toma decisões sobre seus interesses próprios. Seus interesses e necessidades podem coincidir ou não com

[63] O termo comumente usado para este conceito origina-se do inglês *self-relianc*e e refere-se aos efeitos positivos da participação para populações em projetos de desenvolvimento.

aqueles que são próprios da comunidade ou da sociedade mais ampla em um momento determinado. Mas, estas decisões não se constroem de maneira independente da sociedade; elas estão circunscritas à mesma. Esta proximidade cria uma tensão dinâmica entre o individuo e a sociedade mediante a qual ambos estão obrigados a avaliar o grau de *"adaptação mutua"*. Os bens comuns se localizam em um cenário social que permite observar essa tensão dinâmica com um enfoque agudo.

As idéias de Marcel Mauss (1990) sobre o papel da reciprocidade na *economia da dádiva* contribui a entender os vínculos entre o individuo e a sociedade em nível global. O autor argumenta que dar e receber são ações obrigatórias e partes complementarias de um sistema total de serviços onde *"cada presente é uma parte de um sistema de reciprocidade no qual está comprometido a honra de quem dá e de quem recebe"*. É um sistema total porque envolve o status de cada individuo na comunidade junto com a da suas possessões materiais e espirituais. Este sistema está baseado em uma regra simples: todo presente deve ser correspondido.

Ao gerar um ciclo perpétuo de intercâmbios, a *economia da dádiva* une a todos os membros de uma comunidade através das obrigações de reciprocidade de uns com os outros. A essência desta prática ancestral reside em que ao unir a "*segurança"* de longo prazo para cada individuo à consolidação de seus vínculos com os demais membros de sua sociedade é tão forte que supera os valores do sistema de mercado moderno para resolver as tensões comuns entre os interesses do individuo e as necessidades de sus sociedade. Neste sistema de reciprocidade, quanto maior for interesse individual em detrimento da economia da dádiva, maiores deverão ser os vínculos de obrigações mutuas que unem aos indivíduos do grupo social.

Num sistema generalizado de reciprocidade no qual os indivíduos atuam sem a expectativa de uma resposta imediata e específica, a confiança é particularmente importante. Este sistema funciona, segundo Mauss, porque existe uma ordem moral na comunidade, que forma parte da cultura de seus membros desde sua infância e que reforça a obrigação da reciprocidade. Portanto, cada membro da comunidade assume que os outros membros atuaram de igual maneira e cumprirão suas obrigações no futuro. Este elemento de confiança em um nível tão elementar é a base para um sistema de reciprocidade generalizado e o "*pilar de sustentação"* para a existência de uma comunidade e do manejo comunitário de recursos.

Nos casos estudados, o conceito de reciprocidade organizada no interior de um sistema social, decisiva para o entendimento das dinâmicas das sociedades rurais, tem permanecido ausente na discussão dos agentes do estado. Este fato é particularmente preocupante dado seu papel chave como fonte de junção social que une aos indivíduos em una comunidade. Para esses estados que poderiam nomear-se de*"Estados anticampesinos"*, o desenvolvimento rural é quase sempre marginal, basta revisar as séries históricas de indicadores de inversão pública e gasto social destinados para o pantanal para verificar o caráter excludente dos governos. Entende-se que os *"Estados anticampesinos"* têm sido o traço característico nesta região que sempre condicionam a alarmante exclusão e pobreza, em muitos casos não entregaram adequados e oportunos recursos, nem deram atenção a políticas públicas adequadas e, pior ainda, não permitiram genuínas formas de participação democrática da população rural e indígena.

Chama a atenção que somente hoje, algumas instituições tenham descoberto o conceito de desenvolvimento rural em um enfoque territorial e multidisciplinar. Não devemos esquecer que fazem pelo menos três décadas que o enfoque integral do desenvolvimento rural

abrange tanto as atividades agrícolas e pecuárias como a família rural ampliada, os empregos múltiplos, encadeamentos produtivos, relações entre sociedade civil, Estado e mercado, fatores que em seu momento tinham sido postulados e demandados como ponto de partida para o desenho de políticas públicas.

Também tem de ser reconhecido que devido às visões unilaterais, impuseram-se na prática programas agrários, em conseqüência criaram-se instituições públicas como os respectivos ministérios de agricultura e pecuária, desconhecendo a complexidade das atividades econômicas e as estratégias de sobrevivência camponesa na área rural. Levaram somente em conta as relações destes com as cidades. Outro fator evidente que a falta de financiamento continuamente elimina e recria instituições, o que debilita as políticas setoriais. Seria um grande erro que após estas recriações a institucionalidade pública para o desenvolvimento rural imitasse e repetisse os modelos prévios ao *"Consenso de Washington"*.

De tal modo, a história do passado deve ajudar a evitar possíveis os erros do futuro; neste sentido, não se deve considerar o Pantanal como um ecossistema qualquer, que pode ser conquistado como uma simples fronteira produtiva. Uma combinação agropecuária, como ocorre no Pantanal, emerge da interação da ação de intensos elementos anatômicos presentes. Nos casos estudados, os pantanais apesar de serem muito próximos, apresentam as condições físicas um pouco diferentes, porquanto o lado Boliviano encontra-se próximo a uma área de transição (Chaco), que segundo os especialistas seria um pantanal mais alto e menos susceptível a inundações, além disso, é um pantanal muito mais conservado devido à chegada posterior das industrias madeireiras e empresas agropecuárias (não por vontade governamental) que se estabeleceram de maneira extensiva a partir dos anos 1970. Contudo, as práticas realizadas nos planaltos Matogrossenses no lado brasileiro nessa época, originaram as inundações que afetaram até mesmo o lado boliviano.

Por outro lado, nesta região combinam-se os elementos biológicos, incluídos entre esses, a ação do conjunto do gado criado nas margens secas e das plantas cultivadas. O restante da atividade e organização desse local, origina-se da atividade humana (organização social), seja a estrutura social e seu nível de vida, o sistema de cultura e criação marcado pela organização das fazendas (estrutura agrária), a escolha do gado e das culturas e o processo tecnológico de criação e cultivo. Esta forma de combinação, ainda que humanizada, depende em alto grau, das condições físicas e biológicas do meio. Por exemplo, se compararmos uma combinação agrícola e pecuária existente nas regiões de cerrado, esta apresenta diferenças daquela pantaneira, pela dosagem diferenciada da natureza das variáveis componentes, atribuindo-lhe traços particulares. Há vinte anos naquela região era muito difícil estabelecer cultivos como a soja ou algodão, porém, hoje a densidade de elementos humanos é maior e os processos biotecnológicos de criação e/ ou de cultivos são mais aperfeiçoados. O peso do fator humano, nesse caso, adquire maior importância e a atividade é exercida, com menor dependência das condições naturais (solo, clima, pastagem). Por exemplo, nos locais em que os solos são ácidos, estes são corrigidos, cultivos de soja são cultivadas, de acordo com o interesse do fazendeiro interessado, por outro lado o rebanho é multiplicado via inseminação artificial, certas espécies de plantas de ambientes temperados são aperfeiçoadas geneticamente para serem cultivadas em ambientes tropicais.

Na região circundante ao Pantanal, na Chiquitania Boliviana este tipo de humanização veio com maior intensidade a partir do denominado "Projeto de Desenvolvimento das Terras Baixas do Leste" conhecido como "Projeto *Lowlands*"**,** financiado pelo Banco Mundial em 1987. Foram entregues recursos para habilitar uma nova fronteira agrícola localizada no leste

do Rio Grande, nas planícies orientais do Departamento de Santa Cruz. Através da implementação de seus diferentes componentes, se criaram as bases tecnológicas e de infra-estrutura rural para o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento agroexportador.

No Pantanal, o advento dos programas de desenvolvimento econômico no lado brasileiro tiveram seu inicio na década de cinqüenta, no caso do lado boliviano estes programas apenas começaram a chegar na década de 1990 com a redistribuição de dinheiro para os municípios, a partir da Lei de Participação Popular. Nesse caso, as dimensões políticas, culturais e econômicas exerceram uma influência nada desprezível sobre esse tipo de sistema, na medida em que essas combinações[64] ao serem interpretadas como atividades industriais resultaram em densidades populacionais mais fortes e estruturas mais hierarquizadas. Esse tipo de combinação existente também emergiu por forte peso da interveniência de variáveis da dimensão política (principalmente clientelismo político mais do que políticas públicas), organizada na escala departamental. Para Santos (1996) esses exemplos de combinação são criadores de uma segunda natureza, ou seja, de um meio natural artificializado, feito através de processos tecnológicos. Essas políticas influíram na definição dos sistemas de produção, atração de população por processos migratórios, infra-estruturas mais aperfeiçoadas e a regulação das trocas favorecedoras da urbanização.

O nível de eficácia destas combinações, em termos de sustentabilidade, está sempre em consonância com a coerência de sua estrutura e dinamismo em relação à nova situação em que possa se inserir, lembrando-se que se trata de uma combinação em constante movimento, integrante de unidades ordenadas em escalas superiores, quando o padrão de organização da combinação dá sinais de fraqueza - como na área pantaneira pesquisada-: evidencia-se o assoreamento, queimadas, exclusão social, contaminação da água doce, as crises se multiplicam, colocando em risco o equilíbrio do dinamismo dos campos de interação do sistema local, conseqüentemente da estrutura que lhe dá suporte. As crises exercem papel importante nesse sentido, na medida em que apresentam os fenômenos de modo exagerado, colocando em evidência a estrutura e funcionamento da combinação.

Conforme foi analisado, as comunidades pesquisadas influíram pouco na alteração dessa combinação, elas são responsáveis últimas por qualquer modificação no ambiente, são verdadeiros expertos do pantanal, demonstram pensar na degradação ambiental e desejam revertê-la, porém, sentem-se incapacitados e precisam do apoio necessário para esta luta. Deve ser salientado que não se pode esperar algum comportamento ambientalmente correto deles se não se dá a devida contrapartida por parte das agências de desenvolvimento locais. Assim, o apoio deve ser principalmente para as famílias menos auto-suficientes, sendo imprescindível a presença de um estado atuante, não tutelar, mas também não omisso às necessidades dos menos favorecidos.

---

[64] A complexidade da combinação pode-se ampliar ainda mais, no ambiente humanizado pela atividade industrial. Assim, nesse tipo de combinação, a ação humana é preponderante é as vezes nociva, embora conte com o suporte de elementos tomados do meio natural (matérias-primas). Entretanto, diferente da combinação agrícola, em que os elementos naturais apresentam um forte peso, na combinação industrial, os elementos de natureza humana (organização do trabalho, técnica, mão de obra) são considerados mais essenciais. Por outro lado, alguns locais podem oferecer meios favoráveis à obtenção de matérias-primas, outros de mão-de-obra barata ou técnica, outros aglomeração de consumidores. Essas virtualidades podem atrair políticas de implantação de infra-estrutura de acesso e organização dos estoques e mercados. As chamadas combinações mistas agrícolas e industriais, envolvendo ao mesmo tempo redes de atividades de trocas e comunicações. (Le Boulegard, 2004)

Portanto, o caráter preventivo para conservar o que resta, não deve estar somente acompanhado de soluções e ações preventivas, dado o grau de auto-suficiência muito frágil, remediar torna-se urgente. Não se deve enxergar somente a degradação ambiental, é preciso que se veja também a degradação humana e a pobreza que acompanha a crise ambiental, sobretudo onde ela está mais exposta às contingências do meio ambiente. No contexto das comunidades estudadas um planejamento legalmente estruturado e mais regionalizado promoveria um maior envolvimento destes agricultores e pecuaristas possibilitando o diálogo entre o saber local e o conhecimento tecnico-científico, sendo capazes de colaborar na definição das orientações adequadas à realidade das localidades.

Visto que hoje, a questão local é o centro do debate da sustentabilidade, é fundamental que os parâmetros de intervenção sejam diferenciados, eles devem trazer as ferramentas para que a comunidade realmente se envolva nas decisões de maneira legítima e significativa. Toledo (1996) sugere que o desenvolvimento comunitário sustentável deve valorizar os elementos endógenos sendo estes a base dos processos da sua recuperação, portanto, para o autor, as próprias decisões e, principalmente a autogestão representam um dos objetivos centrais do desenvolvimento. Os processos aos que Toledo refere-se se relacionam com o controle territorial, controle ecológico, controle social, controle cultural controle econômico e controle político.

Leff (1998) argumenta que o principio da sustentabilidade no Sul é uma marca limite e um sinal que re-orienta o processo civilizatorio da humanidade. Este reintegra os valores e potencialidades da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional, causante de divisão, que têm conduzido ao processo de modernização. Por outro lado específica que: *"a racionalidade ambiental"*, contrariamente à racionalidade mecanicista, problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e a construção de futuros possíveis, alicerçados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos e na produção de sentidos sociais da criatividade humana. O conceito de ambiente é um saber re-integrador da diversidade ecológica e sociocultural, de novos valores éticos e estéticos, dos potenciais sinergéticos que gera a articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. (ibid., 1998, p. 15-18).

Portanto, uma visão renovada do desenvolvimento rural implica corrigir simultaneamente as distorções impostas pelas "*irracionalidades"* das fracassadas estruturas institucionais públicas anteriores e posteriores ao neoliberalismo. No presente momento também é fundamental reconhecer nos camponeses, indígenas e pequenos produtores rurais sua característica multifuncional, ou seja, a tendência crescente de obter suporte ou renda familiar além de fontes produtivas agrícolas, isto deverá estar claro no conjunto de ações e iniciativas para promover o desenvolvimento rural para superar os enfoques setoriais agrícolas ou pecuários.

5.4 Conclusões

Os programas de desenvolvimento implantados nas comunidades tiveram a característica de erodir, tanto os ecossistemas como as vidas dos habitantes que vivem no território. Estes em vez de liberá-los da pobreza, consolidam ou favorecem o patrimônio privado alheio. Assim, irrompem as "*cercas"* econômicas e culturais e junto, os novos donos do lugar, investidores querendo falar do desenvolvimento e do bem-estar que podem trazer para os habitantes.

Para a região, apesar de terem sido impulsionadas reformas ou planos de reformas agrárias nos anos 1950 e 1960, o acesso aos recursos produtivos por parte das populações indígenas e camponesas continua sendo marginal. Dessa maneira, os *"bolsões"* territoriais de pobreza continuam crescendo e ao mesmo tempo que a expulsão do campo. Quando se revisam documentos relativos à institucionalidade para o desenvolvimento rural, geralmente apresenta-se como um fato que se trata de fortalecer instituições públicas para a pesquisa e extensão agropecuária, canalizar recursos financeiros e de crédito, providenciar subsídios no processo de armazenagem e comercialização, oferecer serviços para conquistar mercados locais e externos e prover de infra-estrutura básica para o desenvolvimento local (caminhos para pequenos vilarejos, energia, canais de irrigação). Desafortunadamente, apesar de que as instâncias que financiam estes programas conhecem a importância de reconstruir e conservar os ecossistemas para o planeta, têm a incapacidade de continuar com sua tradicional burocracia para a entrega de dinheiro. Esta atitude mina a confiança dos habitantes rumo a um programa produtivo/alternativo. Quando chega a remessa econômica a natureza já não está em condiciones para que o processo tenha lugar porque o tempo de recriação tem passado. Dai que pode afirmar-se que a *sustentabilidade é um processo onde os tempos humanos devém de acoplar-se aos tempos de recriação da natureza*, de outra maneira qualquer projeto sustentável deixa de ter sentido ou se torna como qualquer outro com características paternalistas.

Outro aspecto determinante para a região são as atuações conjuntas dos governos para preservar o bioma. Retomo aqui à frase do presidente da EMBRAPA mencionado no inicio deste capítulo. Porém desta vez me refiro à segunda parte da frase: "*O Brasil tem maiores responsabilidades sobre o Pantanal por ter uma maior superfície deste bioma, mas também por possuir maiores recursos técnicos"*. Verifica-se neste aspecto a atuação nula em termos de cooperação entre as entidades estatais de pesquisa de ambos os países, os níveis de integração e cooperação inexistem. Exemplos como o da Amazônia devem ser seguidos, nestes casos não somente se desenvolve a consciência social através de redes internacionais em países que possuem esta floresta, este é o caso da Organização do Tratado Amazônico que dá suporte e tenta integrar em suas áreas cientificas a todos os países envolvidos. No Pantanal as entidades internacionais de integração cientifica entre Bolívia Brasil e Paraguai são mínimas. No entanto nessas "*fronteiras dinâmicas"* a integração empresarial, por exemplo, de empresários madeireiros é intensa. Portanto, essas instituições científicas-cooperadoras entre os países devem fixar seus objetivos para: criar fatores que estimulem às populações a atuarem juntas para proteger e usar coordenadamente um recurso do qual todos dependem; criar instituições necessárias para manter um recurso em comum; mediante à crítica, *limpar* as incertezas que acompanham os programas agrários, pois elas minam os impactos sobre o resultado da implementação de qualquer recurso.

Respeito da hipótese proposta para este estudo, foi parcialmente comprovada. No Jacadigo o projeto foi causa de desgaste na comunidade, mas as alternativas encontradas pelo grupo para resolver os problemas basearam-se na busca daquilo que já se conhecia. Inventaram soluções a partir das formas já constituídas de representá-la. Na medida em que sua realidade foi rearranjada diante do projeto, para assimilar os novos dados na busca das soluções, desvendaram-se novas facetas da realidade, provocando novos problemas. A função da superioridade da sociedade capitalista é a de incorporar todos os dados novos ao seu universo de representações sociais, mas quando o faz não pode evitar uma ação contra hegemônica da qual emerge a resistência. A comunidade possui algo que o capital ainda não pode hegemonizar que está representado em suas roças, trabalho múltiplo criações-poupanças e em seu conhecimento construído socialmente, o que lhes permitem resistir a luta com afinco e por isso permanece no campo.

No caso de El Salao a hipótese comprova-se uma vez que no inicio do programa houve apropriação pelos indígenas pelo processo de *saneamiento*, e apesar do seu fracasso era de se esperar o desinteresse e o abandono por parte da comunidade. No entanto, a comunidade parece estar-se adaptando ao que o sistema lhe impõe quer dizer adaptação na maneira descrita por Verter (op.cit.) no sentido de sobreviver em concessão de um alto custo moral. O programa está causando a desagregação da comunidade. Isto não significa que não houve resignificação por parte dos indígenas, mas, quando o poder hegemônico une a todos os atores contra eles, as vezes tais esforços são insuficientes.

O problema do acesso e posse da terra nesta parte do Pantanal ainda não está resolvido. A iniqüidade no direito de propriedade sobre a terra em diferentes graus, dependendo do país se mantém no cerne das causas que originam a extrema pobreza e impedem o desenvolvimento rural. Se este problema não é novamente enfrentado prioritariamente nas agendas públicas dos países envolvidos não adianta falar de renovação da institucionalidade para o desenvolvimento rural, não ajudam municípios rurais controlados por grupos de poder hegemônico e isolados de contextos territoriais maiores. Unicamente se poderão fixar as bases para um desenvolvimento local sustentável quando as estruturas do poder político permitam uma efetiva participação cidadã aos camponeses, indígenas e pequenos produtores nas instituições do Estado e nas instâncias próprias da sociedade civil rural. Isto significa impulsionar processos de transformação das estruturas sociais e econômicas destes países que implicam mudanças nas correlações de força, no acesso e controle dos recursos, na aceitação e fortalecimento da diversidade étnica e cultural, na eliminação de visiones e formas de vida excludentes.

A solução do problema rural não acontecerá em nenhum caso somente com enfoques intrafazenda. Uma adequada aproximação para o desenvolvimento rural requer de uma combinação do regional no plano político institucional (municípios e comunidades) e a construção de mercados regionais baseados a partir de organizações de base, associações, economia solidária (provisão de serviços e fluxo de recursos). Não é somente o desenvolvimento agrícola que permitirá o desenvolvimento rural, mas uma combinação de políticas e ações multisetoriales e transversais muito complexas e adaptadas a cada realidade e entorno. Não haverá desenvolvimento rural se não existe uma forte introdução de recursos financeiros diretos na área, tanto em infra-estrutura produtiva como em capital humano.

Tem que ser enfatizado que uma proposta de desenvolvimento sustentável não pode ser realizado com um grupo contrário ao desenvolvimento comunitário, que é o que distribui e regula os componentes financeiros de apoio às comunidades, já que por elas mesmas não podem custear processos que estão relacionados com a solução de seus problemas fundamentais como a alimentação. Daí que exista a tendência à oposição das propostas, mesmo com a expectativa do imenso benefício que lhes poderia trazer no futuro, porquanto elas estão mais preocupadas em resolver os problemas econômicos que lhes permitam sustentar a suas famílias.

Os problemas históricos internos das comunidades se manifestam em conflitos que incidem, muitas vezes, no promotor externo do desenvolvimento sustentável, que embora tenha as melhores intenções não provoca comprometimento nas comunidades, devido à estratificação interna dos membros e das famílias que compõem a comunidade. Em conseqüência não todos se comprometem com os programas. Esta falta de coordenação e compromisso da comunidade, devido à estratificação dos membros, não permite levar adiante o processo de preservação dos ecossistemas, porque as comunidades não se apropriam e não se envolvem com ele profundamente. É fundamental que tanto os promotores dos programas e

da mesma maneira as comunidades tenham todas as informações referentes ao mesmo, isto somente se consegue com a participação ativa de todos os envolvidos em todos os aspectos que o processo tiver.

Não somente a recriação da natureza tem complexidades, seja pelos eventos naturais como os incêndios, inundações ou a seca, também as interações sociais não antecipáveis, como se pode observar entre as comunidades e as agências fiscalizadoras ou até de financiamento dos programas. Embora os programas não tenham tido êxito, este tipo de propostas, se bem elaboradas, podem contribuir para o ambiente, em benefícios tanto para aos habitantes das comunidades (ao "acompanhá-los" na reconstrução de seu projeto de vida) como para o resto da sociedade que se beneficiaria ao dispor dos serviços ambientais (que muitos desafortunadamente não as percebem). A recriação das comunidades de El Salao e do Jacadigo pode ser possível a partir de processos sustentáveis que contemplem a negociação permanente e informação constante para lograr um compromisso e envolvimento de todas as partes implicadas nas propostas. Somente desta maneira se poderia amortecer aos embates resultantes da complexidade sociocultural e em conseqüência os problemas ambientais. A natureza ficaria grata.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.

ABREU, S. de. Planejamento governamental: a SUDECO no "Espaço Mato-Grossense". Contexto, propósitos e contradições. 2001 (Tese- Doutorado) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Geografia Humana. São Paulo 2001.

ACALDÍA MUNICIPAL DE PUERTO SUÁREZ. Plan de Acción. Puerto Suárez: AMPZ, 2001, 20p.

ALIER J. M. De la economia ecológica al ecologismo popular. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1995. 286 p.

ALIMONDA. A invenção da América Latina e outras obsessões. In.___. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 2, junho. p. 23-40. 1994:

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. In: Castro E. M. R. de, Hébette J. (orgs.).Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e conflito na Amazônia). Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ALTIERI, M. A. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. In.___.Agriculture Ecosystems and Environment n. 74, p. 19-31. 1999.

AMARAL Propostas de Política de Desenvolvimento do Pantanal. I SIMPAM [1986] (mimeografado).

ANDRADE M. P. DE ; IADANZA E. E. S. Elementos Para Uma Análise Crítica dos Impactos Socioeconômicos, Políticos e Ambientais no Pantanal. [2000?]. (mimeografado)

ARAÚJO O.M.C.M. O Discurso de construção da Fronteira de Mato Grosso. In. SILVA E. R. J. (et. al.). Fronteira: Memória e Linguagem.Unemat, Campinas, SP. Pontes, Cáceres, MT. 2001. p. 83 -103

ARNT, F.V. San Ignácio de Zamucos: Índios e Jesuítas no coração do deserto Sul-americano,século XVIII. 2005. 233 f. (Dissertação – Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos) – UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

AYALA , S.C. SIMON. (orgs.). Álbum gráphico do Estado de Mato Grosso. Hamburgo/Corumbá: [s.n.], 1914. 512 p.

AYALA, A. Geopolítica. Geografia Limítrofe de Bolívia. La Paz: Estudios sociales, 1991.

BASCOPÉ, G. F. La Educación en Puerto Suárez. 1975. (mimeografado).

BECKER, H.S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec,1993. 137p.

BECKER, M. G. América Latina, Fronteras y Mercosur. In: Fronteiras no Mercosul. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

BERGER P.T.; LUCKMANN T. A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do conhecimento. 2ª Ed.Petrópolis. Vozes, 1974. 247 p.

BERKES, F., AND C. FOLKE. Back to the future: ecosystem change, institutions and local knowledge. In.: Gunderson L. H e Holling C. S(eds.). Panarchy: understanding transformations in human and natural systems. Washington D.C: Island Press, p. 121-146, 2002.

BERKES, F.; FOLKE, C. Understanding dynamics of ecosystem-institution linkages for building resilience. Stockholm: Beijer Discussion Paper Series, n. 112.1998.

BIRK G. Dueños del Bosque. Manejo de los recursos naturales por indígenas chiquitanos de Bolvia. APCOB-CICOL. Santa Cruz, 2000. 302 p.

CABRAL, O. História de uma região: Mato Grosso, Fronteira Brasil- Bolívia e Rondônia. Rio de Janeiro, Himalaia, 1963. 416 p.

CANCLINI. N. G. Culturas híbridas. Estrategias para sair e entrar da modernidade. São Paulo: Edusp,1997. 392 p.

CARDOZO C. F.; BRIGNOLI H. P. História Econômica de América Latina. Graal, 2 ed.. Rio de Janeiro, 1984. 327 p.

CARVALHO, H. M. de. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil: Brasília: IICA/MEPF/NEAD, agosto, 1998 (mimeografado).

CENTRAL DE INDÍGENAS DEL ORIENTE BOLIVIANO (CIDOB). Disponível em: <http://www.cidob.org.bo> Acesso em 18 de jul. 2004.

CENTRAL INDIGENA CHIQUITANA–GERMAN BUSCH(CICH-GB). Demanda de cumplimiento de la ley INRA. Puerto Suárez, 2004. 21 p.

CENTRO DE PESQUISA EMBRAPA PANTANAL (CPAP-EMBRAPA). Mapas. Disponível em<http://www.cpap.embrapa.br /agencia/001bdado1.htm> em 18 de out.2004.

CHAVES O.R. Escravidão em zona de fronteira: Resistência escrava em Mato Grosso (Século XVIII) In. SILVA E. R. J. (et. al.). Fronteira: Memória e Linguagem.Unemat, Campinas, SP. Pontes, Cáceres, MT. 2001. p. 9-30.

CHAYANOV. A. V. Acerca de la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In: Economía Campesina. Orlando Plaza. Desco. Lima. 1979 b.

CHAYANOV. A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Visión, 1974. 342p.

CONSORCIO PRIME ENGENHARIA, MUSEO NOEL KEMPFF MERCADO Y ASOCIACIÓN POTLATCH. Evaluación ambiental estratégica del corredor Santa Cruz – Puerto Suárez. Bolívia. Informe Final. 2000.(mimeografado).

CORRÊA F. V. Pantanais Matogrossenses: devastamento e ocupação. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação N° 3 da Séria A "Livros", 1946. 162 p.

CORREA, V.B. Coronéis e bandidos em Mato Grosso, 1889-1943. Campo Grande: EUFMS, 1995b. 189 p.

COSTA NETO C. P. L. Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979): reforma ou revolução ?.São Paulo: Expressão Popular, 2005. 208 p.

CURADO F.F. Considerações iniciais sobre a agricultura familiar de Assentamentos em Corumba-MS.<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download. php?arq_pdf= ADM 0 47>. Acesso em 23 out. 2004.

D´ORBIGNY A. Viajes por Bolívia. La Paz: Ministério de Educación. Biblioteca de autores Bolivianos, Tomo. I, 1958. 284 p.

DELGADO N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: reflexões metodológicas. In.___. Estudos. Sociedades e Agricultura. Rio de Janeiro;n. 16. p. 62-73. Abril de 2001,

DIEGUES A.C .Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In.: DIEGUES A.C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP, p. 1-46, 2000. .

DIEGUES A.C. ; ARRUDA R.S.V. (orgs.) Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade: USP. Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, Brasília / São Paulo, 2001. 176p.

DOUGLAS, M. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates n. 120, 1976.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa. In.____.Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELLIS F. Household strategies and rural livelihood diversification. Norwich:Unpublished paper, 1997.

ESCOBAR R. N. Pantanal: está amenazado.El Deber, Santa Cruz de la Sierra, p. 17, 22 fev. 2005.

ESCOBAR, A. Comunidades Negras de Colombia: en defensa de la biodiversidad, território y cultura. 1999. Disponível em< http://www.grain.org/biodiversidad_files/biodiv223.pdf.> Acesso em: 18 de setembro de 2005.

ESCOBAR, A.: Imagining a Post-Development Era In: Crush J. (ed.). Power of development. Londres: Routledge. 1995. p. 211-227.

FERREIRA E. C.; FERNANDEZ A.J. C. ; SILVA E. P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In. MEDEIROS L. S. ; LEITE S (orgs.). A formação dos assentamentos no Brasil. Processos sociais e políticas públicas.Porto Alegre/Rio de Janeiro: CPDA/ DDAS/ ICHS/UFRRJ. 1999. p. 197-225.

FORMAN , S. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340 p.

FOUCAULT, M. Historia de la locura en la época clásica. México: Fondo de Cultura Económica. 1999.

FOUCAULT, M. Poder e Saber. In.: Mota, M. B. da (org). Estratégias, poder-saber. Seleção de textos, coleção Ditos e Escritos vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária.(2003-a).

FREYER B. Los Chiquitanos. Descripción de um pueblo de las tierras bajas orientales de Bolivia según fuentes jesuíticas del siglo XVII. Santa Cruz:APCOB.Pueblos indígenas de las tierras bajas. Vol 15, 2000. 121 p.

GARCIA C. Estrutura Fundiária no município de Corumbá. EMBRAPA-UEPAE. Circular Técnica, 6. Corumbá, 1981. 31 p.

GARCIA Jr. A.F. Sul caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília:Marco Zero/UNB/MCT/CNPq, 1990. 285p.

GLIGO N.; MORELLO J.Notas sobre la historia ecológica de América Latina. Estudios Internacionales, Santiago de Chile,v. 13, n. 49, p. 112 -148. janeiro-março de 1980.

GODELIER, M. Lo ideal y lo material. Pensamiento, economías, sociedades. Madrid:Taurus, 1990.

GODOY, A.S. "Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GONÇALVES J. C. Análise ambiental da Região de Corumbá/MS: Caracterização da paisagem e problemas ambientais. 1999. Volume I. (Tese - de Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, letra e ciências humanas. São Paulo, 1999.

HAQUIM D. Perspectivas de la economía campesina en la globalización. In.___.Campesinado y Globalización. ZAPP J. (et. al.). Edobol. La Paz, 2000. 158 p.

HAWLEY, A. Human ecology: a theorical essay. Chicago:University of Chicago Press. 1986.

HENÁIZ I.; PACHECO D. La ley INRA en el espejo de la historia: Dos siglos de Reformas Agrarias en Bolivia. La Paz. Latina, 2000.

HEREDIA H. G. Tierra: La 'ilegalidad' se impone en la frontera con Brasil. El Deber, Santa Cruz de la Sierra, p. 14, 25, dez. 2005.

HERNAIZ I. Concentración de la tierra: Casos de doble dotación, tráfico de influencias, incumplimiento de la condición de la dotación, latifúndio y acaparación de tierras, 2002. Disponível em <http://www.ftierra.org/ftierra1104/publicaciones/concentr.pdf. >Acesso em: 8 de Outubro de 2004.

HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos. O breve século XX – 1914-1991. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995.

HOYOS, F.; CÉSPEDES, L. LINZER, K. ; SORUCO, B. Evolución del uso y ocupación del espacio em los bosques Chiquitanos. Santa Cruz: [s.n.], 2001.

IANNI, O. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1981. 256 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA (INCRA).Módulo rural. Disponível em:<www.incra.gov.br/_htm/ serveinf/_htm/legislacao/instrue/instrucaoe.htm - 20k> Acesso em 18 jan. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2000. Disponível em :<www.ibge.gov.br/home /estatistica/populacao/censo2000/ - 24k>. Acesso em 12 set 2004.

_____.Censo Agropecuário 1995-1996. Disponível em: www.ibge.gov.br/ home/estat istic a/e conomia/agropecuaria/ censoag ro/default.shtm - 23k Acesso em 17 jan 2005.

_____.Mapas. Disponível em:<mapas.ibge.gov.br/>. Acesso em 21 de fev. de 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Histórico. Disponível em :<www.incra.gov.br> Acesso em 2 de outubro de 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Proyecciones de la Población Economicamente Activa. Disponível em: <http://www.ine.gov.bo/cgi-bin/Piwd_pea_peexx.exe/TEMA>. Acesso em: 21 set. 2004.

_____.Santa Cruz: Proyecciones de población, por sexo, según municipio, 2000 - 2010. Disponível em: < http://www.ine.gov.bo/cgi-bin/piwdie1xx.exe/TIPO>. Acesso em: 17 jan. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Reporte sobre titulación de la tierra. Disponível em:<http://www.inra.gov.bo/portalv2/Docs/Noticias /Uploads/Resume>nAcesso em 12 set. 2004.

_____.Información propiedad de la tierra. Disponível em:< http://www.inra.gov.bo/Portalv 2/DesktopDefault.aspx?tabindex =1&tabid=4> Acesso em 25 set. 2004.

KAGEYAMA.A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, Poços de Caldas 1998. Anais...Poços de Caldas: SOBER, 1998.

LACERDA, M.E. Considerações sobre a estrutura fundiária do Pantanal. SID;cpap/Corumbá. Campo Grande, 1974. 18 p. (mimeografado.).

LE BOURLEGAT C. A. Sustentabilidade local. In___. Palestras do IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal- Sustentabilidade Regional. De 23 a 26 de Novembro de 2004. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004, p.93-99.

LEFF, E. Saber ambiental, sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. México: Siglo XXI, 1998.

LEITE F. E. Marchas na História. Comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: UFMS, 2003. 223 p.

LEVI-STRAUSS C. Tristes Trópicos. Rio de Janeiro:Companhia das Letras, 1996. 313 p.

LITTLE, P. Perenial Frontiers: a comparative, territorial history of Amazônia. 1997.(Tese - Doutorado em Antropologia).- UNB,Brasília, 1997.

MAMANI P.R. Tierras bajas y nuevos espacios sociales. In.___.XII Reunión anual de etnologia. Museo Nacional de Etnografia y Folclore. Fundación Cultural del Banco Central de Bolívia. Viceministerio de Cultura. 26 al 29 de Agosto de 1998. Tomos I.Anais…La Paz:. MUSEF, 1998.

MARCANO, E. E. J. La construcción de espacios eociales transfronteirizos entre Santa Elenta de Uairen (Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil). 1996.(Tese de Doutorado em Antropologia)- CEPPAC/UNB, Brasília, 1996.

MARTINEZ J.A.M (et.al.). Fuego en el Pantanal. Incendios Forestales y pérdida de recursos de biodiversidad en San Matías- Santa Cruz. La Paz: PIEB, 2003. p.188.

_____.Estudio de necessidades espaciales. T.C.O. Monte Verde, pueblo chiquitano, Santa Cruz: VAIPO-DANIDA, 1997.

MARTINS J.S. Camponeses e a política no Brasil. . Petrópolis: Vozes, 1986a.

MAUSS, M. The gift: forms and functions of exchange in archaic societies, New York: W. W.Norton, 1990.

MAX-NEEF M.A. Desarrollo a escala humana: Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria, 1993.

MEADOWS, D. Los límites del crecimiento. México: Fondo de cultura Económica.1972.

MEIRELES, D. M. Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis, Vozes, 1989.

_____. Pantanais, planícies, sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros. In.___. Revista mato-grossense de Geografia. n° 00, p.74-102, 1995.

METRAUX, A. The native tribes of eastern Bolivia and western Matto Grosso. Bulletin of the Bureu of American Ethnology n.134. Washington, D.C.: Smithsonian Institution. 1942.

_____.Tribes of Eastern Bolívia and the madeira headwaters. The Chiquitos and the other tribes of the province of Chiquitos. In. Steward J.H. (ed.).Handbook of American Indians,v.3. p.381-454. 1948.

MICHEL, M. E CALLA, S. Arqueología del valle Tucavaca, Serranías de Santiago y Chochís. Santa Cruz,: FAN –FCBC- HAM Roboré, 2001.

MIGNOLO W.D. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorias post coloniales. In. TORO A.(ed.). Postmodernidad e colonialidad. Breves reflexiones sobre Latinoamérica. Madrid: Iberoamericana, 1997. 51-70.

MINISTÉRIO DE EDUCACION. Ley de Participación Popular. Disponível em :<www.m in edu.gov.bo /pre/ley/DS23949.html - 27k>Acesso em 2 de out. de 2005

MIRAD. 1° Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – 1° PNRA. Brasília, DF, 1987.

MONTAÑO M.E. Protected areas in the Bolivian Pantanal. In: SWARTZ A. F. The Pantanal of Brazil, Paraguay and Bolivia. Selected Discourses on the World´s Largest Remaining Wetland System. Gouldsboro: Hudson MacArthur, 2000. 287 p.

MORAN E.F: Limitations and adavnces in ecosystems Research . In. MORAN E.F: (ed.) The Ecosystem Concept in Antropology. Colorado: AAAS, 1984. p. 3-24.

MOTTA M. Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção. In.____.Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abr. p. 113-128, 2001.

NEDER R. T. Limites políticos-institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil: (Des)centralização e espaço público em municípios de São Paulo. In.: Hogan D.J.; Vieira P.F. (orgs). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. UNICAMP. Campinas, 1995. 234 p.

O INDIO NO BRASIL. Urgencia e necessidade de sua nacionalização e amparo, nos sertões e nas fronteiras. (S.I.: s.n.), (19--?). 36 p.

OAKLEY, P. Projets with people: the practice of participation in rural development. Geneva, International Labour Office, 1991. 314 p.

PACHECO, D. Modelos de desarrollo y su impacto en el sector agrícola y agropecuário. La Paz: Fundación TIERRA-ALOP. (1999). (mimeografado).

PAREJAS M., A; SUÁREZ V. S. Chiquitos, historia de una utopía. Santa Cruz: CORDECRUZ - Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra. 1992.

PAZ BALLIVIÁN. D. Lecciones de sociología rural. La Paz: Plural/Universidad.La Paz, 1995. 126p.

PIED-Andino. Proyecto de investigación sobre estratégias de desarrollo. Zoomers, E.B. & M. Morales (eds.) Documento interno de discusión: estratégias campesinas e intervenciones externas en la región Andina, Bolívia: Hacia un atipología de comunidades.Amsterdam: DGIS/KIT, 1996.

PLATT, T. Estado boliviano y ayllu andino. Tierra y tributo en el Norte de Potosí.Lima: Instituto de Estudios Peruanos. 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. Historia. Disponível em: <http://www.ladar io.ms.g ov.br/?cod_menu=1>Acesso em 2 de out 2004

PROENÇA A.C. Pantanal: Gente, Tradição e História. Campo Grande- MS, 1992. 144 p.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). Disponível em: <http://www.onu.org/pnud. Acesso em 2 de out 2005

PROJETO MARCA D'ÁGUA. Mapas de Bacias Hidrográficas.Disponível em:<http://w ww.marcadagua.org.br/bacia12.htm>Acesso em 3 de nov.2005.

QUISPE, F. La vision de los campesinos. Umbrales. Revista do ostgrado en Ciencias del Desarrollo, Universidad Mayor de San Andres, La Paz, n. 9, maio. 2001. Disponível em: <http://www.cides.edu.bo/cides/Umbrales9.pdf>. Acesso em: 21 set. 2003.

ROBERTS. J.M. O Livro de Ouro da História do Mundo. Da Pré-História à Idade Contemporânea. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 812 p.

SACHS, I. Ecodesarrollo: Desarrollo sin destrucción. México: El Colegio de México.1982.

SANABRIA F. H. En Busca de Eldorado. 3 ed. La Paz: Juventud, 1980.

SANTOS M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SCHMITZ, P. I. Tesouros arqueológicos do Pantanal. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, SBPC, vol. 22, nº 129, 36-45, 1997.

SCHNEIDER, S., SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, v.9, p.49 – 87.1998.

SCHULTZ T. A Transformação da Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCHUTZ A. Fenomenología e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SCOLESE E. A reforma agrária. Publifolha.São Paulo, 2005. 103 p.

SEOANE A. F. Desarrollo fornterizo. Construyendo una nueva forntera. Plural.La Paz, 1998. 276 p.

SERVA M.; JAIME P.J. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. Revista de Administração de Empresas .São Paulo, v. 35, n. 1 p. 64-79 Mai/Jun. 1995.

SERVICIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (SERNAP). Areas Protegidas. http://www.sernap.gov.bo/detalle.asp Acesso em 20 de set. 2005.

SILVA C.J.; SILVA J.A.F. No Ritmo das Águas do Pantanal. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995. 210 p.

SILVA, M.C.T. Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados. 2000. (Tese - Doutorado em Geografia) - São Paulo, USP, 2000.

SISTEMA NACIONAL DE AREAS SILVESTRES PROTEGIDAS DEL PARAGAUAY (SINASIP). Informe Situación de los parques nacionais del Paraguay. Dsiponível em: <http://www. paraguay silve stre.org. py/documentos.php>Aceso em 17 de set de 2005.

SOLIZ A. S. El bocado de "el Mutún", 2005. Disponível em <http://www.erbol. com.bo/>. Acesso em: 3 de Dezembro de 2005.

SOUZA L.G. de. História de uma Região: Pantanal e Corumbá. São Paulo: Resenha Tributária LTDA, Pré-História; Tribus indígenas, v. 1, 1973. 237 p.

SOUZA, S. J. de. El cambio de época, el modo emergente de producción de conocimiento y los papeles cambiantes de la investigación y extensión en la academia del siglo XXI. San José: [s.n], 1999.

TILLEY, C. A Phenomenology of Landscape: Place, Paths and Monuments. Oxford: Berg, 1994.

TIZÓN E..S. La Integración Regional: Sucre: CEPEI., 1994. 132.

TOLEDO, V.M. Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural. Cuadernos de Trabajo 3: 1-45. México:Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, 1995.

_____. Principio etnoecológicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas e indígenas. Temas Clave. n. 4 ago, 1996.

URIOSTE M. de C. La reforma agrária abandonada: Valles y Altiplano. Tierra. La Paz, 2003. 39

URQUIDI A. Bolívia y su reforma agrária. UMSS. Cochabamba, 1968. 191 p.

VIERTLER, R.B. Ecologia cultural: Uma antropologia da mudança. São Paulo:Atica, 1988. 61 p.

VILLARPANDO, R, REICHLE S. Y BERTZKY, M. 2001. Clima. En Ibisch, P.L., Columba, K. y Reichle, S., (eds.). Plan de conservación y cesarrollo sostenible para el bosque seco Chiquitano, Cerrado y Pantanal Boliviano. Tomo II: Diagnóstico y evaluación integral. FCBC, Santa Cruz : FAN, 2001.

VIOLA E.J.; LEIS H.R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multisstorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: Hogan D.J.; Vieira P.F. (orgs). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 1995. 234p.

WILCOX, R. Cattle and environment in the Pantanal of Mato Grosso, Brazil, 1870-1970. In.___.Agricultural History, vol. 66, p 232-256. 1992.

WOLF E. R. Uma tipologia del campesinado latinoamericano. Nueva Vision. Buenos Aires, 1977. 100 p.

WORLD WILDLIFE FUNDATION (WWF). Priorización de cuencas para la conservación en el Pantanal boliviano. Informe final. Santa Cruz. 2002.66 pp.

WORLD COMMISSION FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). Our Common Future. Oxford: Oxford University Press. 1987.

ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. 238 p.

Anexo 1

A lei INRA: uma síntese

A lei INRA foi aprovada na Bolívia, em Novembro de 1996 e levada à pratica meses más tarde. A seguir destacam-se alguns dos princípios básicos:

A nova lei de terras reconhece os seguintes tipos de propriedade: a) solar camponês, b) pequena propriedade, c) media propriedade, d) empresa agropecuária, e) terras comunitárias de origem, e f) propriedades comunitárias. O solar campesino e a pequena propriedade são considerados indivisíveis e não confiscáveis, não pagam impostos sobre a terra e podem vender-se; a media propriedade caracteriza-se porque seu volume de produção destina-se ao mercado, pode vender-se e paga impostos. A empresa agropecuária explora-se com capital suplementar, pode ser vendida e paga impostos. As Terras comunitárias de origem e propriedades comunitárias são consideradas intransferíveis, indivisíveis, não confiscáveis, coletivas, e não pagam impostos. As terras de comunidades, povos indígenas e propriedades familiares não podem ser usadas como garantia hipotecaria, para resguardar e acautelar seu direito proprietário.

Pela primeira vez se concede o mesmo direito proprietário às mulheres, determinando a aplicação de critérios de equidade na distribuição, administração, posse e usufruir a terra em favor da mulher, independentemente de seu estado civil. Em relação à função econômica-social, o solar campesino, a pequena propriedade, a propriedade comunitária e as terras comunitárias de origem cumprem uma função social quando estão destinadas a lograr o bem-estar familiar e o desenvolvimento econômico de seus proprietários; enquanto que a media propriedade e a empresa agropecuária dispõem da proteção do Estado enquanto cumprirem uma função econômica-social e não sejam abandonadas. O Estado mantêm a faculdade de revisar todos os títulos de propriedade (*saneamiento técnico-jurídico*) para verificar sua validez jurídica. Em caso de nulidade jurídica plena, as terras são revertidas automaticamente.

No marco da descentralização administrativa do país institui-se o imposto à terra (Imposto à Propriedade Imóvel Agrário) como de domínio exclusivo municipal (lei de Participação Popular art. 19), sendo o município o encarregado de administrar este imposto em forma direta ou através de delegação expressa. O pagamento deste imposto segundo o disposto pela lei INRA (art. 4) realiza-se segundo a autoavaliação estabelecida na lei Tributaria (lei 843, art. 55, novembro de 1986). O solar campesino, a pequena propriedade e os imóveis de propriedade de comunidades campesinas, povos e comunidades indígenas e originarias estão excluídos do pagamento deste imposto, dada a condição de extrema pobreza desta população.

Se consideram dos mecanismos importantes: a reversão e expropriação**.** É causal de reversão o abandono da propriedade agrária. O cumprimento de obrigações tributarias relacionadas com imposto à propriedade ou imóvel agrário é prova de que a terra não tem sido abandonada. Não podem ser revertidas por abandono o solar campesino, a pequena propriedade, as terras comunitárias de origem

nem a propriedade comunitária. Enquanto que a expropriação procede por causa de utilidade pública ou quando não cumpre a função econômica-social; são causas de utilidade pública as seguintes: a) o re-agrupamento y a redistribuição de a terra, b) a conservação e proteção da biodiversidade, e c) a realização de obras de interesse público. Para a distribuição de terras se determinam dos formas: dotação e adjudicação.

A dotação será a título gratuito exclusivamente em favor das comunidades camponesas e indígenas e a adjudicação será a valor de mercado e em concurso público. As terras fiscais serão dotadas e adjudicadas segundo sua vocação de uso, determinando-se os seguintes critérios: a) preferência a favor dos que residem no lugar, b) a dotação têm preferência sobre à adjudicação, e c) a dotação dará preferência a comunidades camponesas e indígenas sem terra ou aquelas que a possuam de maneira insuficiente.

Entre outros aspectos destacam-se: a) promove-se a participação organizada dos camponeses, indígenas, colonizadores e empresários agropecuários nas estruturas institucionais públicas; porém, não está previsto o nível municipal, a não ser como coletor do imposto à terra, b) a constituição do Tribunal Agrário como órgão independente (como o tribunal de maior decisão de justiça agrária).

Fonte: INRA (2006)

GLOSSÁRIO

Alqueive: lavrar (a terra) e deixá-la de pousio para que adquira força produtiva.

Agroecossistemas: conjunto compreendido pelo ecossistema natural e ambientes modificados pelo ser humano, contido na propriedade rural, no qual ocorrem complexas relações entre seres vivos, elementos naturais (rochas, solos, água, ar, reservas minerais).

Agrofloresta: sistema agrícola no qual se incluem árvores em agroecossistemas de produção vegetal ou animal.

Bioma(s): conjunto de formas de vida (animais e vegetais) que ocupam determinada área natural, sob influência de um mesmo tipo de clima, como, por exemplo, a estepe, a savana, a floresta, o deserto, o litoral, as águas fluviais, as águas salobras, etc.

Biomassa: a quantidade total de matéria viva de um ecossistema, geralmente expressa em massa por unidade de área ou de volume.

Capoeira: no Brazil designa-se o terreno da roça, em que já se fez a colheita dos primeiros plantios. Após esse período, ela é geralmente ela tem menos tratos culturais, mas continua sendo utilizada como fonte produtiva de alimentos.

Cerrado: formação vegetal típica do planalto central brasileiro, cuja extensão estima-se ser de 200.000.000 km^2

caracterizando-se por dois estratos; um herbáceo, formado por gramíneas que recobrem inteiramente o solo ou se apresentam em tufos, com altura média de 50 cm; e outro, arbóreo-arbustivo, com árvores esparsas de médio e pequeno portes.

Chaco: vasta região de planícies da América do Sul, limitada pelos rios Paraguai e Paraná, a leste; pelos Andes,

a oeste; pelo rio Salado, ao sul; e pelos lhanos de Chiquitos, já na Bolívia, ao norte, sendo coberta por savanas e estepes, com clima de tropical a subtropical, mais seco ao norte e a oeste, onde atinge a semi-aridez.

Ecorregião: as ecorregiões são definidas por características fisiográficas como geologia, tipo de solo, vegetação natural potencial e uso da terra, partindo do princípio de que comunidades biológicas dentro de uma região homogênea são similares estrutura e a variabilidade natural das comunidades encontradas nas bacias hidrográficas de uma ecorregião podem ser calculadas, e as comunidades das áreas de referência podem servir como padrão para serem comparadas com outras localidades daquela ecorregião.

Ecossistema: a biocenose e seu biótopo constituem dois elementos inseparáveis que reagem um sobre o outro, para produzir um sistema mais ou menos estável que recebem o nome de ecossistema.

Pousio: interrupção do cultivo da terra por vários anos para que se torne mais fértil.

Saneamiento: o Saneamiento de terras (Bolivia) é o procedimento técnico-jurídico transitório destinado a regularizar e aperfeiçoar o direito de propriedade agrária e executa-se por efeitos do INRA ou a pedido das partes interessadas. Sanear neste caso quer dizer regularizar, corrigir, delimitar e garantir segurança jurídica pela via da concessão do título de execução respectivo.

Sucessão Ecológica: é um processo pelo qual os ecossistemas mudam, ou quando ocorrer alguma mudança de aspectos do ambiente físico, como por exemplo, a quantidade de chuva, aumento ou diminuição de uma determinada espécie.

Toco: parte do tronco vegetal que permanece ligada à terra depois de cortada a árvore.